



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS
Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHIS

Uma República em festa: a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920).

Luciana Pessanha Fagundes.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas.

Rio de Janeiro

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Uma República em festa: a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920).

Luciana Pessanha Fagundes.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada por:

Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas.
(Orientador)

Dr. (a) Isabel Lustosa.

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos.

Rio de Janeiro

2007

FAGUNDES, Luciana Pessanha.

Uma República em festa: a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920)/Luciana Pessanha Fagundes. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2007.

ix, 232 f.

Dissertação (Mestre em História)- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS. Programa de Pós-graduação em História Social, 2007.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas.

1. Visita Reis Belgas 2. Festas 3. Imprensa 4. Brasil Primeira República. - Dissertações. I - BRETAS, Marcos Luiz (Orient.) II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

RESUMO

Este trabalho analisa a visita dos reis da Bélgica ao Brasil no ano de 1920, utilizando como fonte a documentação oficial sobre a visita que consta dos arquivos do Ministério das Relações Exteriores; e também, jornais e revistas ilustradas da época. Meu objetivo principal com este estudo é demonstrar como o episódio da visita possibilitou a construção de diversas imagens, muitas vezes contraditórias, de uma mesma nação, adquirindo diferentes significados para esta sociedade, que no início da década de 20 passava por inúmeras mudanças. Trata-se então de um momento delicado, marcado por intensas agitações, que impulsiona uma revisão da própria identidade nacional, tendo em vista a comemoração do Centenário da Independência em 1922, bem como a visita da realeza belga em 1920. Este último ocupou os noticiários dos principais jornais do país durante mais da metade do ano, sendo alvo de uma intensa propaganda e de grande mobilização popular. A construção de monumentos, além da fabricação de medalhas, selos e álbuns demonstra uma vontade de marcar o lugar deste acontecimento na memória coletiva, de deixar gravada sua importância para esta sociedade. Afinal, a visita deste grande herói, o rei Alberto da Bélgica, não deveria ser esquecida.

ABSTRACT

This research analyses the visit of the Belgian kings to Brazil in the year 1920, using as basic source the official documentation regarding such visit, available among the data stored in the files of the Foreign Affairs Ministry, as well as papers, magazines and other publications of that time. My main objective with such study was to show how the event of that visit enabled the construction of several different images, some of them very controversial, about the same nation, with different meanings for that society, that in the beginning of the twenties was going through a variety of changes. It was a very delicate moment, defined by intense discussions, pushing towards a certain revision of the national identity, motivated by the celebration of the Independence centennial year, as well as the visit of the royal family from Belgium in 1920. This event has occupied the main newspapers of the country for almost half an year, being object of an intense propaganda and of a great popular mobilization. The construction of monuments, plus the fabrication of medals, stamps, albums are demonstrative of the willingness to stress the place of that event in the collective memory and to perpetuate its importance for that society. As a matter of fact, the visit of such a great hero, the king Albert from Belgium, could not be forgotten.

*A meu avô Pedro Nogueira Pessanha,
com todo o carinho de sua neta, Luciana.*

Agradecimentos.

Ao iniciar a pesquisa sobre a visita dos soberanos belgas ao Brasil, ainda como aluna do curso de História da UFRJ em 2002, visualizei a possibilidade de aprofundar este estudo em um curso de mestrado. Não possuía, todavia, a noção de como tal tarefa seria trabalhosa e ao mesmo tempo altamente desafiadora, especialmente devido ao curto tempo para a elaboração de algo que se mostrou tão grande e tão rico. Não poderia deixar de agradecer a certas pessoas, sem as quais esse trabalho não seria possível.

A meu orientador Marcos Bretas, que desde a graduação me deu todo o apoio para continuidade da pesquisa no mestrado, agradeço pela compreensão e paciência, principalmente nestes últimos meses, face às dificuldades que encontrei no momento de terminar a dissertação. Acredito inclusive que suas contribuições não se aplicam apenas para esta dissertação, mas para minha formação acadêmica, com certeza será uma pessoa com a qual sempre terei muita admiração e respeito.

À pesquisadora Isabel Lustosa, nunca esquecerei meus anos de estágio na Fundação Casa de Rui de Barbosa, onde surgiu a idéia de estudar a visita belga, seu incentivo para a pesquisa, inclusive já apontando a possibilidade de sua extensão para um mestrado, e quem sabe um doutorado, foi crucial para o desenvolvimento deste estudo. Agradeço também a pesquisadora por aceitar fazer parte de minha banca, e pelas ótimas sugestões feitas durante minha qualificação, que muito enriqueceram este estudo. À professora Beatriz Catão, agradeço pelo esforço para participar de minha banca de qualificação e suas inúmeras sugestões que foram incorporadas ao trabalho, meus agradecimentos também à professora Marieta de Moraes Ferreira por ter aceitado o convite para participar da banca. À professora do PPGHIS, Andréa Daher pelas excelentes aulas na disciplina ‘Seminário de Sociedade e Cultura’ que contribuíram em muito para o aperfeiçoamento do trabalho. Ao professor Hendrik Kraay pelas ótimas sugestões, e por ter se mostrado altamente solícito, sempre respondendo aos meus e-mails com várias indicações de textos, inclusive do livro do pesquisador canadense Ian Radforth, que se mostrou extremamente importante para este estudo.

Aos meus amigos de graduação e que agora, assim como eu, estão trilhando o caminho da vida acadêmica: Henrique, Cristina, Rafael (Poeta), Fernando, Júlia e Débora, meu muito obrigado. Agradeço especialmente a minha prima Adriana por todo apoio nos momentos de

desespero, pela força que meu deu, sempre elogiando meu trabalho, naqueles momentos clássicos onde batia uma insegurança.

Um agradecimento todo especial aos meus pais, Wanderlei e Maria Luiza, pela compreensão e apoio, tanto emocional quanto financeiro, sem vocês seria realmente impossível a realização deste trabalho. Aos meus irmãos, Lezinho, Marquinho e Fatinha, muito obrigado por todo suporte, principalmente no início deste ano, quando mudanças radicais na minha vida tornaram ainda mais difícil a tarefa de concluir a dissertação.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1: Articulando os atores: Epitácio Pessoa, o Itamaraty e a Imprensa.....	20
1.1 - A eleição de Epitácio Pessoa e sua relação com a visita dos reis belgas aos Brasil.....	20
1.1.1- A visita de Epitácio Pessoa à Bélgica.....	25
1.2 - Quem fala sobre a visita? Pensando os atores.....	29
1.2.1 - O Ministério das Relações Exteriores.....	30
1.2.2 - A imprensa no alvorecer de um novo século: análise dos jornais selecionados.....	34
1.2.2.1 - Ilustração e diversão: as revistas ilustradas.....	41
1.2.2.2 - Aqueles que produzem: os intelectuais na imprensa.....	44
1.2.3. - Um diálogo profícuo: o Itamaraty e a Imprensa.....	47
Capítulo 2: À espera do Rei: questões e tensões.....	49
2.1 - Negociações para a viagem dos reis: importância e significados da visita.....	49
2.2 - O Crédito Ilimitado.....	55
2.3 - Viagem e hospedagem dos reis.....	59
2.4 - A preparação da Capital Federal.....	65
2.4.1 - As campanhas repressivas. Exacerbação do Rio para o rei ver.....	78
2.5 - A organização das festas reais.....	82
2.5.1 - Os trabalhos da comissão para as festas da capital.....	85
2.6 - A relação Monarquia - República: condecorações, revogação do banimento e protocolo.....	96
2.6.1 - ‘Receber sem dar’: as condecorações.....	98
2.6.2 - A revogação do banimento da família imperial.....	103
2.6.3 - O protocolo.....	112
2.7 - Considerações acerca dos preparativos.....	115

Capítulo 3: Aclamações, discursos, banquetes e festas: os reis belgas hóspedes do Brasil.....	118
3.1 - À caminho do Brasil...A viagem à bordo do <i>S.Paulo</i>	118
3.2 - As vésperas da chegada no Rio de Janeiro.....	125
3.2.1 - Preparado o cenário: começa o espetáculo.....	132
3.4 – As recepções e viagens a Minas Gerais e São Paulo.....	141
3.5 - A Nação em Armas se apresenta ao rei.....	148
3.5.1 - Os militares na visita do reis belgas.....	153
3.6 - Entre o mar e a montanha: o esporte pede passagem.....	159
3.6.1 - A Parada Esportiva.....	166
3.7 - Grandes festas para os reis.....	170
3.7.1 - Para o rei ouvir e saborear: <i>Papagaio Louro</i> e feijoada:.....	170
3.7.2 - Banquetes e festas na ‘corte’ republicana.....	180
3.7.3 - As festas da municipalidade: a Festa Infantil e a Festa Veneziana.....	185
3.8 - O Brasil rumo ao progresso na visita do rei Alberto: aspectos conclusivos.	194
 Capitulo 4: Nas páginas da imprensa: construções em torno da visita.....	 197
4.1 - O jornalismo de última hora: a imprensa e a visita.....	197
4.2 - A ‘fabricação’ de um rei popular.....	203
4.2.1 - Os populares e os soberanos.....	212
4.3 - O encontro do rei Alberto com Rui Barbosa.....	217
4.4 - O Brasil na bagagem: a memória da visita.....	222
 Considerações Finais.....	 225
 Bibliografia.....	 227

Introdução.

Os que trocam presentes mutuamente
são amigos o tempo todo,
se as coisas forem bem encaminhadas.
(...)

Um presente dado espera sempre um em retorno¹.

Os versos acima pertencem a um conjunto de poemas sobre as tradições de antigos povos escandinavos, e segundo Marcel Mauss, fazem referência a uma forma antiga de direito utilizada por essa sociedade que funcionava como um regulador de trocas e contratos realizados em seu interior ou com outras civilizações. Estas ações (trocas e contratos) formalizavam-se não somente com presentes, mas também com visitas, festas, comunhões ou prestações (tributos), caracterizados por Mauss como dádivas. A partir do estudo de sociedades primitivas, Marcel Mauss procura identificar os aspectos morais e econômicos que agem nestas transações e observa que o “dar e receber” que marca essas relações possui características antagônicas, é ao mesmo tempo voluntário e obrigatório. São ações revestidas de um aspecto generoso, mas que têm seu interior permeado pela obrigação e pelo interesse econômico. O ato de dar não seria um ato desinteressado, ou seja, não existe dádiva sem expectativa de retribuição, daí seu caráter espontâneo e obrigatório, cujo principal objetivo seria o de produzir um tipo de aliança política, religiosa, econômica, jurídica ou diplomática.

Ao analisar os telegramas trocados entre a Legação brasileira em Bruxelas e o Ministério das Relações Exteriores, além da própria imprensa, observei que dois fatores são apontados como sendo cruciais para determinar a vinda do rei Alberto ao Brasil: a visita de Epiácio Pessoa a Bélgica em 1919 e o apoio brasileiro aos belgas durante a Primeira Guerra. Tomando como base a análise de Mauss, é perceptível a noção de que a vinda do rei se dá em *retribuição* a estes dois fatores, sendo possível caracterizá-la como um momento crucial para o estabelecimento de uma aliança entre estas duas sociedades, tanto de cunho econômico como moral.

A visita do rei Alberto serviu como uma propaganda da amizade belga-brasileira, todavia sua utilização teve um caráter econômico muito forte, preenchendo os interesses dos industriais e financistas belgas voltados não apenas para o mercado brasileiro, mas principalmente para os

¹ MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 50-51.

recursos minerais do país². Chegando ao Rio de Janeiro em 19 de setembro de 1920, os soberanos belgas ficaram na cidade até o dia 28 de setembro, quando partiram para o interior do estado e visitaram as cidades de Petrópolis e Teresópolis; foram também recebidos nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Enquanto visitavam a capital paulista, desembarcava em 5 de outubro no Rio de Janeiro o príncipe Leopoldo, que prontamente juntou-se a seus pais em São Paulo. Voltando para a cidade do Rio de Janeiro no dia 13 de outubro, os soberanos e o príncipe partiriam para a Bélgica no dia 16 do mesmo mês.

Os ilustres visitantes, representantes de uma nação européia, civilizada e avançada, tiveram então uma grande recepção com várias festas realizadas em sua homenagem. A preocupação por parte das autoridades em passar a imagem de um Brasil civilizado, é perceptível principalmente na organização da capital federal para a recepção. Afinal, o Rio de Janeiro moderno era sinônimo de um Brasil moderno³.

É uma época onde a noção de tempo e de história são concebidas linearmente correndo rumo à conquista do progresso. Sob esta concepção evolucionista, bastaria ao Brasil dar mais ímpeto às suas conquistas para se estabelecer ao lado da Bélgica, por exemplo, como uma nação civilizada e progressista⁴. Neste sentido, a cidade do Rio de Janeiro reformada, iluminada, saneada e modernizada, figurava como símbolo de que o Brasil havia finalmente ingressado na era do progresso e da civilização. Um modelo de civilização que segundo Sevcenko se estende até o ano de 1920 quando sofre uma “exacerbação frenética”⁵ por ocasião da visita do rei Alberto.

Mas a fascinação por este modelo que ficou conhecido como *Belle Epoque* já havia começado a definhar desde o fim da Grande Guerra Mundial, seus valores já não convenciam⁶. Tratava-se de um regime político que adentrava a década de 20 tornando-se já “passado”,⁷ sendo alvo de muitas análises em sua grande maioria negativas, devido à decepção principalmente da

² DI MAMBRO, G. As relações belgo-brasileiras: 1830-1921. Juiz de Fora: *Revista Eletrônica de História do Brasil*, UFJF, v.4, n.1, jan./jun.2000.

³ MOTTA, M. S. *A Nação faz 100 anos. A questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992, p. 53.

⁴ NEVES, M. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.1) p 23-24.

⁵ SEVCENKO, N. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.58.

⁶ MOTTA, M.S. *Op. cit.* p.32.

⁷ FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. 5.^aed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 774.

intelectualidade com a incapacidade do regime de resolver os problemas da sociedade brasileira⁸. É interessante colocar que na virada para o século XX, este pessimismo com relação ao regime republicano já aparece, principalmente nas Comemorações do Quadricentenário do Descobrimento, que proporciona amplas discussões sobre a redefinição de identidade nacional, além de propor soluções para o atraso do país⁹. Algo similar pode ser apreciado no início dos anos 20, com a proximidade das Comemorações do Centenário da Independência. Sobre o estudo destas comemorações, Marly da Silva Motta ressalta que a pequena quantidade de trabalhos sobre tal evento justificava-se pela suspeita que as comemorações coletivas despertavam, por sua aparência oficial e artificial, nos historiadores. Nesse sentido, o trabalho da historiadora francesa Mona Ozouf sobre as festas da Revolução Francesa foi pioneiro ao destacar a mobilização que essas celebrações provocavam, comprovadas pela abundância de materiais produzidos pelo evento¹⁰.

Assim como Marly Motta, ao escolher como objeto de pesquisa a visita dos reis belgas ao Brasil, deparei-me com uma grande quantidade de material, produzido principalmente pela imprensa, ainda não analisado sobre o evento. A idéia para um estudo aprofundado da visita dos reis belgas surgiu quando explorei parte deste episódio em minha monografia de bacharelado, intitulada “‘Para o rei Alberto ver...’: a visita dos reis da Bélgica à cidade do Rio de Janeiro (1920)”. Neste trabalho, realizei uma análise das revistas ilustradas *Fon-Fon*, *Careta*, *O Malho* e *D.Quixote* durante o ano da visita, com o objetivo de analisar como as representações da cidade afloraram em contradições no momento de se definir para este ilustre visitante dentro de uma idéia de modernidade. Devido à limitação de tal estudo, a visita foi somente o propósito para se estudar a cidade do Rio de Janeiro, não o objeto em si do trabalho.

Por ser um tema de certa forma esquecido pela historiografia brasileira, as obras relevantes para o seu estudo são escassas e contêm poucas informações sobre o evento. Em sua maioria apenas citam o evento, ou alguns episódios ocorridos no seu transcorrer¹¹. No entanto,

⁸ MOTTA, M. S. *Op. cit.* p. 26.

⁹ WANDERLEY, M.R. *JUBILEU NACIONAL: A Comemoração do Quadricentenário do Descobrimento do Brasil e a Refundação da Identidade Nacional (1900)*. UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Departamento de História (dissertação de Mestrado). 1998.

¹⁰ MOTTA, M.S. *Op cit.*p.3. Sobre o trabalho de Mona Ozouf ver: OZOUF, M. A Festa. Sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs). *História: novos objetos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.

¹¹ Ver: LUSTOSA I. *História de Presidentes*. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, Vozes, 1989; *Brasil pelo método confuso - humor e boemia em Mendes Fradique*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. MOTTA, M. S. *A Nação faz 100 anos. A questão nacional no Centenário da Independência*. *Op.cit*; SEVCENCKO, N.

um trabalho se destaca: o da historiadora americana Sueann Caulfield¹² que tem como objeto a moralidade na república brasileira através da cidade do Rio de Janeiro. No capítulo “A honra nacional, a família e a construção da Cidade Maravilhosa”, a autora aborda toda a discussão sobre os valores da família, da honra nacional e da cidade, no momento da preparação do Rio de Janeiro para receber os soberanos belgas, ressaltando como tal evento inspirou uma verdadeira moralização da capital, devido à grande preocupação das autoridades em demonstrar o caráter moderno do país.

O trabalho de Caulfield é o que mais dá atenção ao evento da visita, no entanto, fica preso à dicotomia ‘para o rei Alberto ver/para Alberto não ver’ presente no momento de se preparar a cidade para a recepção real, explorando a discussão sobre o que não foi mostrado ao rei, e as críticas que tal questão levanta na imprensa. O que mostrar ou não ao visitante faria, então, parte de toda uma discussão sobre a identidade da cidade, e sobre as questões da honra e da família. Assim, com relação a visita, Caulfield afirma que a euforia em torno da mesma, seria muito menos “uma demonstração de admiração pela glória belga que a celebração da honra nacional do Brasil”¹³. Tal afirmação é baseada nas descrições elogiosas da população da capital federal na recepção dos soberanos, um reflexo do ambiente de otimismo nacionalista e na crença do futuro glorioso reservado ao país pós-Primeira Guerra. No entanto, esta imagem positiva apresenta fragilidades, com o estudo da preparação e dos principais eventos que compõem a visita, procuro pensar principalmente suas várias ‘fissuras’, ou seja, como a vinda dos soberanos abre brechas para que certas questões ou temas sejam discutidos por essa sociedade.

Além dos poucos trabalhos sobre o a visita dos reis, me deparei com outra questão. Como analisar a visita dos reis belgas? A partir de que perspectiva?

Uma primeira questão se apresentava, o fato de se tratar da visita de um rei, trazendo à tona todo um imaginário sobre a realeza, assim, a partir do conceito de imaginário social proposto por Bronislaw Baczko¹⁴ procurei trabalhar como a visita dos reis da Bélgica influenciou o

Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 4.^a edição, 1995; VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996; KESSEL, C. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

¹² CAUFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

¹³ *Ibidem*.p.126.

¹⁴ Para Baczko o imaginário social consiste em um fenômeno coletivo de produções de representações, de referências simbólicas, que orientam as relações entre os indivíduos. Cada coletividade traz então uma definição de homem onde

imaginário social brasileiro da época suscitando a produção no discurso oficial e na imprensa de diferentes imagens sobre esta sociedade.

No entanto, tal abordagem não dava conta da visita como um todo, deixando várias arestas, sua curta duração e a própria peculiaridade do evento, implicavam sérios entraves ao estudo do objeto. Analisando com mais afinco a própria natureza da visita, procurei trabalhos que tratassem de festas ou de grandes comemorações. Nesse sentido, o trabalho de Norberto Luiz Guarinello¹⁵ fornece alguns referenciais, ao observar as festas como momentos onde o tempo social sofre uma interrupção, ou seja, há uma suspensão temporária das atividades diárias, e uma concentração das atenções em torno de um objeto específico. São eventos preparados, custeados, planejados e montados seguindo regras peculiares a cada um deles. Assim, apesar das diferenças existentes entre as festas selecionadas para este estudo, é cabível considerar algumas características em comum entre elas, pois, além de fazerem parte das homenagens oficiais aos reis belgas, seu sucesso estava intrinsecamente ligado a grande afluência do público.

Guarinello coloca também, que é possível pensar a festa como parte de um jogo com regras próprias que intermedeiam as disputas simbólicas que ocorrem em seu interior.

Criando também uma linha fronteira, entre incluídos e excluídos da festa¹⁶, tais cerimônias, observa Maurício Parada, definem os limites da participação de cada um dos agentes sociais, criando um campo de possibilidades¹⁷ capaz de dar ao espectador os limites de sua intervenção. A identidade, então, proposta e produzida pela festa, depende dos participantes, a presença e envolvimento dos mesmos determina o seu sucesso e significado.

Desta forma, destaca Marcelo Wanderlei, as comemorações adquirem um caráter legitimador e didático, com grande força mobilizadora em torno de projetos políticos ou de

imagina sua identidade – o que ela é ou que deveria ser. Isto porque o sistema de símbolos que compõem o imaginário social é constituído através das experiências dos indivíduos orientado-os em todos os níveis do comportamento social; estando presente principalmente nos mitos e nas utopias. Formado essencialmente em resposta a seus conflitos, divisões e violências, o imaginário está presente nos discursos, compreendido numa linguagem simbólica cuja emissão varia segundo sua capacidade de circulação. BACZKO, B. *Imaginação Social. Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Vol.5.

¹⁵ GUARINELLO, N. L. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: JANCÓS, I; KANTOR, I. (org). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

¹⁶ Idem

¹⁷ PARADA, M. B. A. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e praticas disciplinares no Estado Novo*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro. 2003.

entidades como ‘pátria’ e ‘nação’. Contribuindo para a consolidação de uma imagem da nação e do poder¹⁸.

As comemorações dispõem ainda de vetores de socialização como livros, selos, além da própria imprensa, usados para massificar sua mensagem. A adesão da imprensa às comemorações é essencial para o sucesso dos programas, ao promover campanhas de esclarecimento, principalmente, difundindo imagens e objetos preparados especialmente para a ocasião, com objetivo de ativar o envolvimento dos espectadores. Outro fator que ajuda a promover a participação é a produção de um cenário festivo, alterando o cotidiano da cidade, tanto no aspecto físico, como no psicológico¹⁹.

O público ocupa importante papel, determinando também o próprio significado das festas. Surgem, então, questões interessantes neste momento, como por exemplo, de que forma tais eventos são “lidos”, pela imprensa, e de que forma as críticas ou elogios que suscitaram fazem referência a conflitos e tensões presentes nesta sociedade. Afinal, a festa não produz necessariamente consenso, como produto da realidade social, a festa expressa essa realidade, atuando também sobre ela²⁰.

Tomar a visita belga como uma comemoração possibilitou a visualização de diversos aspectos presentes em sua construção desde a preparação do evento até a percepção da importância do público e do papel da imprensa. Sob essa perspectiva, tornou-se mais fácil observar o evento, conservando suas características peculiares. Neste ponto, o trabalho de Ian Radforth sobre a visita do príncipe de Gales ao Canadá e Estados Unidos²¹ mostrou-se muito útil ao apontar alguns caminhos pelos quais seria possível analisar esse objeto.

Radforth demonstra a importância de se estudar, primeiramente, as origens da visita, os principais atores envolvidos em sua preparação, bem como, todo o processo de construção dos itinerários a serem seguidos pelo visitante. Com relação a visita do príncipe inglês ao Canadá, Radforth dividiu sua análise em duas partes. Na primeira parte, realiza um estudo comparativo de vários eventos similares que ocorrem nas cidades canadenses, como por exemplo, as recepções reais, as inaugurações, os eventos militares e esportivos, além dos grandes bailes. A segunda parte é reservada ao estudo de questões como identidade e inclusão, ou seja, aspectos que

¹⁸ WANDERLEY, M.R. *Op.cit.*

¹⁹ GUARINELLO, N.L. *Op.cit.*

²⁰ *Idem.*

²¹ RADFORTH, I. *Royal Spectacle: the 1860 visit of the Prince of Wales to Canada and the United States*. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

perpassam as várias celebrações que ocorrem durante a visita, não se reservando a este ou aquele evento.

Tal procedimento foi extremamente elucidativo, pois, ao pensar as várias comemorações, homenagens, paradas, banquetes, e festas realizadas durante a visita dos reis belgas me deparei com uma imensa “colcha de retalhos”. Como analisar então os eventos que compõem esse episódio de uma forma criativa e crítica? Principalmente os eventos maiores, como a Parada Militar realizada no Campo de São Cristóvão ou a Parada Esportiva no Estádio do Fluminense trouxeram à tona algumas questões que estavam presentes naquele momento, respectivamente, ao papel do exército brasileiro e do esporte nesta sociedade.

Olhando com mais apuro os retalhos da colcha, percebo que ao falar da Parada Esportiva tenho também que fazer referência aos exercícios de natação do rei Alberto, bem como, às suas excursões pela Floresta da Tijuca. Observados em conjunto, esses eventos compõem um pequeno estudo sobre a prática de esportes, em um momento onde se afirmava as vantagens de sua difusão na sociedade. Desta forma, procurei desconstruir a visita, para remontá-la baseada em dois eixos. No primeiro eixo, que poderíamos chamar de ‘temático’ analisei em blocos separados eventos com características em comum, como por exemplo, as recepções reais, os eventos militares, as atividades relacionadas ao esporte, os banquetes. No segundo eixo abordei questões que não necessariamente estão ligadas a este ou aquele evento, mas que perpassam toda a visita, como as construções feitas em torno do personagem do rei.

Tal escolha não implicou necessariamente na exclusão de conceitos ligados ao imaginário, até porque, estes se mostrariam muito úteis para trabalhar as questões presentes no segundo eixo do trabalho. Principalmente com relação ao rei é perceptível que as várias imagens que se formam em volta desse personagem têm uma estrutura. Utilizo nesse sentido a noção de heroificação colocada por Raoul Girardet²². É importante também ressaltar que há todo um esforço na ‘fabricação de um imagem’ desse rei, no sentido colocado por Peter Burke.²³

²² Em seu livro “Mitos e Mitologias políticas” Girardet explora o imaginário político procurando compreender o discurso mitológico. Neste esforço divide seu livro em torno de quatro construções míticas nas quais busca ressaltar suas estruturas fundamentais. Dentre estas construções utilizarei a do Salvador, onde Girardet trabalha esta noção de heroificação, que divide em 3 períodos: o primeiro seria “tempo da espera e do apelo” onde a imagem que se forma é a do Salvador desejado; o segundo é o “tempo da presença” onde surge finalmente o Salvador; e o terceiro período é o “tempo da lembrança” onde a imagem deste Salvador sofrerá modificações de acordo com as aspirações do imaginário com tendências a combinar vários sistemas de imagens. GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²³ BURKE, P. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

Considerando a imagem real como um todo, Burke ressalta além da produção artística, a atuação pública do rei. Todo este referencial é extremamente importante para se pensar a rotina do rei Alberto durante sua estada no Brasil e como seus rituais influenciavam na fabricação de uma imagem pela imprensa.

Assim, o que proponho é um jogo de encontros²⁴ como coloca o historiador Carl E. Schorske entre esses vários estudos.

O primeiro capítulo deste estudo compreende uma localização geral, tanto do objeto (a visita) quanto de suas fontes (documentos do Ministério das Relações Exteriores e a imprensa carioca). O esclarecimento do objeto compreende uma análise do contexto político da Primeira República, procurando ressaltar a especificidade da eleição de Epitácio Pessoa, bem como sua viagem, já como presidente eleito, à Bélgica.

Com relação às fontes, é importante observar suas peculiaridades, nesse sentido realizo um estudo do Ministério das Relações Exteriores nas primeiras décadas do século XX, com especial interesse no ano de 1920, procurando compreender o papel do Ministério, seu objetivo dentro da construção do Estado brasileiro.

No entanto, o Itamaraty não é o único que ‘fala’ sobre a visita. A imprensa, especialmente a carioca, marca sua presença no momento de registrar esse acontecimento, sendo imprescindível compreendê-la dentro do espaço social que ocupava, percebendo certos aspectos de sua construção, principalmente, pensando *quem* estava atuando dentro dela.

No segundo capítulo procuro justamente estabelecer um diálogo entre o Itamaraty e a imprensa nas discussões sobre a elaboração de programas e homenagens, sobre a concessão de condecorações ou de crédito ilimitado entre outras. No entanto tais questões seriam mal compreendidas, se antes não se observasse uma questão primordial: Qual o significado da visita? Ou melhor, quais foram os significados construídos em torno desse evento, capaz de caracterizá-lo como algo tão importante, algo capaz de promover tamanha mobilização e também fazer emergir tensões latentes nesta sociedade?

Assim, a primeira parte deste capítulo é dedicada a compreensão dos vários significados construídos, com especial atenção para o papel da imprensa ao tornar público esse evento, e seus personagens principais: o rei Alberto e a rainha Elisabeth. Termina essa primeira parte analisando a discussão sobre a concessão do crédito ilimitado para a preparação e realização do evento.

Na segunda parte deste capítulo, analiso as preparações referentes ao transporte e hospedagem dos reis, as polêmicas em relação a organização dos programas e a preparação da Capital Federal, que é um ponto muito importante se considerarmos que a cidade é o lugar dos espetáculos; cenário da história onde multidões desempenham o papel da platéia, caracterizando uma nova utilização do espaço público²⁵. Bem como lugar é fruto da produção de um discurso político que a modifica segundo valores culturais²⁶.

A terceira e última parte engloba três questões que procurei ‘amarrar’ por um ponto em comum: o fato de ser um monarca visitando uma república que dias antes de sua chegada havia revogado o banimento de seus ex-imperadores. Ou seja, a visita faz reviver todo um imaginário monárquico presente em projetos como o de Celso Bayma para a criação da Ordem do Cruzeiro, ou na dificuldade de se organizar um protocolo para a recepção dos reis. Nesse sentido, uma análise da revogação do banimento da família não poderia deixar de ser colocada.

Preparado o cenário, chega o momento dos atores entrarem em cena.

O terceiro e quarto capítulos abordam dois aspectos diferentes da visita. Os itens do terceiro capítulo fazem referência aos vários eventos realizados durante a visita, a partir de uma análise temática. Assim, após uma breve análise da viagem dos soberanos, observo a importância das recepções no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, aproveitando para ressaltar alguns aspectos interessantes das viagens dos soberanos ao interior. Nos itens subsequentes ressalto a participação dos militares na visita, considerando os vários eventos em que tomaram parte; os eventos esportivos vêm em seguida, com especial atenção para a Parada Esportiva.

No penúltimo item deste capítulo englobo os vários banquetes, almoços, jantares e festas organizados em homenagem aos soberanos. Praticamente todos esses eventos contavam com um repertório selecionado para impressionar os ouvidos reais, sendo que um deles teve como objetivo justamente apresentar a música brasileira: o Concerto de Gala do Teatro Municipal com músicos do Instituto Nacional de Música. Nesse sentido, cabe observar uma interessante discussão sobre que tipo de música devia-se apresentar aos soberanos, ou melhor, que tipo de música poderia ser rotulada como ‘nacional’, como característica do Brasil. Em um âmbito

²⁴ SCHORSKE, C. E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p. 243.

²⁵ SEVCENCKO, N. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. 2ª reimpressão.São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.31

menor, mas no mesmo sentido, podemos observar essa questão com relação aos cardápios reais. Quais seriam os pratos considerados ‘nacionais’? Seriam eles oferecidos aos reais visitantes?

Contudo, ressaltar somente estes dois traços (a música e a comida) tantos nos banquetes quanto nas festas realizadas, implicaria em uma diminuição de seus significados. O banquete realizado no Palácio do Catete, por exemplo, ganhou um foco especial por trazer novamente à baila as polêmicas condecorações. Já as duas grandes festas que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, pouco antes da partida dos reis, a Festa Infantil da Quinta da Boa Vista e a Festa Veneziana serão analisadas em conjunto por terem sido ambas promovidas pela cidade.

No quarto e último capítulo abordei questões mais amplas, como por exemplo, a ‘fabricação’ realizada pela imprensa em torno da imagem do rei, com uma pequena incursão na recepção dessa imagem pela população, e o encontro deste personagem com Ruy Barbosa. Considerando que as questões trabalhadas neste segundo eixo são construídas essencialmente pela imprensa, observo também neste capítulo, o papel que esta atribuía a si mesma na cobertura de um evento tão grandioso.

Assim, ao explorar com detalhes as inúmeras cerimônias, procurando analisar suas relações com o público, e os vários significados que tal evento assume para esta sociedade, tenho como objetivo auscultar este acontecimento com o intuito de desvendar o feixe de significados sociais que ele reúne²⁷, trazendo uma grande contribuição para a compreensão da dinâmica social brasileira na década de 20.

²⁶ SCHORSKE, C. E. *Viena fin de siecle*. Campinas: Cia das Letras/Ed. Unicamp, 1988; Museu em espaço contestado: a espada, o cetro e o anel. In: *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. *Op.cit.*

²⁷ NORA, P. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, J. et al. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, S/d. p 49.

Capítulo 1

Articulando os atores: Epiácio Pessoa, o Itamaraty e a Imprensa.

1.1 - A eleição de Epiácio Pessoa e sua relação com a viagem dos reis belgas ao Brasil.

Uma das primeiras perguntas que devem ser feitas, antes de se estudar a visita dos soberanos belgas, é justamente, porque os reis belgas vieram ao Brasil. A resposta a tal pergunta está intimamente ligada à eleição de Epiácio Pessoa a presidência da República em 1919.

Enquanto representava o Brasil na Conferencia de Paz em Versalhes, Epiácio Pessoa é indicado como candidato para presidência. Com o apoio principalmente das oligarquias mineira e gaúcha, o senador da Paraíba sai vitorioso das urnas em abril de 1919. No entanto, só regressaria ao Brasil em 21 de julho de 1919, pois, como presidente eleito, recebe inúmeros convites para visitar várias nações, dentre elas a nação belga. A viagem da comitiva brasileira à Bélgica ajudou então, no estreitamento dos laços entre as duas nações, gerando posteriormente o convite de Epiácio para que os reis belgas visitassem o Brasil.

Considerando as características da eleição de Epiácio Pessoa, vemos que ela foge aos padrões estabelecidos na Primeira República. Proveniente do pequeno estado da Paraíba, o senador não teria chances de angariar tal posição.

No entanto, mudanças presentes no quadro brasileiro tornariam possível sua indicação para presidência, como ele mesmo coloca:

Nunca aspirei a presidência da República (...) porque a máquina política do país estava montada de tal maneira que ao representante de um estado pequeno, como a Paraíba, não era lícito levar tão longe a sua ambição. De fato, só as circunstâncias as mais variadas e imprevistas - a oposição do Rio Grande do Sul a qualquer candidatura paulista ou mineira, as apreensões que infundia à política dominante dos estados, a candidatura de Rui Barbosa, a minha ausência do país no desempenho de uma função de alto relevo, a independência em que sempre me conservara entre os partidos políticos, o meu alheamento à luta que se travava em torno da sucessão do Conselheiro Rodrigues Alves, (...) tornaram possível a escolha de meu nome²⁸.

As observações de Epiácio recaem sobre a dinâmica política da Primeira República brasileira. Analisando um pouco desta dinâmica, vemos que a instabilidade política que marcou os primeiros anos da república brasileira foi em parte controlada pelo novo pacto de poder²⁹ configurado pela política dos governadores implementada pelo presidente Campos Sales. Esta

²⁸ PESSOA, E. *Pela Verdade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925, p.198.

²⁹ CARVALHO, J.C. *Os bestializados*. 3.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 31.

política marcaria a Primeira República brasileira, consolidando o federalismo e o poder das oligarquias, caracterizando este período como tempo do liberalismo oligárquico³⁰. Um regime extremamente limitado, marcado pela dominação de poucos, com pequenas possibilidades para expansão da cidadania³¹.

O federalismo implantado possibilitou o fortalecimento dos poderes dos estados e municípios consolidando a influência respectivamente das oligarquias e dos coronéis na vida local. Desta combinação emerge, então, uma “república preocupada com a manutenção da ordem, mesmo a cassetada, descrente da soberania popular e ciosa da missão das elites – a de condutoras dos destinos da nação”³².

Com relação à dinâmica política da Primeira República, é importante percebê-la à luz de estudos que procuram rever a suposta estabilidade da aliança entre Minas e São Paulo, existente em abordagens mais clássicas sobre o período³³. Ressalto então, o artigo de Marieta de Moraes sobre a Reação Republicana e a crise política dos anos 20, onde a historiadora propõe uma revisão da atuação dos estados de São Paulo e Minas Gerais, relativizando seu papel hegemônico no jogo político nacional³⁴. Nesse sentido, destaco também o estudo de Claudia Maria Ribeiro Viscardi³⁵, onde a aliança de São Paulo e Minas Gerais é caracterizada por momentos de aproximação e de desconfiança, demonstrando seu caráter conflituoso, de extrema rivalidade, sendo que, a própria instabilidade desta aliança contribuía para dar estabilidade ao sistema, pois, impedia, que se perpetuasse a hegemonia de apenas um grupo, evitando, então, a exclusão permanente de outros.

Neste sentido, as sucessões presidenciais eram momentos cruciais, propícios para discussões e para formação de alianças, que geravam sérias tensões, constituindo-se em um “problema ardente”³⁶ para o regime.

³⁰ RESENDE, M.E.L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (org.). *Op. cit.* p. 91.

³¹ *Ibidem*, p.104.

³² *Idem*.

³³ LESSA, R. *Invenção republicana*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988; CARONE, E. *A primeira república (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975; IGLESIAS, F. *Trajatória política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

³⁴ FERREIRA, M.M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.6, n.11, 1993.p.9-23. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/> Acesso em: 05 de maio de 2005.

³⁵ VISCARDI, C.M.R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do ‘café com leite’*. Belo Horizonte: C/A, 2001.

³⁶ FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. Rev. São Paulo: Globo, 2001, p. 651.

É interessante observar certas características recorrentes a este processo apontadas por Viscardi. A autora identifica que existia inicialmente uma hierarquia entre as oligarquias, estabelecida através do maior número de representantes e na sua dependência do governo federal. Assim, temos em primeiro plano os grandes estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; em um segundo plano temos os estados médios da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco; e os demais estados classificados como os ‘pequenos’ que exerceriam pouca influência nas decisões nacionais³⁷.

As sucessões seriam também momentos oportunos para uma renovação, mesmo que parcial, do poder. A cada eleição ocorreria então uma redistribuição de cargos, mas que não incluiria a totalidade da elite política, pois, havia a rejeição de certos atores para presidência, como, por exemplo, Rui Barbosa. Este não seria confiável, assim como, os políticos oriundos de pequenos estados, que tinham pouca influência³⁸.

Como já foi colocado anteriormente, havia a exclusão de grande parcela da população. No entanto, nas décadas de 10 e 20 os setores populares urbanos começam a exercer pressão sobre o sistema oligárquico³⁹, cobrando a participação política, antes restrita às classes dominantes. É um período agitado e de profundas modificações, com a eclosão de graves conflitos entre as oligarquias⁴⁰. Assim, com a entrada em cena de novos atores, seria necessário uma mudança nos critérios de alocação de poder do regime, o que não ocorre. O regime não se flexibiliza, aumentando os protestos e a instabilidade política.

Após a visualização destas características, voltamos nossa análise para o processo que levou Epiácio Pessoa à presidência. Na análise de Viscardi, a eleição de Epiácio dialoga diretamente com a segunda candidatura de Rodrigues Alves. Isto porque, a morte do mesmo foi um dos elementos responsáveis pela eleição do outro.

A segunda eleição de Rodrigues Alves, tendo como vice o representante mineiro Delfim Moreira é marcada pela ausência de disputas prévias, o que se explica, em parte, pela morte de Pinheiro Machado. A saída de cena do representante do Rio Grande Sul abala o desempenho político do estado, deixando o caminho livre para uma articulação entre São Paulo e Minas Gerais. Outra explicação para a tranquilidade que marcou a eleição de Rodrigues Alves é

³⁷ VISCARDI, C.M.R. *Op. cit.* p.52.

³⁸ *Ibidem*, p. 61-2.

³⁹ RESENDE, M.E.L. *Op. cit.* p. 104.

⁴⁰ COSTA, E.V. *Da monarquia à República. Momentos decisivos*. 7^a.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 393

justamente a falta de políticos habilitados para ocupar o cargo, ou seja, a primeira geração de políticos republicanos estava envelhecida e os políticos jovens ainda não estavam consolidados no cenário político. Como coloca Joseph Love: “A eleição de dois homens moribundos era sintomática do fracasso dos republicanos históricos para transferir o poder a uma geração mais jovem (...)”⁴¹. Com a morte de Rodrigues Alves, o único dos grandes políticos ainda vivos era Rui Barbosa.

O processo de escolha do nome de Epitácio apresentou características bem diferenciadas se comparado ao de Rodrigues Alves. Marcado pela retomada de poder por parte do Rio Grande do Sul em torno da figura de Borges de Medeiros, a escolha de Epitácio estaria vinculada a uma recusa por parte deste estado em apoiar um candidato oriundo de Minas Gerais ou de São Paulo.

Paralelamente, a candidatura de Rui Barbosa crescia com o apoio do Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina e Mato Grosso. São Paulo procura, então, se aproximar de Minas Gerais para formar uma aliança. Tal esforço paulista para a definição de um candidato junto às lideranças mineiras gerou uma forte reação por parte do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. A criação da ‘concentração dos estados’ logo em seguida, pode ser entendida, coloca Viscardi como uma forma de fazer frente a uma eventual aliança entre Minas e São Paulo. Liderada por Lauro Muller, a “concentração” aprovou a realização de uma Convenção onde seria escolhido o sucessor de Rodrigues Alves.⁴²

Apesar de ter sido o primeiro estado a cogitar o nome de Epitácio Pessoa, São Paulo procura manter candidato próprio na figura de Altino Arantes. Epitácio Pessoa, senador pelo Estado da Paraíba havia se destacado na defesa da candidatura de Rodrigues Alves, contra provocações de Rui Barbosa, seu nome gozava de certo destaque no meio político e atendia às exigências de Borges de Medeiros por um candidato neutro⁴³.

Epitácio Pessoa iniciou sua carreira política em 1890, ao ser eleito deputado federal. Em 1898, é convidado por Campos Sales para ocupar o cargo de ministro da Justiça. Durante sua gestão, atuou no Projeto do Código Civil e na reforma do ensino secundário e superior no Código de Ensino de 1901. Acaba deixando o cargo devido às várias revoltas estudantis, pois, as reformas no ensino foram mal recebidas pelos estudantes. É nomeado por Campos Sales Ministro do Supremo Tribunal Federal, e depois, procurador geral da Republica. Trabalha na Junta

⁴¹ LOVE, J. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p.193. Apud VISCARDI, C.M.R. *Op. cit.*p. 264.

⁴² VISCARDI, C.M.R. *Op. cit.* p.270.

⁴³FAORO, R. *Op.cit.*p.680.

Internacional de Jurisconsultos, com o fim de estudar o projeto do Código de Direito Internacional de Jurisconsultos, e se aposenta no Supremo Tribunal Federal por motivos de saúde. Mesmo aposentado, aceita o pedido para ocupar a cadeira de senador pelo Estado da Paraíba⁴⁴.

Como senador, teria uma posição de destaque, escolhido como orador oficial do banquete oferecido em honra dos candidatos à presidência Rodrigues Alves e Delfim Moreira⁴⁵. Interessante ressaltar que seu nome havia sido cogitado por Rodrigues Alves para ocupação do Ministério do Interior, no entanto, a indicação não é efetuada, pois, “não se deveria entregar postos-chaves a pequenos estados”⁴⁶. Ao senador paraibano seria entregue, afinal, uma missão: a de chefiar a delegação brasileira na Conferência de Paz em Versalhes, cargo oferecido primeiramente à Rui Barbosa, que o recusa, passando-o então a Epiácio.

Assim, Borges de Medeiros lançava o nome de Epiácio Pessoa, rejeitando o nome de Altino Arantes, e recebendo apoio do Rio de Janeiro. Mas, o suporte crucial vem de Minas Gerais, que ao apoiar o nome de Epiácio Pessoa torna inviável uma aliança com São Paulo.

Os nomes de Epiácio Pessoa e Rui Barbosa são levados para a Convenção, sendo escolhido o primeiro. No entanto, Rui Barbosa continua com sua campanha, “o proscrito das oligarquias” como coloca Faoro, obteve vitória nas suas bases, com a maioria dos votos da Capital Federal, e de vários centros urbanos, inclusive Salvador⁴⁷, o que não foi suficiente para lhe garantir a vitória.

A escolha de Epiácio Pessoa ocorreu justamente devido à ausência de um acordo entre as principais oligarquias, somente um candidato neutro poderia ocupar o cargo. Tal processo foi marcado por intensa mobilização por parte da ‘concentração dos estados’, vetando o nome paulista e lançando os nomes de Rui Barbosa e Epiácio Pessoa, e também por parte do Rio Grande do Sul, retomando sua esfera de atuação na dinâmica política.

Pelo fato de provir de um pequeno estado, Epiácio sofreria limites quanto ao exercício de seu poder, sobressaindo a influência de Minas Gerais sobre o governo. Tal fato ressaltado por Viscardi⁴⁸, também é apontado por Faoro, ao observar que o governo de Epiácio seria marcado

⁴⁴ ABREU, A..A. (*et. ali*). *Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro pós –1930*. 2.ª ed. Vol IV. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 4581.

⁴⁶ VISCARDI, C.M.R. *Op. cit.* p. 265.

⁴⁷ FAORO, R. *Op.cit* p.689

⁴⁸ VISCARDI, C.M.R. *Op. cit.* p. 289.

então por uma “acefalia da presidência”⁴⁹. No entanto, o período em que Epiácio permaneceu à frente da presidência (de 1919 a 1922) é marcado por intensas agitações, especialmente o ano de 1922 que “aglutinou uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro”⁵⁰. Tais eventos⁵¹ constituem alguns exemplos das grandes modificações pelas quais passava a sociedade brasileira, com um crescimento populacional acelerado e em pleno processo de modernização, visível principalmente nas cidades. É perceptível a emergência de novos grupos sociais como as camadas médias e a classe trabalhadora. O último ano do governo de Epiácio será marcado ainda pela comemoração do Centenário da Independência, um momento rico para se trabalhar questões como a reconstrução de uma identidade nacional⁵². Assim, episódios como a revogação do banimento da família real assinado por Epiácio em setembro de 1920, evento altamente noticiado pela imprensa e a própria visita dos reis belgas nos meses de setembro e outubro do mesmo ano, merecem um estudo mais apurado. Principalmente o último, objeto de grande mobilização da sociedade que preparou inúmeras festas e passeios para seus reais visitantes, e procurou deixar guardado em sua memória tão ilustre visita com a confecção de álbuns, medalhas e monumentos.

Por fim, podemos dizer que um estudo da visita dos reis belgas ao Brasil começa, precisamente na Bélgica, onde é possível ter uma pequena amostra de algumas das preocupações que irão permear o evento de 1920, passo então para uma análise da viagem de Epiácio Pessoa à Bélgica.

1.1.1 - A visita de Epiácio Pessoa à Bélgica.

Como presidente eleito Epiácio Pessoa faz uma série de viagens pela Europa e pelos Estados Unidos. Sua primeira parada é a Bélgica. As fontes utilizadas para a análise de tal visita são os relatórios do representante brasileiro em Bruxelas e as observações feitas pela filha de Epiácio, Laurita Pessoa que também fazia parte da comitiva brasileira.

⁴⁹ Ibidem, p. 680.

⁵⁰ FERREIRA, M.M. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (org.). *Op. cit.* p. 389.

⁵¹ Faço referência aqui às crises entre o governo e os militares, em específico, a revolta dos 18 do Forte de Copacabana, ao pensamento de vanguarda expresso na Semana de Arte Moderna em São Paulo, e a outros eventos importantes como a fundação do Partido Comunista do Brasil.

⁵² Sobre o Centenário da Independência em 1922 ver o estudo de MOTTA, M. S. *Op. cit.*

As impressões de Laurita sobre o evento são bem eloqüentes, afinal, a Grande Guerra destacou as figuras do rei Alberto I e da rainha Elisabeth, “cuja lenda enchia a Europa”, seria emocionante conhecer os soberanos, “ele pela coragem cívica e militar, ela pelas obras de caridade. Conhecê-los era então o sonho de muita gente”⁵³.

Epitácio Pessoa também demonstra sua admiração, especialmente com relação ao rei Alberto:

(...) o monarca de maior renome no mundo, aquele que pela lealdade à fé dos tratados não duvidara em sacrificar a sua nobre pátria às represálias cruéis de um adversário incomparavelmente mais forte e, notável já pela inteligência (...) conquistara, da admiração e do reconhecimento da civilização universal, o cognome para sempre memorável de rei-Herói⁵⁴.

O relatório do representante brasileiro em Bruxelas, sr. Barros Moreira é bem detalhado sobre as atividades realizadas durante a visita. Sobre a recepção da comitiva brasileira, o representante descreve que aguardavam-na um regimento de carabineiros com bandeira e música, junto a estes, estavam Suas Majestades o rei Alberto e a Rainha Elizabeth; “Exatamente dentro do horário, às 8 e 45 minutos da tarde, entrava na gare o comboio, ao som do nosso hino (...)”⁵⁵.

O programa da visita à Bélgica incluiu excursões a centros usineiros da capital, e ao interior do país, onde ainda se notavam os estragos da Grande Guerra. Sobre estes passeios, Barros Moreira comenta que: “O acolhimento do povo e autoridades locais aos dois altos personagens foi dos mais entusiasticamente cordiais. Em Seraing, como em Louvain. Exmo. Sr. Presidente fez uso da palavra com a eloqüência que lhe é própria e que produziu aqui uma grande impressão”⁵⁶. Um dos pontos altos da visita foi o jantar de gala oferecido pelos soberanos à Comitiva brasileira no Palácio Real. Interessante reproduzir trechos do discurso do rei Alberto, onde fica claro que a grande relevância da aliança Brasil-Bélgica repousava justamente no apoio dado pelo parlamento brasileiro contra a ofensiva alemã sobre território belga. Este ponto será mencionado várias vezes em outros discursos do rei Alberto.

Au moment où je lui adresse une chaleureuse bienvenue, je tiens particulièrement à évoquer le souvenir précieusement gardé de la fière et courageuse déclaration que le Brésil a faite seul lors de la barbare invasion de la Belgique.⁵⁷

⁵³ GABAGILIA, L.P.R. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. São Paulo: José Olympio, p.296.

⁵⁴ *Apud* SILVA, H. *História da República Brasileira*. São Paulo: Ed Três, v.5. 1975-9.P.79.

⁵⁵ Relatório de Barros Moreira a Domicio Gama 12 de maio 1919. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas*. Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty Estante 205, prateleira um, volume 06.

⁵⁶ *Idem*.

⁵⁷ *La Presse*, Bruxelas, 10 de maio de 1919. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas.Op.cit.*

Rei Alberto classifica como “inestimável” a amizade que une as duas nações, terminando seu discurso desejando votos de sucesso e glória para o governo de Epitácio Pessoa.

A resposta do presidente brasileiro ao discurso do rei ressaltou o papel proeminente das instituições liberais belgas que serviriam de modelo para Brasil:

Les institutions libérales de la Belgique qui inspirèrent si souvent notre administration, sa législation admirable, que nous avons tant de fois copiée, comme l’expression de la culture juridique la plus avancée, la prospérité et la perfection de ses industries, si appréciées sur nos marchés, la collaboration confiante que ses capitaux ont apportée à l’activité brésilienne, tous ces points de contact ont créé entre la nation belge e le Brésil, à côté de la plus étroite solidarité d’intérêts matériels, la plus parfaite identification morale⁵⁸.

Epitácio menciona também o estreitamento das relações comerciais, elogiando a próspera indústria belga, assim como os investimentos que seriam agora direcionados ao Brasil. Mais à frente em seu discurso, Epitácio explica que a ‘estreita solidariedade’ e a ‘mais perfeita identificação moral’ existente entre os dois países, foram cruciais para que o Brasil se manifestasse em 1914 contra a violação da neutralidade belga pela Alemanha:

(...) le Brésil, malgré les considérables intérêts économiques que représentaient nos relations avec l’ envahisseur et malgré l’incertitude de la victoire à cette époque, fut la seule nation neutre qui protesta contre cet attentat innommable et qui vous apporta l’appui moral de sa solidarité⁵⁹.

Tal ação brasileira explicava, segundo Barros Moreira, o “caloroso acolhimento” que a comitiva brasileira estava recebendo, tanto o discurso do rei quanto o de Epitácio pronunciados no banquete de gala, foram reproduzidos integralmente nos jornais anexados ao relatório de Barros Moreira⁶⁰, infelizmente não foram incorporadas ao relatório mais notícias sobre o evento, o que seria interessante para se ter uma visão mais apurada das impressões deixadas pela visita do presidente brasileiro.

Ainda durante o jantar de gala, o soberano belga presenteia Epitácio Pessoa com uma condecoração, que mesmo banida pela Constituição de 1891 por ser considerada um símbolo da monarquia⁶¹, é aceita pelo presidente. Laurita Pessoa observa então porque Epitácio resolveu aceitar um presente tão polêmico:

Pareceu a Epitácio que a restrição não se podia estender às comendas oferecidas por nações estrangeiras, em caráter diplomático, pois recusá-las importaria em um ato indelicado para com o ofertante – espécie de lição de desprendimento, inoportuna e descortês. Após reflexão, deliberou

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Os jornais anexos ao relatório são: *La Presse e Le Soir*. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas*. Op.cit.

⁶¹ Informação de Américo Jacobina Lacombe. *Apud* LUSTOSA, I. *Histórias de Presidentes - a República no Catete*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Fundação Casa de Rui Barbosa/Vozes, 1989.

aceitar esta e as demais grã-cruzes que lhe fossem oferecidas no decorrer das suas excursões oficiais e usá-las, na ocasião própria, no estrangeiro, poupando-se ao Brasil o vexame da recusa. E assim o fez ⁶².

Rodrigo Otávio explica que até o governo de Epitácio Pessoa as condecorações não eram aceitas no Brasil, um exemplo seria a “atitude intransigente” de Campos Sales que se recusa a receber as condecorações oferecidas a ele pelo Rei Humberto da Itália ⁶³. Como membro da comitiva brasileira, Rodrigo Otávio faz algumas observações sobre o episódio na Bélgica: “Alberto, dirigindo-se ao Presidente do Brasil, pediu licença para colocar-lhe no peito a grã cruz da mais alta ordem belga, afim de que ele assim se sentasse a seu lado, naquela festividade em que se ia encontrar com o grande mundo belga”⁶⁴. O gesto do rei, segundo Rodrigo Otávio tinha o objetivo apenas “de prestar homenagem ao seu hospede eminente, não era possível opor qualquer objeção”⁶⁵. A partir daí Epitácio não recusaria mais condecorações, receberia outras na Inglaterra, Itália, França e Portugal. As condecorações continuariam proibidas pela Constituição brasileira, quando mais tarde o rei Alberto visita o Brasil, e mais uma vez tal proibição geraria polêmicas...

Voltando para o relatório do representante brasileiro, no terceiro dia da visita, o presidente brasileiro recebeu na Chancelaria da Legação um grupo de industriais belgas, sendo oferecido também um almoço em nome do presidente no Cercle Noble, “o mais aristocrático dos centros sociais de Bruxelas”, festa que segundo Barros Moreira “retribuiu dignamente o banquete no Palácio Real”. Exemplar, também, teria sido o comportamento da comitiva brasileira, especialmente do presidente e sua família:

(...) um homem de verdadeiro talento e savoir faire que, com sua esposa – uma verdadeira grand dame, inteligente e culta – e sua filha – menina perfeitamente bem educada – deixaram neste meio a mais francamente lisonjeira das impressões, como pessoas de apurada cultura e fina inteligência, que amplamente fizeram jus ao que encontraram em todos os círculos, a contar do de Suas Majestades⁶⁶.

⁶² GABAGILIA, L.P.R. *Op. cit.* P. 297.

⁶³ OCTAVIO, R. *Minhas Memórias dos Outros*. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1935.p.221-222.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 226.

⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶ Relatório de Barros Moreira a Domicio Gama 12 de maio 1919. *In: Offícios da Legação Brasileira em Bruxelas, Op.cit.*

A visita de Epitácio a Bélgica teria sido, na opinião de Barros Moreira, um sucesso. O representante brasileiro estava convencido que “como propaganda do Brasil, nenhuma poderia ser melhor que esta decorrente da visita oficial do próximo Presidente da República”⁶⁷.

A experiência da visita aqui descrita é importante ao fornecer algumas pistas sobre a delicada questão de expor a imagem do Brasil em um círculo social tido como extremamente civilizado, ou seja, na corte dos soberanos mais populares no momento, admirados e ovacionados. Era imprescindível que a visita derivasse em uma boa exposição do país. Assim, o comportamento da comitiva deveria ser condigno ao exigido pela corte, civilizado, culto, formal...

A utilização dos relatórios de Barros Moreira deixa já aparente que a participação do Ministério das Relações Exteriores na visita dos reis belgas ao Brasil no ano seguinte seria considerável. Encarregado de organizar a visita, o Ministério vai seguir algumas regras para realizar tal tarefa, regras estas, presentes em sua estrutura, em sua formação. É preciso, então, conhecer esta instituição, reconhecer ‘quem está falando’, no entanto, esta instituição não está pensando a visita sozinha.... Há mais atores em jogo.

1.2 - Quem fala sobre a visita? Pensando os atores.

Grande parte da organização dos festejos fica à cargo do Ministério das Relações Exteriores, principalmente aqueles realizados no Distrito Federal. Todos os programas deveriam ser aprovados, pelo menos para serem executados, sendo as cerimônias regidas pelo cerimonial brasileiro determinado pelo Regulamento do Ministério.

Serão analisados neste estudo, principalmente: a pasta sobre a visita que contém documentos sobre sua preparação e organização; os Ofícios da Legação Brasileira na Bélgica, documentação que já foi utilizada anteriormente sobre a visita de Epitácio Pessoa à Bélgica e que aborda principalmente a organização da viagem dos soberanos belgas de ida e volta ao Brasil, cujo principal encarregado seria o representante brasileiro em Bruxelas, sr. Barros Moreira; e os relatórios anuais do Itamaraty.

Esta documentação aborda basicamente a preparação das festas e da viagem dos soberanos, com algumas referências posteriores ao evento, como por exemplo, os documentos

⁶⁷ Idem.

que indicam a construção de um monumento em comemoração à visita, e também sobre a confecção de algumas medalhas com o mesmo propósito. O relatório do Ministério do ano de 1921 também é uma boa fonte, e traz uma avaliação do evento reportando aos seus principais acontecimentos. É perceptível que a documentação deixa uma lacuna importante, não há registros feitos durante a estada dos soberanos no Brasil, estes registros seriam feitos por outros atores: a imprensa.

Seu importante papel na mobilização dos indivíduos e na difusão do objeto comemorado, faz da imprensa o interlocutor ideal com relação às ações do governo, com suas impressões singulares sobre como deveriam ser planejados os festejos. É preciso, então, analisá-la dentro do espaço social que ocupava, percebendo certos aspectos de sua construção, principalmente, pensando *quem* estava atuando dentro dela. A visita foi amplamente documentada pela imprensa, sendo necessário a seleção dos jornais e revistas que serão analisados. Procurei escolher jornais e revistas de grande circulação e que possuíssem algumas características singulares como *O Paiz*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *A Noite*; e as revistas ilustradas *Fon-Fon!*, *Careta*, *O Malho* e *D.Quixote*. Acrescento a estes periódicos, que foram pesquisados abrangendo todo o ano de 1920, os recortes de jornais que constam dos álbuns produzidos pela Agência América, mas que se restringem ao período da visita.

Parto então para uma análise geral destes atores, procurando identificar, no caso do Itamaraty, como se constitui esta instituição, sua organização e principalmente quem estava atuando dentro dela. Começo então como uma análise do Ministério das Relações Exteriores.

1.2.1 - O Ministério das Relações Exteriores.

A crescente política externa brasileira levou a uma expansão nos quadros do Ministério das Relações Exteriores, órgão do Estado encarregado de tal função. Neste sentido, a administração do Barão de Rio Branco (1902-1912), pode ser caracterizada como um divisor de águas⁶⁸, passando o Ministério a ocupar um lugar de destaque no primeiro escalão administrativo. Rio Branco procurou expandir os serviços externos brasileiros e tornar o Brasil mais conhecido no mundo. Uma de suas estratégias foi aumentar a presença brasileira nas conferências internacionais, um exemplo, foi a Conferência de Paz em Haia em 1907. Segundo Clodoaldo

Bueno, a posição firme do Itamaraty no grande palco da política mundial funcionou como um catalisador, ao reanimar sentimentos de orgulho nacional ⁶⁹.

Um ponto crucial da administração de Rio Branco foi a reorientação da política externa brasileira, que se voltou para os Estados Unidos, ou seja, o eixo diplomático deslocou-se de Londres para Washington. Exemplo claro de tal mudança, foi a elevação da legação brasileira em Washington à categoria de embaixada em 1905, marcando o começo de uma estreita aliança entre Brasil e Estados Unidos, aspirando o primeiro à supremacia política na América Latina. Além disso, os Estados Unidos era o grande importador de produtos brasileiros à frente da Grã-Bretanha.

Este crescimento em importância do ministério leva Rio Branco a colocar em prática uma série de mudanças no corpo administrativo, ou seja, na Secretaria de Estado e no Corpo Consular e Diplomático. Mas, foi na Secretaria de Estado onde realizou mais mudanças. Tal órgão tinha como objetivo processar com mais rapidez as informações recebida do exterior, sendo isto, indispensável para a elaboração dos seus planos de ação ⁷⁰.

Assim, Rio Branco coloca em seu relatório ao presidente Rodrigues Alves, que a Secretaria estava obsoleta e precisava aumentar o número de funcionários.

A Secretaria das Relações Exteriores está precisando de uma reforma urgente que a ponha em condições de poder satisfatoriamente dar conta de todos os negócios que por ela correm. É por esta repartição que o Brasil se corresponde com o estrangeiro e, pois, não deve ela merecer menos atenção e cuidado que outras.(...)A insuficiência numérica e pessoal, já reconhecida pelos meus três predecessores em seus relatórios, torna-se cada vez mais sensível, prejudicando o bom andamento da alguns serviços e tornando impossível a execução de outros. (...)Ao passo que nos últimos quarenta e cinco anos as nossas relações políticas e comerciais com o estrangeiro tem tido notável desenvolvimento e o trabalho dos empregados da Secretaria tem aumentado com a criação de serviços novos (...) Não é razoável nem justo que funcionários de uma Secretaria como esta, obrigados mais do que outras a certa representação, tenham vencimentos inferiores aos dos empregados do Tesouro Federal, da Direção Geral de Contabilidade da Guerra, da Contadoria da Marinha e de outras Repartições ⁷¹.

Neste trecho do relatório anual, é clara sua visão do papel proeminente do Ministério dentro do Estado, que não poderia ser considerado de menor importância em relação a outras instituições. E para exercer papel tão importante, precisaria de mais funcionários com maior

⁶⁸ BUENO, C. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. P.128.

⁶⁹ Ibidem.p.395.

⁷⁰ CASTRO, F.M de O. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

⁷¹ Apud CASTRO, F.M de O. *Op. cit.*p.198-199.

remuneração, devidamente justa, ao considerar que os mesmos têm funções a mais que os do Tesouro Nacional. Afinal, é por esta repartição que o Brasil se corresponde com o estrangeiro.

Tal posição de Rio Branco caracteriza uma disputa por poder e por prestígio dentro do Estado. A comparação com outras instituições deixa clara uma certa visão sobre a que o Estado deveria ou não dar mais atenção, assim como, o atendimento ou não de tais demandas, demonstraria sua importância dentro deste Estado.

Levando em consideração que as modificações exigidas por Rio Branco foram todas atendidas, dando uma nova organização à Secretaria de Estado que ficou conhecido como Regulamento Rio Branco, fica clara a posição de destaque que ocupa o Ministério das Relações Exteriores e sua importância para a construção deste Estado nas primeiras décadas do século XX. No entanto, mesmo já sendo parte do Estado, tal instituição não está isenta de disputas por mais poder e pela colocação em prática, do que seria a seu ver sua função para o Estado.

Tal fato pode ser verificado na administração dos ministros que sucederam Rio Branco, e que também procuraram fazer modificações no quadro administrativo, através da aplicação de novos regulamentos. Como o período que mais nos interessa é o da visita dos reis da Bélgica, passaremos, então, para as modificações feitas por Azevedo Marques, jurista indicado ao posto de ministro das Relações Exteriores pelo então presidente Epitácio Pessoa.

Azevedo Marques justifica a reorganização do ministério devido à expansão das relações internacionais brasileiras, principalmente, após a participação brasileira na Grande Guerra e na Conferência de Paz em Versalhes. Nesse sentido, o Ministério é colocado como o principal veículo do governo para estimular a política comercial, com o objetivo de fornecer informações comerciais e amostras dos produtos brasileiros às firmas estrangeiras. O critério que presidiu à organização da Secretaria tinha como objetivo:

(...) desenvolvimento dos serviços consulares em consequência do aumento progressivo das relações comerciais do Brasil com os países estrangeiros. Estes serviços que pelo Regulamento anterior estava a cargo de uma única seção com pessoal limitado e deficiente para favorecer a expansão econômica e comercial do Brasil e fomentar o desenvolvimento do seu comércio exterior, passaram a ser exercidos por uma Diretoria Geral, denominada dos Negócios Comerciais e Consulares. Esta Diretoria Geral ficou dividida em duas seções cujos serviços estão distribuídos de acordo com um critério geográfico. Expediente consular e comercial relativo a Europa, Ásia, África e Oceania; e outra relativa a América ⁷².

⁷² *Relatório de 01 de maio de 1919 a 3 de maio de 1920*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty.

Isto deixa claro, a contínua demanda do Ministério por mais funcionários à medida que vai crescendo sua importância, se tornando cada vez mais especializado, e controlado. Tal controle incide inclusive sobre o corpo de funcionários, com o aumento, por exemplo, de sua lista de deveres:

Os consulados honorários, em maior número, cerca de 80 desses nenhum serviço prestam, porque nunca lhes foi exigido nada. Governo vai dirigir ofícios a todos eles, remetendo publicações sobre o Brasil, mapas, legislação, etc. providenciando para que doravante lhes sejam enviadas a folha oficial e todas as publicações que recebem os Consulados de carreira, exigindo que eles trabalhem e remetam relatórios, informações comerciais, tudo que possa favorecer intercâmbio comercial. Aqueles que não cumprirem essas determinações serão cassadas as nomeações⁷³.

A legislação sobre os concursos para ingresso nos quadros de funcionários, também aponta neste sentido. A reforma Azevedo Marques uniformiza os concursos para os cargos iniciais da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e dos Corpos Diplomáticos e Consulares, que são minuciosamente regulamentados. Somente nos cargos iniciais eram realizados concursos, os cargos mais elevados eram preenchidos através de nomeações feitas pelo ministro. Eram nomeados por decreto: o sub-secretário, os diretores gerais, o consultor jurídico, os diretores de seção e o primeiro e segundo oficiais.

Com relação aos concursos, o mais rigoroso era para Segundo Secretário do Corpo Diplomático que exigia certidão de curso completo de instrução superior. Todos os concursos pediam o preenchimento de certas categorias básicas como:

qualidade de brasileiro; capacidade física consciente de não sofrer de moléstia incurável ou contagiosa, deformação ou mutilação que impossibilitem ou dificultem a atividade e a representação da carreira do Ministério; ter boa conduta moral e civil; ter entre 20 e 30 anos⁷⁴.

As matérias exigidas nas provas eram basicamente:

línguas portuguesa, francesa e inglesa, faladas com fluência e escritas corretamente e a escolha do candidato, italiano ou espanhol; história e geografia especialmente do Brasil; aritmética; caligrafia e datilografia; noções dos Direitos Internacional, Constitucional e Administrativo e conhecimento sucinto dos Direitos Civil e Comercial⁷⁵.

É perceptível a produção de certas categorias diante desta regulamentação, de um indivíduo altamente qualificado, 'de boa conduta', com amplos conhecimentos do Direito, o que

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

aponta para o reconhecimento de uma certa formação considerada essencial para exercer estas funções, ou seja, a partir do momento em que se tem uma maior necessidade da atuação deste setor, ele passa por uma maior regulamentação e principalmente por uma maior especialização.

O crescente prestígio desta instituição dentro do Estado possibilitou que ampliasse seu número de funcionários, o que implicou também em uma maior regulamentação sobre estes, selecionados dentre a elite intelectual do país, como foi possível verificar através dos concursos. É a esta instituição que se entrega a tarefa de organizar as várias cerimônias que seriam realizadas durante a visita dos reis da Bélgica, tarefa esta que seria observada atentamente pela imprensa.

1.2.2 - A imprensa no alvorecer de um novo século: análise dos jornais selecionados.

“O jornal, na alvorada do século, ainda é a anêmica, clorótica e inexpressiva gazeta da velha monarquia, coisa precária, chã, vaga, morna e trivial”⁷⁶.

O olhar negativo de Luiz Edmundo sobre a imprensa no início do século XX logo seria contrastado com um rápido processo de modernização e crescimento pelo qual passaria a mesma, o “novo jornalismo”, como coloca Sevcenko⁷⁷, entraria em cena.

A década de 80 do século XIX é testemunha de um grande crescimento populacional acompanhado do surgimento dos primeiros jornais com características mais populares como a *Gazeta de Noticias* em 1875, *O Paiz* em 1884 e *Cidade do Rio* em 1888. As agitações promovidas pelos movimentos abolicionista e republicano influenciam na crescente politização da população urbana, aos jornais já citados segue-se a criação do *Jornal do Brasil* em 1891 e do *Correio da Manhã* em 1901⁷⁸.

Com novas técnicas de impressão e edição a imprensa brasileira entra em uma nova era, onde os jornais ficam mais baratos possibilitando a ampliação de seu consumo. A própria estrutura do jornal se modifica, ganha características empresariais⁷⁹, inundando as sociedades urbanas com uma quantidade considerável de informações sobre tudo, trabalho, diversão, esportes, comércio..., característica observável em suas diversas colunas, passa a atrair grande

⁷⁶ EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal – vol. 1. p. 553.

⁷⁷ SEVCENCKO, N. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 4.ª edição, 1995. p. 119

⁷⁸ NEEDELL, J. *Belle époque tropical*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1993. p. 229-230.

⁷⁹ SODRE, N.W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

quantidade de capitais. Aos poucos, vai desaparecendo o “jornal de circunstância, arrimado a uma figura de prestígio”, tomando seu lugar uma “empresa jornalística cada vez mais complexa”⁸⁰, como observa o personagem do livro de Lima Barreto:

(...) hoje é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também...É um poder vago, sutil, impessoal, que só poucas inteligências podem colher-lhe a força e a essencial ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade! São grandes empresas, propriedades de venturosos donos, destinadas a lhes dar o domínio sobre as massas, em cuja linguagem mental vão ao encontro, conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos inferiores, para os seus atrozes lucros burgueses...Não é fácil a um individuo qualquer, pobre, cheio de grandes idéias, fundar um que os combata...Há a necessidade de dinheiro; são precisos portanto, capitalistas que determinem e imponham o que se deve fazer num jornal...Vocês vejam: antigamente, entre nós, o jornal era de Ferreira Araújo, de José do Patrocínio, de Fulano, de Beltrano...Hoje de quem são? A Gazeta é do Gaffrée, o País é do Visconde de Moraes ou do Sampaio e assim por diante. E por detrás dela estão os estrangeiros, senão inimigos nossos, mas quase sempre indiferentes às nossas aspirações...⁸¹.

A imprensa se tornaria um dos alvos preferidos do olhar crítico de Lima Barreto, esta sua nova face ‘sem moral voltado para o lucro’. O escritor apontaria o envolvimento da imprensa em escândalos políticos, em um escuso esquema de corrupção, desconfiava ainda do fato de grande parte dos proprietários de jornal ser de origem estrangeira, principalmente lusitana, o que comenta ao final da passagem citada acima. No entanto, o que mais o incomodava era o monopólio que a imprensa exercia sobre a opinião pública urbana, caracterizada por ele como a “Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da constituição”⁸². A crítica de Lima Barreto é pertinente se pensarmos que neste momento, a imprensa era o principal meio de comunicação desta sociedade.

Na primeira década do século XX eram oferecidos ao público carioca cerca de 300 mil exemplares provenientes de sete grandes jornais: *O Paiz*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *A Notícia*, *A Tribuna* e *Jornal do Commercio*⁸³.

Considerando os jornais selecionados para este estudo, é interessante procurar identificar suas principais características e inovações apresentadas dentro deste contexto de expansão e modernização da imprensa.

⁸⁰ Ibidem, p. 329.

⁸¹ BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*. Ed. Germape, s/d. p.52.

⁸² Ibidem, p. 65.

⁸³ GARAMBONE, S. *A primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 22.

O jornal *O Paiz*, que teve como redator o republicano Quintino Bocaiúva “figura de proa do jornalismo brasileiro, e mentor do jornal”⁸⁴ como coloca Luis Edmundo, disputava inicialmente junto com o *Jornal do Brasil*, o público carioca.

O *Jornal do Brasil* foi fundado em 1891 por Rodolfo Dantas, Joaquim Nabuco, Sancho Pimentel e José Veríssimo, de tendência liberal e inclinação conservadora, manifesta já em 1891, ano da morte de D. Pedro II, sua simpatia pela monarquia⁸⁵. O jornal muda constantemente de donos, e em 1920 é propriedade de Ernesto Pereira Carneiro; tendo como redator chefe Assis Chateaubriand.

A diagramação do jornal era baseada no padrão internacional, com a primeira página reservada para anúncios, cujos predecessores eram os pequenos reclames, que adquirem grande importância com o crescimento do mercado da publicidade. O jornal investe então no anúncio em cores, trazendo as primeiras máquinas capazes dessa inovação. Em 1916 possuía o maior parque gráfico da imprensa brasileira. Com os anúncios dominando as primeiras páginas do jornal, somente a partir da quarta página começava sua principal coluna: “Ecos e Notícias” que incluía notícias de todo o Brasil. As notícias internacionais eram fornecidas pelas agências de notícias Havas e Americana, procedimento comum à outros jornais, e que implicou no aumento do volume de notícias, permitindo a publicação de um segundo clichê ou uma segunda edição diária. Além das agências, alguns jornais também mantinham correspondentes internacionais instalando escritórios em Nova Iorque, Paris, Londres, Buenos Aires e Lisboa⁸⁶.

Toda quinta e domingo, o *Jornal do Brasil* publicava, em meio aos vários anúncios, uma caricatura de Raul Pederneiras. A publicação de caricaturas já era uma prática antiga do jornal, que contava com grandes nomes da época, inclusive Julião Machado, o português traz para o Brasil uma série de inovações perceptíveis “na limpeza do traço, na simplicidade do desenho, suplantando de vez a escola de Agostini, marcada pelos jogos de luz e sombra”⁸⁷. Tais inovações, levadas para os grandes jornais, como o *Jornal do Brasil*, inauguraram uma nova fase

⁸⁴ EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro do meu tempo. Op.cit.* p. 575.

⁸⁵ BAHIA, J. **Jornal, História e técnica. História da Imprensa Brasileira.** São Paulo: Editora Ática, 1990. pp.114-117.

⁸⁶ GARAMBONE, S. *Op.cit* p. 42.

⁸⁷ LUSTOSA, I. *Brasil pelo método confuso - humor e boemia em Mendes Fradique.* 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

na caricatura brasileira: “a era da caricatura a traço”⁸⁸, que teve como figuras principais Raul Pederneiras, Calixto Cordeiro e J. Carlos.

Além do espaço cedido à caricatura, o jornal também inovou ao dedicar em 1912 uma página inteira às notícias esportivas, tal coluna intitulada “Sport- Corridas, Football” é expandida em meados em 1920, se tornando o “Diário Desportivo” com quase duas páginas recheadas de notícias sobre os mais variados esportes. Outro jornal que dedicará grande espaço em suas folhas para o esporte é o *Correio da Manhã*, sua coluna intitulada “Correio Sportivo” também chamava a atenção dos leitores.

O *Jornal do Brasil* oferecia ainda uma grande variedade de notícias com colunas reservadas à política, aos acontecimentos sociais, à programação dos teatros e cinematógrafos, além da coluna policial e comercial. Esta organização temática pode ser observada em outros jornais (*O Paiz*, *Correio da Manhã*, *A Noite*), o que demonstra uma característica importante dos jornais neste momento: ter a notícia como prioridade. Como ressalta Juarez Bahia: “A informação diária se populariza com divulgação do sorteio do bicho, a publicação de folhetins, o destaque aos eventos policiais e esportivos; porém há algo mais que os leitores esperam, como o relato político menos engajado, a visão ampla do que acontece no exterior e, sobretudo, a incorporação à pauta das ocorrências locais”⁸⁹, ou seja, há uma visível modificação no conteúdo dos jornais de 1910 a 1920 com os editores reservando um espaço cada vez maior para as notícias.

A imprensa também adquiria um tom crítico mais apurado, conjugado a uma linguagem “violentíssima”⁹⁰ como coloca Sodré, com relação aos atores políticos. Um exemplo, é a reclamação de Epitácio Pessoa sobre as críticas feitas à classe política: “ano passado em Paris, um deputado francês me dizia que, a julgar pelos jornais do Rio de Janeiro, o Governo do Brasil devia ter sido assaltado por uma quadrilha de bandidos evadidos de um presídio”. Segundo Epitácio a imprensa havia se afastado “da sua missão civilizadora, convertida em vazadouro de todas as paixões e de todos os ódios, de todos os despeitos e de todos os insultos contra os homens públicos do país”⁹¹.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ BAHIA, J. *Op.cit.* p. 131.

⁹⁰ SODRE, N.W. *Op. cit.* p.380.

⁹¹ *Apud* GABAGLIA, L.P.R. *Op. cit.* p. 214.

Este tom crítico teria seu ponto alto com a fundação do jornal *Correio da Manhã*, pois, segundo Luis Edmundo, a imprensa no início do século XX se constituía no “aparelho modelar de subserviência e ternura para homens da politicagem”⁹². Edmundo fazia referência aos escândalos envolvendo a distribuição de verbas do governo à jornais do Rio e de São Paulo, durante o governo de Campos Sales. A esta imprensa estaria se opondo então o *Correio da Manhã* que aparece em 1901, “rompendo as normas que os outros, até então, haviam estabelecido”⁹³, tendo à frente Edmundo Bittencourt, advogado gaúcho, um dos últimos exemplos de criação de jornal a partir de iniciativa individual. O jornal se caracterizaria por ser de oposição, angariando grande prestígio nas camadas populares. A linha participante e combativa do jornal é perceptível em seu artigo de apresentação citado por Sodré:

A praxe de quantos até hoje tem proposto pleitear no jornalismo nosso a causa do direito e das liberdades populares, tem sido sempre a firmação antecipada, ao público, da mais completa neutralidade. Em bom senso sabe o povo que essa norma de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro estratagem para, mais a gosto e jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião.⁹⁴

Para Sodré, o jornal seria “veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes”⁹⁵. Já segundo Laurita Pessoa, o jornal tinha a vocação para a provocação, classificado por ela como “o abutre das reputações”⁹⁶, mas a autora ressalta que à principio, a posição do jornal com relação ao governo de Epiácio era cordial, modificando-se posteriormente devido a intervenção federal no estado da Bahia no início de 1920, com a qual o jornal não concordava. Os ataques a Epiácio passam, então, a ser freqüentes, piorando com crise que envolveu seu sucessor, Artur Bernardes.

Sodré destaca ainda que as décadas de 10 e 20 foram marcadas pelo ‘duelo’ entre o *Correio da Manhã* e *O Paiz*, sob a direção do português João de Sousa Lage “ amigo incondicional de todos os governos, serve-os com diligencia e com agrado”⁹⁷. Segundo Edmundo, o jornal *O Paiz* estava vinculado àquela imprensa decadente submissa ao governo, ou

⁹² EDMUNDO, L. *Op. cit.*.p. 645.

⁹³ *Ibidem*, p.646.

⁹⁴ *Apud* SODRE, N.W. *Op. cit.* p.328.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 329.

⁹⁶ GABAGLIA, L.P.R.*Op. cit.* P. 434.

⁹⁷ EDMUNDO, L. *Op. cit.*p.577.

seja, subornada para não fazer críticas. As figuras de Edmundo Bittencourt e João Laje iriam dominar a cena neste momento⁹⁸.

Com relação às características de governista e oposicionista atribuídas respectivamente aos jornais *O Paiz* e *Correio Manhã* é necessário adotar alguns cuidados, como observou Marialva Barbosa. O fato de um jornal se colocar contra o outro, não quer dizer que o jornal cunhasse discurso contrário às idéias correntes de seu adversário. Críticas, desavenças e campanhas devem ser consideradas sob dois aspectos, primeiro como legitimação de uma auto-identidade e segundo como uma disputa pelo papel de divulgador, centralizador das visões dominantes nessa sociedade, ou seja, uma aspecto importante está no fato de que “os donos de jornais polemizavam com os olhos voltados para as reações do público e para a forma como o debate seria recebido. O locutor não se dirigia apenas ao adversário. O seu objetivo era atingir ao leitor”.⁹⁹

Tanto o *Correio da Manhã* e *O Paiz* não se diferenciavam muito com relação a sua organização. Ambos apresentavam em suas primeiras páginas notícias internacionais e nacionais com grandes manchetes, e algumas fotografias. O *Correio da Manhã*, sob a direção de Leão Velloso, trazia contribuições de Samuel de Oliveira, Mário Guedes, Andrade Bezerra, Viriato Correia, Costa Rego e Monteiro Lobato, já *O Paiz* conta com colunas semanais de João do Rio e Oscar Lopes. Em ambos os jornais os anúncios são localizados nas últimas páginas, diferente do *Jornal do Brasil* que os publica nas primeiras páginas.

Os vários elogios ao jornal de Bittencourt colocados por Luiz Edmundo e Sodré podem ser contrastados com a obra de Lima Barreto, *Recordações do escrivão Isaias Caminha*. Caracterizada como uma crítica geral aos jornais da época, a obra utiliza como base o *Correio da Manhã*, descrito como um “museu de mediocridades”¹⁰⁰, onde Bittencourt seria um “tirano malcriado e feroz”¹⁰¹ que “pairava sobre o jornal (...) Na redação era assim: escrevia-se, mediante ordem do diretor, hoje contra e amanhã a favor”¹⁰². Mas porque Lima Barreto teria escolhido justamente o *Correio da Manhã*? Francisco de Assis Barbosa explica que o *Correio da Manhã* era o jornal de maior sucesso, “o mais representativo, o mais típico, o mais retratável dos

⁹⁸ SODRE, N.W. *Op.cit.* p.381.

⁹⁹ BARBOSA, M. *Imprensa, poder e público (Os Diários do Rio de Janeiro – 1880-1920)*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1996. p.262.

¹⁰⁰ BARBOSA, F.A. *Apud* SODRE, N.W. *Op.cit.* p.348.

¹⁰¹ BARRETO, L. *Op.cit.* p 57

¹⁰² *Ibidem.* p 69

órgãos da imprensa brasileira”¹⁰³, considerando este fato o principal motivo para a escolha de Lima de Barreto. Se este era ou não o motivo não cabe aqui discutir, o importante é ressaltar que o jornal ocupava uma posição de destaque na imprensa brasileira.

Com relação aos jornais analisados, *Jornal do Brasil*, *O Paiz* e *Correio da Manhã*, deve-se observar que são todos eles jornais matutinos, o único jornal vespertino escolhido para esta pesquisa será o *A Noite*. Os jornais vespertinos começam a crescer na preferência do leitor, principalmente nas décadas de 10 e 20, com um “tom popular, apressado, dinâmico, saltitante”¹⁰⁴ sua singularidade é apresentar as últimas notícias. Assim, com um estilo diferenciado surge em 1911 o jornal *A Noite* fundado por Irineu Marinho, segundo Luiz Edmundo “repórter de grande merecimento”¹⁰⁵. O jornal começa a circular em 18 de julho de 1911, no calor das lutas políticas (governo de Hermes da Fonseca), com inclinações oposicionistas¹⁰⁶.

Com uma grande publicação de fotos que vinham em quantidade considerável na primeira página, junto às notícias nacionais e internacionais, o jornal apresentava uma organização mais dinâmica e contava ainda com a contribuição de figuras de peso como Coelho Neto, Goulart de Andrade e Filinto de Almeida, além da publicação freqüente de caricaturas de Raul e J Carlos.

Enfim, com processos cada vez mais avançados de impressão, os jornais trazem inúmeras novidades como, por exemplo, a edição de uma variedade de encartes especiais, suplementos ilustrados, histórias em quadrinhos, roteiros de viagem, e álbuns. Com relação à produção de álbuns, Juarez Bahia menciona “*O Álbum da Cidade do Rio de Janeiro*, comemorativo da visita do rei Alberto, em 1920” que considera um “marco nessa linha com suas 55 páginas de anúncios”¹⁰⁷.

O primeiro álbum seria o “*Álbum Bélgica Brasil*”, cujos iniciadores e ilustradores eram: Kalixto, Raul Pederneiras, Luiz Peixoto, Nemesio, B.Viana, Correia Dias, J.Carlos, Alberto Lima, Seth, Mario Barruti, Storni. O álbum seria composto por “manifestações da Arte, da Ciência, da Política, do Comércio e da Indústria”, ou seja, cada página do álbum seria oferecida por uma firma comercial ou industrial sendo composta por “um inédito literário, artístico ou político dos nossos homens mais em destaque na intelectualidade brasileira”¹⁰⁸. O anúncio sobre

¹⁰³ BARBOSA, F.A. *Apud* SODRE, N.W. *Op.cit.* p. 348.

¹⁰⁴ BAHIA, J. *Jornal, História e técnica. As técnicas do jornalismo*. São Paulo: ed. Ática, 1990. p.77.

¹⁰⁵ EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2^a ed. 5^ovol. *Op. Cit.*p.977.

¹⁰⁶ SODRE, N.W. *Op.cit.* p. 379.

¹⁰⁷ BAHIA, J. *Jornal, História e técnica. História da Imprensa Brasileira. Op.cit.* p.178.

¹⁰⁸ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 19 de jun. de 1920.

a produção do álbum foi publicado pelo jornal *O Paiz* e conclamava o “alto comércio do Brasil” a participar desta empreitada.

O segundo álbum, dividido em três volumes, foi produzido pela Agencia Americana e engloba todo o período da visita. Os três volumes intitulados *Telegramas e Notícias sobre a visita de SS. MM os Reis dos Belgas ao Brasil* são compostos de recortes de vários jornais da época com notícias diversas sobre a visita. A maior parte do material é composto pela imprensa, carioca. Além dos jornais escolhidos para esta pesquisa, constam ainda jornais de grande circulação na cidade como o “sisudo e conservador”¹⁰⁹ *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*. Aparecem também no álbum recortes dos jornais: *A Notícia*, primeiro jornal na cidade a utilizar serviço telegráfico; *O Imparcial*, fundado em 1912 sob direção de José Eduardo de Macedo Soares, seguia o estilo de imprensa combativa do *Correio da Manhã*; *A Tribuna*; *A Rua* (1914-1927), *A Razão* (1916-1921), *Rio-Jornal* (1918-1924)¹¹⁰; o polêmico *A Folha* (1919-1926) de Medeiros e Albuquerque¹¹¹; e o “recém-nascido” *A Pátria* de João do Rio, lançado pouco antes da chegada dos soberanos, em 15 de setembro de 1920¹¹². De São Paulo foram incluídos também jornais de grande circulação como a edição paulista do *Jornal do Commercio*, *Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano*. Não foram incluídos jornais de Minas Gerais.

Enfim, é este “novo jornalismo” que encontramos em 1920 e que se encarregará de noticiar cada detalhe da visita real, no entanto, ainda resta analisar uma parte importante da imprensa neste momento: as revistas ilustradas.

1.2.2.1 - Ilustração e diversão: as revistas ilustradas.

As revistas ilustradas marcaram definitivamente o ambiente literário carioca nas primeiras décadas do século XX. Com suas colunas sociais sobre o incipiente cenário cinematográfico ou com seus poemas-piada e caricaturas mordazes, elas conquistaram uma fatia do ‘pequeno’ público leitor. Produto mais refinado desta nova imprensa, as revistas ilustradas seriam “a coqueluche da nova burguesia urbana”¹¹³. As revistas tratavam de assuntos variados, sendo a

¹⁰⁹ SODRE, N.W. *Op.cit.* p.324.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 336.

¹¹¹ Sobre o jornal *A Folha* ver: DIDIER, C. *Orestes Barbosa. Repórter, cronista e poeta*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

¹¹² *Ibidem*. p.152.

¹¹³ SEVCENCKO, N. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. *Op.cit.* p. 119.

maioria sobre cotidiano da cidade, como por exemplo, as partidas de futebol, os eventos sociais e a política, que não podia faltar.

Desde meados do século XIX que as revistas começam a crescer de importância, tendo como característica principal o humor. Com o avanço das técnicas de impressão e reprodução elas aumentam suas tiragens, associando humor e imprensa. Na virada para o século XX, o número de periódicos cresce bastante, as oficinas de impressão acompanham o crescimento urbano e o anseio por informação do crescente público. Surgem, então, as revistas fartamente ilustradas, que além das caricaturas incorporam também a fotografia às suas páginas, assimilando, enfim, a modernidade em seus conteúdos e até nos títulos.

A revista *Fon-Fon!* era um dos mais de 500 títulos de periódicos lançados no decorrer da primeira metade do século XX. A revista, publicada em 1907, tinha como personagem principal um chofer da automóvel. A escolha de tal personagem para representar a revista não deve ser considerada leviana, pois, como ressaltou Mônica Velloso, a proposta de ‘ser moderno’ estava constantemente presente nas revistas. Tal fato demonstra a preocupação destas revistas em estar sempre em sintonia com o tempo presente, pois, “o tempo torna-se parâmetro aferidor da própria modernidade”.¹¹⁴ Vale lembrar também que o título da revista (*Fon-Fon!*), faz associação com o automóvel produzindo uma sensação de rapidez, de agilidade, de encurtamento das distâncias e do tempo, em conexão justamente com a velocidade que marcará junto com a eletricidade esta modernidade das máquinas.

Para se ter uma noção mais acurada das características acima descritas, farei uma pequena descrição das principais colunas da revista. As capas eram geralmente fotos ou desenhos de grandes personalidades. As primeiras páginas continham anúncios variados e pequenas prosas e poemas, escritos muitas vezes pelos leitores. Depois vinham as notícias internacionais e nacionais e as colunas *Perfis Internacionais* e *Trepações* que informavam detalhes, curiosidades sobre a vida de grandes personalidades da sociedade nacional ou internacional. Após o editorial com a matéria principal, eram colocadas fotos, sempre comentadas, sobre os diferentes eventos sociais que ocorreram na semana. Havia ainda a coluna *Odeon-Cia Brasil Cinematográfica*, que falava sobre os filmes em cartaz na cidade e sobre a vida de atores e atrizes famosos; o final da revista era geralmente preenchido com prosas, poesias e anúncios comerciais.

¹¹⁴ VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.57.

As fotografias eram publicadas com abundância na revista, sendo que o primeiro periódico a colocá-las em suas páginas foi a *Revista da Semana* (1900), que teve inclusive publicação constante até a década de 30, junto com as revistas *O Malho* (1902) e *Careta* (1908).

A revista *O Malho* foi fundada em 1902 por Luís Bartolomeu, teve entre seus colaboradores Storni, Seth, Raul Pederneiras, Kalixto, Carlos Lenoir, J. Carlos e Yantok. As capas da revista eram geralmente de caricaturas ou desenhos que apareciam também nas outras páginas, sendo que as primeiras eram repletas de anúncios seguidas por colunas permanentes como a *Colaboração/Versos* com publicações de prosas e poesias de autores variados; a *Por esse Mundo* sobre personalidades e cidades do mundo e a *Notas da Semana* com comentários sobre os eventos que ocorreram na cidade durante a semana.

Assim como na revista *O Malho*, a *Careta* era recheada de caricaturas e tinha entre seus colaboradores Calixto e Raul Pederneiras, além de Lima Barreto, Bastos Tigres, Emílio de Menezes, Goulart de Andrade e J.Carlos. A capa da revista, geralmente, trazia uma caricatura, sendo as páginas seguintes repletas de vários anúncios e caricaturas. Após o editorial, seguiam-se várias páginas com fotos sobre os acontecimentos da semana. Fundada em 1908 por Jorge Schmidt, a revista *Careta* ganharia ampla popularidade, sendo fácil encontrá-la em engraxates, barbeiros e consultórios¹¹⁵.

Em 1917, Bastos Tigres, um dos intelectuais que mais escreveu para as revistas, lança seu próprio semanário, a revista *D.Quixote*, congregando gente como Raul Pederneiras, Antonio Torres, Mendes Fradique e J.Carlos. A revista tinha como personagens centrais D.Quixote e Sancho Pança. A capa era sempre uma caricatura. Nas primeiras páginas vinham os anúncios comerciais e pequenas notas sobre os acontecimentos da semana. Eram várias as colunas fixas, sendo umas de histórias semanais como a *Pandegolandia* por Yantok, ou *João Pestana* e seus sonhos por Seth; outras de assuntos do cotidiano da cidade como o futebol (*No mundo da Bola*) ou de crítica (*A Semana do Matuto*). Seu caráter mais crítico é resultado do próprio sentido para o qual a revista foi criada que seria o de difundir o humor, utilizando-o, assim, como principal instrumento em sua reflexão sobre a nacionalidade.¹¹⁶

O humor é então uma das características mais marcantes destas revistas, cujo alto potencial informativo, tornavam-nas “verdadeiras formadoras da opinião pública”, com a capacidade de transmitir sua mensagem “de forma ágil, leve e sintética”, Mônica Velloso ressalta

¹¹⁵ SODRE, N.W. *Op.cit.* p.346.

que esta linguagem rápida ia de encontro aquele leitor apressado cuja carência por informações era crescente, uma linguagem que conseguiu se adaptar desta forma ao ritmo acelerado dos acontecimentos¹¹⁷.

Tanto as revistas quanto os jornais, apesar das diferenças, produziram uma representação de comportamento, de certos lugares, experiências e eventos dentro deste mundo carioca. O público para o qual as representações do espaço urbano são produzidas é caracterizado majoritariamente pela burguesia urbana.¹¹⁸ Assim, é imprescindível pensar quem está atuando nesta imprensa.

1.2.2.2 - Aqueles que produzem: os intelectuais na imprensa.

“Toda a melhor literatura brasileira dos últimos trinta e cinco anos fez escala pela imprensa”¹¹⁹

A frase acima atribuída ao poeta e repórter Felix Pacheco faz referência à laços estreitos que uniam jornalismo e literatura, jornalistas e homens de letras, assim como a técnica do jornal e a técnica literária. Somente com a modernização da imprensa o jornalismo assumiria um caráter mais noticioso e menos literário¹²⁰.

Nas primeiras décadas do século XX, a grande participação dos intelectuais nos jornais como um *second metier*¹²¹ dá margem a uma relação cada vez mais tensa entre o jornalismo e a arte literária, proveniente do novo formato empresarial desta imprensa, que apresenta ao mesmo tempo uma forma de profissionalização via jornalismo para os homens das letras e também a possibilidade de divulgar sua própria produção literária.

Olavo Bilac, colaborador de inúmeros jornais e revistas, não deixa de demonstrar algumas contradições a respeito, como bem coloca Flora Sussekind, ao citar um artigo do mesmo onde este revela seu desprezo pelo ofício de cronista e o público dos jornais: “Afinal, que somos, nós

¹¹⁶ VELLOSO, M. P. *Op. cit.* p.161-163.

¹¹⁷ VELLOSO, M. P. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (org.). *Op. cit.* p.368.

¹¹⁸ VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes. Op. cit* p.278.

¹¹⁹ PACHECO, F. *Apud* BROCA, B. *A vida literária no Brasil – 1900.* 5.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005.

¹²⁰ BAHIA, J. *Jornal, História e técnica. História da Imprensa Brasileira. Op.cit.*

¹²¹ BROCA, B. *Op.cit.* p. 286.

todos jornalistas e cronistas, senão profanadores da arte e ganhadores das letras? A arte pura é o ninho de escol, que raros paladares podem apreciar. Mas a humanidade não é um viveiro de almas superiores”¹²².

Várias das críticas se voltam para os jornais de 1900 em diante, que apesar de não desprezarem a colaboração literária, diminuía o número de artigos em favor do noticiário, da reportagem e das entrevistas. Tal mudança faz com que os jornais peçam menos colaborações literárias e mais reportagens. A linguagem também começa a sofrer alterações, caminhando para uma padronização, sufocando a originalidade dos autores, o tom utilizado seria o cosmopolita, mundano, despreocupado. Esta relação tensa, onde os literatos viram-se arrastados compulsoriamente para o jornalismo, é percebida por Lima Barreto que coloca isso em seu livro:

Oh! A vaidade dos desconhecidos da imprensa é imensa! Todos eles se julgam com funções excepcionais, proprietários da arte de escrever, acima de todo mundo. Não reconhecem que são como um empregado qualquer, funcionando automaticamente, burocraticamente, e que uma notícia é feita com chavões, chavões tão evidentes como os da redação oficial. Quase todos os repórteres e burocratas dos jornais desprezam a literatura e os literatos. Não os grandes nomes vitoriosos que eles veneram e acumulam de elogios; mas os pequenos, os que principiam. Estranha ignorância de quem, por intermédio dos artigos dos que sabem, copia os processos dos romancistas, as frases dos poetas e deturpa os conceitos dos historiadores, imitando-lhes o estilo com uma habilidade simiesca...¹²³

Muitos se recusariam a se adaptar a essas novas condições, com a utilização da linguagem jornalística e suas frases de efeito. A entrada da fotografia na imprensa, por exemplo, no início do século levou a uma subserviência do texto à imagem, principalmente nas revistas ilustradas.¹²⁴ Tais mudanças estavam em sintonia com as novas “formas de percepção e na sensibilidade dos habitantes das grandes cidades brasileiras”, com a preponderância cada vez maior “da imagem, do instante e da técnica como mediações todo-poderosas no modo de se vivenciar a paisagem urbana”. Flora Sussekind demonstra assim, como os decênios da virada do 20 foram momentos cruciais para visualizar estreitamento dos contatos entre literatura e as inúmeras inovações técnicas.¹²⁵

Uma forma de adaptação a essas mudanças, por parte da intelectualidade seria o surgimento do homem sanduíche¹²⁶, ou seja, do literato que também atua na área de publicidade,

¹²² SUSSEKIND, F. *Cinematografo de Letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 20.

¹²³ BARRETO, L. *Op.cit.* p 81.

¹²⁴ SUSSEKIND, F. *Op. cit.* p. 36.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 16.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 68.

na redação de quadrinhas e sonetos de propaganda. Assim, pensar as características deste grupo é levar em conta não apenas sua produção literária, mas também sua atuação em vários setores que surgem nas primeiras décadas do século, como a publicidade, o incremento do teatro de revista e o aparecimento das primeiras produções cinematográficas, constituindo um grupo extremamente ligado ao desenvolvimento cultural da cidade.

Este grupo, longe de ser homogêneo, irá apresentar diferentes formas de se relacionar com a imprensa e com a sociedade em geral. Cabe aqui apontar para a famosa classificação feita por Sevcenko¹²⁷, que demonstra a existência de três tipos de comportamentos por parte da intelectualidade.

O primeiro grupo seria o dos ‘vencedores’, representado na figura de Coelho Neto, assíduo colaborador da imprensa diária e das revistas mundanas, tal grupo seria responsável por introduzir uma fissura entre o grupo intelectual, “o filão letrado que se solda aos grupos arrivistas da sociedade e da política, desfrutando a partir de então de enorme sucesso e prestígio pessoal, elevados a posições de proeminência no regime e de guias incondicionais do público urbano.”¹²⁸ Sua produção seria então o ‘sorriso da sociedade’ como um deles mesmo colocou. Tendo como sala de audiência o jornal e o magazine de luxo, “Sufocavam o leitor com produção volumosa e indiscriminada, acostumando-o ao seu consumo e à sua interferência disciplinadora nos menores particulares de suas vidas.”¹²⁹

No segundo grupo, o dos derrotados, estaria os intelectuais marginalizados, os ‘perdedores’ ou ‘derrotados’, divididos genericamente em dois grupos: o dos boêmios e o dos autores “empenhados em fazer de suas obras um instrumento de ação pública e de mudança histórica”¹³⁰. Tal classificação deixa de lado os humoristas boêmios, importante grupo com participação ativa, principalmente nas revistas ilustradas. A inscrição destes no ambiente literário carioca será feita posteriormente através de trabalhos como os de Mônica Velloso sobre a revista *D.Quixote* e de Isabel Lustosa sobre Mendes Fradique¹³¹. Seus trabalhos são importantes para se pensar a singularidade da modernidade carioca, construída nas ruas e tendo o humor como linguagem oficial. No contexto destas produções, Elias Saliba ‘atualiza’ a classificação de

¹²⁷ SEVCENCKO, N. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Op. cit.

¹²⁸ Ibidem, p.131.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Ibidem, p.135.

¹³¹ VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Op. cit.; LUSTOSA, I. *Brasil pelo método confuso - humor e boemia em Mendes Fradique*. Op. cit.

Sevcenko incluindo então o grupo dos humoristas boêmios na classe dos intelectuais ‘perdedores’¹³².

Circulando pela cidade, indo desde livrarias e cafés às festas populares, esses intelectuais boêmios têm sua produção marcada pelo contínuo interesse nas manifestações cotidianas, favorecendo a criação de elos entre a cultura erudita e a popular. As ruas são o seu principal ponto de observação, compreendidas como espaços de preservação da cultura¹³³, e não apenas como via de circulação na cidade, tanto elas como seus atores são as grandes fontes de inspiração dessa intelectualidade. Sua atuação móvel pela cidade ajuda enfim a construção da moderna sociabilidade¹³⁴.

É dentro então deste tipo de humor que nasce uma caricatura genuinamente brasileira. Nasce a caricatura de autor, onde cada caricaturista mantém um estilo próprio. Nascem personagens fictícios que aos poucos se tornam recorrentes, como por exemplo: *O Zé-Povo, a República, a Política e a Cidade*. O Zé Povo ou Jeca Tatu representa o povo, caipira e ingênuo será uma figura recorrente nas caricaturas do período. É o povo das ruas que entra em cena para representar o Brasil e a cidade¹³⁵.

Por fim, é esta a intelectualidade que está atuando nas revistas e nos jornais escolhidos para pensar a visita dos reis belgas.

1.2.3 - Um diálogo profícuo: o Itamaraty e a Imprensa.

No início do ano de 1920, começam os preparativos para a visita dos reis belgas. O Ministério das Relações Exteriores é o encarregado de enviar o convite oficial ao rei belga para a vinda ao Brasil. Assim como a visita de Eptácio à Bélgica demonstrou a importância de expor uma postura civilizada frente à realeza, a estada dos soberanos no Brasil não poderia ser diferente.

¹³² SALIBA, E. T. *Raízes do riso: a representação humorística na História brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹³³ VELLOSO, M. P. Os cafés como espaço da moderna sociabilidade. In LOPES, A. H.(Org.). *Entre EurOpa e África: a invasão do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, TOPbooks, 2000.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ LUSTOSA, I. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (org.). *Op. Cit.* p. 303-304.

Como vimos, a instituição que estava incumbida de coordenar a organização dos festejos era o Ministério das Relações Exteriores. Uma instituição com bastante prestígio, principalmente, durante a atuação do ministro Rio Branco que deu um novo rumo à diplomacia brasileira, com o abandono do alinhamento com a Inglaterra e a aproximação de Washington, e influenciou na construção de uma imagem positiva da instituição na sociedade brasileira, baseada em grande parte na sua figura carismática.

Com a saída do barão, a instituição passa por uma série de reformas, com o intuito de organizar com mais eficiência sua burocracia, o que leva a uma crescente expansão de seu quadro de funcionários. O Ministério cresce em importância dentro do Estado brasileiro, ocupando papel de destaque na organização da visita. É a esta instituição que serão dirigidos os principais elogios ou críticas à forma como foram montados os programas e as várias cerimônias.

O empenho de jornais e revistas em noticiar passo à passo a visita dos soberanos belgas, demonstra uma das principais características desta nova imprensa, a prioridade da notícia. O acompanhamento dos preparativos, de todos os eventos dos quais os reis participaram ocupa grande parte das páginas dos jornais, recheadas com muitas fotos e caricaturas. A intelectualidade participa ativamente do evento. Um exemplo claro é o seu esforço para a produção de um álbum sobre o mesmo. As grandes diferenças entre os jornais e as revistas escolhidas ajudam na obtenção de uma maior variedade de impressões, bem como a diversidade dentro a intelectualidade que está atuando nesta, proporciona representações únicas das principais festas que ocorrem durante a visita.

Neste sentido, ao pensar as várias questões que remetem aos preparativos dos festejos reais procuro estabelecer um diálogo entre o Itamaraty e as várias vozes presentes nesta nova imprensa brasileira, assim uma primeira questão que pretendo analisar é justamente que Brasil é pensado para se apresentar aos visitantes, e como a programação organizada pelo Itamaraty é recebida pela imprensa. Nesta mesma questão, a preparação da cidade do Rio de Janeiro para a recepção adquire grande importância sendo amplamente discutida a realização de melhoramentos na cidade, aparecendo então as preocupações com o público, especialmente, seu comportamento no momento de receber tão ilustre visitante, afinal, além de ser a capital federal, seria na cidade cartão postal onde os reis passariam grande parte de sua estada no Brasil. As respostas a estas e outras questões que antecedem a visita são permeadas de extensas discussões as quais serão observadas no capítulo seguinte.

Capítulo 2

À espera do Rei: questões e tensões.

2.1 - As negociações para a viagem dos reis: importância e significados da visita.

Para a compreensão do processo que deu origem a vinda dos soberanos belgas, observo a correspondência diplomática de final de 1919. Segundo Barros Moreira, o desejo dos soberanos de visitarem o país teria se manifestado já durante a visita dos soberanos aos Estados Unidos, como demonstra este telegrama de 8 de dezembro de 1919, para o Ministro das Relações Exteriores sr. Azevedo Marques:

A respeito da projetada viagem ao Brasil Sua Majestade o Rei mostrou-se sentido não poder tomar compromisso no momento atual. A Rainha, entretanto manifestou sincero entusiasmo dando-se a entender claramente que o Rei aceitaria convite logo que circunstâncias o permitissem. Soube que se achando nos Estados Unidos a soberana quis fazer pelo Brasil a viagem de regresso a Europa. Contudo, a escassez de tempo não permitiu que se pusesse em prática tal projeto¹³⁶.

Apesar da inclinação favorável dos soberanos para a realização da viagem, era preciso ter certeza de que enviado o convite, o mesmo seria aceito¹³⁷. Barros Moreira conversa então com o Primeiro Ministro belga sr. Léon Delacroix, dando confidencialmente conhecimento da intenção do Presidente de convidar os reis para visitar o Brasil, alguns dias depois dessa entrevista, o representante brasileiro recebe uma carta de Delacroix apontando que tal convite seria aceito pelo rei. Barros Moreira envia então, um telegrama para Epiácio Pessoa:

Presidente República – Rio de Janeiro – Janeiro 16 – Reservado – Primeiro Ministro em carta pessoal me comunica resposta afirmativa de Rei da Bélgica sobre aceitação convite eventual ir Brasil eis a tradução fiel dos termos exatos da carta: O convite gracioso que me fizestes perceber será recebido por nosso soberano com gratidão e com grande satisfação. Estou autorizado a vos dar conhecimento disto.¹³⁸

A eventual viagem do rei ao Brasil estava praticamente confirmada. O assunto, contudo, era tratado como “confidencial” sob a justificativa de evitar que outros países se aproveitassem da oportunidade, tirando-lhe o caráter de “homenagem especial e unicamente prestada ao

¹³⁶ Telegrama de Barros Moreira para Azevedo Marques 08-12-1919. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas. Op.cit.*

¹³⁷ Telegrama de Epiácio Pessoa para Barros Moreira 02-01-1920. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas. Op.cit.*

¹³⁸ Telegrama de Barros Moreira para Epiácio Pessoa. 16-01-1920. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas. Op.cit.*

Brasil”¹³⁹. Tal ação tem sentido se considerarmos que uma visita exclusivamente ao Brasil traria grande prestígio a sua posição na América Latina. Afinal, uma característica que dava um significado especial ao evento estava no fato da visita do rei Alberto ao Brasil constituir a primeira de um monarca europeu a uma República da América do Sul ¹⁴⁰.

O convite oficial é entregue ao rei em abril, que o aceita, enviando então a seguinte resposta, ressaltando a importância da aliança Brasil-Bélgica:

Três Cher et grand ami, j’ai reçu avec une vive satisfaction la lettre que Monsieur de Barros Moreira M’a remise et par laquelle Votre Excellence a bien voulu Nous inviter en Son nom et au non de Son Gouvernement à Nous rendre au Brésil. Gardant le meilleur souvenir de la visite de Votre Excellence à Bruxelles, Nous sommes heureux, la Reine et Moi d’accepter la gracieuse invitation. Je Me réjouis de cette occasion que M’offre Votre Excellence d’apporter au peuple Brésilien un témoignage de la sympathie fraternelle du peuple belge qui ne peut manquer de resserrer encore les rapports de cordiale amitié qui existent de longue date entre Nos deux pays ¹⁴¹.

É importante observar que em resposta ao convite do presidente brasileiro, o rei Alberto faz referência a visita do mesmo a Bélgica que lhe traz “as melhores lembranças”. O episódio também é lembrado pelo rei em entrevista dada ao jornalista Affonso Lopes de Almeida, onde coloca que de ambas as visitas “subsistirá mais que a simpatia afetuosa existente entre os dois povos”. O rei estava se referindo aos aspectos econômicos da visita e compara os dois países, a Bélgica com suas indústrias e o Brasil com seus estados do Amazonas, Mato Grosso e Goiás “territórios imensos tão importantes como se fossem nações, ricos, fecundos continentes. (...) Os nossos países completam-se”, conclui o rei. Ao terminar a entrevista, o soberano belga encarrega o jornalista de “dizer para a imprensa do Brasil que a Bélgica não esquecerá nunca que, na hora do perigo supremo, foi o Brasil a única nação potência do mundo que protestou contra a invasão da minha pátria”. Assim, à sua visita ao Brasil pode-se associar que seria uma retribuição ao gesto brasileiro de protesto contra a invasão alemã a seu território ¹⁴².

A opinião do rei chama atenção para o significado que a visita estava recebendo lá fora, principalmente na Bélgica. Os jornais cariocas fornecem algumas pistas nesse sentido, ao

¹³⁹ Telegrama de Barros Moreira para Azevedo Marques 02-02-1920. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas. Op.cit.*

¹⁴⁰ *A Noite*. Rio de Janeiro; 02 de jun. de 1920.

¹⁴¹ Carta de Alberto I para Epiácio Pessoa; 09-05-1920. Arquivo ‘Visita dos Reis da Bélgica’. Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty. L206 maço 3594.

¹⁴² *A Noite*. Rio de Janeiro; 10 de agosto de 1920.

publicarem algumas notícias, fornecidas pelas agências de notícias e também entrevistas com jornalistas belgas que chegam ao Rio de Janeiro para cobrir o evento.

O jornal *O Paiz* coloca que principalmente na cidade de Antuérpia, o interesse pela visita crescia, pois com a reconstrução e melhoramento dos serviços no porto da cidade, esperava-se ver o café, a borracha e outras matérias primas brasileiras passarem pelo mesmo, aumentando assim volume de comércio¹⁴³.

Na opinião do primeiro ministro belga sr. Delacroix, como resultado da viagem, o governo belga esperava obter a assinatura da Convenção Comercial e Econômica, já elaborada entre Brasil e Bélgica. Por esta Convenção, a Bélgica garantia aos compradores brasileiros amplos créditos em Antuérpia e o Brasil pagaria na mesma moeda aos belgas que desejassem comprar matérias primas no Rio de Janeiro. Uma nova fase era inaugurada no comércio belgo-brasileiro que “dentro em pouco atingirá as proporções de um movimento comercial colossal”¹⁴⁴, observou o primeiro ministro.

Também é publicado na imprensa carioca um comunicado oficial emitido pelo Palácio Real de Bruxelas que exalta o Brasil pela amizade antiga e sincera com a Bélgica. Tal comunicado destaca que a viagem dos soberanos ao Brasil se realiza em retribuição a de Epitácio Pessoa a Bélgica em 1919, e que os belgas não esqueceram que o primeiro protesto contra a invasão alemã foi feito pelo Brasil, pelo parlamento brasileiro, “nos eloqüentes discursos de Ruy Barbosa e Irineu Machado”. Fato que comprova que as aspirações belgas nunca deixaram de encontrar no Brasil desde começo da guerra um “generoso e delicado apoio”. Nos aspectos intelectual, artístico, filosófico, literário e jurídico, considera que o Brasil “marcha rapidamente”, “impulsionado pela mocidade ardente e por antigas e florescentes instituições”. A imprensa brasileira, “especialmente bem informada”, contribui nesse sentido para a “disseminação das idéias”, fator essencial nesta “entente espiritual” existente entre os dois países que seria então, reafirmada “por laços econômicos”, em “uma nova e duradoura era de amizade e reciprocidade entre os países”.¹⁴⁵

A imprensa belga também estava interessada em cobrir o evento, enviando seus jornalistas, entrevistados pelo *A Noite*, em missão especial ao Brasil. Os senhores Charles Bernard, professor de literatura na Academia de Belas Artes em Anvers e Nic Barthelimy,

¹⁴³ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 28 de jun. de 1920 e *A Noite*; Rio de Janeiro, 04 de ago. de 1920.

¹⁴⁴ *A Noite*. Rio de Janeiro; 04 de ago. de 1920.

¹⁴⁵ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 30 de ago. de 1920.

funcionário da Câmara dos Deputados, eram redatores do jornal *La Nation Belgique*. Segundo o sr. Bernard o objetivo dos jornalistas era dar conhecimento das circunstâncias das homenagens aos seus soberanos, mas também deixar “bem conhecido” na Bélgica “o surto extraordinário do Brasil em todos os domínios da atividade humana”. Para o jornalista belga, a visita do rei, além de contribuir nas relações comerciais entre os dois povos, servirá na “nossa aproximação intelectual. Neste particular contamos poder influir bastante pela imprensa chamando atenção para a cultura brasileira”¹⁴⁶.

Sr. Nic Barthelimy ressalta ainda que a solidariedade brasileira à causa belga durante Grande Guerra teve um grande efeito moral: “A notícia deste apoio moral encheu os belgas de coragem nova”¹⁴⁷, uma lembrança que ainda estaria viva no povo belga.

Quanto à imprensa brasileira, as primeiras notícias sobre a visita do rei ao Brasil apareceriam já nos primeiros meses de 1920, ressaltando seu aspecto de retribuição.

Em entrevista a United Press, Barros Moreira aponta que a visita do rei Alberto ao Brasil, era “em primeiro lugar, uma cortesia protocolar, como a de retribuir a visita do presidente Epitácio Pessoa à Bélgica”, e que sem dúvida, “terá um efeito tanto moral como material, sobre o intercâmbio belga-brasileiro”¹⁴⁸.

A aproximação comercial é um fator amplamente mencionado. Segundo o jornal *O Paiz* um dos objetivos da viagem seria fortalecer as relações comerciais entre os dois países. A Bélgica “um dos mais adiantados países da Europa”, renascia rapidamente, “graças ao patriotismo de seus filhos”, após a destruição causada pela guerra. Considerando que o Brasil era um “imenso reservatório de artigos alimentares e matéria primas”, seria natural, conclui o jornal, a aproximação dos dois países no terreno comercial¹⁴⁹. Em outro artigo, *O Paiz* menciona a questão do crédito belga, ou seja, concessão de crédito à Bélgica pelo Brasil colocando que nos centros belgas há uma firme impressão de que quando o rei vier ao Brasil este assunto será resolvido satisfatoriamente. A concessão de crédito serviria para impulsionar o ressurgimento nacional e, também para demonstrar o elevado grau de amizade entre os dois países¹⁵⁰.

Segundo o representante brasileiro, Barros Moreira, durante a permanência no Brasil, o rei discutiria meios para aumentar o comércio, facilitando a entrada de produtos brasileiros nos

¹⁴⁶ *A Noite*. Rio de Janeiro; 10 de set. 1920.

¹⁴⁷ *Idem*.

¹⁴⁸ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 31 de ago. de 1920.

¹⁴⁹ *Ibidem*. 14 de ago. de 1920.

¹⁵⁰ *Ibidem*. 19 de ago. de 1920.

mercados belgas, em troca de artigos fabricados pelos belgas. O representante brasileiro observa que não sabe se a concessão de créditos a Bélgica seria tratada, mas que não era improvável a discussão da proposta¹⁵¹. O próprio Barros Moreira em correspondência com o Ministro das Relações Exteriores ressalta a importância que tal concessão seja realizada¹⁵².

Além dos aspectos econômicos que permeavam o caráter da visita, outro fator também estaria presente, considerado até de maior importância: a questão da honra. Tal relação pode ser vista no jornal *O Paiz*, por exemplo, quando este coloca que a visita do rei belga “não tem, nem poderia ter, é claro, nenhum fim imediatamente mercantil”, eram seus “aspectos de ordem moral e mental” os mais relevantes¹⁵³, ou seja, a aliança entre as duas nações também se concretizava a nível moral. Havia grande identificação com os valores representados tanto pelo rei quanto pela rainha, símbolos da honra, moralidade e civilização moderna. Assim, para formar essa aliança o Brasil teria que se mostrar a altura de seu aliado, teria que se empenhar para demonstrar seu status de grande potência, digna do reconhecimento e da admiração dos reis europeus. Afinal, com ressaltou Sueann Caulfield “a honra do Brasil (...) estava em jogo”¹⁵⁴.

Tal afirmação fica clara se observarmos as várias características ressaltadas principalmente em torno da figura do rei. Um personagem que sofre um “processo de heroificação”¹⁵⁵ baseado em sua atuação durante a Primeira Guerra. É compreensível então, que por várias vezes os jornais cariocas se refiram ao rei Alberto como rei- herói ou rei -soldado, devido a sua atuação durante a Primeira Guerra Mundial.

Para o jornal *O Paiz* a figura do rei Alberto adquiriu “conceito universal”, pois, “conseguiu reunir o apreço de todo o mundo e uma admiração sem restrição”¹⁵⁶. No dia do aniversário do rei Alberto, o *Jornal do Brasil* publica um artigo congratulando o “valente soberano”, que se tornou um dos personagens mais admirados e respeitados, figurando como o que mais se distinguiu durante a guerra “pelo seu devotamento a pátria, espírito de sacrifício, sentimento democrático e filantrópico”. Segundo o jornal, as maiores homenagens foram

¹⁵¹ Ibidem. 31 de ago. de 1920.

¹⁵² Barros Moreira comenta em carta para Azevedo Marques a concessão de crédito para Itália de cem mil contos para compra produtos brasileiros, e que igual pedido da Bélgica ainda não foi atendido. 18-03-1920. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas. Op.cit.*

¹⁵³ *O Paiz*, Rio de Janeiro 14 de ago. 1920.

¹⁵⁴ CAUFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.p.115.

¹⁵⁵ GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁵⁶ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 08 de abr. de 1920.

prestadas ao soberano “por todos os países cultos da terra em reconhecimento de suas extraordinárias virtudes”¹⁵⁷.

Em outro artigo o *Jornal do Brasil* coloca que, como a Bélgica estava empenhada em recuperar sua antiga posição de nação industrial, o rei durante a viagem ao Brasil “colocará o seu prazer pessoal e o gozo natural numa excursão através da maravilhosa República em posição secundária”, ocupando-se mais das necessidades e interesses do seu país. Para o jornal, a conduta do rei nos últimos seis anos tornou claro qual era o seu lema: “O país primeiro, o Rei depois”¹⁵⁸.

A visita seria, definitivamente, para o *Correio da Manhã* “o acontecimento do ano”, sendo que a figura do rei, cercada de lenda, influía “profundamente sobre a imaginação do carioca entusiasta, curioso e acolhedor”¹⁵⁹. Bastos Tigre, em artigo publicado no *Correio da Manhã*, fornece uma interessante imagem do soberano que daí a poucos meses estaria aportando em nossas praias. Segundo o humorista, os “reis de hoje” como o rei Alberto, depois “do sopro democrático (...) são simples cidadãos de sobrecasaca e cartola, como aquele rei republicano que nós aqui tivemos até os fins de 89”¹⁶⁰. Outras referências a simplicidade não só do rei, mas também da rainha podem ser encontradas nesta notícia publicada pelo *Jornal do Brasil* sobre o embarque dos soberanos para o Brasil. O jornal aponta que soberanos viajavam com simplicidade, e que o rei trazia consigo alguns ternos, com o objetivo “de passear de vez em quando incógnito”, podendo assim, “obter uma impressão da verdadeira vida diária dos brasileiros”¹⁶¹.

Em artigo publicado no jornal *O Paiz*, Gilberto Amado ressalta a capacidade do rei de conciliar em sua pessoa “o espírito democrático do nosso tempo com as tradições da velha casa dinástica”. A visita ao Brasil seria, então, uma ótima oportunidade para o povo brasileiro “aclamar uma das mais belas figuras morais do mundo moderno”, assim como, chamaria a atenção do mundo para o Brasil, para a sua “república consolidada”, para o seu progresso e prestígio¹⁶².

O jornal *A Noite* também menciona, assim como os outros, os aspectos heróicos presentes na figura do rei, e ressalva que a visita possui ainda “o valor proveniente das virtudes pessoais do

¹⁵⁷ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 08 de abr. de 1920.

¹⁵⁸ *Ibidem*, 26 de ago. de 1920.

¹⁵⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 12 de jun. de 1920.

¹⁶⁰ *Ibidem*, 08 de ago. de 1920.

¹⁶¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 28 de ago. de 1920.

¹⁶² *O Paiz*. Rio de Janeiro; 14 de jun. de 1920.

ilustre viajante”, deveríamos preparar uma recepção a altura de tão honroso evento, a fim de oferecer aos visitantes um conforto “compatível com nossos recursos”¹⁶³. A ressalva do jornal é propícia, se pensarmos que uma das primeiras questões debatidas será a concessão de crédito para o custeio da hospedagem e das grandes homenagens planejadas em honra aos reais visitantes.

2.2 - O Crédito Ilimitado.

Em 18 de maio de 1920, Epiácio Pessoa remete ao Congresso Nacional, através do Ministério das Relações Exteriores, uma mensagem onde confirma a vinda dos reis belgas:

Srs. Membros do Congresso Nacional - Por ocasião da minha recente visita a Bélgica tive ensejo de manifestar à Sua Majestade o rei dos belgas quanto seria agradável a todos os brasileiros receber Sua Majestade e Sua Real Família como hóspedes do Brasil e do seu Governo. Algum tempo depois de assumir o governo, reiterarei esse desejo num convite oficial, que foi aceito, conforme comunicação que recebi do governo belga, confirmada por telegrama direto de Sua Majestade o Rei Alberto. Fazendo-os esta grata comunicação, peço-vos, Srs. Membros do Congresso Nacional, habiliteis o Governo a proporcionar condigna hospedagem aos Reais visitantes. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1920, 99º da Independência e 32º da República – Epiácio Pessoa – À Comissão de Finanças ¹⁶⁴.

Entrava em cena o projeto do crédito ilimitado. A proposta de orçamentos ilimitados para a visita de personagens ilustres tem, no entanto, um precedente. Para a projetada visita do rei português D. Carlos em 1908, o Barão de Rio Branco, ainda à frente do Ministério das Relações Exteriores, teria conseguido que o Congresso Nacional aprovasse, “após ligeira relutância”¹⁶⁵, salienta o *Jornal do Brasil*, um crédito ilimitado para a recepção do referido rei.

A concessão dos créditos necessários ao governo, para custear as despesas com a vinda dos reis, recebe um parecer favorável do sr. Oscar Soares, membro da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. O parecer do deputado ressalta que a decisão da comissão ia de encontro com os “desejos do governo e do povo brasileiro”, no intuito de revestir a permanência dos soberanos “de todo o brilho e conforto possíveis”¹⁶⁶.

¹⁶³ *A Noite*, Rio de Janeiro; 02 de junho de 1920.

¹⁶⁴ *Diário do Congresso Nacional*. 20 de maio de 1920. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>. Acesso em: 10 set. de 2006.

¹⁶⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 20 de maio de 1920.

¹⁶⁶ *A Noite*. Rio de Janeiro; 12 de junho de 1920.

Mas a oposição ao projeto manifesta-se já na Câmara, na voz do polêmico deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro Mauricio de Lacerda¹⁶⁷, que entra com um requerimento pedindo o retorno do projeto à Comissão de Finanças, onde tinha recebido parecer favorável, para a fixação de um valor máximo para o crédito aberto¹⁶⁸.

Em um discurso inflamado, o deputado, mais conhecido por seu apoio à causa operária, faz críticas primeiramente ao ministro das Relações Exteriores, sr. Azevedo Marques que teria “sonogado” informações sobre o Congresso de Washington, e sobre sua atuação no ministério, onde “não é carne e nem peixe”¹⁶⁹, ou seja, não teria conhecimento do que se passava no seu interior. Ao tratar de seu requerimento com relação ao projeto do crédito ilimitado, Mauricio de Lacerda entra em uma acalorada discussão com o deputado paulista Carlos de Campos, *leader* da maioria na Câmara.

As críticas de Mauricio de Lacerda são duras, segundo ele:

Se a Câmara deixar de fixar o quantum para a recepção destes ou de outros quaisquer estrangeiros, como de fixar despesas de qualquer outra natureza, falta ao seu dever constitucional. Se fixar tais dispêndios, é ridículo – é da letra da Constituição, é do espírito do regime. Então, ridícula é a Constituição, é o regime (...) Mas, dizia eu, não há motivo para que se não limite a despesa. Dão-se ao Governo o crédito para as despesas prováveis, de possível orçamento; o Governo usa da autorização, e, uma vez excedida a importância, pede ao Congresso um crédito extraordinário¹⁷⁰.

Para Carlos de Campos haveria casos onde não deveriam ser discutidas as despesas, e dá o exemplo da recepção do rei português D.Carlos como um precedente, ao que Lacerda responde que naquele momento tínhamos a frente do ministério o Barão de Rio Branco “a quem nada se negava do que pedisse”, comparando-o a Azevedo Marques coloca: “se V.Ex. quiser comparar o Sr. Azevedo Marques ao Barão, em vez de dizer ‘dinheiro haja’, deve exclamar ‘vinténs haja’, porque a diferença é, realmente, dessa ordem, entre o valor dos dois homens”.

Lacerda é radical e coloca que:

Não importa que se trate de um herói; não indago a que “real e augusta família” se refere o projeto; não discuto se o rei, o papa, ou quem que seja, merece ou não tais homenagens. Entendo que, desde que é uma visita, mormente feita em virtude de convite, receba-se condignamente. O que discuto é que o Congresso não pode, justamente para homenagear um rei constitucional, faltar

¹⁶⁷ Sobre Mauricio de Lacerda ver: ABREU, A..A. (et. ali). *Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro pós –1930*. 2.ª ed. Vol IV. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

¹⁶⁸ Na sessão de 12 junho, o projeto do crédito recebe parecer favorável do sr. Oscar Soares; na sessão de 25 de junho, sr Mauricio de Lacerda entra com seu requerimento. In: *Diário do Congresso Nacional*. 13 de junho de 1920. *Op.cit.*.

¹⁶⁹ *Diário do Congresso Nacional*. 25 de junho de 1920. *Op.cit.*.

¹⁷⁰ *Idem*.

aos seus deveres constitucionais, abrindo um crédito que é visivelmente um crime e incorrendo na responsabilidade de dar ao Poder Executivo uma autorização sem limites. Bonita homenagem!¹⁷¹

O deputado acaba retirando o requerimento, concluindo seu discurso com uma interessante comparação, ao colocar que a “Câmara Republicana” se preparou para receber os reis belgas “como não se prepararia a Monarquia, deixando de cumprir o seu dever constitucional”¹⁷².

O projeto do crédito ilimitado é aprovado na Câmara, mas não deixa de levantar críticas iradas do *Correio da Manhã*. Para o jornal, a Câmara “fez presente ao governo de um mero cifrão”, um ato incompatível com o regime democrático. O jornal informa que já houve um caso anterior onde foi concedido crédito ilimitado, a recepção do rei Portugal, no entanto, como tal visita não ocorreu, o crédito não foi utilizado. Durante esse episódio, a concessão do crédito teria instigado os comentários do soberano italiano que teria dito, segundo o jornal, que tal “liberalidade pareceu (...) menos um sintoma dos exageros tropicais (...) do que um sinal de franca e aberta desmoralização do regime democrático”. Concordando com o comentário, o jornal complementa com a seguinte pergunta:

Onde, em que sistema de organização política, dentro do qual os cálculos orçamentários sejam uma realidade e o equilíbrio da administração uma norma rigorosa de condução, pode o Congresso entregar ao governo executivo a faculdade de gastar sem medida?¹⁷³

A questão ressaltada pelo jornal, ou seja, o desrespeito ao regime político, aparecerá também nos discursos proferidos no Senado.

Nas discussões que ocorrem no Senado sobre a questão, sobressai o discurso do senador gaúcho Soares dos Santos, da Comissão de Finanças do Senado, único a dar voto contrário ao parecer favorável do sr. Gonzaga Jayme à proposta que veio da Câmara. Para o sr. Soares dos Santos, a verba concedida para as homenagens deveria ser uma combinação entre os dois poderes, “para não se comprometer na execução de um programa que o momento atual não comporte pelas dificuldades da vida nacional”. O senador fazia referência à grave crise financeira, objeto inclusive da mensagem do próprio Epiácio Pessoa enviada quando da abertura dos trabalhos do Congresso Nacional¹⁷⁴.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 27 de jun. de 1920.

¹⁷⁴ CARONE, E. *A República Velha II evolução Política: (1889-1930)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1977.p.336.

Para o senador gaúcho, com a abertura do crédito ilimitado, o Congresso Nacional iria alienar de si mesmo uma faculdade de importância, a de “órgão fiscalizador” da despesa pública. Os senadores Srs. Vespúcio de Abreu, também da bancada gaúcha e Octacílio Câmara do Distrito Federal se juntam a Soares dos Santos e deixam marcados seus votos contrários à proposição. Para o sr Vespúcio de Abreu, o projeto contrariava “em absoluto a índole do nosso regime, incompatível com os sãos princípios republicanos; de se delegar ao executivo aquilo que constitui quase que a função mais capital do legislativo.”¹⁷⁵

A agitação no Senado se prolongou, pois o senador Miguel de Carvalho apresentou uma emenda ao projeto que estabelecia um limite para as despesas com a recepção do rei Alberto. A emenda, no entanto, foi derrubada, pois, segundo sr. Francisco Sá: “Até agora não se pode dizer a quanto podem montar as homenagens e festas aos augustos visitantes. Por isso qualquer estimativa pode ser falha e mesmo falsa”. Para o jornal *O Paiz* a concessão de créditos ilimitados deveria ser repudiada sempre, pois é incompatível com “os dispositivos constitucionais e com os próprios verdadeiros interesses do regime”, no entanto, segue o jornal, no caso da recepção dos reis belgas tal “transigência se justifica”¹⁷⁶.

A polêmica aparece tratada também nas revistas. No semanário *O Malho*, uma caricatura de Storni se encarrega da crítica, onde vê-se o proletário olhando para duas torneiras que jorram dinheiro, uma jorra para a visita dos reis e outra para o Centenário da Independência, na legenda lê-se: “O proletário: - Qual! Desta água eu não ‘beberei’”¹⁷⁷

A *Careta* colocou ainda uma piada popular sobre o assunto:

- Porque não compras minha casa?
- Ando sem dinheiro.
- Não faz mal. Eu te concedo um crédito ilimitado.
- Ah! Isso não, filho! Eu não pretendo receber o rei da Bélgica.¹⁷⁸

A justificativa utilizada pelos congressistas que se opunham ao projeto do crédito ilimitado baseava-se na inconstitucionalidade do ato, na sua incompatibilidade com o regime republicano. O projeto já estaria dando uma característica “irritante e impopular”¹⁷⁹ aos festejos em homenagem aos reis, observa o jornal *Correio da Manhã*.

¹⁷⁵ *O Paiz*. Rio de Janeiro 17 de jul. de 1920.

¹⁷⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 27 de jun. de 1920.

¹⁷⁷ *O Malho*. Rio de Janeiro; 31 de jul. de 1920.

¹⁷⁸ *Careta*. Rio de Janeiro; 07 de ago. de 1920.

¹⁷⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 27 de jun. de 1920.

A preparação para a recepção do rei- herói deixa a mostra uma série de tensões que perpassam a elite brasileira. A imprensa, que se coloca como grande interprete dos sentimentos populares, acompanha essas tensões, e em uma ação pedagógica explica o significado da visita do rei para o público, explica sua importância e enaltece a figura do rei Alberto, ao descrevê-lo como o grande herói da Primeira Guerra, e como um personagem de hábitos simples, semelhantes aos do nosso antigo monarca, verdadeiramente, um rei democrata. E nada melhor para receber um rei democrata, do que uma República que segue fielmente seus valores, respeitando as relações entre os poderes. No entanto, a questão do crédito ilimitado demonstrou que poderia haver algumas exceções à regra. A visita do rei belga era uma.

2.3 - Viagem e hospedagem dos reis.

Confirmada a vinda dos soberanos belgas, era necessário, antes de se pensar nas festas que seriam oferecidas em sua homenagem, organizar a viagem dos mesmos para o Brasil e também, preparar um lugar adequado para sua hospedagem. Ambas as tarefas (assim como a preparação das festas) contaram com ampla participação do Ministério das Relações Exteriores.

A missão de organizar a viagem dos soberanos foi entregue ao representante brasileiro em Bruxelas, sr. Barros Moreira, e com relação a hospedagem real, Azevedo Marques foi o encarregado coordenar um grande reforma na antiga residência da Princesa Isabel e de seu esposo Cond'Eu: o Palácio Guanabara.

As reformas no Palácio seriam basicamente internas e nos seus jardins. Ao procurar saber dos andamentos das obras o jornal *A Noite* observa que é grande a preocupação oficial de tudo fazer para “cercar de maior brilho e conforto a estadia dos régios hospedes”, o palácio havia se transformado em um verdadeiro “centro de agitação e renovamento”¹⁸⁰, todos os ministérios e serviços públicos estariam empenhados nesse sentido. A prefeitura do Distrito Federal, por exemplo, ficou encarregada de realizar obras de saneamento no morro do Mundo Novo, localizado atrás do Palácio, para impedir que as águas dessa vertente invadam o parque, os jardins e os baixos de próprio palácio.

¹⁸⁰ *A Noite*. Rio de Janeiro; 14 de maio de 1920.

A parte interna do palácio ficou à cargo do escritório de arquitetura e engenharia Ramos e Azevedo & Cia¹⁸¹ de São Paulo, o que por um lado implicaria mais críticas do jornal *A Noite*, pois, a capital da república teria sido ferida no seu prestígio pela escolha da firma paulista, já que no Rio, existia a Escola Nacional de Belas Artes¹⁸².

Para os melhoramentos dos jardins do palácio foram contratados os serviços de João Dierberger, ato questionado pelo *O Paiz*, pois, se a Prefeitura contava com uma inspetoria de matas e jardins cujo objetivo era justamente cuidar dos vários jardins da cidade, era estranho, considera o jornal, que dentro deste departamento não se encontrasse profissional em condições de preparar o jardim do palácio: “A verdade é que o agricultor Dierberger vai tratar do jardim do palácio Guanabara, enquanto os outros jardins da cidade, os jardins públicos, continuarão a sofrer a conservação dos jardineiros da Prefeitura”.¹⁸³

Com relação à viagem dos soberanos o navio escolhido foi, a princípio, o vapor Lloyd *Uberaba*, tripulado por marinheiros de guerra, que viajaria comboiado pelo couraçado *S. Paulo*. Seria então necessário decidir sobre os oficiais que iriam acompanhar os soberanos, sendo Barros Moreira o indicado para fazer esta escolha, à pedido do ministro, e assim recomenda:

Acho oficiais virão buscar Soberano devem falar francês e ser mundanos, e em número seguinte: para os Soberanos, como viagem se efetua a bordo navio militar, Chefe comitiva deveria ser um Vice-Almirante, um oficial general ou superior de exercito e dois oficiais, um da marinha, outro do exercito.¹⁸⁴

No mesmo telegrama Barros Moreira sugere também:

Si for necessário por causa de prerrogativas de patentes, poderia ser eu comissionado para a viagem com categoria Embaixador. Por ocasião viagem Soberanos aos Estados Unidos, Ministro Americano aqui, que os acompanhou, foi promovido Embaixador e Legação americana na Bélgica elevada a Embaixada. Esta última parte deste meu telegrama podendo parecer interessada, peço encarecidamente Vocencia não veja em absoluto minhas palavras nenhuma insinuação pessoal para promoção; parece-me, porém, indicado o que acima exponho¹⁸⁵.

¹⁸¹ A firma Paulo Ramos e Azevedo & Cia constituía-se em um escritório famoso de São Paulo, que se expandiu acompanhando o crescimento populacional da cidade principalmente na década de 1910, apogeu da indústria de construção. O escritório notabilizava-se “pelo apuro e execução das obras”, “mobilizando ampla estrutura de empresas e profissionais”. KESSEL, C. “Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922”. *Estudos Históricos, Arte e Historia*. n.30, 2002/2. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/334.pdf>. Acesso em: 30 de set. de 2006.

¹⁸² *A Noite*. Rio de Janeiro; 28 de abr. de 1920.

¹⁸³ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 28 de abr. de 1920.

¹⁸⁴ Telegrama de Barros Moreira a Azevedo Marques, 16-04-1920; In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas*.

Op.cit.

¹⁸⁵ Idem.

As indicações de Barros Moreira para a comitiva foram seguidas à risca, mas a promoção para embaixador acontece somente após a visita, com a elevação da Legação Brasileira em Bruxelas à categoria de embaixada. Os nomes dos militares escolhidos para servir de adidos ao rei e a rainha foram: Capitão de Fragata Henrique Aristides Guilhem, Capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Capitão de Corveta Leopoldo Nóbrega Moreira do Estado Maior da Presidência da Republica.

Já a comitiva do rei era composta por: Condessa de Caraman Chimay, Dama de honra de Sua Majestade a Rainha; Coronel Tilkens, Ajudante de Campo de Majestade o Rei; Major Conde Guy d'Oultremont, ajudante de Corte, adido à Casa Militar do rei; Monsieur Max Leo Gerard, Secretario do rei; Major Dujardin, Oficial às ordens; Dr. Nolf, médico de Suas Majestades; Professor Sarolea; Capelão sr Quirin Nols. A bordo do São Paulo viriam ainda dois sargentos do exército belga para cinematografar as excursões dos soberanos no Brasil¹⁸⁶.

Um dos pontos que preocupa o Ministério é a segurança do rei, Barros Moreira chega a sugerir que embarcasse no encouraçado *S. Paulo* um funcionário da polícia do Rio de Janeiro, “falando francês”¹⁸⁷ para combinar a segurança do soberano junto a um funcionário da polícia secreta belga que estaria acompanhando a comitiva. O oficial da polícia belga acaba não embarcando, o que descarta também a ida do policial do Rio de Janeiro¹⁸⁸.

A preparação dos navios para a viagem dos reis será polêmica. Em maio começam a circular boatos de que as autoridades estariam fazendo seleção de cor entre as guarnições do *Uberaba* e do *S. Paulo*¹⁸⁹. A seleção dos marinheiros provoca um artigo do *Jornal do Brasil* empenhado em demonstrar que na Marinha brasileira “nunca houve preconceito de cor”, um exemplo seria a chegada do *S. Paulo* da América do Norte, onde, segundo o jornal, era notável a percentagem de marinheiros de cor e que as autoridades da Marinha estavam atentas à perfeita igualdade entre os elementos de cor e o branco dentre as guarnições. Assim, o número de homens de cor existente nos quadros de suboficiais da Armada constatava uma seleção “de todo ponto favorável a esses homens”¹⁹⁰.

¹⁸⁶ Telegrama de Barros Moreira a Epitácio Pessoa, 22-07-1920. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas. Op.cit.*

¹⁸⁷ Idem

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 15 de maio de 1920.

¹⁹⁰ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 15 de maio de 1920.

Um ponto importante que deve ser levantado neste momento com relação a este artigo do *Jornal do Brasil* está no fato do recrutamento não só da Marinha, como do Exército brasileiro, ser realizado nas camadas mais baixas da sociedade. Apesar do empenho das Forças Armadas para alterar sua imagem ineficiente e decadente, ainda na década de 10, o recrutamento para o preenchimento destas vagas era realizado “nos xadrezes da polícia”, sendo as guarnições dos navios compostas “50% de negros, 30% de mulatos, 10% de brancos ou quase brancos”¹⁹¹. Ou seja, as patentes mais baixas não eram ocupadas pelos estratos mais elevados da sociedade, mas realizada de forma arbitrária nas classes mais baixas.

Os boatos sobre a seleção de cor voltariam à cena em julho, referindo-se a “turma de guardas brancos”¹⁹² que estaria sendo montada para serviço do rei. Segundo o *Correio da Manhã* “este novo” boato seria um ato incompreensível, “num país onde não existem preconceitos de raças, nem de cor dos indivíduos”. A notícia de “muito mau gosto”, teria sido desmentida pelo inspetor da Guarda Civil, que declarou a inexistência de semelhante idéia na corporação¹⁹³.

Tanto a seleção dos “guardas brancos” como a da guarnição dos navios encarregados de buscar os reis é comentada pelo *O Paiz* como sendo fruto de se atribuir sempre às “autoridades que exercem funções de maior vulto, estúpidas prevenções contra gente de cor”. No povo brasileiro “jamais medrariam preconceitos selvagens como esse”, coloca o jornal.

Os nossos claros dirigentes nunca tiveram um gesto que pudesse ser seriamente interpretado como um sinal de prevenções contra os homens de cor. Tem sido assim desde a epopéia fulgurante do abolicionismo. Para honra da nossa cultura, há de ser sempre assim. Não há, entre brasileiros, desigualdades odiosas em matéria de cor ou de raça¹⁹⁴.

Os artigos citados, bem como os boatos trazem à tona uma questão muito interessante: porque tais boatos foram considerados tão absurdos se era visível a influência de teorias raciais sobre a elite intelectual brasileira? Tal fato pode ser explicado se considerarmos que apesar do discurso permeado pelas teorias racistas e evolucionistas que observavam a população através de uma lógica evolutiva de acordo com características genéticas, existia também um discurso liberal onde subsistia a igualdade e a negação do preconceito. O que pode ser observado muito bem no último trecho destacado do artigo do jornal *O Paiz*, bem como nos outros artigos do *Jornal do*

¹⁹¹ CARVALHO, J.M. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p 20.

¹⁹² Boatos sobre seleção dos marinheiros também foi observada por Caulfield no periódico *O Jornal* de 15 de maio de 1920. CAUFIELD, S.*Op.cit.* p.112.

¹⁹³ *Correio da Manhã*; Rio de Janeiro; 19 de julho de 1920.

¹⁹⁴ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 20 de jul. de 1920.

Brasil e do Correio da Manhã, negando o preconceito na marinha. Tal fato seria o que Lilia Schwarcz destacou uma “convivência extravagante entre o discurso liberal e racial”, um aspecto oriundo da conciliação entre abolição e igualdade prometida pela Constituição permeada por um projeto liberal ¹⁹⁵.

Seguem as obras de adaptação dos navios, no entanto a vinda dos soberanos no *Uberaba* acaba sendo descartada, sua reforma demoraria muito, tomando seu lugar o *S.Paulo*¹⁹⁶. O couraçado *São Paulo* adquirido em 1910, fazia parte do programa naval de 1906 que firmou a compra de três couraçados construídos na Grã-Bretanha: *Minas Gerais*, *São Paulo* e *Rio de Janeiro*. Os navios seguiam o modelo revolucionário aplicado ao recém-lançado H.M.S Dreadnought de última geração¹⁹⁷.

O *S.Paulo* partiria em 26 de julho para Bélgica, e em cerimônia simples a bordo do navio, Epitácio Pessoa, após fazer uma última inspeção às dependências do navio, pronuncia um discurso a sua oficialidade¹⁹⁸.

Epitácio ressalta neste discurso que a visita é importante sobre dois pontos. Primeiro, implicaria na expansão do comércio e das indústrias brasileiras, e segundo, sob ponto de vista político e do convívio internacional trazia grande prestígio ao país, pois não se tratava de qualquer chefe de estado, mas do rei Alberto.

Ides também levar a longes terras e a estranhas gentes um impressão de nossa cultura e da nossa educação militar. De tudo o que em vos houver de excelente e nobre, não só os tesouros de vossa cultura, não só os vossos predicados morais, mas também o vosso tato e vossa finura, as delicadezas de vosso coração, os hábitos de boa sociedade, de tudo deveis dar prova agora, como um reflexo que sereis da nossa civilização e do nosso adiantamento¹⁹⁹.

Epitácio Pessoa encerra seu discurso, vivamente aplaudido, desejando o êxito da missão confiada aos oficiais do *S.Paulo*. Missão sobre a qual recaia a responsabilidade de representar a nação; seus valores morais, de civilização e cultura. Este intuito de passar a melhor imagem possível aos ilustres hóspedes, perceptível no discurso do presidente, será completado por outros aspectos presentes no *S.Paulo*, como por exemplo, a sua biblioteca constituída de publicações de propaganda do Brasil e do estado de São Paulo. Alguns itens desta biblioteca foram publicados

¹⁹⁵ SCHWARZ, LM. “Espetáculo da miscigenação”. *Estudos Avançados* 8 (20), 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a17.pdf> Acesso em: 20 de set. de 2006.

¹⁹⁶ *Correio da Manhã*; 18 de maio de 1920.

¹⁹⁷ GARCIA, E.V. “A diplomacia dos armamentos em Santiago: o Brasil e a conferência Pan-Americana de 1923”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, n.o. 46, pp 175-200, 2005; CARVALHO, J.M. *Op. cit.* p. 53.

¹⁹⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro; 26 de julho de 1920.

¹⁹⁹ Idem.

nos jornais a pedido do ministro Azevedo Marques, são eles: *Renseignements utiles sur l'Etat de S.Paulo*, 'Brasil' por Kakenforl; *Les bois indigenes de S. Paulo* por Navarro de Andrade; *The timber trees of the State of Sao Paulo*; *O Estado de S.Paulo e o seu progresso e riquezas* de Rangel Pestana; *Boletim do comercio do porto de Santos com o movimento de exportação e importação Relatório da Secretaria*; *Em defesa do clima de S.Paulo*; *Le cafe dans l'Etat*; *Portugais en 25 lecons*; *Piracicaba e sua escola agrícola*; *O gado caracu*; *A pecuária brasileira*, 36 cópias fotográficas de fazendas, culturas, núcleos coloniais, fabricas, escolas e pontes.²⁰⁰

Não só na biblioteca poderiam os soberanos passar o tempo. Um variado programa de divertimentos foi organizado, para a alegria e satisfação dos reais passageiros, que compreendia 'soirées' e jantares, sendo também montada uma “court” de “tennis” a bordo²⁰¹. Os soberanos também poderiam contar com boa música durante a viagem.

Seguindo indicação de Barros Moreira²⁰², Azevedo Marques delegou ao Diretor do Instituto Nacional de Música, sr. Abdon Milanez, a escolha de cinco músicos para compor um quinteto para executar músicas de câmara, de preferência nacionais, durante a viagem dos reis²⁰³. Os músicos executariam no mínimo três audições diárias, às refeições e a noite no salão de música. Foram escolhidos os músicos do referido instituto: Newton Menezes Pádua, Fructoso Lima Vianna, Mario Ronchini, Gualter Luntz e Augusto Vasseur²⁰⁴.

Com relação à decoração do navio, especialmente os camarotes do rei e da rainha, estes partiriam vazios, pois, as peças de dormitório seriam adquiridas na Europa, em Portsmouth na Inglaterra²⁰⁵, o que é classificado como um atentado a capacidade industrial segundo o *Correio da Manhã*. Para o jornal era lamentável as instalações do navio não terem sido confiadas a nossos grandes estabelecimentos do gênero no Brasil, tínhamos perdido a oportunidade de demonstrar aos soberanos europeus a capacidade de nossas indústrias e a riqueza de nossas florestas, o ato teria sido “uma ação impatriótica”, que iria esconder “a opulência das nossas madeiras e o elevado grau de desenvolvimento que atingimos na indústria mobiliária”²⁰⁶.

²⁰⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 27 de julho de 1920.

²⁰¹ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 18 de agosto de 1920.

²⁰² Em telegrama a Azevedo Marques, Barros Moreira coloca que conviria boa banda de música a bordo do Uberaba (ainda seria esse o navio). 27 de abril de 1920. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas.Op.cit.*

²⁰³ *A Noite*. Rio de Janeiro; 17 de jul. de 1920.

²⁰⁴ *Arquivo 'Visita dos Reis da Bélgica'*. Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty. L206 maço 3594.

²⁰⁵ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 27 de julho de 1920.

²⁰⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 30 de jul. de 1920.

Já as impressões da reforma do Palácio Guanabara seriam mais agradáveis. Uma breve descrição aparece no jornal *A Noite*. O palácio estava ornamentado com quadros retirados da Escola de Belas Artes, sendo dois deles do pintor belga Emílio Graux, e decorado com móveis de madeira nacional fabricados pela indústria paulista, trabalhados ao gosto de Luís XVI²⁰⁷.

No dia seguinte é a vez do *Jornal do Brasil* visitar o palácio, cuja reforma, segundo o jornal, foi presidida por um “verdadeiro sentimento de arte”, “de raro gosto artístico”, com preciosos trabalhos das oficinas do Liceu de Artes e Ofícios de S.Paulo. Nos fundos imperava estilo inglês dos grandes gramados que lembrava os jardins de Le Nôtre do parque de Versailles²⁰⁸.

Na reforma do Palácio Guanabara é perceptível a participação da indústria paulista, com relação às reformas no *S.Paulo* as críticas voltaram-se para a não utilização dessa indústria, ou seja, a importação dos móveis que iriam adornar os camarotes reais é muito criticada, pois, deixaria de mostrar a riqueza das madeiras nacionais. Essa discussão serve como um prenúncio de um aspecto muito importante que permeia os preparativos para a recepção real, ou seja, como deveríamos nos apresentar? Para essa pergunta, várias serão as respostas, sendo um aspecto muito importante nesse sentido pensar como deveria se apresentar a capital federal, símbolo máximo de nação para a visita real.

2.4 - A preparação da Capital Federal.

A preocupação por parte das autoridades em passar a imagem de um Brasil civilizado, é perceptível principalmente na organização da capital federal para a recepção. A cidade do Rio de Janeiro reformada, iluminada, saneada e modernizada, figurava como símbolo de que o Brasil havia finalmente ingressado na era do progresso e da civilização.

Assim, através de uma política altamente repressiva, é constituída toda uma cidade para o rei Alberto ver, isso significava sanear e civilizar o centro da cidade, expulsando principalmente as prostitutas²⁰⁹. As medidas tomadas serão vistas mais a frente, pois um debate bem interessante toma forma nos primeiros meses do ano e envolve as mudanças na prefeitura na cidade.

²⁰⁷ *A Noite*. Rio de Janeiro; 11 de set. de 1920.

²⁰⁸ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 12 de setembro de 1920.

²⁰⁹ CAUFIELD, S. *Op.cit.* p.130.

No período de janeiro de 1919 ao final de 1922, três personagens irão passar pela prefeitura do Distrito Federal: Paulo de Frontin e Carlos Sampaio, e no meio dos dois o desconhecido Milcíades de Sá Freire.

Frontin e Sampaio fazem parte dos prefeitos engenheiros que escreveram seus nomes na história da cidade e se tornaram verdadeiros mitos ao lado de Pereira Passos, apesar das diferenças nas formações e na visão de cidade existentes entre os dois primeiros e este último. Para pensar estes personagens, bem como, a cidade do Rio de Janeiro em 1920 utilizo trabalhos como o de André Azevedo²¹⁰, que procuram desconstruir as visões clássicas do reforma Passos²¹¹ ao observar que ocorreram duas intervenções urbanísticas entre 1903 e 1906, uma dirigida pelo governo federal e outra pela prefeitura.

O objetivo da reforma federal ou reforma de Rodrigues Alves era modernizar o porto da cidade, e com isso, impulsionar o desenvolvimento comercial, ampliando a arrecadação fiscal e a captação de mão de obra estrangeira. À frente das obras federais estava a ciência, incontestável na função de gerir a urbanização, e a idéia de progresso. A obra do porto foi pensada então, como ícone maior do progresso material do Brasil. A transformação da geografia da capital foi o marco da constituição de uma nova ordem, recriando a nação para o século que surgia.

Associada às obras federais estava a construção das Avenidas do Cais, do Mangue e Central, esta última à cargo do engenheiro Paulo de Frontin. A Avenida Central acabou adquirindo toda uma significação especial, encaixando-se em um novo código de representação social, seu espaço torna-se palco, local de ostentação, é o cartão-postal da modernidade carioca.²¹² Trata-se de um momento propício para a “afirmação dos engenheiros como agentes

²¹⁰ AZEVEDO, A. N. *Da monarquia à república: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese de Doutorado, Departamento de Letras, PUC-Rio, 1996; AZEVEDO, A.N. “A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana”. In: *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.º 10, maio-agosto 2003.

²¹¹ Azevedo faz referencia a trabalhos sobre a reforma de Passos publicados nos anos 80 como o de Benchimol e Mauricio de Abreu, onde esta aparece como algo homogêneo, com o objetivo único de excluir as camadas populares da cidade, sob a direção ditatorial do prefeito Pereira Passos. ABREU, M. A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO 1997.; BENCHIMOL J. L. *Pereira Passos: um Haussman tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no principio do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

²¹² MAUD, A. M. “Flagrantes e instantâneo fotografia de imprensa e o jeito de ser carioca na *belle époque*” In: LOPES, A. H.(Org.). *Entre EurOpa e África: a invasão do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000, p.275.

dessa obra que se classificava como ‘civilizatória’²¹³. Formados nas primeiras turmas da Escola Politécnica, estes novos engenheiros ingressam no mercado de trabalho nos anos 80 do século XIX, período em que verifica-se um crescimento da engenharia privada, não é por acaso que nesse momento há a fundação do Clube de Engenharia que procura abrir espaço para empreendimentos técnicos junto ao Estado, organizando a categoria, suas demandas²¹⁴. Junto a Paulo de Frontin podemos identificar a figura de Carlos Sampaio, prefeito da cidade no período da visita dos reis, suas trajetórias paralelas refletem a grande participação de ambos na reforma da malha urbana carioca. Investidos do novo poder sobre as cidades eles iriam se empenhar, através da ordem e da razão, na construção da cidade moderna vitrine da nação orientada para o progresso onde a técnica domina a miséria e a natureza²¹⁵.

O curto governo do engenheiro Paulo de Frontin em 1919 (de janeiro a julho) é um exemplo clássico desta política pública, um dos primeiros pontos do seu programa de obras era a derrubada do Morro do Castelo, no entanto, tal projeto só viria a ser realizado com o prefeito Carlos Sampaio. Frontin focalizou então a Zona Sul como seu principal canteiro de obras, abrindo ruas por toda a costa até São Conrado.

Paulo de Frontin era, ainda, figura central na política da cidade, pois chefiava a mais importante organização partidária local: a Aliança Republicana. Era um personagem ligado a vida da cidade, admirado pelo povo, graças ao episódio água em seis dias²¹⁶. Convidado por Delfim Moreira para assumir cargo de prefeito do Distrito Federal em janeiro de 1919, encontrou as finanças municipais no vermelho. A receita arrecadada desde 1917 era inferior a despesa efetuada, o que se prolongaria até 1922, devido em grande parte, às políticas de gastos sem controle implementadas pelos prefeitos. Seu destino na prefeitura é selado ao apoiar a candidatura de Rui Barbosa, o que não significou sua retirada da cena política, seria eleito deputado pelo distrito federal em 1920, reconquistando logo depois sua cadeira no Senado onde ficaria até 1933, sua presença seria marcante no governo de Carlos Sampaio²¹⁷.

²¹³ MOTTA, M. S. “O ‘Hércules da Prefeitura’ e o ‘Demolidor do Castelo’: o executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro”. OLIVEIRA, L. L. (org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 198.

²¹⁴ AZEVEDO, A.N. “A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana”. *Op. Cit.*

²¹⁵ MOTTA, M. S. “O ‘Hércules da Prefeitura’ e o ‘Demolidor do Castelo’: o executivo municipal como gestor da política urbana da cidade do Rio de Janeiro”. *Op. Cit.*, 198.

²¹⁶ PINTO, S.C.S. *Elites Políticas e o Jogo de Poder na Cidade do Rio de Janeiro (1909-1922)*. Rio de Janeiro: Tese Doutorado UFRJ/IFCS, 2002.

²¹⁷ *Ibidem*. p.281.

Assim, com a posse do presidente Epitácio Pessoa em julho 1919, é nomeado outro prefeito para a cidade, o advogado Milcíades de Sá Freire²¹⁸. A situação financeira da cidade era delicada, Sá Freire coloca como meta para seu governo restabelecer o equilíbrio financeiro da cidade. No entanto, surge neste momento uma discussão interessante: como atingir tal objetivo (equilíbrio das contas públicas) se a cidade em um futuro muito próximo iria ser o palco principal de dois grandes eventos? O primeiro grande evento era a visita dos reis belgas (setembro/outubro de 1920) e o outro a exposição do Centenário da Independência do Brasil (1922); a cidade deveria se apresentar, no mínimo, com as reformas que já haviam começado terminadas.

No curto período de sua gestão, Sá Freire conseguiu angariar muitos inimigos e poucos amigos. Sua administração, devido à política de contenção de despesas, começa a ser representada como atrasada, como inadequada a cidade, um exemplo são estas duas charges de Stori, ambas publicadas na revista *O Malho*:

Um prefeito bom tempo

O Modernismo: - Fala-se muito de V.Ex.Sr. prefeito, como homem carranca, retrogrado.

O prefeito: - É que os grandes homens sempre vivem fora de seu tempo. Por exemplo Ruy Barbosa devia ter nascido 100 anos depois.

O Modernismo: - E V. Ex deveria ter nascido no tempo de D.João VI !”²¹⁹

Outra charge:

Prefeito: - Comunico a população desta capital uma grande limpeza na cidade embora, isto seja contra a minha índole, e me cause verdadeira pena arrancar o capim das ruas, faço-o no entanto, em holocausto ao progresso e a higiene pelo quais mantenho um pavor²²⁰

A primeira charge é de uma sutileza sem igual ao representar o prefeito em cima de um burro demonstrando claramente sua administração como estando totalmente empacada. Na segunda, Sá Freire aparece com na vassoura na mão declarando seu horror ao progresso e à higiene. Mais críticas nesse sentido virão do jornal *O Paiz* para quem o prefeito teria uma idéia sobre os negócios municipais “diametralmente antagônica dos interesses da cidade e dos seus habitantes”, estaria “indiferente” aos mesmos, suas ações estariam fazendo a cidade voltar “a

²¹⁸O advogado iniciou sua trajetória política no Conselho de Intendência em 1892, foi eleito deputado pelo DF em 1897-1889, permaneceu na Câmara até 1909 quando conquistou cadeira no Senado cargo que renuncia em 1916, tendo papel de destaque no PRDF em 1906. PINTO, S.C.S. *Op.cit.*p.63.

²¹⁹ *O Malho*, Rio de Janeiro; 24 de abr. de 1920.

²²⁰ *Ibidem*, 15 de set. de 1920.

tempos já quase varridos da nossa memória”, ao seguir uma “ política de inação e do retrocesso aos costumes quase esquecidos de tempos idos”²²¹.

Logo sua atuação começa a ser comparada a de Paulo de Frontin, que mesmo criando “embaraços a fazenda municipal” teria feito “trabalhos práticos positivos necessários”²²² aos quais não seria dado prosseguimento pelo sr. Sá Freire. A reclamação vem do jornal *Correio da Manhã*, no entanto, existiram também defensores do prefeito econômico. Tanto jornal *A Noite* quanto o *Jornal do Brasil* reservavam suas críticas a administração de Frontin, com seus gastos excessivos, e seus elogios a Sá Freire por seu comprometimento em realizar “o trabalho ingrato e impopular de reorganizar, por assim dizer, o governo da cidade”. Um “verdadeiro trabalho de Hercules”, segundo o *Jornal do Brasil*, que em comparação aos “trabalhos de Hercules da administração anterior” definitivamente não iria deslumbrar platéia alguma²²³.

A revista *D.Quixote*, apóia também, a princípio, a atitude de Sá Freire de controlar os gastos. O que pode ser visto na coluna ‘Mixed Pickels’. Colocando-o como o “mais patriota e nacionalista dos nossos administradores”²²⁴, as atitudes do prefeito aparecem representadas na revista:

O Rio tem passado toda essa minha administração sem sombra de melhoramento municipal; todos reclamam; mas os meus princípios econômicos me impossibilitam de capinar e calçar as ruas, concluir obras antigas e, muito menos, iniciar obras novas Não será agora que hei de falsear os meus princípios, só porque ai vem os reis da Bélgica e o seu numeroso séqüito. Seria impatriótico. Se os nossos patrícios estão suportando os espinhos da minha administração de Tio Gaspar, que os estrangeiros os suportem também. Isso de couve a mineira para os de casa e petit-pois para as visitas não está direito. Os belgas que se arranjem como se vão arranjando os cariocas.²²⁵

Com um texto bem humorado, a revista encerra a coluna questionando: “Haverá quem por isso acuse o benemérito Sá Freire?”²²⁶

A permanência de Sá Freire na prefeitura terá pouca duração, o advogado acaba pedindo demissão do cargo em 07 de junho de 1920. Com a imagem política desgastada pelas críticas da imprensa, o prefeito se indis põe também com a Associação Comercial ao se recusar a afrouxar imposto de exportação²²⁷. No entanto, o fator determinante para sua saída, segundo o próprio Sá

²²¹ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 06 de abr. de 1920.

²²² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 03 de maio de 1920.

²²³ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 15 de fev. de 1920.

²²⁴ *D.Quixote*. Rio de Janeiro; 09 de jun. de 1920.

²²⁵ *Idem*.

²²⁶ *Idem*

²²⁷ PINTO, S.C.S. *Op.cit.p.287*.

Freire colocou em entrevista ao *Jornal do Brasil*, foi o novo regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública que atentava contra a autonomia do Distrito Federal²²⁸.

Na cerimônia de entrega do cargo ao engenheiro Carlos Sampaio, o ex-prefeito teria inclusive recebido algumas vaias, observadas pelo *Jornal do Brasil* como sendo resultado de uma gestão “honesta”, onde teve a “tarefa hercúlea” de “estabelecer as bases de reconstrução financeira na administração da Prefeitura”, assim, “esquivando-se as tentações da fama, foi um guarda feroz das arcas municipais”²²⁹.

Ao comentar as vaias recebidas pelo ex-prefeito, o jornal *A Noite* aponta que encontrando a prefeitura numa situação financeira de desespero, o prefeito teve a coragem de adotar medidas que a curassem, todavia, Sá Freire teria exagerado “esse seu propósito de economia”²³⁰.

A revista *D.Quixote* aproveita a situação para fazer troça com Sá Freire e com o crédito ilimitado, já em vias de ser definitivamente aprovado no Senado: “Um grande encanamento mestre conduzirá do tesouro para a Guanabara a caudal de dinheiro que irá mostrar ao Rei que o Brasil nada em ouro, como a Bélgica nadou em sangue durante quatro anos”.²³¹ E para cuidar das torneiras, a revista sugere Sá Freire que seria “sem sombra de ironia the right man in the right place” no entanto, ela mesma conclui que “o governo não o aproveitará, receoso que o rei e a comitiva venham a passar fome”²³².

Enfim, Carlos Sampaio assume a prefeitura, admitindo ser precária sua situação financeira, afirma que teria então duas opções: renunciar ao cargo ou assumir energicamente suas funções, o que fez através da aquisição de empréstimo interno suficiente para terminar as obras que estavam em andamento e fazer ainda o conserto e limpeza de várias ruas da cidade. Dentre as ruas que precisaram de um ‘conserto’ estava a Avenida Atlântica. É interessante destacar que a destruição da Avenida Atlântica, construída por Paulo de Frontin, provocou várias críticas que apontavam a fragilidade de suas obras pela cidade. Sampaio rebateu tais críticas defendendo a administração do amigo que por não ter tido muito tempo à frente da prefeitura “não podia senão adotar a solução mais rápida, uma vez que queria deixar a obra terminada”²³³.

²²⁸ *Jornal do Brasil*; Rio de Janeiro; 08 de jun. de 1920.

²²⁹ *Ibidem*. 09 de jun. de 1920.

²³⁰ *A Noite*. Rio de Janeiro; 09 de jun. de 1920.

²³¹ *D.Quixote*. Rio de Janeiro; 07 de jul. de 1920.

²³² *Idem*.

²³³ *Apud* KESSEL, C. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. p.53.

Uma obra não terminada por Paulo de Frotin foi a construção da Avenida Niemeyer, paralisada quando da entrada de Sá Freire, as obras seriam retomadas segundo o jornal *A Noite*²³⁴ pela insistência de Eptácio Pessoa devido a proximidade da visita dos reis. Conta o jornal que em passeio pelo Leme e Leblon, o automóvel do presidente se deteve na Avenida incompleta, levando-o então a se entender com o prefeito para retomada da obra. A Avenida seria inaugurada pelo rei Alberto em 27 de setembro de 1920²³⁵.

A posse de Carlos Sampaio é muito festejada pela imprensa, principalmente o jornal *O Paiz*, que define o novo prefeito como um “cavalheiro culto e de apurado gosto, viajadíssimo, conhecendo a fundo o que possuem em matéria de serviços públicos, as mais adiantadas capitais do mundo”. Segundo o jornal, o engenheiro “sincero apaixonado das incomparáveis belezas do Rio de Janeiro (...) tem familiaridade com os problemas locais”²³⁶. Era uma figura conhecida e que conhecia a cidade.

Para a revista *O Malho*, somente a visita dos reis belgas, e com isso a enorme necessidade de embelezar a cidade, fez com que Eptácio Pessoa se livrasse da “preguiça de Sá Freire” e se virasse para a “tábua de salvação” que é Carlos Sampaio. Para a revista, Carlos Sampaio seria então:

um homem de ação (...) Parece até que tem ‘alma’ de Frotin e ‘cérebro’ de Passos!(...) Veja como o prefeito voa e se multiplica acudindo a todos os pontos fracos. Novas ruas novas avenidas. Demolições. Retificações. Limpeza. Arborização. O Diabo! (...)Na pessoa de Carlos Sampaio levantou-se o extinto Passos, e o Frontin deu homem por si. (...)“teremos uma cidade melhorada, embelezada, teremos limpeza e irrigação, saneamento, teremos edifícios próprios para escolas teremos casas para operários e para gente de poucos recursos (...) tudo que for possível fazer com muito dinheiro e apenas dois anos e pico de administração.”²³⁷

A identificação de características de dois personagens como Frontin e Passos, em um só (Sampaio) demonstra a força destes dois prefeitos na criação de uma imagem de cidade que ficou marcada, ajudando na construção de uma identidade, a qual ao ser identificada em Carlos Sampaio, agradou a revista. Carlos Sampaio seria então o prefeito que “está preocupado com as necessidades do Rio”, como coloca *O Paiz*:

Agora que a cidade tem, de novo, um administrador, pode-se chamar a atenção do prefeito para os seus problemas, confiante de que essa colaboração em prol das necessidades urbanas será recebida com satisfação pelo Dr Carlos Sampaio²³⁸.

²³⁴ *A Noite*. Rio de Janeiro; 20 de maio de 1920.

²³⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 28 de set. de 1920.

²³⁶ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 08 de jun. de 1920.

²³⁷ *O Malho*. Rio de Janeiro; 07 de ago. de 1920.

²³⁸ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 22 de jun. de 1920.

A revista *D. Quixote* que primeiramente havia defendido a política municipal de Sá Freire admite que o prefeito iria envergonhar a cidade perante os reis, pois não haveria como recebê-los “com as ruas reverdejantes de tiririca e de capim melado”²³⁹. O novo prefeito era homem viajado, já conhecia as “grandes capitais do mundo”, sendo possível então “esperar dele uma administração civilizada.”²⁴⁰ A piada publicada neste mesmo número da revista ajuda a compreender um pouco mais a posição da revista:

(...) No saguão da Prefeitura:

- O Sá Freire não pediu demissão; foi exonerado a bem do serviço publico!

- A bem do serviço público?

- Justamente! Queria cuidar seriamente de finanças e de instrução num país que só precisa de duas coisas: receber o rei da Bélgica e festejar o centenário da independência.²⁴¹

Carlos Sampaio receberia então a cidade com relativo equilíbrio financeiro, aponta o *Correio da Manhã*²⁴² e como “homem inteligente, experimentado” muito poderá fazer pela prefeitura, elogios ao novo prefeito também são tecidos pelo *A Noite* que o caracteriza com um “completo business man”²⁴³.

Logo após a entrada do novo prefeito, o intendente Alberto Beaumont apresenta um interessante projeto no Conselho Municipal para a visita dos soberanos da Bélgica e para as festas do centenário que autoriza o prefeito a entrar em acordo com o governo federal para realização de um empréstimo, com o objetivo de executar melhoramentos na cidade²⁴⁴. Carlos Sampaio iniciaria então a preparação da cidade, um momento bem capturado por esta caricatura de J.Carlos publicada na *Careta*: “O Rei e o Centenário. Ela (a cidade): Traz mim virá quem boa me fará (se referindo ao rei e ao centenário que vem atrás)”²⁴⁵.

Aos poucos os melhoramentos começam a ser implementados, visualizando-se as novas características dessa administração. O editorial “Pelo molde da civilização”²⁴⁶ da revista *Careta* é um exemplo claro disso: “O Sr. prefeito do Distrito Federal anda a correr pelas ruas da capital com uma entidade diabólica fazendo desaparecer de sua fisionomia atual algumas das horríveis

²³⁹ *D. Quixote*. Rio de Janeiro; 16 de jun. de 1920.

²⁴⁰ *Idem*.

²⁴¹ *Idem*.

²⁴² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 08 de jun. de 1920.

²⁴³ *A Noite*. Rio de Janeiro; 08 de jun. de 1920.

²⁴⁴ *Careta*. Rio de Janeiro; 15 de jun. de 1920.

²⁴⁵ *Ibidem*. 09 de ago. de 1920.

²⁴⁶ *Ibidem*. 31 de jul. de 1920.

manchas que ainda lhe ficaram da deprimente máscara antiga...”.²⁴⁷ Estas ‘horríveis manchas’ as quais a revista se refere deixam a cidade “de cara suja”, sendo a maquiagem a única solução para encobrir essas “nódoas”. A opinião da revista é comentada também por Carlos Kessel²⁴⁸, quando este analisa a posição extremamente favorável da mesma com relação à derrubada do Morro do Castelo.

O prefeito “infatigável em atingir o propósito do seu governo: maravilhar os soberanos belgas”²⁴⁹ mandava limpar a cidade, corrigir os calçamentos, lavar as estatuas, podar as árvores, consertar as avenidas arruinadas. O momento pelo qual passava a cidade é bem representado por esta charge de Seth sob o título de “Atividade!Atividade!”²⁵⁰ onde dois homens trabalhando, conversavam sobre as obras na cidade:

“- Homem, você sabe quem é o atual prefeito?”, o outro responde: “- Não sei bem, não, mas desconfio que se chama Reis Alberto, porque sempre que mandam atacar uma obra dizem logo que o Reis Alberto precisa ver isto, o Reis Alberto vai passar por aqui....”²⁵¹

As realizações de Sampaio se estenderam a zona sul com a construção do bairro da Urca e da urbanização da Lagoa Rodrigo de Freitas. A aliança do poder público com o capital privado ajudou na construção Urca, enquanto que na Lagoa, local considerado infecto por causa de seus inúmeros pântanos, a prefeitura agiu sozinha canalizando os rios para desaguardarem no final do Leblon, e lucrando com a venda de terrenos originários de sucessivos aterramentos da lagoa. A construção da Avenida Eptácio Pessoa completou a urbanização do bairro que aos poucos seria tomado pela elite.

Todavia, o ponto mais marcante de sua gestão foi definitivamente a demolição do Morro do Castelo, no Centro. Desde 1798 o Morro do Castelo era objeto de severas críticas por parte das autoridades governamentais, médicos e da elite em geral. As justificativas para sua demolição iam desde entrave a circulação de ar na cidade, ao aspecto estético destoando do centro urbanizado²⁵². Juntar-se-ia a estas justificativas a comemoração do Centenário da Independência onde o Rio de Janeiro deveria se mostrar impecável. Ao analisar os discursos produzidos por

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ KESSEL, C. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Op.cit. p. 93.

²⁴⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 24 de jun. de 1920.

²⁵⁰ *A Noite*. Rio de Janeiro; 06 de jul. de 1920.

²⁵¹ Idem.

²⁵² O Senado e a Câmara do Rio de Janeiro visando melhorar a salubridade da cidade encomendaram em 1798 um relatório a três médicos onde fossem identificados os principais problemas da cidade. O morro do Castelo foi o

Sampaio, Carlos Kessel, destaca um trecho emblemático da preocupação com a imagem da cidade. Para Sampaio, não havia melhor forma de se comemorar o Centenário do que realizando várias obras de saneamento, de embelezamento, que “completadas com uma Exposição Internacional no próprio local em que estejamos realizando as obras do arrasamento, possam mostrar ao estrangeiro, que ainda não nos conhece, do quanto somos capazes”²⁵³.

O arrasamento do Morro do Castelo, também é reivindicado neste artigo do jornal *Correio da Manhã*:

Façamos qualquer coisa para nós mesmos, para gozo dos cariocas, condenados a viver no Rio, e que, além do mais, pagam do seu bolso os melhoramentos da cidade (...) O morro faz parte dos antecedentes históricos da cidade, derrubá-lo seria um desrespeito as nossas tradições e uma prova de que somos um povo inculto que não venera o passado. Confesso do fundo da minha ignorância não atino com esse respeito aquele desgracioso montão, capaz de ser convertido, pela engenharia moderna, em uma acessível planície civilizada. Acho que a memória de Mem de Sá está suficientemente gravada no cérebro dos que estudam história pátria e na avenida ampla e arejada que tem o seu respeitável nome. (...) esses problemas urbanos, de construções de ruas, praças e demolições de velharias, só conheço um preceito, que é o da beleza associada ao conforto dos habitantes. Onde estes dois valores se conjugam está realizado o ideal da engenharia urbana²⁵⁴.

O artigo, cujo autor é Antonio Leão Velloso, assinala a importância da engenharia moderna na solução dos problemas urbanos, identificando-se com a visão de cidade que iria imperar no governo Carlos Sampaio, com a desvalorização da tradição e das partes históricas da cidade, em prol das novas construções. O autor utiliza ainda, para justificar o arrasamento do morro, o exemplo da reforma urbana de Paris: “Que fez a glória de Haussman, o criador da Paris moderna? Converteu a Paris da idade média em uma cidade moderna onde reinam solidárias a harmonia e higiene; arrasem aquele morro que não nos deixará saudade”²⁵⁵.

Fica claro, então, que ainda existiam obstáculos para se atingir esta cidade moderna tão desejada, sendo urgente a necessidade de melhorá-la e organizá-la a visita dos reis.

Outro artigo, também no *Correio da Manhã*, de Costa Rego especula sobre o que deveria ser negado aos olhares reais. O artigo começa elogiando a figura de Carlos Sampaio “homem de movimentos rápidos e iniciativas prontas” entretido em “preparar alguma coisa com a qual se deleitem os olhos régios de Sua Majestade”. O jornal afirma que a cidade passava por um

primeiro da lista considerado ‘o mais nocivo (...) porque é o que obsta mais a viração do mar’. *Apud* MOTTA, M.A. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência. Op.cit.*

²⁵³ Discurso de 19 de dez. de 1920. *Apud* KESSEL *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Op.cit.* p.52

²⁵⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 09 de ago. de 1920.

²⁵⁵ *Idem*.

verdadeiro delírio, o “delírio belga”, ou, como o autor coloca o “delírio de parecer bem”. Este delírio, diz o autor, está em todo lugar: “ao topar na rua com uma turma de trabalhadores a endireitar a calçada ou até de varredores a afugentar o lixo sem monologar: - É para o rei dos belgas ver”²⁵⁶.

É importante, afirma o autor, que o rei nos encontre na “sala de visitas, tesos como nos manequins de alfaiataria, em lugar de nos surpreender de pijama a escovar os dentes no banheiro”. O que já poderia ser percebido nas ruas na postura dos transeuntes que se tornam “alertas e apressados, com a idéia evidente de parecerem ao rei vivos e experimentados boulevardiers e não mansos e resignados descendentes daquele personagem a que o Sr. Monteiro Lobato deu o apelido de Jeca Tatu”²⁵⁷.

Assim, seria preciso então ‘arrumar a casa’, como as donas de casa que “usam de engenhosos artifícios para disfarçar a pobreza dos seus cristais a ausência de alfaías e até a louça rachada”, deveria o governo se empenhar, pois, “em matéria de visitas regias há por aqui muita louça que já não serve. Uma pesquisa aos armários indicaria o que precisamos reprimir diante dos olhos do rei”. E assim conclui que o rei não deveria ver: “morro da Favela; a rua do Passeio depois de meia noite; a estação Leopoldina, na praia Formosa; o teatro São José e os campeonatos de foot ball”²⁵⁸. Infelizmente, o autor não explica porque escolheu tais lugares ou eventos, mas, de acordo com o que coloca em seu artigo é presumível que seriam lugares depreciados, que não estariam de acordo com a imagem de cidade que queria se passar para o rei.

No entanto, para o Morro da Favela, local “de sinistra fama nas crônicas da vida carioca”, é apresentada no Conselho Municipal uma proposta para o seu embelezamento e saneamento. O projeto de autoria do intendente Arthur Menezes justifica estas ações no morro no intuito de livrar a cidade “daquela vergonha que tanto deprime os nossos costumes, culturas e civilizações”²⁵⁹, e também devido à visita dos reis belgas e a comemoração do centenário.

Considerando que os foros da cidade civilizada, já conquistados pela capital dos Estados Unidos do Brasil, não podem ser desmerecidos. Considerando que a cidade do Rio de Janeiro deve estar preparada para hospedar condignamente visitantes ilustres que já prometeram vir admirá-la. Considerando, finalmente, que todos os melhoramentos devem ser levados a execução afim de que no ‘7 de setembro de 1922’ a cidade do Rio de Janeiro apresente o mais deslumbrante aspecto - entrego a sabia deliberação do Legislativo Municipal o seguinte projeto de lei; Artigo único - Fica o Prefeito autorizado a providenciar, como no caso couber, sobre as obras que devam ser

²⁵⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 07 de ago. de 1920.

²⁵⁷ *Idem*.

²⁵⁸ *Idem*.

²⁵⁹ *A Noite*. Rio de Janeiro; 21 de jul. de 1920.

feitas para o aformoseamento do morro da Favela, podendo lançar mão dos meios que julgar indispensáveis, inclusive da abertura dos necessários créditos a execução das mesmas obras revogadas as disposições em contrário²⁶⁰.

Não seria a primeira vez que autoridades se voltam para o morro com o objetivo de saneá-lo. Em 1907, Oswaldo Cruz lidera campanha pela higienização do Morro da Favela, uma evidência de que já no início do século a favela vai ocupando o primeiro plano nos debates entre jornalistas, engenheiros e homens públicos²⁶¹.

Enfim, com prefeito arrojado e moderno começa-se o frenético processo; é o Rio de Janeiro se preparando *para o rei Alberto ver...* A revista *D.Quixote* coloca um editorial com este título ('Para o rei Alberto ver') onde compara a cidade a uma "casa mal governada, em véspera de aniversário", afinal "temos visita de cerimônia".²⁶²

No entanto, a visão de que a cidade precisaria ser inteiramente reformada não seria geral. Um artigo publicado no *Correio da Manhã* critica essa idéia de "se reformar todo o Rio de Janeiro, para que o soberano belga desembarque numa cidade de maravilhas indescritíveis, onde se possam extasiar de gozo os seus olhos régios"²⁶³. Para que remodelar a cidade?

Se algum interesse podemos despertar ao rei Alberto, o que é duvidoso, esse está em lhe facultarmos o conhecimento exato do que somos, sem exageros, nem embelezamentos de fantasmagoria, conseguidos a última hora com dinheiro que não temos, e que havemos de pagar a juros de judeu, (...) ²⁶⁴.

Compartilhando de opinião semelhante, Oliveira Lima coloca em artigo publicado no *Jornal do Brasil* que os debates sobre como a cidade deveria se apresentar se dividiam entre os que achavam que a cidade não estava a altura de receber um rei, e os que pretendiam demolir e reconstruir tudo. Para Oliveira Lima os melhoramentos deveriam ser feitos progressivamente, dentro dos limites dos recursos.

Há fome no Brasil, com a carestia de vida que reina e que a alta dos salários não compensa. Se o clamor não se ouve no Rio de Janeiro, é porque vem de longe e é muito feito de gemidos. O Rei dos belgas, que sempre gostou de estudar os assuntos econômicos, não ignora nossas condições.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.15, n.44 outubro 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf> Acesso em 25 de set. de 1920.

²⁶² *D.Quixote*. Rio de Janeiro; 25 de ago. de 1920.

²⁶³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 20 de jun. de 1920.

²⁶⁴ Idem.

Entretanto, queremos oferecer-lhe agasalho próprio de nababos tresloucados. Não é decente, nem distinto.²⁶⁵

No entanto, opiniões como a de Oliveira Lima seriam minoritárias. Fica clara a necessidade desta cidade se apresentar renovada e melhorada, e devidamente decorada. O *Correio da Manhã*, por exemplo, compara a cidade a uma mulher de muita beleza, mas que não sabe se vestir com elegância. Se referindo aos coretos e bandeirinhas “ridículas”, geralmente colocados em dias de festa, pergunta: “Não nos será possível livrar-nos, desta vez ao menos, das armações de pau e bandeirolas presas com barbante - enfeites de leilão de prendas nas freguesias só interior?...”²⁶⁶

As críticas a este tipo de decoração também aparecem no *O Paiz*, para o qual nossa imaginação e arte decorativa estavam ainda estacionadas em 1808 caracterizada por “farrapinhos de bandeirolas, coretos de taipa e remendos de bambolins; enfiadas de folhas de mangueira e escudos comemorativos pregados em postes centenários, pintados e sarapintados”²⁶⁷. Qual seria então a decoração mais acertada para o evento?

O jornal *A Noite* fornece algumas pistas ao comentar as comemorações do 7 de setembro daquele ano e fazer referências ao “aspecto desanuviado de nossas ruas”, eram poucas as bandeiras brasileiras hasteadas. Assim, para o desembarque dos reais visitantes “nossa capital deve surgir decorada com as cores belga e brasileira, desfraldando esses dois belos pavilhões em todos os seus edifícios”. Os brasileiros, compreendendo o significado da visita “do imortal monarca”, deveriam contribuir para o “esplendor dessa recepção e precisam desde já adquirir bandeiras belgas que caso não existam a venda, ou atinjam preços excessivos podem ser feitas mesmo em casa pelas costureiras domesticas sem dificuldades e com economia”²⁶⁸.

Enquanto isso, uma nova iluminação era instalada na Avenida Rio Branco, com seus lampiões sendo trocados por lâmpadas elétricas²⁶⁹ e a cidade recebia uma pintura e lavagem das fachadas e de suas ruas principais²⁷⁰. Em reportagem sobre esta lavagem geral, o jornal *A Noite* aponta que muitos proprietários, considerando o mau aspecto exterior de seus prédios, mandaram pintá-los espontaneamente, mas outros necessitaram do estímulo da prefeitura que lhes dirigiu um

²⁶⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 14 de ago. de 1920.

²⁶⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 12 de jun. de 1920.

²⁶⁷ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 29 de ago. de 1920.

²⁶⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro; 08 de set. de 1920.

²⁶⁹ *Ibidem*; 08 de jul. de 1920.

²⁷⁰ *A Noite*. Rio de Janeiro; 12 de ago. de 1920.

pedido mostrando a conveniência de recompor os frontispícios de suas residências, para que a capital apresentasse uma fisionomia agradável por ocasião da chegada do rei Alberto. O empenho para o embelezamento das fachadas agradou aos pintores da cidade, em entrevista para o jornal, dois empreiteiros afirmaram que quase todos estavam empregados. A prefeitura teria inclusive expedido uma circular aos seus agentes pedindo-lhes informações sobre os proprietários que ainda não iniciaram a pintura ou a lavagem de seus edifícios, tal esforço, todavia exigiria um número de pintores superior ao dos existentes no Rio de Janeiro, conclui o jornal.

O Rio de Janeiro não seria apenas a cidade ‘para o rei Alberto ver...’, mas, principalmente, a cidade para onde se deveria ir para vislumbrar, mesmo que, rapidamente o tão famoso rei belga. Tanto o jornal *A Noite*, quanto o *Correio da Manhã*, noticiam a chegada de um grande número de visitantes para participar das festas. Em sua primeira página o jornal *A Noite* destaca: “A cidade cheia de forasteiros – falam gerentes de hotéis e pensões.”²⁷¹, o jornal constata que a maioria dos estabelecimentos estavam lotados, com hóspedes paulistas, mineiros, dos estados do sul e também de visitantes do interior do estado do Rio de Janeiro. Já o jornal *Correio da Manhã* observa que serão necessários comboios extras na Central do Brasil, pois, os trens estavam repletos de passageiros, gerando um extraordinário movimento²⁷².

Mas a preparação a capital federal para a chegada do rei não englobaria somente reformas, obras e embelezamentos estéticos. Outras medidas seriam tomadas, principalmente com relação ao controle de sua população. A limpeza seria geral.

2.4.1 - As campanhas repressivas: a exacerbação do Rio para o rei ver.

No início de maio, em uma coluna regular intitulada “Coisas que incomodam...”, o jornal *A Noite* publicava a foto de dois meninos dormindo na porta do Teatro Lírico. A coluna, dedicada a denunciar aspectos deselegantes da cidade, coloca que os dois personagens da foto “com aspecto de famintos” dormiam tranquilamente, levando o jornal a perguntar por que a polícia não estava atenta para estes aspectos da cidade “que tão mal podem impressionar o estrangeiro que nos visite?”²⁷³

²⁷¹ Ibidem; 16 de set. de 1920.

²⁷² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 16 de set. de 1920.

²⁷³ *A Noite*. Rio de Janeiro; 03 de maio de 1920.

A reclamação do jornal aponta sobre os sinais evidentes da pobreza ainda visíveis pela cidade, mesmo após a grande reforma pela qual passou no início do século. A vagabundagem, a prostituição e os cortiços ainda podiam ser encontrados em locais próximos dos setores higienizados da cidade²⁷⁴. Tais aspectos eram alvo de freqüentes reclamações endereçadas aos jornais pela população, como demonstrou Eduardo Silva em seu estudo, a segurança, junto com os serviços básicos, era uma das principais preocupações do carioca no início do século XX²⁷⁵.

Para promover a moralização e segurança das ruas contava-se com a política e suas inúmeras campanhas, como a empreendida pelo chefe de polícia dr. Geminiano da Franca, muito elogiada pelo *Jornal do Brasil*, que atendendo ao pedido do público, recomendou aos delegados do 4.o. distrito que exercessem a maior vigilância possível em torno das meretrizes, não lhes permitindo licenciosidades, nem exhibições ofensivas a moral pública. Tal decisão do chefe de polícia, coloca o jornal, “merece louvores pela moralidade em que se acastela”²⁷⁶.

Elogios também são proferidos pelo *O Paiz* que classifica de “Expurgo Indispensável”, a iniciativa do chefe de polícia, de mandar remover das ruas da cidade o baixo meretrício, “que ali campeava afrontosamente”. O jornal comenta também que não houve reação ao ato, demonstrando uma melhora “dos nossos costumes e do critério mais sensato, que a opinião pública adota atualmente para ações dessa natureza”. Tal fato, conclui, deve servir de ânimo ao chefe de polícia para prosseguir nesta limpeza.²⁷⁷

Segundo Suenn Caufield, Geminiano da Franca traçou estratégias de combate ao que considerava o espetáculo degradante do centro do Rio²⁷⁸, realizando uma grande campanha contra o meretrício na cidade. Tais campanhas não eram novidade, aponta Marcos Bretas, sendo realizadas de acordo com a pressão exercida pelas elites para o manutenção da ordem pública.²⁷⁹ No entanto, a campanha de moralização de Geminiano da Franca, com inúmeras prisões, removendo prostitutas e militantes anarquistas do centro da cidade, foi realçada pela perspectiva da visita, sendo muito elogiada.

A demanda por uma limpeza geral aparece já na revista *D.Quixote*, que ao comentar as melhorias realizadas pela cidade, pede que se limpem também as pessoas ‘sujas’ “do mais baixo

²⁷⁴ CAUFIELD, S. *Op cit.*p. 132.

²⁷⁵ SILVA, E. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.p.101.

²⁷⁶ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 02 de jul. de 1920.

²⁷⁷ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 19 de ago. de 1920.

²⁷⁸ CAUFIELD, S. *Op. cit.*p. 133.

e sórdido meretrício que perambulam pela cidade”²⁸⁰, pois não fica bem o rei Alberto ver “tais espécimes da Flora do Pecado.” Afinal é “para bem de todos e felicidade geral dos que marcham nos impostos.”²⁸¹ É a “limpeza ilimitada”²⁸² que está passando pela cidade livrando-a de seus elementos considerados indesejados.

Não somente a repressão contra o meretrício é reclamada, o jornal *O Paiz*, por exemplo, aponta a mendicidade “um dos mais sérios problemas policiais do Rio de Janeiro” como um grande incômodo a população da cidade. Apesar da repressão já iniciada pela polícia, recebida, segundo o jornal, com simpatia pela população, tal esforço ainda não era suficiente, pois, para cada pedinte que a polícia apanhava, surgiam mais dois ou três “(...) legiões deles continuam a dominar a própria Avenida Rio Branco. E o rei está a chegar! (...) Não haveria um meio de intensificar e fazer eficazes as medidas policiais de repressão?”, pergunta o jornal.²⁸³

É clara a preocupação com a imagem da cidade que será apresentada, na já citada coluna “Coisas que incomodam...” o jornal *A Noite* se dizia ultrajado com o que observou “no pátio de recepção da cidade”, ou seja, a entrada da Avenida Rio Branco. Um homem deitado “dormia gostosamente a sombra do seu chapéu”, faltavam poucos dias para a chegada dos soberanos, “a polícia podia evitar era esse modo de esperar dormindo, estirado na maior via pública. Salvem-se ao menos as aparências”²⁸⁴.

É importante ressaltar que as campanhas realizadas pela polícia nem sempre mereciam aplausos, poderiam ocorrer acusações de abuso de autoridade²⁸⁵. Nesse ponto, a campanha organizada por Geminiano da Franca seria alvo posteriormente de um artigo crítico do advogado Evaristo de Moraes contra o poder arbitrário exercido pela polícia sobre as prostitutas, cujo pretexto era “evitar que os escândalos do meretrício pobre nos pudesse desmoralizar perante o rei Alberto”²⁸⁶. Um reflexo, observa Caulfield, da democracia hipócrita existente no país onde os indivíduos eram protegidos por leis que o Estado não respeitava²⁸⁷.

²⁷⁹ BRETAS, M.L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.p. 64.

²⁸⁰ *D.Quixote*. Rio de Janeiro; 25 de ago. de 1920.

²⁸¹ Idem.

²⁸² Ibidem. 15 de set. de 1920.

²⁸³ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 12 de set. de 1920.

²⁸⁴ *A Noite*. Rio de Janeiro; 15 de set. de 1920.

²⁸⁵ BRETAS, M.L. *Op.cit.* p.116

²⁸⁶ *Apud CAUFIELD, S. Op cit.*p.130.

²⁸⁷ Idem.

A repressão recai também sobre movimento operário. Este novo problema para a polícia, que emerge na década 10,²⁸⁸ foi alvo de medidas de segurança extraordinárias, com a prisão de vários líderes operários.

Além de todas essas ações restava ainda um ponto mais crucial: como controlar a população quando da chegada do rei?

Um dos números do programa mais difícil de executar, com relativa eficiência, é este: evitar o ajuntamento desordenado do povo, sempre foi a maior dificuldade que tive que vencer quando da chegada de hospedes ilustres nesta cidade dada a precária disciplina popular e mesmo a deficiência do preparo da polícia civil²⁸⁹.

Esta citação, retirada de um documento anônimo presente no arquivo da visita dos reis fornece instruções para a recepção dos reis, com especial atenção para o controle da população da cidade, por isso sugere que se formassem duas colunas de tropas, da Marinha, do Exército e da Polícia Militar, ao longo do trajeto que seria percorrido pelo cortejo real, desde o Cais do Porto até o Palácio Guanabara; justamente para “garantir em todo o percurso o bom arrumamento popular, e preservar o séqüito de invasões inconvenientes”²⁹⁰.

O conselho com relação à formação das tropas foi devidamente seguido, demonstrando uma clara preocupação com o controle do público, devido à sua ‘precária disciplina’. Este documento anônimo tem características peculiares, primeiro o tom informal com que se refere ao presidente e o fato de que grande parte de suas sugestões foram incorporadas ao programa, demonstrando que se tratava de alguém com grande influência dentro do Ministério e próximo ao presidente. O documento começa analisando a importância dos soberanos desembarcarem no cais da Praça Mauá e não no Pharoux como era de costume:

Porque possuímos o cais do Porto, onde o viajante recebe desde logo, a impressão do nosso progresso; (...); porque o recinto é protegido por grandes de ferro, facilitando assim o serviço de desembarque e impedindo o acesso de maltrapilhos etc;²⁹¹

E para o maior conforto dos soberanos sugere a armação de um pavilhão na Praça Mauá “Para os primeiros cumprimentos, apresentação do Ministério etc., um pavilhão provisório,

²⁸⁸ BRETAS, M.L. *Op.cit.* p. 72.

²⁸⁹ Arquivo ‘*Visita dos Reis da Bélgica*’. *Op.cit.*

²⁹⁰ *Idem.*

²⁹¹ *Idem.*

sóbrio de ornamentação, e que servisse para abrigá-los, caso tivéssemos a infelicidade de um dia chuvoso ou de sol ardente”²⁹².

As preocupações presentes neste documento anônimo, principalmente com relação a segurança e ao controle do público são confirmadas em outro documento:

Modo de formatura da tropa: em colunas abertas, de frente para o eixo da rua. Assim dispostas as tropas cobrirão todo o caminho da comitiva até o Palácio Guanabara. Formarão Exército, Marinha, Reserva Naval, Linhas de Tiro, Polícia Militar.²⁹³

Os dias próximos da chegada são marcados por reuniões constantes entre o chefe de polícia, o ministro da justiça e o presidente que tinham como objetivo definir o policiamento especial da cidade²⁹⁴. Nesse sentido, são assentadas as providencias de ordem geral para a sua vigilância e segurança, sendo decidido que Brigada Policial não tomaria parte na grande formatura, incumbida de um rigoroso policiamento da cidade²⁹⁵.

Enfim, é perceptível uma grande preocupação com o controle da população, de estabelecer limites a sua participação, objetivo muito bem representado nesta caricatura publicada na capa da revista *Careta*:

Os esquecidos da sorte
-De onde vai você assistir a chegada do Rei?
-Isso não me dá cuidados. A polícia é quem vai resolver.²⁹⁶

2.5 - A organização das festas reais.

Uma questão tão importante quanto à organização da viagem dos reis ou o embelezamento da capital federal seria a organização do programa, pois, afinal o que o rei faria quando aqui chegasse? Pensar quais as recepções, passeios ou comemorações que seriam oferecidas ao tão honrado rei belga, não seria tarefa das mais fáceis. A imprensa com sua “vigilância crítica”²⁹⁷ iria acompanhar de perto toda essa discussão.

O desafio seria elaborar um programa original que fosse de encontro às expectativas dos reis. Nesse sentido, Barros Moreira fornece algumas pistas sobre essa orientação quando comenta

²⁹² Idem.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ *Correio da Manhã*; Rio de Janeiro 14 de set. de 1920.

²⁹⁵ Ibidem. 16 de set. de 1920.

²⁹⁶ *Careta*. Rio de Janeiro; 14 de ago. de 1920.

²⁹⁷ *A Noite*. Rio de Janeiro; 14 de maio de 1920.

que em longa palestra com o rei, este se definiu como “homem simples”, e gostaria de poder “escapar” o máximo possível dos festejos oficiais, sob justificativa de que estes “o acanhariam”, gostaria de poder admirar e apreciar com mais sossego o país²⁹⁸.

Essa era também a visão esboçada por Epiácio Pessoa em comunicação a Barros Moreira, onde diz que procuraria “não sobrecarregar muito o programa”. O presidente já coloca também alguns eventos e passeios que gostaria de incluir no programa: “parada militar, festa veneziana, espetáculo Opera, visita Instituto vacinico, Escola Pinheiros, outros estabelecimentos, passeios tijuca, Pão de Açúcar, Corcovado, Petrópolis, excursão campos, para ver usinas de Açúcar, São Paulo, Belo Horizonte para visitar minas de ouro”. O objetivo, explica Epiácio, era organizar um programa que não fatigasse os visitantes, deixando-os à vontade, e assim “receber Soberanos não só como chefe de Estado, mas também como amigo”²⁹⁹.

Desta forma, o programa deveria conciliar também alguns compromissos já estabelecidos pelos soberanos, como a recepção da colônia belga e da Câmara de Comércio Belga, observa Barros Moreira em sua comunicação ao presidente, apontando também que em conversa com a rainha, esta teria lhe revelado desejo de visitar institutos médicos e hospitais³⁰⁰.

Assim, no intuito de sistematizar os trabalhos de elaboração dos festejos é formada, no início de junho uma comissão sob a chefia de Azevedo Marques encarregada de organizar a programação dos soberanos. Tal comissão era composta por: Carlos Sampaio, prefeito do Distrito Federal; Oscar Weinshenk, prefeito da cidade de Petrópolis, Arnaldo Guinle, presidente do Fluminense Football Club, Olyntho de Magalhães, integrou junto com Epiácio Pessoa delegação brasileira em Versalhes e Affonso Vizeu³⁰¹. Portanto, quaisquer sugestões ou propostas relativas à programação dos soberanos no Brasil, deveriam ser levadas a esta comissão que as incluiria ou não no programa.

Com relação à comissão, é importante destacar que seu trabalho será voltado para a capital federal onde se realizaria a programação principal. O programa da capital federal é o mais extenso, seu projeto foi entregue ao presidente em 2 de agosto de 1920 sob o título “Programa

²⁹⁸ Telegrama de Barros Moreira a Azevedo Marques, 22-04-1920. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas.Op.cit.*

²⁹⁹ Telegrama de Epiácio Pessoa para Barros Moreira. 24-06-1920. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas.Op.cit.*

³⁰⁰ Telegrama de Barros Moreira a Epiácio Pessoa. 22-07-1920. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas.Op.cit.*

³⁰¹ *A Noite*. Rio de Janeiro; 12 de jun. de 1920.

das Homenagens aos reis no Brasil”³⁰², mas compreendia somente a programação relativa à capital. Os programas de São Paulo e Minas Gerais aparecem em folhas separadas³⁰³, e como a imprensa carioca praticamente não acompanhou as preparações nestes estados, a análise destes programas ficou prejudicada, carecendo de um debate mais profícuo. Algumas notas, todavia aparecem sobre a preparação em São Paulo que aqui serão incluídas.

Nos três programas é possível perceber características comuns, como a grande quantidade de cerimônias a estabelecimentos públicos, instituições de ensino e de pesquisa como o Instituto Butantã em São Paulo e o Instituto Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro. Em todas as cidades foram programadas paradas militares, sendo incluídos também grandes banquetes e visitas ao interior destes Estados. A análise do programa do Rio será feita então mais a frente, englobando o debate da imprensa. Partimos para análise do programa da visita para a cidade de São Paulo.

É possível observar que o Itamaraty teve maior participação na formulação deste programa, através das várias cópias da programação presentes no arquivo, uma delas inclusive feita à mão. O que pode ser verificado também na imprensa, na notícia publicada no *Correio da Manhã*, por exemplo, sobre o encontro do deputado paulista Carlos de Campos com o presidente Epitácio Pessoa para transmitir os desejos do governador de São Paulo, sr. Washington Luis, de que o governo federal organizasse o protocolo das homenagens aos reis belgas³⁰⁴. Outro comentário sobre a programação paulista aparece no *Jornal do Brasil*³⁰⁵, segundo o qual, o grande estado “não dorme” preocupado em se preparar para os festejos reais. “Não há dúvida que São Paulo brilhará...” observa o jornal.

Assim, para o primeiro dia em São Paulo estava programado um jantar e recepção oficial oferecido pelo presidente do Estado no Palácio dos Campos Elíseos. Depois de visitas ao Quartel da Luz; onde seriam realizados exercícios pelas forças de infantaria e cavalaria; à Escola de Educação Física e ao Instituto Butantã; os soberanos partiriam para o interior do estado em visita à zona cafeeira paulista. Para os últimos dias no estado estavam marcados uma visita a Faculdade de Direito de São Paulo e a Escola Normal, além de um concerto no Teatro Municipal realizado por coros escolares. O regresso a capital federal seria feito pelo litoral, com uma parada para almoço na cidade de Santos³⁰⁶.

³⁰² Arquivo ‘Visita dos Reis da Bélgica’. *Op.cit.*

³⁰³ *Idem.*

³⁰⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 05 de jun. de 06 de 1920.

³⁰⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 26 de jul. de 1920.

³⁰⁶ *Idem.*

A programação dos passeios no estado Minas Gerais é menor que a de São Paulo, sendo que só foi encontrado um original desta programação na documentação sobre a visita. Para o primeiro dia do programa estavam acertadas visitas ao Conselho Municipal de Belo Horizonte, e uma parada infantil. Para os dias seguintes estavam programados uma festa militar da Polícia Militar Mineira; passeios de sua escolha pela cidade de Belo Horizonte e a visita a mina de Morro Velho, retornando em seguida ao Rio de Janeiro³⁰⁷.

Para a realização dos passeios aos estados de São Paulo e Minas Gerais investiu-se também na montagem de um trem muito especial, com a utilização de vagões construídos para a visita não realizada dos reis portugueses em 1908. Assim, o carro refeitório que deveria servir ao rei português D. Carlos, com estilo Renascença, estava recebendo retoques, bem como o carro dormitório construído para rainha D. Almeida. Outros carros estavam sendo construídos nas oficinas do Engenho de Dentro, sob supervisão do sr. Assis Ribeiro diretor da Central da Brasil, e assim que ficassem prontos seriam inspecionados pelo sr. Azevedo Marques.³⁰⁸

Os passeios aos estados paulista e mineiro eram pontos importantes das comemorações, porém, seria na capital federal onde se realizariam a maior parte das comemorações, e onde os reis receberiam as primeiras aclamações brasileiras, seria nesta cidade símbolo do Brasil moderno, onde grandes festas seriam planejadas em homenagem aos reis.

2.5.1 - Os trabalhos da comissão para as festas da capital.

A imprensa carioca irá acompanhar de perto a montagem do programa para capital, desde meados de junho, observando, criticando, ou sugerindo sobre a forma como deveríamos receber o rei. Nesse sentido, é importante ressaltar que o pensamento brasileiro nos anos 20 irá de encontro a questão da imitação, ou seja, o “vício da imitação” que estaria por nos impedir de construir uma verdadeira identidade nacional. Imbuídas deste pensamento são produzidas algumas obras como o livro “A Margem da história republicana” de Vicente Licínio Cardoso, de onde participa Gilberto Amado³⁰⁹. Assim, é compreensível que este escritor, ao publicar artigo no jornal *O Paiz*, aconselhe com relação aos festejos reais que “sejamos naturais, sejamos brasileiros com todas as

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro; 02 de jun. de 1920.

³⁰⁹ Em seu livro *A Questão Nacional na Primeira República*, Lucia Lippi Oliveira faz uma interessante análise do livro de Vicente Licínio Cardoso, bem como, do pensamento brasileiro nos anos 20. OLIVEIRA, L.L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

nossas virtudes e nossos defeitos”³¹⁰. Deveríamos receber rei com simplicidade, sem nos fazermos melhores do que somos:

Convençamos-nos principalmente, de que tudo quando possuímos em matéria do que se convencionou chamar civilização, do ponto de vista material, isto é, arquitetura, teatros, ruas é inferior ao que existe na Europa. O Teatro Municipal não pôs honra em coisa nenhuma, sendo feito com material estrangeiro, dos alicerces até as alturas, é estrangeiro o mármore, é estrangeiro o bronze, são estrangeiros as estátuas, os estojos, o mobiliário, tudo. Estrangeira será também a peça que se representará nele para o rei, pois é evidente que não havemos de lhe mostrar *O pé de anjo* ou *O forrobodó*. O que é nacional é o mar; são as florestas da Tijuca; as fazendas de São Paulo e as montanhas de Minas³¹¹.

A partir do trecho acima é possível perceber que “o ser brasileiro” apregoado pelo autor refere-se essencialmente a natureza, impregnada de um tom ufanista, para os aspectos culturais ainda há uma dificuldade de se perceber esse “brasileiro”, ou seja, peças populares não seriam dignas de se apresentar para o rei, sua identificação com uma cultura brasileira não estava colocada. O fato de possuímos uma “cultura inferior”, não justificaria, explica Gilberto Amado, um esforço para se passar por um “povo culto, ou civilizado”. Todo o empenho no planejamento da programação deveria ser para mostrar ao rei o que teríamos de original, e se ainda assim “nada de original tivermos”, poderíamos mostrar a natureza, bem como “o coração do nosso povo sensível e brilhante plenamente em marcha para seus grandes destinos”. O rei deve “ter informações seguras sobre o Brasil”, segundo o jornalista “um país em formação, ainda incompleto”, e mesmo com estas informações o rei o amará por ser “impossível ver terra tão graciosa e linda, sem sentir por ela preso o coração”.

As preocupações expressas na imprensa sobre a organização do programa são similares as apresentadas por Gilberto Amado, de que era preciso mostrar o que era nacional para o rei, no entanto, surge uma discussão interessante, o que é nacional? Um pouco disso pode ser visto nas reportagens escandalosas publicadas pela imprensa referentes a preparação das festas, esses ‘boatos’, alguns já analisados quando da preparação do *S. Paulo* para viagem a Bélgica, vão desde a importação de vinhos e rendas para o Palácio Guanabara à contratação de damas de honra para a rainha. Sua vinculação vem recheada de críticas aos organizadores do evento, como essas do jornal *Correio da Manhã*:

A megalomania dos projetos que se fazem em torno desse acontecimento diplomático tornará, mais cedo ou mais tarde, não nos iludamos, antipática e irritante a permanência dos soberanos

³¹⁰ *O Paiz*; Rio de Janeiro; 14 de jun. 1920.

³¹¹ Idem.

belgas; e, em vez das flores, e aclamações que eles deveriam merecer, aparecerá o desgosto das massas infelizes, expresso na indiferença ou em outra qualquer manifestação deplorável que o desespero determinar³¹².

Percebe-se a crítica a eventos grandiosos que por não estarem de acordo com as expectativas, acabariam determinando o insucesso das homenagens pela não adesão do público. No dia seguinte, o jornal publicaria nota colocando que o presidente Epitácio havia se surpreendido com as “notícias” que estavam em circulação com relação ao programa, que segundo o presidente, “não comporta nenhuma das magnificências sustentadas”. Epitácio fazia referência ao boato de que um séqüito de damas de honra havia sido contratado para a rainha, ao que ressalta que “nunca estive na idéia do governo”, e que durante a viagem a rainha poderá ter a companhia de duas senhoras brasileiras esposas de diplomatas ou ministros. Relembra também que “o Rei e a Rainha são muito simples”, além do fato de que o momento não autorizava grandes despesas. O jornal coloca então, que o presidente era “elemento de moderação de despesas”, seus propósitos seriam de gastar o “indispensável” sem exageros, e conclui que o “presidente da república saberá acudir com o seu espírito de ordem e de equilíbrio”.³¹³

As declarações do presidente no *Correio da Manhã* não evitam a continuidade dos boatos, assim sobre o rumor de que o governo teria mandado adquirir a rouparia do Palácio Guanabara em Bruxelas, o jornal *A Noite* argumenta que poderiam muito bem ser empregadas para o uso real “as delicadas rendas do norte”, exposta nos salões do Club dos Diários em evento promovido pela própria sra. Epitácio Pessoa. Tais rendas brasileiras eram, segundo o jornal, disputadas pelos estrangeiros que “as consideram iguais as melhores manufaturadas em outros lugares”, e que não deixariam “de impressionar favoravelmente o espírito do rei Alberto.”³¹⁴

Essas “reportagens sensacionais”, como foram apelidadas pelo *Jornal do Brasil*, circulavam devido aos preparativos para a visita. Sobre as damas de honra para rainha, o jornal comenta que além de dispendioso, seria “ridículo e ofensiva” às mulheres da “alta sociedade brasileira”. Esses “blagues” postos em circulação seriam inclusive “comprometedoras da nossa civilização e da nossa cultura”, e aponta o jornal, “sem querer assumir atitudes de moralista ou de censor”, que era necessário “mesmo se fazendo imprensa”, não esquecer da “dignidade do país”³¹⁵.

³¹² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 29 de jun. de 1920.

³¹³ *Ibidem*. 30 de jun. de 1920.

³¹⁴ *A Noite*. Rio de Janeiro; 03 de jul. de 1920.

³¹⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 29 de jul. de 1920.

Estava-se em meio ao um verdadeiro delírio, o delírio belga, segundo o *Correio da Manhã*, que consistiria “em atribuir tudo quanto se faz e até o que se não faz a próxima visita do rei da Bélgica”. Nesse sentido, existiria “uma certa classe de boateiros” dedicada a “descobrir e de inventar - sobretudo de inventar - coisas que deverão ocorrer quando aqui estiver o rei Alberto”³¹⁶. No entanto, para esse delírio belga haveria um “profilático”, observa o jornal, perceptível nas declarações do presidente que deu “prova de equilíbrio e bom senso” ao anunciar que país receberia o rei com o “merecido e devido carinho, mas sem para isso criar despesas supérfluas e, não raro, até ridículas”. A questão presente neste momento, observa o jornal com relação a visita belga, residia justamente no fato de muita gente achar que o rei “nos deve ver não como somos, mas como poderíamos ser”. Experimentava-se uma moléstia nova, para qual felizmente, conclui o jornal, os cuidados médicos “vão sendo vigorosos e eficientes”³¹⁷.

Em meio aos boatos, o governo publica uma nota oficial, onde aparece em linhas gerais a programação dos reis na capital federal:

(...) jantar e recepção no palácio Catete, Parada Militar, baile no Palácio Itamaraty, Sessão Solene na Biblioteca Nacional, das Academias e Associações Científicas, visita a Escola de Belas Artes, 'Gardem Party' no Catete, Festa Veneziana em Botagogo, Festa Sportiva, Parada Atlética, Partida de 'football' (...), grande concerto no Teatro Municipal e chá a bordo do S. Paulo. Os passeios no Rio de Janeiro constarão de almoço na Tijuca (Vista Chinesa), visitas ao Corcovado, Pão de Açúcar, e excursão pela baía de Guanabara³¹⁸.

Este primeiro programa indicava, sem fornecer detalhes, os passeios a Petrópolis, São Paulo e Minas Gerais. A nota também ressalta alguns parâmetros que norteavam a montagem do programa, apontando que sua orientação era “pela qualidade e não quantidade das festas”, pensando-as com simplicidade para não fatigar os hóspedes:

O desejo do governo e da comissão é que mostremos aos reis o que é nosso, o que possuímos, apenas, melhorado, sob o ponto de vista de conforto e de asseio. Do estrangeiro só virão os objetos, alias, poucos, que em absoluto nos faltam no momento, e tudo isso com a maior parcimônia, que será, oportunamente na prestação de contas evidenciada³¹⁹.

A divulgação do esboço do programa acalma os ânimos da imprensa por um momento. O jornal *A Noite*, por exemplo, aponta que tal publicação “teve vantagem de desfazer os boatos antipáticos” e parece indicar que comissão “está disposta a organizá-los seguindo os ditames de

³¹⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 19 de jul. de 1920.

³¹⁷ *Ibidem*; 04 de ago. de 1920.

³¹⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro; 05 de jul. de 1920.

um critério justo”³²⁰. Afinal, o rei “não cansa de manifestar o seu desdém pelas pompas majestáticas” e as festas aqui organizadas devem traduzir o nosso “jubilo ao receber o monarca soldado”, e exprimir “no seu bom gosto e na sua distinção a pureza de costumes de um povo simples, laborioso e sóbrio”. O sucesso das homenagens prestadas aos soberanos belgas deve resultar, conclui o jornal, do “espetáculo de uma grande democracia entregue a normalidade do trabalho, forjando riquezas distribuindo justiça e elaborando idéias sob o influxo de sábias leis executadas com seriedade”, ou seja, devia-se evitar “excessos ridículos”, e procurar ir de encontro aos desejos do soberano de ser recebido modestamente. O desrespeito de tal orientação implicaria, aponta o jornal, no constrangimento do soberano ao ter que aceitar “homenagens incompatíveis com as suas responsabilidades”, o que seria “indigno da cultura brasileira”³²¹.

Oliveira Lima confirma essa tendência, observando que o melhor para a recepção real era a simplicidade, mesmo porque “o Rei e Rainha dos belgas são a simplicidade em pessoa. Seu viver é singelo e desprezioso dentro do círculo da etiqueta”³²².

Não seria, todavia, a simplicidade que guiaria a proposta dos cenógrafos Ângelo Lazzary, Jayme Silva e Fiúza Guimarães (famosos por seus trabalhos anuais nos préstitos carnavalescos dos três grandes clubes da cidade) para a realização de desfiles marítimos na Festa Veneziana planejada em homenagem aos reis belgas. A proposta dos cenógrafos é rapidamente associada ao carnaval, como noticia o jornal *A Noite* ao colocar que a idéia de um carnaval à noite na enseada de Botafogo, foi muito bem recebida pelos conselheiros municipais. O projeto foi então, encaminhado à comissão encarregada da organização do programa de recepção dos soberanos belgas³²³.

Não apenas os conselheiros gostaram da idéia, mas também o jornal *Correio da Manhã*, publicando um artigo elogiando a inclusão de um “carnaval” no programa. Para o jornal, o programa sofria “de uma deplorável ausência de alma, de imaginação, de cor local”, era preciso algo a mais, “algo acerca do nosso feitio de povo”. Era preciso um carnaval, e o jornal explica o porquê da importância de tal inclusão no programa:

Dentro de um protocolo rígido, encerrado num sitio de muralhas chinesas, o soberano seria capaz de pensar que, longe de uma república, os ventos e o couraçado S.Paulo o haviam trazido, (...) , a assistir augustas solenidades de cortes antigas. Não precisaria, pois, de deixar o seu palácio, para

³¹⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 06 de jul. de 1920.

³²⁰ *A Noite*. Rio de Janeiro; 06 de jul. de 1920.

³²¹ *Ibidem*; 07 de jul. de 1920.

³²² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 14 de ago. de 1920.

³²³ *A Noite*. Rio de Janeiro; 23 de jul. de 1920.

se enterrar do mesmo modo na fúnebre tristeza da pragmática, que nenhum monarca destes tempos já suporta. Mas, até que enfim, apareceu ontem quem tivesse uma inspiração feliz e completa. É a de um carnaval à noite, nas águas da Guanabara. Nada então de pragmática, nem de protocolo. Ao sacudido som do Papagaio Louro, o delírio de uma população inteira, esquecida de todas as magoas, dos créditos ilimitados e da carestia de vida, deixada sem remédio, saudará, sim, (...) o rei que oferecerá mais uma oportunidade as explosões do maior de seus prazeres. Estamos a apostar que, perante o espetáculo singularíssimo de tamanho desvario coletivo, o rei Alberto não resistirá! Os seus olhos, (...), verão como paradoxalmente, entre as angustias desta hora universal, um povo que pode engendrar o verdadeiro paraíso da felicidade! Faltava um carnaval. Vamos tê-lo...³²⁴

O artigo sugere que as festas protocolares, que estariam sendo organizadas não se identificavam com as ‘verdadeiras’ características de uma república e de seu povo. Nesse caso, o ideal seria, ao som do sucesso do carnaval passado (Papagaio Louro, marchinha composta por Sinhô) organizar uma festa que pudesse incluir grande parte da sociedade, uma festa popular, que se associou rapidamente ao carnaval. É perceptível também, a noção do carnaval como válvula de escape, momento em que o povo esqueceria do dinheiro que se estava gastando para a preparação das festas e dos seus problemas rotineiros³²⁵. São colocadas as características de toda uma população avessa ao formalismo e ao protocolo.

Mas a alegria do jornal com inclusão deste suposto “carnaval” duraria pouco, no mesmo dia o jornal *A Noite* publica uma entrevista com um dos cenógrafos responsáveis pela festa, o sr. Ângelo Lazzary que procurou o jornal para esclarecer o que seria afinal a Festa Veneziana, ou seja, não era um carnaval como se estava colocando.

Na entrevista o cenógrafo explica que a festa na enseada de Botafogo constará de um conjunto de barcos decorados com telas transparentes e cenografia luminosa, “coisa que pela primeira vez se fará no Rio de Janeiro e quiçá na América do Sul”, aponta o artista. Comentando o seu objetivo e dos outros artistas envolvidos no projeto, Lazzary coloca que estes não se limitaram a fazer “um carnaval marítimo”.

Nós pretendemos fazer mais. Nós queremos dar ao rei herói, na festa que se projeta sobre as águas da Guanabara, uma expressão de arte que dignifique os artistas brasileiros. A festa veneziana projetada é mais que um carnaval no mar, é a maior apoteose que se fará na mais bela baía do mundo, ao maior soldado da conflagração européia.³²⁶

³²⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 24 de jul. de 1920.

³²⁵ CUNHA, M.C.P. *Ecos da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.254.

³²⁶ *A Noite*. Rio de Janeiro; 24 de julho de 1920.

A associação da Festa Veneziana com o carnaval estaria, à princípio, desfeita. A declaração do cenógrafo evidencia a necessidade de mostrar ao rei algo superior ao carnaval que apesar de fazer referência a Veneza, e assim ao seu famoso carnaval, se distanciava deste tipo de festa, se colocando como algo mais digno de se apresentar.

No embalo das propostas de festejos ‘mais populares’, algumas sugestões foram colocadas pela revista *D. Quixote*. O programa elaborado pela revista sugere que o rei participe de atividades bem populares e do cotidiano da cidade. Assim, no primeiro dia, cansado da viagem, o rei gostaria de “um banho longo, farto, completo, que lhe revigore o corpo”, poderia ser então conduzido à piscina do Fluminense “onde lhe será fornecido um sabonete para um ensaboamento geral”. Ao sair será “enxuto com uma toalha de feltro por uma comissão de membros do Senado”³²⁷, e a noite o rei assistiria a um ‘espetáculo de gala’ no teatro São José, a revista ‘Pé de Anjo’³²⁸.

Entre uma caçada nada tradicional de caranguejos no mangue e uma “serenata ao luar, acompanhado de violões”³²⁹ o rei teria a oportunidade de saborear a maravilhosa culinária nacional na grande banquete de oficial em sua homenagem. O menu da tal banquete, que “já foi aprovado pelo Governo e se encontra, já, em segunda discussão no Congresso” seria o seguinte:

- I - Colossal canja de galinha;
 - II - Apetitosa pescada cosida á portuguesa;
 - III - Estupenda feijoada á rio-grandense;
 - IV - Soberba rabada com couves;
 - V - Saboroso cabrito de forno ;
 - VI - Inimitáveis iscas de fígado á portuense ;
 - VII - Delicioso churrasco com farofa ;
 - VIII - Mexidos com ovos ;
 - IX - Tripas com feijão branco ;
 - X - Polvo com repolho.
- Vinhos: verde, collares e virgem (se ainda houver).
Sobremesa: banana com queijo ou goiabada. Café com pão³³⁰.

Mas, como o rei precisaria de um novo banho, será programada uma festa aquática na praia de Botafogo. O traje para o evento e à caráter, mas os políticos adverte a revista poderão ir com seu traje diário, “isto é, sem caráter nenhum”³³¹.

³²⁷ *D. Quixote*. Rio de Janeiro; 28 de jul. de 1920.

³²⁸ *Idem*

³²⁹ *Idem*

³³⁰ *Idem*

³³¹ *Idem*

Para o último dia a revista programou um grande carnaval; automóveis, ranchos, cordões darão movimento e entusiasmo à cidade. E desfilando com os clubes carnavalescos dos Fenianos, Democráticos e Tenentes, viria rei Alberto, acompanhado do “Presidente da República, ministros, embaixadores, generais, almirantes, deputados e senadores, que atirarão, sorrindo, punhados de beijos à multidão!” E no dia seguinte, regressaria o rei à Bélgica.³³²

A programação assinada pelo ‘Marquez de Verniz’ coloca o rei para assistir, por exemplo, uma das mais populares peças do teatro de revista da época; ‘Pé de Anjo’, originalmente uma marchinha composta por Sinhô que fez muito sucesso no carnaval de 1920, seguida de serenatas ao luar, banquete com um menu que vai de canja de galinha à polvo com repolho, finalizando com um Carnaval fora de época, caracterizada por uma informalidade, que estaria de uma certa forma mais próxima da realidade da cidade.

Mas tal programa informal, pelo menos a parte do carnaval não seria toda invenção da revista *D.Quixote*, a revista *Careta* menciona em uma de suas colunas que o governo estava organizando um “programa pelo qual o rei pudesse entrar em contato com direto com o nosso povo. Mas na última hora o governo resolveu não colocar Papagaio Louro e o pessoal do Pé de Anjo, decidindo não mais botar carnaval na rua para o rei ver... O rei não conhecerá o nosso povo” justamente quando este não é “grotesco”, lamenta a revista, ou seja, “quando pinta a cara ou esconde-a numa máscara”³³³.

Brincadeiras a parte, é possível verificar que algumas festas propostas à comissão organizadora não serão incluídas no programa como, por exemplo, as homenagens aos reis prestadas pelo batalhão das Legionárias da Paz em nome da mulher brasileira, que se constituía de vários atos. O primeiro seria realizado no dia da chegada dos soberanos “um batalhão de moças militarmente uniformizadas de branco” com ramalhetes de flores naturais, formarão no cais, conduzindo as bandeiras da Bélgica e do Brasil entrelaçadas e circundadas por um chuveiro de flores. Seguiam-se ainda mais algumas homenagens: um torneio de esgrima e de tiro ao alvo em homenagem a rainha e ao rei; evoluções em um dos jardins públicos do batalhão das Legionárias; e um baile de flores cada qual se apresentará vestida a caráter simbolizando uma flor³³⁴.

³³² Idem

³³³ Ibidem. 31 de jul. de 1920.

³³⁴ Arquivo ‘Visita dos Reis da Bélgica’. Op.cit.

Uma outra sugestão não incorporada ao programa foi a das Festas Gaúchas. Ao contrário das propostas formuladas pelas Legionárias da Paz, cuja programação consta do arquivo referente a visita dos soberanos belgas no Itamaraty, a proposta das Festas Gaúchas aparecem somente no jornal *A Noite*, de autoria do Grêmio Gaúcho de Porto Alegre e constituía-se em trazer para a capital “os melhores de seus ginetes e campeiros afim de que organizem festas gaúchas em homenagem aos reis belgas; cavalhadas corridas de argolinha, exercícios de domaçoão, de laço e de bola, churrasco e desafios a viola”³³⁵. O advogado Julio Azambuja foi encarregado de entregar projeto a comissão, e segundo jornal, já havia se encontrado com o Arnaldo Guinle que se entusiasmou com a idéia.

Se aprovadas, as festas gaúchas poderiam fornecer aos soberanos belgas, ressalta o jornal *A Noite*, “uma impressão palpitante da vida de uma das regiões mais características do nosso vasto país”. Em entrevista para o jornal, Julio Azambuja coloca que a possível realização de tais festas na capital despertou grande entusiasmo que em seu estado, e lembra que festejos idênticos foram realizados em homenagem a D.Pedro II e ao seu genro o conde D’Eu, quando ambos visitaram o Rio Grande do Sul³³⁶.

Mas o rei não veria as cavalgadas gaúchas, segundo Epiácio Pessoa o projeto foi oferecido tardiamente, quando o programa já havia sido remetido telegraficamente ao soberano belga para sua ciência e aprovação³³⁷.

Uma das últimas festas a ser proposta, foi a da Quinta da Boa Vista onde é possível perceber a grande mobilização que esta implicaria, principalmente aos alunos e professoras das escolas da cidade. A festa foi proposta com o objetivo de homenagear a rainha dos belgas, Elisabeth. O jornal *O Paiz* noticia alguns detalhes desta comemoração:

(...) embora ainda não sejam conhecidos os detalhes da projetada homenagem a graciosa soberana, sabe-se que a idéia já em execução é a de uma festa escolar, na qual tomarão parte três mil crianças, trajadas com as cores brasileiras e belgas. Haverá também uma formatura dos colégios militarizados e um grande concerto sob a regência do maestro Francisco Braga.(...) Será uma festa simples, mas de uma grande beleza, que há de corresponder as preferências conhecidas dos nossos régios hospedes. Tem presidido a organização das festas em homenagens aos reis belgas a preocupação de evitar tudo quanto possa parecer excessivo ou espetaculoso. Por isso mesmo, a Prefeitura preferiu realizar uma festa escolar com um programa original³³⁸.

³³⁵ *A Noite*. Rio de Janeiro; 31 de jul. de 1920.

³³⁶ *Ibidem*, 03 de ago. de 1920.

³³⁷ *Ibidem*, 12 de ago. de 1920.

³³⁸ *O Paiz*; Rio de Janeiro 03 de set. de 1920.

Em 2 de agosto o projeto finalmente está pronto sendo submetido ao estudo do presidente. Os primeiros dias dos soberanos na cidade seriam os mais cheios, preenchidos com diversas cerimônias protocolares. Assim, após a chegada, os soberanos recebiam no Guanabara os representantes do país, e à noite, participariam de jantar íntimo no Catete oferecido pelo Presidente da República. No dia seguinte, o rei receberia os membros do Senado, Câmara, Ministérios seguindo à tarde para visita ao Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal. A noite seria oferecido o banquete e recepção oficial, no Palácio do Catete em honra ao reis belgas³³⁹.

A partir do terceiro dia, o programa ficava bem mais agradável, prevendo vários passeios pela cidade como visita a Tijuca almoço na Mesa do Imperador oferecido pelo Prefeito do Distrito Federal, chá no Jardim Botânico, subida ao Corcovado e passeio pela Baía de Guanabara. Outros eventos programados até o sétimo dia eram: visita a Escola Nacional de Belas Artes, de concerto de artistas nacionais no Teatro Municipal, a Parada Militar e Atlética, a sessão Associações Científicas e Festa Veneziana. No oitavo e nono ocorreriam as excursões a Teresópolis e Petrópolis³⁴⁰.

No projeto do programa vemos ainda um último item intitulado “Eventos a resolver”, onde constam os seguintes eventos: Visita às Usinas de Campos; visita a Pinheiros (Posto Zootécnico), Parada Atlética; passeio a Teresópolis e Petrópolis; as datas das viagens para São Paulo e Minas Gerais; a visita exposição de Avicultura; as Festas das Crianças e (escritos à mão) os passeios à Manguinhos; Hospitais; Bombeiros; Brigada Policial³⁴¹.

Em comparação com o esboço publicado no mês anterior é possível perceber que a maioria das festas se mantiveram, sendo excluídos o baile no Palácio do Itamaraty, o ‘Gardem Party’ no Palácio do Catete e o chá a bordo do *S. Paulo*. Dos eventos excluídos, o baile no Palácio do Itamaraty mereceu um interessante artigo de Augusto Lima.

Para o escritor a exclusão do baile devia-se ao fato dos nossos bailes estarem degradados, pelo “abuso da transplantação do modo de dançar, dos cabarés e cafés cantantes para os salões da sociedade honesta”. O Brasil “não deve aparecer aos olhos de SSMM como um paraíso de melindrosas e almofadinhas, quando estes são exceções e não regra e os que poderiam dançar decentemente, já não sabem dançar, pensou muito bem o Alto Conselho, que melhor seria

³³⁹ Arquivo ‘Visita dos Reis da Bélgica’. *Op.cit.*

³⁴⁰ *Idem.*

³⁴¹ *Idem.*

suprimir os bailes”. Augusto Lima é categórico ao observar que: “Se temos alguma coisa que não devemos mostrar aos nossos hospedes é porque essa coisa não presta e deve ser posta fora da nossa própria casa”³⁴².

No início do mês de agosto o projeto do programa das homenagens aos reis belgas é entregue ao presidente ao Eptácio Pessoa para sua aprovação, enquanto isso cresce a expectativa pela publicação da programação oficial. Tal pressão para a publicação é patente no jornal *O Paiz*, que aponta a “velha e condenável praxe de deixar para o atropelo da última hora” como explicação para o atraso: “Qual o programa definitivo para as festas em homenagem aos hospedes ilustres? Ninguém sabe”, responde o jornal. As características de uma homenagem de “alta distinção e de uma grande espontaneidade”³⁴³ ficarão prejudicadas pela improvisação de última hora.

Assim, na primeira semana de setembro são realizadas as últimas reuniões referentes ao programa onde participam, além da comissão organizadora, o ministro da Guerra e Marinha, sr Abdon Milanez, diretor do Instituto Nacional de Música; e Araújo Franco, presidente da Associação Comercial³⁴⁴.

No dia seguinte a reunião o *Correio da Manhã* publica um programa que geraria muita polêmica, onde o concerto de músicas brasileiras foi substituído por um espetáculo de gala da Companhia Lyrica Bonetti.³⁴⁵

Segundo o *Jornal do Brasil*, tal alteração deveu-se a dificuldades para a organização do concerto³⁴⁶, mas a justificativa não é levada em conta pelo jornal *A Noite* que publica um artigo furioso com relação a esta modificação no programa, que considera a “maior negação de amor das coisas da própria pátria”. O jornal atribui a mudança no programa ao presidente Eptácio Pessoa que resolver esconder “a nossa arte como filha desprezada que não pode ir a sala de visitas fora o mesmo que mascarar o próprio caráter nacional, tomando outro de empréstimo”³⁴⁷.

Finalmente, em 14 de setembro é divulgado o programa oficial, com o concerto dos artistas nacionais, incluído novamente na programação. O programa é praticamente o mesmo

³⁴² *A Noite*. Rio de Janeiro; 14 de ago. de 1920.

³⁴³ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 29 de ago. de 1920.

³⁴⁴ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 08 de set. de 1920.

³⁴⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 09 de set. de 1920.

³⁴⁶ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 09 de set. de 1920.

³⁴⁷ *A Noite*. Rio de Janeiro; 10 de set. de 1920.

apresentado em 2 de agosto ao presidente, foram incluídos, no entanto, alguns eventos na Legação belga, como a recepção de membros da colônia belga.

No final das contas, não eram os boatos que andavam a tirar o sono de todos, no programa das festas haveria ainda uma parte “surpresa” ainda não considerada, aponta Coelho Neto. Esperavam pelo rei, os mosquitos que infestavam a região do Palácio Guanabara³⁴⁸. Mas o problema com a mosquitada também não seria esquecido pelos organizadores, providências foram tomadas para evitar esse incômodo, noticia o *Correio da Manhã* que uma turma de mata-mosquitos foi alocada no Guanabara, “afim de dar cabo desses insetos que porventura apareçam nas imediações fazendo uma rigorosa policia de focos”³⁴⁹.

Enfim, para um evento de grande relevância, não apenas porque traria ganhos econômicos, mas porque seria um privilégio para o país receber um personagem tão distinto e aclamado. Era considerável que surgisse inúmeras discussões e tensões no momento de pensar que Brasil apresentar aos visitantes, contudo, havia outra questão, igualmente importante neste momento, o fato de que a república brasileira se preparava para receber um rei.

2.6 - A relação Monarquia - República: condecorações, revogação do banimento e protocolo.

O momento da organização das várias festas celebradas em homenagem aos soberanos, traz à tona uma série de questões, sendo a principal referente à preparação da República brasileira para a recepção da realeza belga. O fato da recepção ser a um rei, mesmo sendo este colocado como extremamente democrata, não deixará de levantar certas polêmicas relativas as condecorações e o protocolo. A primeira se refere ao projeto do deputado Celso Bayma e a outra ao protocolo que deveria ser adotado. Por entre estas discussões ficam aparentes os conflitos que certos símbolos referentes ao regime monárquico ainda provocavam, tanto no Congresso brasileiro, quanto na imprensa.

É interessante apontar também que no ano de 1920, não apenas as questões referentes à visita belga forneceram constantes avaliações do regime republicano. As discussões sobre o projeto de revogação do banimento da família real, presentes neste mesmo ano, tornam este

³⁴⁸ Ibidem. 19 de ago. de 1920.

³⁴⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 05 de set. de 1920.

momento extremamente fértil para estudos que procuram observar a complexa relação da Primeira República com a Monarquia.

Com a aprovação do projeto de revogação do banimento da família real pelo Congresso Nacional, mostrava-se, a princípio, que memória do passado monárquico não mais representava um perigo ao regime constituído. O clima de aparente segurança do regime, da solidez de suas instituições (aspecto que permeia os discursos) é “embaçado” se atentarmos aos discursos em torno do projeto de Celso Bayma.

Esta discussão sobre símbolos e seus conteúdos fornece poderosos elementos para entender a visão de república que lhes estava por trás. A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para construção da nação, seria tarefa perseguida pela geração intelectual da Primeira República (1889-1930). Tratava-se de uma busca para a redefinição da república, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo.³⁵⁰

No entanto, as raízes eram escassas da república brasileira profundas apenas nos setores reduzidos da população, nas camadas educadas e urbanas³⁵¹. O esforço de recriar o imaginário caía no vazio, encontrava resistência ou se prestava ao ridículo. Acrescenta-se a isso inúmeras cerimônias e festas públicas organizadas pela monarquia brasileira, transformadas em magníficos espetáculos, serviam de instrumentos estratégicos³⁵² na afirmação quase diária da realeza.

Assim, sem contar muito com a simpatia popular, a República brasileira teve dificuldades para construir um imaginário que lhe proporcionasse uma base de poder. Um exemplo seria a nova lista de festas nacionais, introduzida com o intuito de quebrar a tradição existente e construir um novo universo simbólico capaz de conferir legitimidade a nova nação republicana³⁵³.

Tanto o banimento quanto as condecorações e o protocolo ressaltam certas características que são atribuídas a essa república, são momentos interessantes que forçam sua definição em contraposição a um passado, que apesar do que se afirmava, ainda estava muita presente.

³⁵⁰ CARVALHO, J.M. *A formação das almas*. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p.32.

³⁵¹ CARVALHO, J.M. *Op. cit.*p. 127.

³⁵² SCHWARCZ, L.M. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p 253.

³⁵³ OLIVEIRA, L.L. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p.172-189. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista> Acesso em: 30 de maio de 2005.

2.6.1 - ‘Receber sem dar’: as condecorações.

Dentre as homenagens projetadas aos soberanos belgas estava o polêmico projeto do deputado catarinense Celso Bayma para a criação da Ordem do Cruzeiro. O grande problema do projeto era que as condecorações foram proibidas pela Constituição de 1891³⁵⁴, a própria viagem de Epiácio Pessoa a Bélgica em 1919, já havia gerado alguma polêmica sobre o assunto, pois, o presidente aceitou as condecorações que lhe foram presenteadas, apesar da proibição que constava na Constituição³⁵⁵.

Procurando se afastar das condecorações monárquicas, o projeto de Celso Bayma falava em criação e não no restabelecimento da Ordem do Cruzeiro, pois a nova condecoração não atribuiria qualquer caráter de nobreza ou vantagens àqueles que a recebessem. Um dos objetivos principais para a criação da condecoração era justamente distinguir o rei Alberto da Bélgica na sua próxima visita³⁵⁶. O projeto de número 40 estabelecia que:

Art.1. Fica criada a Ordem do Cruzeiro, destinada a recompensa de serviços relevantes, ou atos de patriotismo ou de amizade ao Brasil, sem caráter de nobreza, e sem atribuir quaisquer prerrogativas, regalias ou vantagens contrárias ao art.72, §2 da Constituição Federal.

Art.2. As nomeações serão feitas pelo Presidente da república e referenciadas pelo Ministro das relações Exteriores, as dos estrangeiros.

Art.3. O Poder Executivo determinara, no regulamento a expedir, a forma das insígnias, as categorias e o número de dignitários.

Art.4. Revogam-se as disposições em contrário³⁵⁷.

Para o jornal *A Noite* seria mais compreensível falar em um restabelecimento da condecoração, ao invés de sua criação como colocava o projeto, devido a sua expressão histórica e pela proximidade das comemorações do centenário da independência³⁵⁸.

Em pequena nota sobre o projeto de “restabelecimento da Ordem”, o jornal *Correio da Manhã* explica o significado e importância da antiga condecoração no período imperial, perguntando ironicamente ao final do artigo: “E a Constituição?”³⁵⁹. Para o jornal não se tratava de algo novo, mas do restabelecimento de uma condecoração, o que iria então de encontro com a constituição brasileira que as proibia.

³⁵⁴ MADEIRA, B.C. *Medalhas e Condecorações*. Minas Gerais: Irmão Gino, 1999, p.39.

³⁵⁵ Sobre o episódio ver: OCTAVIO, R. *Minhas Memórias dos Outros*. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1935.

³⁵⁶ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 15 de jun. de 1920.

³⁵⁷ *Diário do Congresso Nacional*. 28 de ago. de 1920. *Op.cit*.

³⁵⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro; 21 de jun. de 1920.

³⁵⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 13 de jun. de 1920.

A princípio, o projeto seguia bem, recebendo o parecer favorável do sr Cunha Machado da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que defende a idéia de que a República não podia deixar de premiar com distinções morais os serviços dos seus defensores, portanto, não achava que a idéia contrariaria a Constituição. Comentando o parecer *Jornal do Brasil* coloca: “Não é só de pão que vive o homem, mesmo republicano”³⁶⁰.

Para Bastos Tigre o “restabelecimento” da Ordem do Cruzeiro era coisa “coisa imprescindível nas festas albertinas”. Assim, o governo, “prevendo possíveis desapontamentos”, pensou “em boa hora” em tal projeto, que oferece a possibilidade de condecorar não somente os peitos da comitiva real, mas “os nossos, da Democracia Brasileira que concorrem com as suas casacas e outros prestígios sociais, para as festas ao rei-soldado.” Em resposta aos protestos que já começavam com relação ao projeto, Bastos Tigre argumenta que as condecorações são “instituições universais, todos os povos possuem, deste ou daquele modo, variando de tipos, de forma geométrica, de matéria, de nome (...)”. As medalhas estariam na vida das pessoas desde nascimento até sua formação nas escolas superiores. Conclui então o humorista: “Pois se assim é, se, através da vida, todos nós cavamos desde pequeninos a nossa fitinha, a nossa medalha, por que nos insurgimos agora contra a oficialização da rodelinha de prata dourada, banhada a ouro?”³⁶¹

Escrevendo para o *Correio da Manhã*, Monteiro Lobato reconhece assim como Bastos Tigres a “naturalidade” que caracteriza essas distinções. Para o escritor, a República havia errado ao suprimir as distinções nobiliárquicas, “visto que o crachá tem suas raízes na própria natureza humana.” Ingênua seria a República ao tentar revogar a natureza humana, assim, “graças a incompreensão do 15 de novembro”, a nobreza imperial teria sido substituída pela “moderna nobreza arrivista”. Monteiro Lobato talvez esteja fazendo referências ao fato de que mesmo com os títulos abolidos, os nomes se conservaram como é o caso de Rio Branco³⁶². Os Condes teriam inclusive uma função útil para o Estado, ressalta o escritor, pois, para cada um deles que surge “são dez sanguessugas a menos no tesouro da nação”, tal função aliviadora do Estado não poderia, todavia ser realizada por um “rico simples sem comenda no peito”³⁶³.

³⁶⁰ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 09 de jul. de 1920.

³⁶¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 01 de jul. de 1920.

³⁶² SCHWARCZ, L.M. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. *Op cit.* p. 474

³⁶³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 08 de ago. de 1920.

Para deixar claro o seu argumento, Monteiro Lobato encerra seu artigo reportando a uma história:

Um parente seu herdara de um tio-avô um legado de vinte e cinco contos, quantia de vulto naquela época de açúcar a sessenta reis a libra. E, grato pela lembrança do parente morto, resolveu homenageá-lo suspendendo o seu retrato a óleo no lugar de honra da sala de visitas. Vem ao Rio e encomendou a tela (...) Quando o freguês voltou e viu a obra, ficou deveras encantado.

- Oh! Lindo! disse, parece até que está falando!...

E, embevecido, examinou minuciosamente a figura (...)

- Mas, objetou, é pena que esteja com o peito vazio...Uma comendazinha ali....

- Pois é fácil (...) Por mais oitenta mil réis, pinto-lhe no peito uma linda comenda da Rosa.

- Oitenta? (...)

- É o preço. Uma oitenta, duas cento e vinte...

- Pois pinte-me duas, da Rosa e do Cruzeiro.

O artista sapecou no peito do velho duas reluzentes comendas, tão bem pintadas que até pareciam de verdadeiras.

E o retrato do tio-avô foi *ocupar* majestosamente sala de visitas do grato sobrinho. E se alguém, sabendo que o velho nunca fora em vida senão fazendeiro, estranhava o caso das duas comendas...

- Nunca soube que era comendador, o seu tio Pedro!...

- Não era, respondia o sobrinho. Mas você sabe, legou-me vinte e cinco contos. Era natural que eu fosse grato para com a sua memória. Pus-lhe uma comenda – oitenta mil reis. O pintor advertiu que duas custavam cento e vinte. Ora, você compreende, que por mais quarenta mil réis...³⁶⁴

No entanto, o projeto acabou sendo alvo de um discurso crítico do deputado maranhense Luiz Domingues que definiu a Ordem do Cruzeiro como um mero ‘crachá’, uma “extravagância do elegante”, como algo que “não assenta bem em peito republicano”, seja, o crachá do Cruzeiro ou qualquer outro “penduricalho”³⁶⁵.

O deputado analisa o parecer de Cunha Machado e observa que ao considerar que tal condecoração traria nenhuma vantagem ou privilégio para não ferir a constituição, o deputado acabou reduzindo-o a uma “fita”, “nada mais”, “uma insígnia assim vã...”³⁶⁶.

Mesmo assim, continua o deputado Luiz Domingues, ela poderia “trazer os seus prejuízos”, e, para ilustrar seu ponto de vista, conta certa história proveniente de sua região. O deputado descreve o caso do pescador muito católico que recebeu em recompensa, uma comenda de Cristo. De posse então da comenda, passou a deixar o trabalho de remar o barco quando saía e entrava na cidade a seu companheiro de pesca, este, achando estranho tal comportamento pergunta o porquê disso e ele responde que um comendador não poderia entrar na cidade remando. Com tal história o deputado quis demonstrar que a comenda poderia sim ser prejudicial ao agraciado, e assim “o verdadeiro, portanto, é deixarmos a cada um na própria consciência de

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ *Diário do Congresso Nacional*. 27 ago. de 1920. *Op. cit.*

dever cumprido, a recompensa dos serviços prestados à Pátria e a República. Isso é que é republicano”³⁶⁷.

Outro grande problema do projeto estaria no fato do presidente ser o encarregado de distinguir “quem é patriota de quem não o é”, o deputado diz que o aterroriza “a faculdade dada a qualquer de distribuir diplomas de patriotismo. Demais tenho para mim que ato de patriotismo é obrigação, mas obrigação indeclinável de todo brasileiro”. O presidente também seria autorizado a determinar as categorias das insígnias, o que seria uma forma de desigualdade, pois, existiriam então “uns agraciados valendo mais, outros menos” ou “patriotas de primeira, de segunda e de terceira classe....(...) Sendo que nenhum vale nada porque todos tem as mesmas prerrogativas e regalias e nenhum tem coisa alguma segundo o próprio projeto e a Constituição”³⁶⁸.

No dia seguinte, o projeto é novamente discutido tomando a palavra o deputado Mauricio de Lacerda que o critica, mas sob outros aspectos. Para o deputado era um absurdo o parlamento perder horas no estudo desse projeto, não estaria se revoltando “em nome de nenhum princípio republicano”, mas do “senso e da medida de decência”. Existiam problemas mais sérios a serem discutidos, como a crise financeira, e os parlamentares a discutir “se devemos pendurar no pescoço”, uma “fita que nada quer dizer, como afirma o próprio autor do projeto! Pois então se não quer dizer nada, varramos do nosso caminho esse bagaço”³⁶⁹.

Segundo o deputado o projeto da Ordem do Cruzeiro seria um terreno onde “é possível votar contra o governo, ou fingir que se vota”, assim, para sua discussão “Tudo quanto foi republicano se assanhou na sua cova e saiu para votar contra a Ordem do Cruzeiro (...) Porque não era nobiliárquico ou porque era nobiliárquico? Absolutamente não.” O deputado explica então, que por se tratar de fim de legislatura, “época de elegância eleitoral, de plataforma cívica” um projeto desses seria “um presente do céu”, ou seja, uma oportunidade de fazer oposição “para a gente fingir que, tendo durante três anos apoiado o governo, afinal se teve um gesto de independência e de protesto a esse mesmo Governo por amor a República”. Finalmente, em uma clara alusão ao discurso do dia anterior do deputado Luiz Domingues, Mauricio de Lacerda, observa que a defesa da República não dependia “dessa bobagem de Ordem do Cruzeiro”, mas

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ *Diário do Congresso Nacional*. 28 ago. de 1920. *Op. cit.*

sim de orientação séria dada a seus interesses. O projeto das condecorações não era na opinião do deputado nem perigoso ou danoso, era “apenas uma futilidade”³⁷⁰.

No discurso de Mauricio de Lacerda, toda polêmica criada em torno das condecorações assume o caráter de um dispositivo político, cujo objetivo seria unicamente criar uma ‘oposição artificial’, um palco para exposição de republicanismos artificiais.

Após tantas críticas, Celso Bayma entra em defesa de seu projeto, e o justifica colocando que todos os povos civilizados da terra procuravam recompensar seus cidadãos e militares por “serviços relevantes” à “grandeza, a integridade de seu país”. A Ordem do Cruzeiro, explica o deputado, tinha como finalidade “simplesmente recompensar os trabalhos relevantes dos brasileiros que por ventura tenham de prestar serviços heróicos ou cumprir deveres em tempos difíceis”³⁷¹.

Segundo o Diário do Congresso Nacional, o projeto foi aprovado passando a terceira discussão, no entanto³⁷², jornal *O Paiz* observa que esta teria sido apenas uma “solução cortês para condenar o projeto”, “remetendo-o ao pó dos arquivos da Comissão de Constituição e Justiça, de onde não mais regressará”. Tal procedimento foi altamente elogiado, pois a Câmara “agiu, inegavelmente, sob influência dos melhores princípios republicanos”. Segundo o jornal, tal idéia “anti-republicana, inoportuna e infeliz” feria “indiscutivelmente os dispositivos constitucionais”³⁷³. Mas a questão das condecorações não morreria aí. No dia seguinte o jornal noticiava em sua primeira página que o rei Alberto traria para o Brasil várias comendas para distribuir, haveria inclusive uma lista com mais de duzentos nomes de brasileiros que seriam agraciados³⁷⁴.

Em editorial sobre o assunto o *Jornal do Brasil*, assinala que esta “chuva de comendas” trazida pelo rei “apenas em teoria contravêm as linhas fundamentais ideológicas do nosso perfeito regime igualitário”, pois as condecorações proibidas pela Constituição Federal eram as *nobiliárias*, ou seja, as que conferiam títulos e prerrogativas de nobreza. A Constituição também não proibiria ao brasileiro aceitar condecorações estrangeiras, desde que fossem *inócuas*. Não existiria, então, motivos para oposição ao projeto, a única característica restaurada seria o nome “não as honras, vantagens e regalias inerentes a defunta ordem imperial”, nesse sentido, os

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ Idem.

³⁷² Idem.

³⁷³ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 28 de ago. de 1920.

³⁷⁴ *Ibidem*. 29 de ago. de 1920.

republicanos não teriam sido originais nem “em matéria de nomenclaturas”, pois, preferiram “buscar nos dicionários dos velhos tempos os termos aplicáveis as suas idéias novas”.³⁷⁵

Para o jornal, “o Congresso foi excessivo pondo uma pedra em cima da idéia do sr deputado Celso Bayma”, as homenagens ao Rei dos Belgas serão, reconhece o jornal, “por essa falta de condecorações nossas, enfraquecidas consideravelmente”, pois, não poderemos retribuir a “chuva de comendas” despejada pelo soberano sobre os peitos nacionais, ou seja, “receberemos sem dar...”. Tal recusa, aponta, deverá “causar surpresas ao soberano amigo, e aos ilustres membros da sua comitiva, que desejariam regressar aos pátrios lares com o fardão ornado”. Enfim, é bem provável também que o rei Alberto comente “com uma pontinha de ironia” esta “intransigência legislativa”, mostrando que “a túnica espartana que os republicanos do Brasil vestem, e a simplicidade igualitária pela qual morrem de amores” não os faz recusar condecorações estrangeiras, “aceitas com alacridade e usadas com caídos a garridice”³⁷⁶.

O projeto de criação da Ordem do Cruzeiro é conveniente para demonstrar o intuito de homenagear o rei recorrendo a um símbolo que, mesmo com todo esforço feito pelos idealizadores do projeto, estava ainda muito ligado à tradição monárquica. Um caminho diverso trilhou o projeto de revogação banimento da família imperial do deputado Francisco Valladares.

2.3.2 - A revogação do banimento da família imperial.

Os primeiros anos republicanos não foram necessariamente calmos e tranquilos, a implantação do novo regime não contaria com o “consenso nacional” e a “indiferença da população”, mas permeados por conflitos e tensões³⁷⁷. Um desses grupos foi justamente o dos restauradores, que apesar de minoritário, procurou por todos os meios promover a queda do novo regime. A repressão foi intensa através de decretos que baniram do país, figuras proeminentes com Afonso Celso de Assis Figueiredo e por fim, a própria família real³⁷⁸.

Iniciava-se então uma campanha longa, que só terminaria praticamente três décadas depois para que tal ato fosse revogado. Deve-se primeiramente apontar que são poucos os trabalhos que se detém sobre o tema, sendo o mais detalhado o estudo de Noé Freire Sandes. O

³⁷⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 30 de agosto de 1920.

³⁷⁶ *Idem*.

³⁷⁷ JANOTTI, M. L. M. *Os subversivos da república*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. pg 7.

³⁷⁸ *Ibidem* p 22.

historiador procura analisar em seu livro *A invenção da Nação* a construção de uma memória da monarquia através do IHGB, e estuda também a produção historiográfica já na década de 1920, abordando assim o episódio da revogação. Segundo o historiador, a revogação do banimento ocupou papel de destaque no projeto de rememoração da experiência monárquica conduzido pelo IHGB. Sua principal hipótese é de que os anos 20 foi um importante momento de recomposição nacional, onde a República apoderou-se da tradição monárquica como fórmula necessária ao revigoramento do próprio regime, ou seja, a crise republicana ensejava a redefinição da nação com uma tradição política capaz de abarcar a formação da nacionalidade³⁷⁹.

Num âmbito menor, Lucia Maria Paschoal Guimarães, ao estudar as representações de D.Pedro II na Primeira República, acompanha os projetos de revogação, dando maior destaque a cerimônia de 3 de setembro de 1920, estendendo-se até a chegada dos despojos mortais dos ex-imperadores em 8 de janeiro de 1921³⁸⁰. Para a historiadora, a década de 20 é o momento em que a figura de D.Pedro II ganha vitalidade à medida que a república mergulhava em uma grande crise, desvinculando-se na memória nacional a figura do soberano dos signos da realeza, e, portanto do regime que representava.

Já Lilia Schwarcz em seu livro sobre D.Pedro II acompanha rapidamente a campanha pelo traslado, e assim como Guimarães aponta a proposição do primeiro projeto para revogação no ano de 1906³⁸¹. No entanto, Noe Sandes destaca que já em agosto 1891 circulou um projeto na Câmara dos Deputados que propunha a revogação. O projeto, apresentado pelo deputado do Mato Grosso sr. Caetano Albuquerque, provocou muita polêmica no Congresso Nacional, devido em grande parte a complexidade da vida republicana em finais do século XIX. O projeto seria obviamente repudiado e vetado³⁸².

Somente em 1906 seria apresentado, pelo senador Coelho Lisboa, um novo projeto a Câmara com a proposta da transladação dos restos do ex-imperador e a construção de um pantheon para abrigá-lo³⁸³. O senador se considerava representante de um sentimento nacional de reconhecimento ao ex-imperador, e defendia que a república não precisava mais reear

³⁷⁹ SANDES, N.F. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Ed.da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

³⁸⁰ GUIMARÃES, L.M.P. A primeira república e as representações de D.Pedro II. In: MACHADO, M. C. T. (Org.); PACHECO, Cardoso Heloisa Helena (Org.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2005.

³⁸¹ SCHWARCZ, L.M. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. *Op cit.* p.499.

³⁸² SANDES, N.F. *Op cit.* pp. 207- 209.

³⁸³ GUIMARÃES, L.M.P. *Op cit.* p.144.

fantasmas, pois, já havia se solidificado. Segundo Noé Sandes, o pleito não chegou a entrar na pauta de discussões, recebendo parecer desfavorável da comissão de Finanças, que diferentemente de Coelho Lisboa, considerou que o regresso da família imperial poderia animar e fornecer pretexto “aos elementos anárquicos para repetidas perturbações da ordem pública”³⁸⁴.

Em 1912 o tema retorna ao plenário da Câmara em longa discussão protagonizada pelo combativo deputado Mauricio de Lacerda³⁸⁵. O projeto do deputado, além de autorizar o translado dos restos mortais, pretendia revogar o banimento da família real. Os argumentos para a proposição do projeto são semelhantes aos de Coelho Lisboa: a república estava já consolidada (não fazia sentido manter o banimento) e o projeto representava o sentimento do povo brasileiro³⁸⁶. Ao final das discussões ficou assentado que os restos mortais do ex-imperador seriam trazidos para o país a bordo de navio da esquadra nacional, não indicando, todavia, quando tal ato seria realizado³⁸⁷.

Segundo Lucia Guimarães, em 1916 outra proposição entrava em cena, a do historiador Basílio de Magalhães que teria sugerido a direção do IHGB, que se apresentasse um projeto para transferência e sepultamento dos despojos mortais do ex-imperador diretamente ao presidente Wenceslau Brás³⁸⁸. O presidente teria aprovado a moção, mas prorrogou sua oficialização para 1922.

O último projeto apresentado requerendo a transladação dos restos mortais do imperador e a revogação do banimento é o do deputado mineiro Francisco Valladares em 1919, aprovado em 3 de setembro de 1920. O projeto receberá atenções redobradas principalmente após a mensagem do presidente Epitácio Pessoa ao Congresso Nacional no início de maio, onde traz à tona a questão do translado dos despojos imperiais. Todavia, já no início de 1920 um fato chama a atenção, a morte de D.Luiz, filho da princesa Isabel com Conde'Eu³⁸⁹.

O falecimento do neto de D.Pedro II reacende as críticas ao decreto que impõem o banimento da família imperial, afinal, “ninguém de bom senso achará crível que duas criaturas, quase octogenárias como os Condes d'Eu, alimentem quaisquer veleidades restauradoras aqui”, observa o *Jornal do Brasil*. “Está no momento de demonstrar”, afirma o jornal “que a República

³⁸⁴ SANDES, N.F. *Op cit.* p.210

³⁸⁵ GUIMARÃES, L.M.P. *Op.cit.* p. 144.

³⁸⁶ SANDES, N.F. *Op cit.* p. 210.

³⁸⁷ *Diário Congresso Nacional*. 23 de julho de 1912. *Op.cit.*

³⁸⁸ GUIMARÃES, L.M.P. *Op cit.* p.149.

³⁸⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro 30 de mar. de 1920.

não tem sido uma ficção. E, mais do que isto, o espírito de democracia, da América está sempre a protestar contra essas medidas antiliberais. Não nos assobremos com um fantasma”.³⁹⁰

No entanto, a iniciativa para aprovação do projeto partiu da mensagem inaugural que o presidente Epitácio Pessoa dirigiu ao Congresso Nacional, onde aborda a questão dos despojos mortais de D. Pedro II relacionando-a com o centenário da independência:

A comemoração do centenário da Independência oferece oportunidade feliz para a prática de um ato de elevação moral, que revelará a consciência da nossa continuidade histórica. O progresso das instituições políticas não exclui o reconhecimento dos serviços dos nossos antepassados, ainda quando as nossas idéias divirjam radicalmente das que eles representaram na sua época. Obraram então conforme o espírito do seu tempo, e é levando em conta o estado de civilização desses momentos que todos têm de ser julgados pela posteridade³⁹¹.

Neste trecho de sua mensagem, Epitácio Pessoa demonstra a necessidade de integrar novamente à história nacional a figura dos monarcas, pois, o progresso representado pela república não poderia obscurecer a contribuição destes personagens para a nação. D. Pedro I, por exemplo, foi elemento fundamental para o êxito da independência brasileira, evitando que o país “como nas antigas colônias espanholas” experimentasse “perturbações políticas prolongadas”. Mas é sobre a figura de D. Pedro II que Epitácio se detém por mais tempo, personagem que “ninguém deixa de reconhecer” por seus serviços notáveis prestados a nação, “merecendo lugar de destaque nos cem anos de independência que agora serão lembrados”, o presidente propõe então a medida da transladação dos restos mortais do imperador e também da imperatriz ao Congresso Nacional:

À medida que sugiro ao alto espírito do Congresso Nacional e que, para ser completa, deverá estender-se aos restos mortais da imperatriz, estou certo que nenhuma influência terá nociva as instituições adotadas pela nação há mais de trinta anos; pelo contrario, servirá para mostrar quanto elas se radicaram em todo o país, apaziguando as paixões e fazendo revigorar a tolerância, a cuja sombra podem medrar e crescer os mais alevantados sentimentos de generosidade.³⁹²

O apelo à integração histórica presente na mensagem presidencial aparece também no artigo do *Correio da Manhã*, ao considerar que a história do Brasil não poderia ser reduzida “a estes trinta e um anos de algumas vitórias e de muitos revezes”, observa o jornal. Estava em jogo a unidade histórica da nação:

Antes do advento de 1889, fizemos toda a nossa formação, e a este respeito nos tornaríamos indignos de nós mesmos se deslembrássemos o tipo magnânimo, augusto e generoso, que presidiu

³⁹⁰ Ibidem. 01 de abr. de 1920.

³⁹¹ *Diário do Congresso Nacional*; 4 de maio de 1920. *Op. cit.*

³⁹² Idem.

a tamanhas reformas e surtos liberais, com obsessiva preocupação do bem público, dentro da maior tolerância e de um supremo desprendimento³⁹³.

O jornal defende também que a transladação deve ser acompanhada da revogação do banimento e no dia seguinte publica um artigo com palavras eloqüentes para com Epiácio, colocando-o como “responsável pela grandeza da república”, cuja mensagem é um documento de “grande fé no futuro do Brasil”³⁹⁴.

A mensagem do presidente foi muito bem recebida no imprensa, em especial, a parte em que menciona a transladação dos despojos mortais, um “apelo muito nobre e generoso”, aponta o *Jornal do Brasil* ao qual a revogação do banimento seria o “complemento lógico natural” caracterizando uma medida “ampla e liberal”³⁹⁵, não havia mais ameaçadas monarquistas pairando sobre o regime, a “geração que hoje se integralizou na vida republicana do país, formou o seu espírito e a sua cultura nas práticas do regime que aí está, desejando antes regenerá-lo e aprimorá-lo, que subverte-lo”. E mesmo as resistências às diversas tentativas de revogação ocorridas anteriormente não teriam sido sinceras, explica o jornal “obedecendo antes a exibição de um zelo hipócrita pela republica, que esta definitivamente consolidada”³⁹⁶.

Nesse sentido o jornal *O Paiz* é mais cauteloso ao observar que existem dois problemas distintos: o primeiro, seria o da transladação dos restos mortais do imperador e da imperatriz e o segundo, a revogação banimento. Sobre o primeiro ponto, reconhece o jornal que “há um consenso”, a transladação dos restos mortais é uma “homenagem (...) de apreço e de piedade por aqueles que dedicaram o maior amor a este grande país”. Já o segundo, “suscita ainda controvérsias”, pois, existiriam os que temem que a presença da família real de Bragança possa “suscitar paixões já extintas”, ou provocar “agitações, senão perigosas, pelo menos inconvenientes”. Os problemas estavam ligados, uma vez que, a família de Bragança só consentiria a transladação dos restos mortais de D.Pedro II e da imperatriz, se o governo determinasse a revogação da lei do banimento³⁹⁷.

Se a revogação do banimento era vista como alvo de controvérsias, a transladação dos restos mortais recebeu opiniões favoráveis no Congresso, um sinal para o jornal *Correio da Manhã* de que seria afinal vencido “o radicalismo de certos republicanos”, principalmente,

³⁹³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 05 de maio de 1920.

³⁹⁴ *Idem*.

³⁹⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 04 de maio de 1920.

³⁹⁶ *Ibidem*; 05 de maio de 1920.

³⁹⁷ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 06 de maio de 1920.

porque com o falecimento de D.Luiz herdeiro da coroa, o que restava no Brasil da “idéia de monarquia” eram “duas figuras veneradas de velhos, que morrem de saudade e de tristeza, por não poderem rever o país.”³⁹⁸. Enfim, as monarquias já não amedrontavam mais ninguém³⁹⁹. Em artigo seguinte, o jornal aponta que a República não era mais uma tentativa, mas sim uma experiência, sendo que o banimento da família imperial, apesar de ser uma medida que repugnava “ao espírito liberal das instituições republicanas”, foi necessária “afim de precaver o governo revolucionário contra as reações naturais que provocaria no país a presença do imperador”⁴⁰⁰.

O projeto do deputado Francisco Valladares recebe parecer favorável do sr Melo Franco na Comissão de Constituição e Justiça que é assinado unanimemente⁴⁰¹. Em entrevista para o jornal *A Noite* o deputado mineiro ressalta a importância do momento, pois, a aspiração do povo brasileiro seria finalmente satisfeita⁴⁰².

O parecer favorável teria demonstrado segundo *Correio da Manhã*, as dificuldades de encontrar justificativas para perpetuação do banimento da ilustre família, que proporcionou ao Brasil “longos anos de brilho e afirmação política” “nada se encontrava digno de ser levado a sério”. Do exílio, enviavam “os conselhos mais apropriados para que a República se tornasse amada do povo”, conselhos estes que não foram seguidos pelos republicanos, que teimavam em “reincidir nos seus grandes erros, de forma a fazerem com que ainda hoje o regime não se tenha bem identificado com as reais necessidades da nação”⁴⁰³.

Em artigo para o *Jornal do Brasil*, Nuno de Andrade ressalta que antes da revogação “vivíamos, realmente, numa situação de sinceridade equívoca e de fé republicana cambaleante”, impressão de que os defensores do regime “não se julgavam seguros perante a vontade popular” temendo que as instituições republicanas pudessem ser desfeitas “por algum reivindicador vivo e até por um esquife venerável...”⁴⁰⁴.

Destas “vertigens e desmaios” experimentados pelo regime as conseqüências eram a persistência de decretos como o banimento, recusando “abrigo e memória” aos restos mortais do ex-imperador, “um brasileiro excelso, patriota, magnânimo (...) exemplo de nobreza moral e de

³⁹⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 08 de maio de 1920.

³⁹⁹ *Ibidem*; 18 de maio de 1920.

⁴⁰⁰ *Ibidem*; 20 de maio de 1920.

⁴⁰¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 09 de jul. de 1920.

⁴⁰² *A Noite*. Rio de Janeiro; 09 de jul. de 1920.

⁴⁰³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 09 de jul. de 1920.

⁴⁰⁴ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 10 de jul. de 1920.

bondade cristã”. O jornalista conclui seu artigo congratulando Epitácio Pessoa por “descerrar os lábios da justiça” e acabar de vez com este “vexame nacional”⁴⁰⁵.

As críticas a república por ter mantido o banimento durante tanto tempo são aliviadas no jornal *O Paiz* que elogia o parecer do sr. Mello Franco, mas afirma que não deveríamos “nos penitenciar pela forma, como os homens da geração que nos precedeu fizeram a República e trataram os representantes do império decaído”. O jornal justifica o ato do governo provisório de deportação e banimento da família imperial, pois, não poderia comprometer “o futuro das nossas instituições que concretizavam as grandes aspirações da nacionalidade”. Foi uma medida de defesa política, sendo que a possibilidade de revogação ficaria sujeita a “que se verificasse ter passado completamente o perigo de qualquer tentativa contra as instituições republicanas”⁴⁰⁶.

Tal momento teria chegado, a república não estaria somente consolidada, mas também “identificada com a Pátria”, podendo assim, “reincorporar a nacionalidade os sobreviventes do ramo brasileiro da família bragantina”. E assim define a revogação:

A revogação do banimento é, para nós, o reconhecimento solene de que a república se enraizou tão fortemente que, ao sistema das instituições vigentes, podemos, sem receio, incorporar as tradições sobreviventes do império. (...) é o ato preparatório para o centenário da independência. Não poderia haver lembrança mais feliz do que a de fazer com que, a 7 de setembro de 1922, possam os brasileiros levar ao túmulo de Pedro II as homenagens ao grande homem, que, com tanta dignidade, (...) foi, por mais de meio século, o símbolo da unidade da Pátria brasileira (...). D. Pedro II não foi estadista (...). Mas foi, de fato, um grande rei, no sentido primitivo da instituição da realeza, porque a sua personalidade se tornou o expoente supremo da vida coletiva da nacionalidade⁴⁰⁷.

Ao mesmo tempo em que justifica o ato do governo republicano de banimento da família real, se destacando dos outros artigos publicados nos jornais cariocas, *O Paiz* promove uma reconciliação com este passado monárquico, simbolizada pela revogação do ato, que ocorre em um momento certo, ou seja, às vésperas da comemoração do centenário da independência. D. Pedro II é colocado como um personagem crucial neste sentido, encarnando a “unidade da Pátria brasileira”, apesar de ser um rei ainda “primitivo” e não um estadista, um resquício talvez da figura do ‘Pedro Banana’⁴⁰⁸ ou seja, de um D. Pedro II apático politicamente.

O projeto de Francisco Valladares é rapidamente aprovado no Congresso Nacional, restando apenas a assinatura do presidente Epitácio Pessoa, gesto que é caracterizado pelo

⁴⁰⁵ Idem.

⁴⁰⁶ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 10 de jul. de 1920.

⁴⁰⁷ Idem.

⁴⁰⁸ SCHWARCZ, L.M. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. *Op cit.* p.391.

Correio da Manhã como aquele que mais se ajustou ao “sentimento do povo e as exigências da nossa cultura”⁴⁰⁹. O jornal *O Paiz* ressalta ainda, que tal gesto reuniu o apoio de todas as classes dirigentes e também da opinião pública, traduzindo a vontade popular. O ato figurava como “prova da elevação de nossa cultura cívica e do espírito liberal que orienta a política republicana, que, alias jamais se excedeu em agravos e em excessos contra os representantes das intuições decaídas desde 15 de novembro de 1889”⁴¹⁰.

Assim, no dia 3 de setembro realizava-se no Salão de Despachos do Palácio do Catete a assinatura do decreto que revogava o banimento da família real. Para assinatura do decreto foi oferecida ao presidente uma caneta de ouro obtida especialmente para a ocasião com dinheiro arrecadado mediante subscrição pública promovida pelo jornal *A Rua*⁴¹¹. A cerimônia foi realizada com a presença de comissões de várias instituições importantes como IHGB, ABL e ABI.

O decreto é caracterizado como uma “nova Lei Áurea” por Afonso Celso em artigo para o *Jornal do Brasil*. O presidente do IHGB apontava que a denominação lei áurea para a lei assinada naquele dia se deve pelo fato de que assim como a de 13 de maio, “essa lei repara uma grave injustiça” e também “redime do exílio a excelsa senhora que mereceu o cognome de Redentora”. A república teria, então, inscrito nos anais da história uma “data luminosa semelhante aquela do Império”⁴¹².

No meio deste júbilo incontestável com a revogação sobressai o artigo de Oscar Lopes publicado no jornal *O Paiz*. O jornalista faz algumas observações às relações entre republicanos e monarquistas durante as comemorações:

Vi-os de tal modo misturados no ato memorável, no histórico instante da sanção da *segunda lei áurea* (vide notícias nos jornais), que não sei como pautar o meu critério nem escolher a fórmula verbal do gáudio que me felicita. E continuo suspenso, entre o receio de parecer suspeito aos meus correligionários de ontem e o medo de desagradar os amigos e adeptos mais uma vez declarados da coroa⁴¹³.

O jornalista explica que suas reflexões não são oriundas de hesitações referentes ao banimento, concorda com as palavras de Afonso Celso, que aproveitou “para mais uma vez

⁴⁰⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 02 de set. de 1920.

⁴¹⁰ *O Paiz*. Rio de Janeiro 03 de set. de 1920.

⁴¹¹ GUIMARÃES, L.M.P. *Op cit.* p 150.

⁴¹² *Jornal do Brasil*; Rio de Janeiro; 03 de set. de 1920.

⁴¹³ *O Paiz*; Rio de Janeiro 05 de set. de 1920.

reafirmar sua profissão de fé monárquica”, ao comparar a lei de 3 de setembro com a lei áurea. No entanto, em um ponto seu entusiasmo esfria, ao pensar no incômodo que republicanos vão causar a augusta família com a mudança para o Brasil, depois de trinta e dois anos “de exílio confortável”⁴¹⁴. Mas o jornalista é cauteloso ao expressar sua opinião, coloca que apenas neste ponto diverge o seu entusiasmo do entusiasmo geral.

As discussões sobre a revogação implicaram em uma série de avaliações do regime republicano, sendo marcantes as referências a sua solidificação, e ao fato de que os ‘fantasmas da monarquia’ já não mais assustavam. A iniciativa do presidente Epitácio Pessoa de defender em sua mensagem ao Congresso Nacional o traslado dos despojos mortais do imperador e da imperatriz ficou marcada como um grande passo na reaproximação da República com o antigo regime, ação impulsionada pela proximidade com o centenário da independência. Este discurso empolgante que permeia o processo de revogação do banimento deve, todavia, ser visto com muito cuidado se colocarmos em pauta as discussões em torno do projeto das condecorações, ou até mesmo a polêmica que surgiria em 1925 com relação às comemorações do centenário do nascimento de D. Pedro II⁴¹⁵.

Apesar de não serem feitas referências à visita do rei do Alberto, é cabível pensar que não ficaria bem a república brasileira receber o representante máximo da monarquia belga, enquanto os próprios representantes da monarquia brasileira eram proibidos de entrar no país. É importante ressaltar que tal associação não é feita pela imprensa carioca, mas sim pela estrangeira.

Após a chegada dos soberanos em 19 de setembro daquele mesmo ano, o *Jornal do Brasil* publica duas impressões bem interessantes sobre a visita dos reis, uma de um jornal argentino, outra de um jornal belga. Ao registrar a chegada dos soberanos belga à América, o jornal argentino *La Nacion* faz a seguinte observação sobre o Brasil:

A Nação que ainda ontem revogou o decreto de banimento dos descendentes do Império (...), deve esforçar-se para que a recepção dos príncipes belgas constitua uma espécie de laço de união entre as monarquias democratas e as republicas que observam o mesmo culto pelos ideais civilizadores⁴¹⁶.

Assim, tanto a revogação quanto a visita do rei belga adquirem o significado de unir repúblicas e monarquias. O outro artigo publicado no jornal, faz referência a pequena nota

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ SILVA, E. A República comemora o Império: Um aspecto político-ideológico da crise dos anos 20. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, RJ, v.1, n.º 2, p.104, jan/abr.1986.

publicada pelo jornalista belga Luiz Pierard no jornal *Le Soir* onde comenta o ato de revogação do banimento e conclui: “Não admira, portanto, que republicanos de coração tão nobre, tão forte e tão justo, preparassem tão extraordinária recepção ao Rei – Soldado”⁴¹⁷. Enfim, a revogação do banimento entra como fator importante para o sucesso das festas ao rei Alberto, ou seja, a república oficializava seu passado para lidar com o seu presente, no qual vemos a proximidade da visita de uma outra família real e da comemoração do Centenário da Independência.

2.6.3 - O protocolo

Delineados os programas era preciso observar com atenção como seria articulado o protocolo, afinal, não se tratava de qualquer visitante, mas da realeza. Como organizar um protocolo para receber uma “testa coroada”? Esta seria mais uma tarefa atribuída ao Itamaraty. Com a reforma colocada em prática por Azevedo Marques, foi criada toda uma seção com objetivo de cuidar exclusivamente do protocolo, além do cargo de diretor de protocolo. A seção de protocolo estava encarregada então, de providenciar sobre o Cerimonial Brasileiro. Esse “código oficial do bom tom, regulador das atitudes dos funcionários e das corporações do Estado nas festas e mais solenidades públicas” como definiu o jornal *A Noite*⁴¹⁸.

Em artigo intitulado “Questões de Protocolo”, Bastos Tigre reconhece que tal questão não seria das mais fáceis, “dada nossa falta de hábito de lidar com reis autênticos de sangue azul”, pois, “dos três que o Brasil conheceu nenhum deles soube ter esplendor e majestade em sua corte”. No entanto, o autor reconhece que “os moços do Itamaraty, gente viajada, conhecedora das rodinhas de bom tom, saberão adaptar as velhas usanças das cortes européias ao espírito novo de nossa democracia tropical”⁴¹⁹.

Neste ponto, é interessante destacar uma observação feita por Barros Moreira sobre o cerimonial belga. Em telegrama endereçado ao ministro Azevedo Marques, Barros Moreira coloca que o cerimonial e a etiqueta tinham

perdido, neste país, desde o advento de S.M. Alberto I, e sobretudo depois da guerra, muito de sua rigidez e severidade, ainda assim a democratização dos hábitos palacianos não chegou na Bélgica à extrema e tradicional simplicidade característica do nosso modo de ser brasileiro, ou melhor dito

⁴¹⁶ *Apud Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

⁴¹⁷ *Ibidem*. 28 de set. de 1920.

⁴¹⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro; 02 de set. de 1920.

⁴¹⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 16 de set. de 1920.

americano. Com efeito, mesmo sob o antigo regime, jamais tivemos o que se pode chamar etiqueta na rigorosa expressão deste vocábulo⁴²⁰.

O representante brasileiro conclui que na Bélgica impera o “quase o descaso dos atuais soberanos pelo protocolo”⁴²¹.

Descaso esse que não seria adotado por aqui. Sobre as festas programadas na capital a impressão de Oscar Lopes é deveras interessante, ao ressaltar que estas não seriam muito ao gosto do carioca pelo fato de haver “severo protocolo regulador de tudo”, e “diante das muralhas desse sistema de rígido cerimonial” o carioca iria se deter “como uma criança que cheia de confusão, cruza os braços atrás das costas, contemplando um brinquedo demasiadamente complicado”. Para o jornalista, nas festas planejadas para os reis, o carioca seria apenas um “espectador deliciado”⁴²².

A polêmica com relação ao protocolo surgira no momento em que foi divulgada a programação da visita, um detalhe chamou a atenção dos parlamentares. As comissões formadas na Câmara e no Senado para a recepção dos reis não constavam da embarcação oficial iria buscar os soberanos a bordo do *S. Paulo*, e também não estavam incluídos no cortejo real, onde figuravam apenas os membros da família de Epitácio Pessoa e das casas civil e militar. O jornal *A Noite* publica então o discurso irado do sr. Irineu Machado, onde este relembra aos encarregados de organizar o programa que “o princípio dominante em nosso regime é que o governo da República não é constituído somente pelo poder executivo, mas sim por um conjunto de 3 poderes”. Para o senador do Distrito Federal era um absurdo deixar no cais da Praça Mauá as comissões parlamentares “que ali vão dar em nome do poder legislativo do povo brasileiro as boas vindas”. Irineu Machado ressaltou ainda que a visita do rei dos belgas era feita ao Brasil, e não ao presidente, em retribuição pelo gesto do parlamento brasileiro que em 8 de agosto de 1914 votou a moção de protesto contra invasão do território belga⁴²³.

As discussões no Senado continuam no dia seguinte, com o senador Irineu Machado questionando também a recepção do soberano belga pelas duas Casas do Congresso Nacional que se realizaria no Palácio Monroe. Uma vez que a Constituição não permitia a reunião de ambas, a não ser em certos casos, a solução foi tirar do evento o caráter oficial, ou seja, senadores e

⁴²⁰ Carta de Barros Moreira a Azevedo Marques. 30 de set. de 1920. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas*, *Op. cit.*

⁴²¹ *Idem.*

⁴²² *A Noite*. Rio de Janeiro; 25 de jul. de 1920.

⁴²³ *Ibidem*; 15 de set. de 1920.

deputados poderiam receber o rei, mas não oficialmente, na sua “expressão constitucional”⁴²⁴, explicou o senador Antonio Azeredo, vice-presidente do Senado.

Para Irineu Machado tratava-se de outro exemplo de desconsideração com Poder Legislativo, deixar de receber oficialmente os reis belgas representava uma “descortesia”, que renegava o Legislativo a “um plano inferior”. Mas o programa foi mantido, a indicação de Irineu Machado para a constituição de uma Comissão Geral formada pelas Duas Casas a fim de realizar uma reunião conjunta para a recepção do rei belga não foi aprovada. Em sua fala, o senador Azeredo aponta qual seria sua compreensão dos procedimentos protocolares:

Os poderes públicos da Nação vão receber o Rei; mas incontestavelmente, entre eles deve sobressair o chefe da Nação. A S.Ex. cabe recebê-lo, leve-lo até o palácio de sua residência e dizer-lhe o que o Brasil pretende fazer. Nós, o Poder Legislativo, não podemos intervir de modo direto no se faz em relação a administração. (...) O Poder Legislativo não deve sentir-se melindrado, nem discutir o protocolo apresentado pelo Sr. Presidente da República. Não sei que razoes tem o senhor para censurá-lo ⁴²⁵.

Azeredo observa também que assistiu na Europa a diversas recepções de reis, entre elas a do rei da Inglaterra, onde nem o presidente do Senado, nem o da Câmara acompanhou os soberanos.

O governo justificou tal organização do cortejo através do protocolo francês, ressaltando que quando o rei Alberto esteve na França, foi acompanhado apenas dos representantes do executivo⁴²⁶. Para o jornal *O Paiz* o apelo ao protocolo francês foi considerado “infeliz”, pois, “as profundas diferenças de organização política e de tradição protocolar, existentes entre os dois países, tornam inadmissível a obediência servil ao modelo francês”. O jornal ressalta que teríamos nosso protocolo, que seria dar ao “vice-presidente do Senado, ao presidente da Câmara e ao presidente do Supremo Tribunal Federal um lugar em todas as solenidades oficiais, logo apos ao chefe de Estado”. O protocolo se justifica devido ao regime político vigente no país onde os três poderes “são iguais e partilham igualmente do exercício da soberania nacional”. Conclui que “em trinta anos de vida republicana, temos vivido com o nosso protocolo caseiro sem nos sentirmos mal”, o rei da Bélgica teria de nós a melhor das impressões,

se nos apresentássemos em orgulhosa obediência aos princípios da nossa tradição de americanos, de brasileiros e de republicanos, em vez de uma ridícula imitação de praxes áulicas, que mesmo no império foram relaxadas pela bonomia liberal de Pedro II, (...) ⁴²⁷.

⁴²⁴ *Diários do Congresso Nacional*. 16 de set. de 1920. *Op.cit.*

⁴²⁵ *Diários do Congresso Nacional*. 17 de set. de 1920. *Op.cit.*

⁴²⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 16 de set. de 1920.

⁴²⁷ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 16 de set.de 1920.

Em concordância com os outros periódicos, o *Jornal do Brasil* ressalta que o programa publicado era um “protocolo de *gaffes*”, de “desconsiderações aos outros poderes da nação”⁴²⁸. Para o jornal *A Noite*, a visita real estava mesmo, era mudando “os nossos hábitos republicanos”⁴²⁹, um exemplo disso estava justamente nas alterações feitas no protocolo da recepção, conclui o jornal. Outro ponto criticado pelo jornal foi a ausência de Rui Barbosa, segundo jornal, um “silêncio criado ou provocado pelo oficialismo do protocolo em torno ao apóstolo dos nossos direitos e liberdades”⁴³⁰.

Apesar das críticas recebidas, o programa para recepção dos reis permaneceu inalterado, bem como, o rei ao chegar a nossas terras não receberia condecorações, mas sim uma série de homenagens financiadas em grande parte pelo crédito ilimitado.

2.7 - Considerações acerca dos preparativos.

No dia 17 de setembro, às vésperas do desembarque dos soberanos, o deputado Alberto Sarmiento, presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara proferia as seguintes palavras com relação a visita belga:

A alta significação da visita régia, não se explica somente pela retribuição de uma cortesia entre os Chefes dos dois Estados, ligados pelas relações de recíproca cordialidade. O fato traduz também de modo eloqüente a aproximação sincera e leal de dois povos que se estimam e que desejam viver unidos. (...) D’esta aproximação deve nascer entre os povos laço forte da estima e compreensão direta e verdadeira das qualidades e virtudes de cada um sob o ponto de vista moral e daí virá também pelo lado prático, o recíproco entendimento a respeito das necessidades e recursos peculiares a cada povo⁴³¹.

No discurso do deputado é perceptível que na aliança entre os dois povos sobressai o caráter moral ressaltado pelas qualidades e virtudes de ambos os países, sendo importante para o estabelecimento de tal aliança, além da visita de Epiácio Pessoa a Bélgica, o apoio brasileiro aos belgas durante a guerra, ponto ressaltado exaustivamente, tanto pelo rei quanto pela imprensa. Os aspectos econômicos da visita aparecem em segundo plano, apesar de serem de importância considerável, se observado o momento de reconstrução pelo qual passava a Bélgica.

⁴²⁸ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 17 de set. de 1920.

⁴²⁹ *A Noite*. Rio de Janeiro; 15 de set. de 1920.

⁴³⁰ *Ibidem*; 16 de set. de 1920.

Devido ao alto significado da visita, o crédito ilimitado será concedido, não sem antes receber críticas duras que miravam o próprio funcionamento do regime republicano. Tal concessão infringia os preceitos republicanos, assim como as condecorações ou o protocolo. Em um último episódio, à pedido do presidente da República, a Câmara teria sustado o debate sobre o projeto de emissão devido a visita belga, valendo alguns comentários irônicos por parte do *Jornal do Brasil*:

O ambiente está saturado de homenagens, alegrias, banquetes, músicas e flores, e não será, durante a visita regia, uma composição sentimental e patriótica adequada ao estudo de questões tão dolorosas (...) Pode a economia pública estalar um pouco mais; a situação financeira se pode se desconjuntar mais ainda; o povo pode desesperar-se, torcer-se, murmurar, vociferar, mas o que se não pode permitir é que, durante o encanto das alegrias oficiais, a revelação indiscreta dos nossos infortúnios, lance como um borrão de tinta num belo quadro de museu...⁴³²

É perceptível que este ‘belo quadro’ que se pretendia apresentar aos soberanos foi produzindo seguindo algumas regras próprias. Vemos a importância de incluir passeios a pontos estratégicos, tanto economicamente como politicamente, para o país como São Paulo e Minas Gerais. Fica claro também que certos tipos de cerimônias se repetem em todos os três programas, ou seja, em todos eles aparecem marcados grandes banquetes, paradas militares e eventos infantis. E mesmo, não exercendo muita influência na montagem dos programas mineiro e paulista, é aparente o papel do Itamaraty como grande administrador do evento, sua principal tarefa era justamente a de *delegar* funções a outros atores que também estavam participando do evento, como por exemplo, o chefe da polícia carioca, ou as instituições militares, organizando a segurança do evento.

Tais preparativos, segundo *O Paiz* foram aplaudidos pela opinião pública, pois, os soberanos teriam então ocasião de apreciar na recepção oficial “a expressão sincera dos sentimentos unânimes da Nação”⁴³³. Uma leitura apenas deste comentário, sem o acompanhamento de toda a discussão anterior poderia levar em conclusões errôneas. Várias críticas são observadas, desde os moveis que foram colocados no interior do *S.Paulo* até a não inclusão de um concerto musical com artistas nacionais, possibilitando inúmeras visões contraditórias do que se queria mostrar.

O cuidado com o que apresentar para os reis se manifesta especialmente com relação a capital federal. A preocupação com o prefeito da cidade é altamente compreensível, pois era

⁴³¹ *Diário do Congresso Nacional* 18 set de 1920. *Op. cit.*

⁴³² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 16 de set. 1920.

necessária uma figura que se identificasse com a cidade imaginada para a recepção real, ou seja, civilizada, modernizada. Completar essa imagem de cidade civilizada incluía livrá-la também dos elementos indesejáveis, realizando campanhas repressivas entre prostitutas, mendigos e operários. Segundo o *Correio da Manhã* a opinião pública apoiava as ações do governo para repressão de qualquer movimento:

O governo está à vontade, e com inteira liberdade de ação, para manter ileso, não só o princípio da autoridade, também em causa, como principalmente o respeito às nossas tradições de hospitalidade, que não devem ser postas em cheque quando têm a mais flagrante necessidade de se impor, em toda a plenitude da sua nobreza ⁴³⁴.

Apesar das preocupações com a segurança, a participação do público, ao receber o rei quando de sua chegada, adquire um caráter extremamente importante neste projeto de nação que será mostrado ao soberano, afinal como colocou Epiácio Pessoa no convite que faz ao rei Alberto para visitar o Brasil, a visita era essencial para este desfrutar da fraternal simpatia do povo brasileiro.

Por fim, é perceptível que só a preparação para a visita belga implicou em uma série de questões, o que aconteceria quando os reis por aqui chegassem? Nesse sentido, a frase ‘para rei Alberto ver...’ ganharia outro significado, até porque ele viu e ouviu muita coisa que não estava planejada possibilitando novos questionamentos através das várias facetas que irão compor esse episódio.

⁴³³ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 19 de set de 1920.

⁴³⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 17 de set. 1920.

Capítulo 3

Aclamações, discursos, banquetes e festas: os reis belgas hóspedes do Brasil.

3.1 - À caminho do Brasil...A viagem à bordo do *S.Paulo*.

A partir do dia primeiro de setembro de 1920, o rei Alberto I e a rainha Elisabeth eram oficialmente hóspedes do Brasil a bordo do couraçado *S. Paulo*, onde começariam uma viagem de quatro semanas em direção ao Rio de Janeiro. O embarque dos soberanos no porto de Zeebrugge na Bélgica foi alvo de grandes reportagens dos jornais cariocas, no entanto, os detalhes do dia a dia dos soberanos no couraçado brasileiro só seriam conhecidos posteriormente, devido à proibição de representantes da imprensa viajarem no *S.Paulo* junto com soberanos⁴³⁵.

À imprensa restou a opção de correr ao Cais da Praça Mauá após o desembarque dos reis no dia 19 e entrevistar alguns dos tripulantes do *S. Paulo* que por ali se encontravam. Marinheiros e oficiais dariam algumas “entrevistas” aos jornais cariocas, contando a rotina dos soberanos e principalmente, elogiando os hábitos simples do rei. Mas este não seria o único assunto da tripulação do *S.Paulo*. Cerimônias, passeios e homenagens também foram lembrados nestes relatos, demonstrando que o navio brasileiro e sua tripulação foram alvos de intensas manifestações, principalmente em Zeebrugge, o pequeno porto da cidade de Bruges. No dia do embarque dos soberanos, foi, inclusive, inaugurada na praça do cais uma placa de bronze com o nome da oficialidade do navio brasileiro, por ser este o primeiro de grande porte que por ali aportava. O navio figurou como uma atração enquanto esteve por lá, sendo visitado por mais de 10 mil pessoas⁴³⁶.

Nas palavras do tenente do *S.Paulo* publicadas no *Correio da Manhã*⁴³⁷ a curiosidade em ver o couraçado brasileiro era grande, ocorrendo “verdadeiras invasões do navio, por pessoas de todas as classes, das mais altas as mais humildes”, servindo como “fonte de distrações para os elegantes veranistas de Ostende”, cidade vizinha a Bruges. O tenente também comentou os vários passeios oferecidos à oficialidade do *S.Paulo* pelo governo belga, dentre eles as visitas ao antigo

⁴³⁵ Em telegrama de 24 de julho enviado a Barros Moreira por Epiácio Pessoa, em que o presidente observa que seria impossível obter acomodação para jornalistas, e que seria até incomodo para os soberanos “contato ininterrupto com pessoas preocupadas exclusivamente em espreitar-lhes menor gesto”. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas. Op.cit.*

⁴³⁶ *O Imparcial*. Rio de Janeiro 21 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Telegramas e noticias sobre a visita de S. S. M. M. es reis dos Belgas ao Brasil, publicadas em setembro de 1920, sendo Presidente da Republica e Exme. Sr. Dr. Epiácio Pessoa. Homenagem da Agencia Americana*. Rio de Janeiro: 1920.

⁴³⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

front marítimo e terrestre da Grande Guerra. No Palácio Real em Bruxelas, o tenente se refere a um banquete oferecido pelo rei ao ministro Barros Moreira e a oficialidade do S.Paulo, descrito também pelo jornal *O Paiz*:

O banquete esteve brilhantismo e o formoso salão apresentava aspecto feérico. Três imensos candelabros de cristal iluminavam as colunas de mármore verde de que se deriva o nome da famosa dependência do palácio real de Bruxelas. A mesa estava ricamente adornada com artísticos objetos de prata e cristal em redor dela viam-se vinte e três cadeiras forradas com seda de cor escarlate, que estabeleciam primoroso contraste com o aspecto geral da mesa ⁴³⁸.

Continuando seu relato, o tenente menciona as várias festas realizadas principalmente na cidade de Bruges, onde a oficialidade brasileira visitou museus, vilas, igrejas, escolas e estabelecimentos públicos, além de ser recebida na Câmara Municipal, com direito a banquete oferecido pela cidade ⁴³⁹.

Sobre a permanência do navio brasileiro na Bélgica, seria deveras interessante ter acesso à imprensa local no intuito de obter mais detalhes sobre o cotidiano de oficiais e marinheiros, bem como, vislumbrar as impressões deixadas pelo navio na população. As descrições mais ricas presentes na imprensa carioca remetem ao embarque dos reis no porto de Zeebrugge, sendo a mais completa reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil*. Tanto o *A Noite*, como *Correio da Manhã* e *O Paiz* publicaram grandes manchetes sobre o embarque dos reis ressaltando a enorme multidão que compareceu ao cais para se despedir dos soberanos ⁴⁴⁰. Ricos e pobres, camponeses e fazendeiros são descritos pelo *Jornal do Brasil* se dirigindo a pé, para o pequeno porto de Zeebrugge para se despedir dos seus soberanos ⁴⁴¹.

O enviado especial do *Jornal do Brasil* Assis Chateaubriand faz uma descrição dos soberanos no momento em que chegavam para embarcar. O rei, observa o jornalista, era “alto, como um gigante e tímido como uma criança”, sem a desenvoltura de um Afonso XIII, mas “viril e bravo como um herói”. Já a rainha, era “risonha e galante como uma camponesa”, ao descer do trem trazia nos braços um *bouquet* de orquídeas enviadas, segundo o jornalista, pela Condessa Pereira Carneiro ⁴⁴².

Os soberanos seguem para o embarque no couraçado brasileiro por um longo tapete vermelho, entre as filas de soldados entendidas no caminho, ao som dos canhões do *S.Paulo* e dos

⁴³⁸ *O Paiz*. Rio de Janeiro 30 de set. de 1920.

⁴³⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro 01 de set. de 1920; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro 30 de set. de 1920; *A Noite*. Rio de Janeiro 01 de set. de 1920.

⁴⁴⁰ *A Noite*. Rio de Janeiro; 01 de set. de 1920; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 02 de set. de 1920.

⁴⁴¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 02 de set. de 1920.

vivas dos marinheiros brasileiros. A recepção no couraçado brasileiro é feita pelo representante brasileiro Barros Moreira e pelo comandante Tancredo Gomensoro. Momentos depois “sereno, garboso, escuro, como um grande albatroz, elegante e sem arrogância, o *São Paulo* atravessou o canal, para ganhar o Atlântico”⁴⁴³.

A reportagem do enviado especial do *Jornal do Brasil*, não se deteria às descrições do embarque, Assis Chateaubriand realizou ainda uma série de entrevistas, inclusive com a rainha Elisabeth, que antes de embarcar no *S.Paulo*, teria lhe dito já estar encantada com as manifestações do povo brasileiro. Alberto I, também procurado pelo jornalista, mostrava-se encantado com a viagem ao Brasil, e sem as reservas normalmente encontradas em “homens que tem a responsabilidade da direção de um país, quer sejam chefes de Estado, quer sejam homens de governo”, observa o jornalista, declarou:

Deixo Bruxelas já encantado com a hospitalidade dos brasileiros e sinto uma grande ansiedade em chegar ao seio de um povo tão generoso, tão nobre, tão simpático, no meio do qual a causa da Bélgica achou o primeiro protesto em nome da justiça e do direito. A minha visita não é de simples cortesia. É um dever que com a máxima satisfação cumpro. O Brasil conquistou o coração dos belgas pelo gesto de há seis anos⁴⁴⁴.

O extenso material publicado acerca do embarque dos reis, bem como, o “alto tino jornalístico” de Assis Chateaubriand, foram os responsáveis, segundo o *Jornal do Brasil*, pelo esgotamento de suas edições dos dias 2 e 3 de setembro, caracterizando um “prêmio justo” de seus leitores, um reconhecimento dos esforços do jornal para melhorar os serviços de informação tanto nacional quanto internacional. A reportagem foi motivo de inúmeras felicitações por ter o correspondente do jornal entrevistado o futuro hóspede, sendo elogiado também por Azevedo Marques. O ministro brasileiro deu inclusive algumas declarações sobre os preparativos para a chegada dos reis, que no início de setembro corriam “à pleno vapor”⁴⁴⁵.

Enquanto Azevedo Marques estava às voltas com os últimos preparativos, os reis belgas e sua comitiva começavam sua jornada rumo ao Brasil. Os relatos de tal viagem sugerem que nos primeiros dias predominou um “ambiente cerimonioso” no couraçado, com um rígido protocolo tendo a frente o representante brasileiro sr. Barros Moreira. Mas logo os soberanos teriam manifestado o seu desconforto e uma inclinação para o relaxamento dos hábitos protocolares. Atendido o desejo dos soberanos “uma outra atmosfera” passou a reinar no navio: a da

⁴⁴² Ibidem, 07 de out. de 1920.

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Ibidem; 03 de set. de 1920.

“simplicidade cordial”. As exigências no trajar ficaram mais brandas, sendo abolida a casaca e adotado o ‘smoking’ para os civis e jaquetão para os oficiais⁴⁴⁶, contribuindo para que em poucos dias os soberanos figurassem como “dois ídolos no coração leal e bondoso da marujada brasileira”⁴⁴⁷.

A admiração dos marinheiros pelos reis devido aos seus simples hábitos, também foi observada pelo informante do jornal *Gazeta de Notícias*, o rei passeava com um traje de “touriste”, “como se fosse um velho passageiro do navio”, e a rainha também muito simples e modesta, circulava com um “toilette” sóbrio e desprezioso. Na interpretação do misterioso interlocutor do jornal, identificado apenas como “pessoa que acompanhou SS. MM” durante a viagem, rei Alberto era, sobretudo um democrata, adorado pelo povo belga “como a um deus”⁴⁴⁸.

Na opinião do marinheiro entrevistado pelo jornal *A Razão* os soberanos eram “pessoas excelentes”, “gente boa”, se os governantes brasileiros fossem como eles, o país seria outra coisa considerou o marinheiro. Outro tripulante do navio procurado pelo jornal relatou que o rei falava da mesma forma com oficiais e marinheiros, “de maneira que ficamos até cativos com o tratamento que nos dispensava; é um homem popular e assim é que deve ser”. Segundo o marinheiro, eram os oficiais que queriam estabelecer a separação entre eles e os reis, mas, “era trabalho perdido”, pois, o rei “não se conformava em falar só com os oficiais”. O marinheiro lembra ainda que os soberanos faziam suas refeições junto com a comitiva e os oficiais do *S.Paulo*, recusando a cabine especial que lhe fora oferecida⁴⁴⁹.

Às declarações dos marinheiros, o jornal relembra a frase dita antes: “se todos os governos fossem como o rei Alberto...”, ao que um marinheiro acrescenta: “Já não digo os governos – se todos os brasileiros fossem como ele...”⁴⁵⁰.

A marujada do *S.Paulo* passou a figurar como a principal fonte para obtenção de relatos sobre a viagem dos soberanos, sendo alvo do assédio de público e da imprensa, ou seja, “por onde passa, não cansa de propalar” suas impressões dos soberanos, “assunto predileto das suas palestras”⁴⁵¹. Tais relatos atraíram também o interesse do jornal *A Noite*, pois colocavam em foco

⁴⁴⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 04 de set. de 1920.

⁴⁴⁶ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro 20 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁴⁴⁷ *A Noite*. Rio de Janeiro; 19 de set. de 1920. Relato similar também pode ser encontrado em *O Imparcial*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*.

⁴⁴⁸ *Gazeta de Notícias*; Rio de Janeiro 20 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*.

⁴⁴⁹ *A Razão* Rio de Janeiro 20 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*.

⁴⁵⁰ *Idem*.

⁴⁵¹ *O Imparcial*, Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*.

a personalidade dos soberanos na opinião dos “humildes que com ele viajaram”. Segundo o caboclo nortista, foguista do couraçado brasileiro, entrevistado pelo jornal no Arsenal da Marinha, era pensamento geral que quando os reis viessem a bordo as exigências protocolares determinassem grande transformação de hábitos, “mas, desde que os soberanos pisaram a bordo, essa impressão se dissipou. Viram todos que os nossos hospedes eram despidos dessas coisas...” No entanto, assim como o marinheiro entrevistado pelo jornal *A Razão*, o caboclo foguista disse ser perceptível o empenho dos oficiais de afastá-los do contato com realza, e relembra episódio em que um dos oficiais chegou a mandar passar um risco no convés além do qual os marinheiros não deveriam passar, “uma espécie de risco que se traça, para que os perus não saiam de um determinado lugar”, explicou o foguista. Ao observar a situação, o rei teria comentado: “Saibam de uma coisa. Sou rei, mas, adoro a simplicidade. Os rigores protocolares não me satisfazem. Não são todos brasileiros? Deixem-me, então, entre os soldados e marinheiros, cujo convívio me é muito familiar. Gosto muito dessa gente...”⁴⁵².

A ordem foi revogada, assim como outra relativa aos trajes dos foguistas que exigia a troca dos uniformes quando fossem ao convés “para que não fossem vistos denegridos por Suas Majestades”. Ainda durante a viagem, dois cabos foguistas e quatro foguistas responderam mal aos seus superiores e seriam rebaixados e metidos em prisão, rei se manifestou em defesa dos marujos, explicando que tal desrespeito era até certo ponto justificado pela tensão de nervos dos foguistas, as voltas com um serviço mortificante. Bom para os acusados que tiveram sua pena relevada⁴⁵³.

Não apenas o relacionamento dos soberanos com a tripulação do navio interessava a imprensa, mas principalmente a rotina dos reais passageiros durante as várias semanas de viagem. E para obter tal informação a imprensa não pôde contar com os informes oficiais sobre o andamento da viagem, pois, estes traziam referências apenas ao estado de saúde dos reis e da comitiva, “nada transpirou, durante toda a viagem, com relação à vida vivida naquela belonave pelos gloriosos soberanos belgas”, lamenta o jornal *A Folha*⁴⁵⁴. Os telegramas de Barros Moreira enviados durante a viagem, eram realmente bem curtos e não descreviam a rotina dos soberanos,

⁴⁵² *A Noite*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

⁴⁵³ *Idem*.

⁴⁵⁴ *A Folha*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

o representante brasileiro faz referências apenas ao bom andamento da viagem, e também aos elogios que o rei tecia à oficialidade do navio⁴⁵⁵.

Nesse sentido, as publicações do *A Folha* remetem a rotina dos soberanos, ou como bem colocou o jornal à “vida vivida” à bordo do *S.Paulo*. Segundo os relatos colhidos pelo periódico os soberanos empregavam seu tempo em passeios a bordo, lendo, comparecendo a funções cinematográficas, ou ouvindo números musicais, executados pelo quinteto de bordo, composto por músicos oriundos do Instituto Nacional de Música, e em festas improvisadas.

Os músicos brasileiros causariam excelente impressão na rainha, e logo após os primeiros concertos, “pondo de parte as exigências da sua posição”⁴⁵⁶ a rainha manifestou desejo de reunir-se ao quinteto, o que realizou frequentemente durante a viagem, acompanhada apenas da Condessa Chimay, a executar sinfonias de Handel, Vivaldi, Beethoven e Bach em seu violino⁴⁵⁷.

A rainha, assim como o rei, teve oportunidade de ouvir um pouco da música brasileira durante a viagem. Já no primeiro concerto do quinteto brasileiro foram executadas obras de Alberto Nepomuceno, Villa Lobos, Henrique Oswald, Homero Batista dentre outros, infelizmente o relato publicado no jornal *A Folha* não fornece maiores detalhes sobre quais músicas desses autores faziam parte do programa. Todavia, um outro repertório, não tão erudito, pôde ser ouvido a bordo do *S.Paulo*. *Carlos Didier*, em sua obra sobre o jornalista Orestes Barbosa, faz referência a execução do samba *Fala Meu Louro* de José Barbosa da Silva, o Sinhô pelo pianista do quinteto brasileiro Augusto Vasseur, sendo tal repertório muito admirado pelos soberanos⁴⁵⁸. Outro episódio do contato dos reis com este tipo de música aparece nas páginas do jornal *O Imparcial*, segundo o qual a rainha não teria desprezado “a nossa música regional”, pois, teria apreciado uma noite de maxixes e sambas junto à marujada do couraçado brasileiro, evento muito aplaudido tanto por ela quanto pelo rei.

Não apenas os marinheiros, mas também os oficiais do *S.Paulo* deixaram suas impressões nas páginas da imprensa. O *Correio da Manhã*, por exemplo, registrou uma animada conversa na esquina da Avenida Rio Branco com Assembléia onde um grupo de oficiais do *S.Paulo* palestrava com “dois paisanos indiscretos que não se fartavam de inquirir os mínimos detalhes da

⁴⁵⁵ *Relatório de 01 de maio de 1920 a 30 de abril de 1921*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty.

⁴⁵⁶ *Idem*.

⁴⁵⁷ *O Imparcial*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920. In: Agência Americana. *Op. cit.*

⁴⁵⁸ DIDIER, C. *Op.cit.* p. 157. Didier ressalta também ao saber que sua composição foi ouvida com prazer pelos soberanos, Sinhô ofereceu-lhes uma coleção de suas partituras. p.157.

viagem”. Os oficiais fornecem então detalhes sobre alguns dos eventos que ocorreram a bordo, como “Festa de Netuno”, realizada quando da passagem do navio pela linha do Equador. A rainha e a condessa, bem como as demais pessoas que acompanharam os soberanos foram submetidas à cerimônia de “batismo”, pela travessia da linha pela primeira vez, em um tanque especialmente preparado para este fim. Sobre o comportamento do rei, os oficiais ressaltaram seu lado “democrata”, ao procurar se aproximar dos mesmos, indagando-lhes do serviço, procurando conhecer todos os recantos do navio ⁴⁵⁹.

Nem marinheiros, nem oficiais ou fontes misteriosas, o *Jornal do Commercio*, ao invés de ir ao cais da Praça Mauá foi até Palácio Guanabara conversar com o sr. Barros Moreira para colher informações sobre a viagem dos reis. Em seu relato o representante brasileiro, ressalta que o rei ficou muito satisfeito com a travessia a bordo do S.Paulo, reservando especial admiração a oficialidade do navio. O soberano dispensou a sala especial que havia sido preparada para suas refeições para sentar a mesa junto com a comitiva, sendo o lugar ao seu lado reservado para um oficial de bordo que ele entendesse convidar, “o que causou tanto nos círculos dos oficiais como dos marinheiros uma impressão de maior simpatia”⁴⁶⁰.

Coloca também que tanto o rei quanto a rainha mostraram-se grandes cultores dos “sports”, tendo tomando parte em todas as provas realizadas a bordo e acompanhando com maior interesse todos os jogos.

Outra festa realizada a bordo foi a passagem do Sete de setembro, com missa solene, banquete oficial, desfile da guarnição que o rei passou em revista, em seguida fez entrega de distinções honoríficas a oficiais e praças do couraçado brasileiro⁴⁶¹. Momento no qual enviou o seguinte telegrama ao presidente Epitácio Pessoa:

Rejubilome de ter podido celebrar o aniversario da Independência do Brasil a bordo de um navio brasileiro. Rendo brilhante homenagem ao magnífico porte dos oficiais, suboficiais, marinheiros e soldados do S.Paulo e envio a V.Ex. meus votos os mais calorosos pela prosperidade de sua nobre pátria. Albert. ⁴⁶²

Apesar de terem sido colhidos após a chegada dos reis, os relatos sobre a viagem real são singulares no sentido que apontam já algumas questões que serão ressaltadas durante a estadia dos soberanos, como por exemplo, o desapego do casal real das formas protocolares,

⁴⁵⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

⁴⁶⁰ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁴⁶¹ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 14 de set. de 1920.

⁴⁶² *Relatório de 01 de maio de 1920 a 30 de abril de 1921*. *Op. cit.*

possibilitando o estabelecimento de uma empatia dos mesmos com relação a tripulação do *S.Paulo*, especialmente, os marujos. É interessante observar nos depoimentos colhidos as diferenças nas declarações dos marinheiros, dos oficiais e de Barros Moreira. As falas ou comentários mais democráticos do rei são apontados justamente nos discurso dos marinheiros, contrastado com os rigores no tratamento dessa classe ainda existentes na Marinha.

Enfim, as vésperas do desembarque no Rio de Janeiro, o soberano belga enviaria uma última mensagem através da imprensa à população da cidade e a nação brasileira:

A la veille de débarquer dans la plus belle baie du monde, je tiens á exprimer, par la voix de sa brillante presse, á la population de Rio de Janeiro, et á la Nation Brésilienne, toute entière, la joie que nous éprouvons, la Reine et moi, á leur rendre visite. Nous vous apportons le témoignage de la sympathie, de l'amitié de la Belgique. Nous venons remercier les hommes éloquents qui ont soutenu la cause belge dès le début de la guerre et les femmes généreuses qui ont prodigué leurs dons á nos familles si éprouvées. Je formule des vœux pour que la fraternité et l'estime, qui ont de tous temps uni le Brésil e la Belgique, ne cessent de se développer dans l'avenir – Albert.⁴⁶³

A espera terminaria em breve, poucos dias depois a realeza belga faria uma chegada apoteótica na cidade do Rio de Janeiro.

3.2 - As vésperas da chegada no Rio de Janeiro.

Pensar a chegada dos soberanos na cidade do Rio de Janeiro, e também em outras cidades brasileiras, implica observar o significado dos vários detalhes que compõem esses eventos. O fato do desembarque ter sido adiado do dia 18 para o dia 19, adquire importância se observarmos que, se mantido no dia 18 ocorreria à noite, comprometendo o cerimonial já planejado. A transferência para o dia seguinte, ocorre para o evento pudesse ser marcado por todos os elementos possíveis que pudessem competir para o seu brilhantismo.

Em uma crônica intitulada “Reis e Protocolo” publicada no *Correio da Manhã*, Viriato Correa conta a história do velho Onofre Pinheiro, que com muito mais de cem anos teria assistido a chegada da corte de D.João VI no Rio de Janeiro. Durante seu relato, o velho Onofre faz um comentário que muito convêm, pois, realiza uma breve comparação entre a chegada do corte portuguesa e dos soberanos belgas:

⁴⁶³Idem.

A historia, meu amigo, continua o macróbio, vive a repetir-se. Porque razão a cidade não conseguiu ver o rei da Bélgica no dia 18? Para que se não deixassem de cumprir as exigências protocolares. Deu-se fato idêntico com os monarcas portugueses. A família real não saltou porque era tarde para que as cerimônias do protocolo pudessem ser cumpridas⁴⁶⁴.

A citação aponta para uma característica interessante, a de que certos rituais tendem a repetir algumas de suas fórmulas para adquirir o efeito desejado. Desta forma, o estudo de Ian Radforth, sobre a visita do príncipe de Gales ao Canadá e Estados Unidos, serve de ponto de partida para uma melhor compreensão da chegada dos soberanos belgas. Radforth observou que na chegada do príncipe, o cortejo que tomou as ruas da cidade não colocava apenas o príncipe “on display”⁴⁶⁵ para o divertimento do espectador, mas também expunha a cidade para a apreciação do príncipe e de sua comitiva.

Pedro Cardim ao analisar as entradas reais na Portugal dos séculos XVI e XVII, também ressaltou essa “dimensão propagandística” das entradas solenes, cuja significação ou significações eram construídas pelo cerimonialista, ou organizador, de acordo com o efeito que a solenidade visava provocar em todos os que a ela acorriam e tomavam parte⁴⁶⁶. Aspecto fundamental a ser considerado, a decoração do espaço urbano, de certas ruas da cidade a serem percorridas pelo cortejo, remetia justamente ao evento, obedecendo “a um programa, de forma a que todo o dispositivo pictórico e cênico fosse consistente com a temática da festa”⁴⁶⁷. As recepções constituíam ainda um momento especial onde a gente comum poderia avistar o rei⁴⁶⁸, bem como um espaço comunicacional extremamente complexo, onde não apenas os promotores do evento tinham voz mas também os participantes conseguiam “quase sempre emitir mensagens impregnadas por saudações, declarações de fidelidade, avisos, advertências e até reivindicações”⁴⁶⁹.

Com relação à entrada dos soberanos belgas na cidade do Rio de Janeiro, é perceptível a convergência de vários desses elementos, como a decoração da Avenida Rio Branco, com motivos alusivos a união entre Brasil e Bélgica, e que seria consolidada com visita dos soberanos. O próprio itinerário do cortejo demonstra o intuito de exibir e consagrar as principais artérias da cidade, sua parte moderna e civilizada como as Avenidas Rio Branco e Beira Mar. Tanto

⁴⁶⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 24 de set. de 1920.

⁴⁶⁵ RADFORTH, I. *Op. cit.* p. 110.

⁴⁶⁶ CARDIM, P. Entradas solenes, rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII. *In*: JANCSÓ, I; KANTOR, I. (org). *Op. cit.*

⁴⁶⁷ *Idem*, p. 101.

⁴⁶⁸ *Idem*, p.111.

Radforth quanto Cardim reconhecem esses momentos, entradas de personagens da realeza, como impregnados de um forte significado, no entanto, como visualizar tal questão nas primeiras décadas do século XX em condições tão peculiares como as dadas por este estudo, ou seja, a chegada de um monarca estrangeiro a uma república?

Desta forma, o estudo de David Cannadine sobre a execução e significado do ritual na monarquia britânica fornece algumas pistas. Redescobrir o significado do ritual real no período moderno implica, segundo Cannadine, relacioná-lo com o ambiente social, político, econômico e cultural específico onde ele se realiza. Para tal tarefa, Cannadine elaborou uma lista com 10 questões com o objetivo de facilitar o processo de interpretação, sobre a execução e contexto a serem investigados⁴⁷⁰. No esforço de responder algumas das perguntas apresentadas por Cannadine, procuro essencialmente responder a questão principal que cerca a chegada dos soberanos belgas ao Rio de Janeiro: porque tal evento adquiriu dimensões tão grandiosas?

Um dos primeiros pontos que se deve observar, ressalta Cannadine, é a personalidade do monarca em questão, era ele amado ou detestado, respeito ou insultado?⁴⁷¹ Com relação ao rei Alberto I, muito já foi visto neste estudo que comprova ser o soberano uma figura altamente considerada, sua atuação na Grande Guerra lhe valeu a alcunha de herói e fama internacional. Contudo, no dia de sua chegada à capital federal, a imprensa carioca dedica várias páginas a reportagens, principalmente sobre o rei, onde fica mais evidente o significado atribuído ao evento e a este personagem.

Assim, no dia 19 de setembro o jornal *A Noite* publicava fotos enormes dos soberanos, da família real belga, do navio brasileiro *S. Paulo* e do Palácio Guanabara em sua primeira página, iniciando sua matéria com as palavras de Rui Barbosa sobre o rei:

Vede, pairando sobre o seu povo inimitável, o espírito do soberano imortal que, do alto da sua realeza expatriada, reina sobre a admiração da terra, merecendo, já em vida, a justiça da história, pela voz dos contemporâneos, o título indisputável de Grande, junto com o privilégio de viver no coração dos amigos da humanidade, como a imagem augusta e pura da honra e do direito⁴⁷².

Segundo jornal, o Brasil aprendeu a amar o soberano devido ao seu esforço na Grande Guerra, a visita do “rei mais heróico da terra” assume as proporções de um grande acontecimento

⁴⁶⁹ Idem, p.121.

⁴⁷⁰ CANNADINE, D. Contexto, Execução e Significado do Ritual: a Monarquia Britânica e a ‘Invenção da Tradição’, c. 1820 a 1977. In: HOBBSAWN, E. J.; RANGER, T. (org.) *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997. p.116.

⁴⁷¹ Idem.

⁴⁷² *A Noite*. Rio de Janeiro; 19 de set. de 1920.

não por ser real, mas sim por ser a visita do Rei Soldado. O povo não iria às ruas apenas por curiosidade e cortesia, mas para “assistir um espetáculo que vale por um ensinamento, por uma lição de moral e de civilismo”. A recepção que entusiasma o Brasil seria, então, aquela em que o povo aclama “mesmo sem ver” os grandes soberanos, cujo “o nome e a figura (...) anda reproduzida por toda a parte”. O jornal encerra matéria com vários textos apologéticos ao rei Alberto e a Bélgica escritos por grandes personalidades da época⁴⁷³.

O texto do jornal *A Noite* é emblemático, um exemplo da aura heróica construída em torno do personagem, bem como o valor atribuído a recepção, onde aparece como uma lição de moral, de civilidade para a qual o povo conscientemente se apresenta. Antes de observarmos as edições dos outros jornais e revistas é importante, retomando as questões propostas por Cannadine⁴⁷⁴, observar qual a imagem sobre a monarquia que emerge nessas reportagens, afinal, seria legítimo uma república aclamar um rei?

Com relação a este assunto, o *Jornal do Brasil* sugere em suas páginas que mesmo os que tiverem divergências com a monarquia, “escutando o nome do soberano belga, são levados a um movimento de imenso respeito, porque esse rei, no cenário contemporâneo, encarna o papel de salvador do grande patrimônio da civilização latina”. A coroa de Alberto I não era de um “dominador”, mas de um “conquistador da estima universal”, representando “o que se pode haver de mais alto no sentimento e na nobreza humana”. A visita dos soberanos é comparada à outros momentos da História brasileira como a Independência, a Abolição da escravidão e a proclamação da República, ou seja, devido a sua alta relevância, ficará marcada na memória nacional⁴⁷⁵.

Seguem-se as reportagens sobre a atuação do rei belga na guerra, ou seja, do “rei herói, triunfador, idolatrado por seu povo” coberto de glória e louros invejado e admirado pelo mundo. O jornal também dedica algumas páginas à rainha Elisabeth, a Bélgica que descreve como uma “nação modelar nas diversas formas de civilização” e a família real belga. Com relação à rainha, a descreve como “querida em todas as classes menos favorecidas”, um “modelo de virtude, personificação da caridade cristã”. Um fato curioso ressaltado pelo jornal foi o parentesco de Elisabeth com a família real de Bragança, a mãe da rainha belga era Maria Josefina de Bragança,

⁴⁷³ Idem.

⁴⁷⁴ CANNADINE, D. *Op.cit.*

⁴⁷⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 19 de set. de 1920.

filha d. Maria da Glória rainha de Portugal e irmã de D. Pedro II. Elisabeth era então sobrinha do último imperador brasileiro e prima da Princesa Isabel⁴⁷⁶.

Assim como o *Jornal do Brasil*, a imprensa carioca de uma forma geral publica reportagens biográficas tanto do rei quanto da rainha, com matérias esclarecedoras também sobre a Bélgica. Devido ao caráter extremamente repetitivo destas publicações, selecionei os trechos mais interessantes onde os jornais expressam sua opinião sobre o personagem do rei Alberto e o simbolismo da visita.

Um dos pontos que fica mais visível, já observado no *Jornal do Brasil*, é a elaboração de uma legitimidade para se aclamar esse rei, ainda mais, em se tratando de uma época não muito favorável aos monarcas, observou o jornal *O Paiz*, devido às crises que envolvem os valores políticos no mundo moderno. Mas, com relação ao rei Alberto tal momento era uma oportunidade para se livrar “das nebulosas roupagens com que as figuras dos reis eram envolvidas pela poderosa sugestão das antigas concepções de majestade” e revelar seu verdadeiro valor.

os grandes reis não são aqueles que inspiram respeito pelo efeito da magia do cerimonial e pela impressão do seu remoto afastamento dos outros mortais. Os reis voltam, a ser, apenas chefes das nações, e as fórmulas simbólicas da majestade só podem se tornar respeitáveis por aqueles que têm a alma forte, dos que sabem mandar, sabem combater e sabem afrontar todas as calamidades. Um desses reis modernos, que se apresentam, não como os representantes de tradições embalsamados pelo protocolo, mas como fortes personalidades representativas das suas nações, expoentes dos traços mais nobres e mais característicos dos povos de que são chefes, é, seguramente, Alberto I⁴⁷⁷.

A citação acima remete a uma construção aparentemente nova feita em torno da figura do rei. Digo “aparentemente” porque já em meados do século XIX soberanos como Luís Felipe eram apresentados como figuras mais acessíveis a seus súditos, sem os acessórios mais característicos da realeza como a coroa e o cetro⁴⁷⁸. No entanto, os rituais monárquicos na Europa experimentariam, no final do século XIX, um “florescimento do cerimonial” centrado na figura do monarca, visto como chefe da sociedade, mas também como chefe da nação, principalmente na Áustria, na Rússia e na Alemanha. Contudo, a década de 10 do século XX é marcada pelo desmoronamento político destes regimes⁴⁷⁹, momento em que subia ao trono belga Alberto I.

Assim, não são surpreendentes as descrições de Alberto I como o “monarca moderno”, um modelo de rei democrata, que a um povo “tão profundamente democrático, tão orgulhoso das

⁴⁷⁶ Idem.

⁴⁷⁷ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 19 de set. de 1920.

⁴⁷⁸ BURKE, P. *Op. cit.* p. 213.

tendências republicanas” como o brasileiro, muito honra ter como hóspede. Um rei inclusive que fornece um exemplo da “adaptação das instituições monárquicas a essas correntes republicanas e democráticas que, para nós, no continente americano, constituem a única forma admirável de pensamento político”⁴⁸⁰.

A questão de ser uma república recebendo um monarca parece se diluir completamente no personagem de Alberto I, que encarna os valores democráticos e civilizados, válidos de serem adorados. E, além disso, “vem coroado de uma dignidade humana a altura dos lances heróicos imprevistos”, é um “herói autêntico”, conclui o jornal *A Pátria*. É interessante observar que o jornal não negar a realeza em torno da figura do rei. A grande festa da recepção era, ao mesmo tempo, uma homenagem a um rei e uma “ovação” a um homem, o soldado que forneceu um exemplo “a todos os outros condutores de povos, coroados ou não”, representa ainda “o mais admirável legado da realeza democrática”. Após atribuir características tão eloqüentes a este personagem, o jornal visualiza na visita um significado grandioso:

O Brasil -República não poderia esperar da fortuna a visita de um Rei, primeira que tem no novo regime, mais expressiva dos sentimentos e das idéias que impressionam a sua consciência nacional⁴⁸¹.

Os “sentimentos” e “idéias” aplicados à pessoa do rei são identificados à nação brasileira, à sua lealdade, à democracia, ao espírito liberal; até porque, observa o jornal *A Razão*, o rei não visitaria uma República na América do Sul, “se não a julgasse digna de ombrear-se com as nações mais representativas da civilização moderna”. Nesse caso, devido às suas virtudes cívicas e conquistas políticas, o país “já se impôs no conceito de todos os povos civilizados, como uma nação destinada a exercer uma influencia decisiva no novo mundo, que se está formando depois da conflagração”⁴⁸².

Vista por esse ângulo, a visita do rei belga constituía-se em um marco na história brasileira, sendo grande o clima de ansiedade para a recepção de um personagem tão glorificado na capital federal. Assim, às vésperas da chegada dos reis, o aspecto era festivo na Avenida Rio Branco, grupos de “elegantes senhoras e senhoritas da nossa melhor sociedade ricamente vestidas

⁴⁷⁹ CANNADINE, D. *Op.cit* p.142.

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ *A Pátria*. Rio de Janeiro: 19 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*.

⁴⁸² *A Razão*. Rio de Janeiro; 19 de set. de 1920. O jornal inicia inclusive, a publicação do suplemento LA VISITE DU ROI destinado a circular nos maiores centros europeus e americanos. In: Agencia Americana. *Op. cit*.

davam ainda a maior beleza”, onde as fisionomias dos transeuntes apresentavam expressão de ansiosa e simpática expectativa, observa o *Jornal do Brasil*. Os edifícios públicos e particulares ostentavam em suas fachadas as bandeiras belga e brasileira, os cinemas colocaram painéis com retratos dos soberanos circundados com saudações entusiastas. Segundo o jornal, a recepção “excederá em pompa e popularidade as mais grandiosas que já logramos assistir”⁴⁸³.

De todos os pontos, da Praça Mauá até Guanabara, tudo estava enfeitado com as bandeiras do Brasil e da Bélgica, “como que a testemunhar aos patricios e aos estrangeiros os laços de amizade que unem aqueles dois países, agora, tão reforçados com a honrosa visita do rei Alberto”. A Avenida Rio Branco contava inclusive com nova iluminação, os velhos combustores a gás foram substituídos por lampiões elétricos, sendo os postes centrais guarnecidos de laços de fitas e de galhardetes com escudos belgas e república⁴⁸⁴.

A cidade encontrava-se cheia de forasteiros que vieram assistir a recepção,⁴⁸⁵ pessoas de São Paulo e Minas Gerais passeavam pela Avenida Rio Branco “para admirá-la, talvez pela primeira vez, vendo-a, alias, pela primeira vez engalanada para a passagem dos soberanos da Bélgica”⁴⁸⁶. O comércio também lucrava com cidade cheia, mercadores ambulantes poderiam ser encontrados pelas ruas vendendo bandeirolas, refrescos, gravuras⁴⁸⁷. Nas páginas do *Correio da Manhã* encontrava-se anunciada a venda de medalhas com efígie do rei belga, a propaganda era incisiva ao colocar que TODOS deveriam usar o ornamento como forma de demonstrar ao rei o quanto ele era querido⁴⁸⁸. Além das medalhas também era possível comprar postais comemorativos do evento, editados pelos Srs Theophilo Carinhas & C., que traziam letra e musica do hino brasileiro e belga, assim como os retratos dos soberanos belgas, do presidente da república⁴⁸⁹. Ainda pela Avenida Rio Branco era possível avistar as enfermeiras da Cruz Vermelha vendendo ‘edelweiss’ (flor que figura nos brasões da soberana belga) com laço nas cores belgas, cuja renda seria doada para a campanha contra a Tuberculose movida pela entidade⁴⁹⁰.

⁴⁸³ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 19 de set. de 1920.

⁴⁸⁴ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 19 de set. de 1920.

⁴⁸⁵ Idem.

⁴⁸⁶ *A Razão*. Rio de Janeiro; 19 de set de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁴⁸⁷ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 19 de set. de 1920.

⁴⁸⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 19 de set. de 1920.

⁴⁸⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 17 de set. de 1920.

⁴⁹⁰ Ibidem. Rio de Janeiro; 19 de set. de 1920.

O grande movimento e a proximidade do evento seriam motivos também para deixar a polícia “apavorada”, segundo o jornal *A Razão*, os delegados auxiliares teriam passado de porta em porta na Avenida Rio Branco, solicitando aos inquilinos ou proprietários dos prédios para que não admitissem nas janelas ou sacadas pessoas que não fossem conhecidas. Pedido que consistia, de acordo com o jornal, na “melhor confissão de sua incapacidade preventiva”, ou melhor, “dando às pessoas a impressão de que não temos polícia...”⁴⁹¹.

A Avenida não era único lugar onde se poderia apreciar a chegada. Era possível escolher entre passar no meio de multidão ou a bordo de um vapor. Nas excursões anunciadas, como por exemplo, a do vapor ‘Caxias’, oferecia-se ainda festa a bordo, enquanto acompanhava a chegada do navio dos soberanos⁴⁹². Outra opção era seguir para os morros da cidade, nesse sentido o do Castelo foi o mais procurado, mas a população também se dirigiu a Santa Tereza, até o Pão de Açúcar.

Mas era a Rio Branco o grande palco do evento. Na opinião dos jornalistas do *A Razão*, “Só nos três dias de folguedos dedicados ao deus Momo nos tem deparado a Avenida (...) tão grandemente repleta de transeuntes”, até os automóveis corriam de um lado para o outro “como se fosse carnaval”. No caminhar pela Avenida os jornalistas reproduzem a frase que andava na boca dos transeuntes: “- O rei Alberto...amanhã...2 horas”⁴⁹³.

É perceptível que o Rio de Janeiro que seria mostrado ao real visitante seria a cidade imponente, das avenidas largas, civilizada e enfeitada para sua recepção. Este é um dos aspectos que deve ser considerado no momento de se compreender o sucesso da chegada dos soberanos, ou seja, o cenário da capital federal.

3.2.1 - Preparado o cenário: começa o espetáculo.

A cidade começou a se agitar desde as primeiras horas do dia, todo o Rio de Janeiro se deslocou para aguardar a chegada dos reis e na Avenida Rio Branco, “sem distinção de cores nem de classes, representantes de todas as camadas sociais aguardavam o momento de render o preito de sua admiração ao Rei-Soldado e sua excelsa esposa”, ressalta o *Jornal do Brasil*.⁴⁹⁴

⁴⁹¹ Idem.

⁴⁹² *A Noite*. Rio de Janeiro; 15 de set de 1920.

⁴⁹³ *A Razão*. Rio de Janeiro; 19 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁴⁹⁴ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

As embarcações no porto amanheceram embandeiradas contribuindo para o aspecto festivo da baía⁴⁹⁵, a enseada estava “coalhada de pequenas embarcações todas elas tendo nos mastros as bandeiras do Brasil e Bélgica”⁴⁹⁶. E no ar vários aviões faziam evoluções sobre a cidade.

Pouco antes da 1 hora da tarde começaram a chegar à Avenida as tropas do Exército, formando alas por onde passaria o cortejo real. As bandas de música formadas a esquerdas das tropas aguardavam a passagem dos soberanos para executarem o hino belga e brasileiro⁴⁹⁷.

O público também ocupava seus lugares, e da Avenida ao Palácio Guanabara, por entre a massa de gente, abundavam os “camelots” vendendo toda espécie de objetos referentes à chegada dos soberanos belgas, desde medalhas com a efígie do rei herói, até leques com o retrato do personagem.

O acompanhamento do desembarque podia ser feito tendo como referência os sinais emitidos pelo morro do Castelo, através do posicionamento das bandeiras brasileira e belga. Na Avenida Rio Branco, uma sirene instalada no 13º andar do edifício onde funcionava a redação *Jornal do Brasil*, também anunciaria o momento em que couraçado entrasse na baía. Por volta das 13 horas, o S.Paulo adentrava a Baía de Guanabara, ao som dos canhões das fortalezas do Leme, São João, Santa Cruz e Lage.

Pouco tempo depois aportava o navio brasileiro em frente a Praça Mauá. A bordo do galeão D.João VI, Epitácio Pessoa, sra e senhorita Epitácio Pessoa, Azevedo Marques, Raul Soares, Robys de Schneidauer, ministro belga dirigem-se ao couraçado para dar boas vindas aos soberanos. Momentos depois os soberanos e a comitiva real desembarcavam no cais da Praça Mauá sendo apresentados aos representantes do Senado, Câmara e Supremo Tribunal Federal, seguido de um discurso de boas vindas feito pelo prefeito Carlos Sampaio.

Nas palavras do prefeito era imensa a alegria do povo brasileiro em receber o rei, e espera que visita tenha um alcance maior especialmente nas relações comerciais:

A Bélgica é um país essencialmente industrial enquanto que o Brasil é mais um país agrícola e produtor de matéria primas. Isso prova a que ponto pode ser real e de um grande interesse a continuação cada vez mais estreita da união dos nossos dois povos⁴⁹⁸.

⁴⁹⁵ Idem.

⁴⁹⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁴⁹⁷ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 20 de set. 1920.

⁴⁹⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro; 19 de set. 1920.

Carlos Sampaio finaliza seu discurso desejando em nome do povo brasileiro uma estadia agradável dos soberanos no Brasil. Interessante ressaltar que o discurso do rei em resposta ao de Carlos Sampaio faz mais referências a cidade⁴⁹⁹

Alberto I inicia seu discurso agradecendo as boas vindas e externando o desejo que nutria de conhecer a cidade:

J'eprouve une réelle impatience à visiter cette ville dont nous avons déjà pu entre voir les splendeurs et dont la courtoise et l'esprit chevaleresque des habitants est légendaire. Ainsi que vous avez bien voulu le préjuger si aimablement, j'espère que mon séjour dans la capitale fédérale qui réunit tant d'esprits d'élite et de cœurs généreux aura les relations intellectuelles et morales entre deux peuples dont la guerre a déjà cimenté l'amitié⁵⁰⁰.

As relações econômicas também são mencionadas pelo rei, que muito poderão se beneficiar do porto da cidade: “Le port magnifique et si bien outillé de Rio de Janeiro, sur les quais duquel nous nous trouvons, me permet déjà de me rendre compte des facilités que le Brésil offre à notre navigation et à notre commerce”⁵⁰¹.

Feitos os discursos e as apresentações organizou-se o cortejo. No primeiro carro tomaram lugar rei Alberto e o presidente Epitácio Pessoa, no segundo a rainha Elisabeth e sra. Mary Pessoa, seguindo-se os outros carros da comitiva, iniciava-se grande desfile em direção ao Palácio Guanabara...

Na Avenida, soa freneticamente o clarim do comando geral das tropas:

Os soberanos belgas se aproximam. Era o desfile do cortejo real, que se iniciara, afinal, na praça Mauá. Chegara o grande momento, tão esperado, tão feliz e tão grato ao coração do povo brasileiro, na sua unanimidade, sem distinções de classes, crenças ou convicções políticas⁵⁰².

Perto das três da tarde o cortejo finalmente adentrava a Avenida Rio Branco, com o esquadrão de cavalaria da Escola Militar a abrir-lhe caminho. De todos os lados da rua, das sacadas dos edifícios, viam-se numerosas senhoras e senhoritas “da nossa melhor sociedade, salvas de palmas repetidas e aclamações frenéticas se faziam ouvir”⁵⁰³.

Um momento marcante durante passagem do cortejo pela Avenida teria sido em frente à Galeria Cruzeiro, devido a maior concentração de populares. Quando carro real se aproximou, toda aquela colossal multidão pôde ver de perto o vulto simpático de Alberto I, “não houve

⁴⁹⁹ Idem.

⁵⁰⁰ Idem.

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. In: Agência Americana. *Op. cit.*

⁵⁰³ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

ninguém, absolutamente ninguém” que não saudasse “num frenesi de palmas nervosas”⁵⁰⁴ os soberanos.

Em frente ao Palácio Monroe, pelos degraus da entrada, pelas janelas e jardins apinhavam-se numerosas famílias, entre eles viam-se jornalistas e deputados, como srs. Mauricio de Lacerda, Cunha Machado, Augusto de Lima entre outros.

O cortejo avança pela Avenida Beira Mar, que também havia sido ornamentada com estandartes com as cores belga e brasileira, além de escudos com as armas da Bélgica, do Brasil e do Rio de Janeiro. Toda a balastra da avenida estava tomada pelo público, e mesmo as árvores também serviam de arquibancada. No Flamengo, da Rua do Russel até a Rua Paissandu sobressaia a enorme quantidade de bandeiras de todas as nacionalidades, destacando-se a ornamentação das legações e consulados estrangeiros, em suas palmeiras erguiam-se mastros com escudos e bandeiras, além das residências que ostentavam nas janelas colchas com as cores aliadas e guirlandas de flores.

Finalmente, os soberanos chegavam ao Palácio Guanabara, onde foram recebidos por Maia Monteiro, diretor Protocolo, Azevedo Coutinho, mordomo do palácio e pelas alunas do Instituto Nacional de Música e do Lycée Français que entoaram o hino belga.

A recepção ficou marcada como uma “data memorável”, segunda a *Gazeta de Notícias*⁵⁰⁵, pois nunca o povo “tão reservado nas externalizações de suas alegrias ou de suas dores”, expandiu-se “mais francamente, mais alegremente, mais entusiasticamente, para dizer a um hospede ilustre o amor com que o acolhíamos”. Tal observação do jornal traz à tona um ponto interessante, que público é esse que foi receber o rei- herói?

É um público bem eclético composto por todas as classes sociais, “senhoras da nossa mais fina sociedade, homens que representam a mentalidade, a posição social e a riqueza deste país foram associar-se ao coro popular”, bem como o operariado brasileiro, observou o jornal *O Paiz*⁵⁰⁶.

Uma característica também ressaltada pelo *Jornal do Brasil*, “todas as classes sociais vieram estender-se, em alas, do cais do desembarque ao Palácio Guanabara, formando a mais bela das correntes humanas”⁵⁰⁷. Na descrição do *Correio da Manhã*, era possível observar na

⁵⁰⁴ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵⁰⁵ *Idem*.

⁵⁰⁶ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

⁵⁰⁷ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

multidão senhoras e senhoritas que “desafiando os incômodos das festas populares”, vieram admirar os soberanos. O povo “se conduzia cavalheirescamente, numa demonstração clara da consciência que tinha daquilo que ele era no momento: uma família honrada com uma visita, digna do maior apreço”, um comportamento que representava, segundo o jornal, “as nossas tradições de respeito e ordem”⁵⁰⁸.

Tais representações do público que ocupou as ruas da capital para a recepção dos soberanos demonstram algumas segmentações presentes na própria sociedade, como observou Caulfield, o termo “família” era utilizado para separar as mulheres simbolicamente e espacialmente dos homens e das classes trabalhadoras da cidade, comumente denominadas de ‘massa popular’ ou ‘populares’, dos setores sociais privilegiados, ou seja, se identificava com a sociedade respeitável, mais civilizada que ‘as massas populares’⁵⁰⁹.

Nesse sentido, a ação da polícia teria sido um absurdo, resultando em um certo “constrangimento nas expansões do povo”, criticou o jornal *A Pátria*. Um povo que “não pensa e não respira senão bondade” foi alvo de “vexames inexplicáveis, executados pela imaginação das altas autoridades policiais e que acabaram, afinal, por torná-lo apreensivo e receoso num momento em que esperava a máxima liberdade para as expansões do mais justo entusiasmo”⁵¹⁰.

O jornal *A Razão* também identificou nas medidas excessivas e ridículas da polícia uma “ofensa a polidez e a boa educação do nosso povo, tão sensato, ordeiro e cavalheiresco”, concorrendo para que as manifestações perdessem muito do seu brilho e da sua grandiosidade. Os reis mereciam que para sua recepção o “governo e o povo do Brasil se confundissem em uma só entidade”, pois a visita é feita a Nação Brasileira. O que os exageros das precauções policiais não permitiram, ficando claro aos olhos dos soberanos a “cisão entre governantes e governados”, ou seja, “a população estava agindo por conta própria, fazendo timbre em evidenciar o seu divórcio com a administração do país”⁵¹¹.

A recepção poderia ser um triunfo, aponta o jornal, se não fossem as medidas policiais, a intervenção do governo, no sentido de “dosar as expansões populares”, “produziu um arrefecimento”. Exceto pelos dias de carnaval, a cidade nunca teve tanto movimento, o “povo suportou corajosamente o sol e o calor tremendos que reinaram”, tudo isso poderiam fazer da

⁵⁰⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

⁵⁰⁹ CAUFIELD, S. *Op.cit.*p.117.

⁵¹⁰ *A Pátria*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. *In*: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵¹¹ *A Razão*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. *In*: Agencia Americana. *Op. cit.*

recepção uma apoteose e um deslumbramento, o que não foi possível, conclui o jornal, pois, o povo ficou dentro de “quadrado militar”⁵¹².

Um problema também identificado na recepção foi a ausência de Ruy Barbosa, observada pelos jornais *O Imparcial* e *A Notícia*.

A ausência deste personagem marcou a existência de um “vácuo” na cerimônia, observa *O Imparcial*, e aponta que se os reis regressarem a Bélgica “sem apertar a mão de Ruy Barbosa, o punho do homem que moveu o Brasil em favor da Bélgica martirizada” a viagem dos reis terá sido “inútil”, visto que seu objetivo era justamente agradecer ao Brasil a atitude assumida durante a guerra⁵¹³.

Já para o jornal *A Notícia* Ruy Barbosa foi afastado da cerimônia devido à rispidez do protocolo. Considerando que o objetivo principal da festa como apontado pelo jornal era de “corresponder a honra da visita através de alta manifestação de cultura”, não houvera lugar para Ruy Barbosa, esquecido pelas “formulas frias do protocolo”, mas que “apesar de proscrito da política, continua a ser ídolo da pátria”⁵¹⁴.

Outra característica é a observação da capital e da população carioca como representantes máximos da nacionalidade, a recepção teria traduzido então os sentimentos da população brasileira, ou, nas palavras imponentes do *O Jornal*: “Foi verdadeiramente o Brasil que ontem recebeu num ímpeto de entusiasmo intenso e vibrante o rei dos belgas, que nos visita”⁵¹⁵. A Avenida Rio Branco é caracterizada nesse sentido como “a consagradora no Brasil mais autorizada de homens e idéias”, com a recepção real elevando-a a categoria de “um Parthenon imenso”⁵¹⁶. Um momento onde “o coração do Brasil manifestou-se, por milhares de vozes, saudando, aplaudindo glorificando o rei magnânimo”⁵¹⁷.

Mais interessante ainda, é o editorial da revista *Careta* sobre a chegada do rei, pois, ele começa curiosamente com um recado ao historiador do futuro:

Quando, mais tarde, o paciente investigador de nossos homens e coisas escrever a verdadeira história do Brasil, marca-lhe-a indiscutivelmente os períodos tomando para ponto de partida os fatos mais sensacionais desenrolados na vida nacional⁵¹⁸.

⁵¹² Idem

⁵¹³ *O Imparcial*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵¹⁴ *A Notícia*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵¹⁵ *O Jornal*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵¹⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

⁵¹⁷ *O Imparcial*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵¹⁸ *Careta*. Rio de Janeiro; 25 de set. de 1920.

A revista quer deixar clara a importância histórica do evento, que abre “uma nova era em nossa história,” iniciando o mais belo dos capítulos de nossa evolução “o qual será assim iniciado ‘Da visita do Rei herói’ – como geralmente, os diversos períodos de desenvolvimento dos povos são noticiados”⁵¹⁹.

A recepção dada pelo povo ao soberano mais uma vez foi vista positivamente, pois soube demonstrar na atitude de magnífico respeito com que saudou a passagem da carruagem real pelas avenidas do Rio a satisfação íntima que essa visita lhe causava. Demais, se ao nosso governo competia prestar aos reais visitantes as honras de chefe de Estado, ao povo ficava, no entanto o direito de cumprimentá-los ou não, conforme a educação cívica dos cidadãos que o foram no anonimato coletivo⁵²⁰.

É um povo totalmente idealizado, que se prepara “espontaneamente” para receber o rei Alberto, e que não precisa de “mestre de cerimônias”, e nem de “protocolo artificial”, pois reconhece nele “o árbitro supremo de uma legião de heróis”⁵²¹.

É perceptível uma descrição repleta de elogios ao comportamento da massa popular, que como uma família civilizada, ciente de seus deveres cívicos compareceu para receber o seu real visitante. Tais descrições ilustram, segundo Caulfield, o nascimento de um espírito de otimismo nacional no Brasil pós-Primeira Guerra, onde a visita da realeza belga era visita como a confirmação do progresso, do grande futuro reservado ao Brasil⁵²².

Contudo, algumas descrições da recepção real fugiriam completamente a este padrão, em tom de galhofa, a revista D.Quixote relata a experiência do dia 19 sob os olhos do Matuto:

(...)fui vê com gosto
A chegada desse rei,
E inté hoje tou pateta
Co’as coisa que aperciei !
A cidade ansim de povo.. .
Nem sei cumo é que passei,
E pude chegá na hora
Tão certa cumo cheguei.

Eu queria vê de perto
P’ra pode cumprimentá
Um home que apercio
E que veiu vê nos cá ;

⁵¹⁹ Idem.

⁵²⁰ Idem.

⁵²¹ Idem.

⁵²² CAULFIELD, S. *Op.cit.*p.126.

Foi um custo ! O' trabaeira !
Eu quiz logo atravessá
As fileira de sordado
Que tapava aquillo lá.

Pedi licença a um sargento
Mas elle num quiz me ouvi,
E quando teimei o home
Me oia e começa a ri !
Entonces fiquei zangado,
Xinguei elle, mas ahi
Chega um arféres berrando:
Que conversa é essa aqui?

O sargento ficou murcho,
Calou e num disse nada;
Mas porém eu que num tremo
Cum quarqué cara fechada,
Arrespondi p'ro arferes:
'O sio moço, embânha a espada,
Porque a minha garrucha
Tá no borso e carregada !

'Eu num vim fazê desorde,
Sou home trabaiaadô,
Mas num invejo as qualidade
Ahi de um quarque doutô;
Quero passa nessa rua,
Qu'esses sordado tapou,
E cumo essa rua é pública
Num peço nenhum favô!'

O arferes ouviu bem queto
Oiou, oiou bem p'ra mim,
E em vez de ficá mais brabo
Me arrespondeu logo assim:
'Eu não brigo, nem te prendo,
Num foi p'r'a isso que eu vim aqui,
Mas se ocê não fica quéto,
Não vê isso inté o fim!'

Como eu vi a coisa preta,
Tanto sordado valente
Tapando toda a Avenida
Numas fileira bem rente,
Fiquei no ôio da rua
No meio de tanta gente,
Esperando o desembarque
Bem caladinho e paciente.

Que coisa mais enjoada,

Esperá chegá um rei!
Ficá no meio da rua
Um tempão cumo eu fiquei
E aguentando as pisadella
E os encontrão que aguentei
E' massada dos diabo
Onde não ia, se eu sei!

Se não fosse uns eroplano
Que avoava p'ra se vê,
Emquanto eu tava esperando,
Que que havéra de fazê?
Fiquei bestando na rua
Quiz um café p'ra bebê,
Percurei um botequim
Tudo fechado... Cadê?

Despois de já ta cançado
Com toda aquella demora,
Damnado da minha vida
Já querendo i simobra,
Quando ouvi toca corneta
E gente falando: 'É agora!'
E ahi vi mesmo que a coisa
Tava chegando na hora.

E quando passou um carro,
Que vinha todinho aberto,
Metti o peito no povo,
Tratei de ficá experto,
P'ra móde enxergá dereito,
Como eu queria, de perto,
A cara toda inteirinha
Desse grande rei Alberto!

E vi! E vi de verdade
Este rei de carne e osso
E fiquei desapontado,
Senti nas guela um caroço
Elle é um home cumo os outro,
Nem mais fino, nem mais grosso,
Num é bonito, nem é feio,
Num é veio, nem é moço.⁵²³

É interessante o contraste com a imagem construída pelos outros editoriais, aqui o povo aparece entusiasmado sim, mas nem tanto. Briga com a polícia, perdendo a paciência com a demora e desconforto. O esforço descrito para ver o rei acaba não compensando, pois, o rei é uma

⁵²³ *D. Quixote*. Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920.

pessoa igual às outras. A compreensão ‘tão clara’ que tinha da importância episódio que ali se passava e seu ‘dever cívico’ colocados tanto por jornais quanto por outras revistas são simplificados. O povo foi ver o soberano que chegava em sua cidade e quando o viu, bom, não viu nada demais que explicasse tal alvoroço.

Enfim, a recepção carioca aos reis belgas possuía inúmeros elementos para se constituir em um grande sucesso, e de uma forma geral atingiu as expectativas, apesar de alguns aspectos contraditórios serem identificados, como a atuação da polícia, delimitando o espaço desse público, ou seja, as ações ‘espontâneas’ de uma população tão civilizada, educada. Faltou também a inclusão de um importante personagem: Ruy Barbosa. Questões aparentemente pequenas, perto da magnitude do evento. Apresentariam as recepções de Minas Gerais e São Paulo a mesma grandiosidade? Pesaria a opulência da recepção na capital? Nas palavras do *Correio da Manhã*, os outros estados brasileiros proporcionariam aos soberanos “a mesma terna hospitalidade”⁵²⁴ perceptível do espetáculo apresentado no Rio de Janeiro.

3.4 - As recepções e viagens a Minas Gerais e São Paulo.

As recepções dos soberanos belgas nas outras cidades brasileiras não apresentariam elementos muito diferentes dos presentes na capital: cortejos, hinos, multidão. E como foi observado para a capital federal, as impressões da chegada proporcionariam um manancial incrível de representações sobre a cidade e sua população. Entretanto, mesmo que as recepções se tornassem repetitivas, cada lugar tem uma especificidade que acaba sendo ressaltada⁵²⁵.

Nesse sentido, uma comparação com as recepções dos reis belgas em outras cidades brasileiras contribui para uma visão mais crítica da imagem de um povo unido propalada pela recepção no Rio de Janeiro. Possibilitando inclusive a percepção de certos regionalismos, e da utilização desses eventos como forma de auto-afirmação dessas comunidades perante um todo, ou de uma forma mais objetiva, em contra posição a população da capital. Cabe ressaltar também que não me deterei exclusivamente nas recepções de Belo Horizonte e São Paulo, mas estenderei minha análise a outros acontecimentos ou impressões interessantes das viagens dos soberanos pelo interior desses estados.

⁵²⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

⁵²⁵ Ao comparar as diferentes recepções do príncipe de Gales, Radforth observou que a primeira, realizada na cidade de Saint John preparou o cenário para as muitas outras recepções que se seguiriam. Todavia, as comunidades

As excursões dos soberanos pelo interior de Minas e São Paulo iniciam-se logo após seu retorno das visitas as cidades fluminenses de Teresópolis e Petrópolis⁵²⁶, no dia primeiro de outubro partem do Rio em direção a Belo Horizonte. O comboio real era esperado com grande ansiedade, não apenas na capital mineira, mas também nas várias estações pelas quais passaria, onde, aliás, foram organizadas pequenas recepções.

Nas mais modestas das estaçõezinhas da linha férrea, havia manifestações preparadas para os augustos visitantes: povo apinhado, charanga, foguetes, flores e discursos. O maquinista, ainda que não quisesse, era obrigado a parar o trem. (...) A viagem noturna para Belo Horizonte foi toda entrecortada de bruscos solavancos e paradas. Eram as estações. Mal estancava o comboio, rompiam os dois hinos nacionais, ecoavam as aclamações, tanto mais tocantes quanto se faziam no frio da noite, diante das janelas fechadas dos carros-dormitórios.⁵²⁷

As palavras de Laurita Pessoa citadas acima descrevem um pouco destas manifestações, caracterizadas pelo jornal *A Rua*, como a “homenagem sincera da gente que habita o interior do Brasil”⁵²⁸, uma oportunidade, observou o *Jornal do Commercio* dos soberanos vislumbrarem não apenas a “pujante riqueza” do interior brasileiro, mas também receber das populações “as mais significativas provas de admiração”⁵²⁹. Durante a viagem da capital federal para Belo Horizonte, o fato do comboio real passar de madrugada pela cidade de Juiz de Fora não desanimou a população que lotou a estação da cidade, que apresentava iluminação especial, e estava “caprichosamente enfeitada”⁵³⁰. No entanto, o comboio não parou na cidade, mas sim na estação seguinte de Mariano Procópio, onde chegou às 3 da madrugada e foi cercado pela multidão. Para as estações de Barbacena e Palmyra também afluiu grande número de pessoas, mas o comboio também não parou, reinando grande descontentamento, segundo o *Jornal do Commercio*, pelo fato da viagem dos soberanos ser realizada à noite⁵³¹. Com relação a este fato, relata *O Jornal* que na estação de Cruzeiro no interior de São Paulo, a população percebendo que o comboio não iria parar “postou-se no meio da linha, e, aclamando os distintos viajantes, obrigou a parada do

também procuraram dramatizar as cerimônias de chegada, ou seja, foram utilizadas como uma forma de contar ao visitante algo sobre a comunidade, uma espécie de auto-imagem. RADFORTH, I. *Op.cit.* p.127

⁵²⁶ As excursões para estas duas cidades serranas cariocas, foram bem curtas. Os soberanos partiram no dia 28 para Teresópolis, pernoitando na cidade, e no dia 29 já seguiram para Petrópolis, retornando neste mesmo dia para o Rio de Janeiro. Desta forma, concentrei minha análise nas viagens que tiveram para Minas e São Paulo, que além de serem maiores, suscitaram questões mais interessantes.

⁵²⁷ GABAGILIA, L.P.R. *Op. Cit.* P. 391.

⁵²⁸ *A Rua*. Rio de Janeiro; 02 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵²⁹ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro; 02 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵³⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 02 de out. de 1920.

⁵³¹ *Ibidem*; 03 de out. de 1920.

trem”⁵³². Estas descrições demonstram que também houve mobilizações fora do eixo Rio Janeiro- Belo Horizonte- São Paulo, ou seja, a divulgação da visita vai além dos centros urbanos, instigando a participação destas localidades não incluídas no programa.

Voltando para as recepções planejadas em Belo Horizonte e São Paulo, os soberanos desembarcaram na Estação de Ferro Central da capital mineira, onde foram recebidos pelo presidente do Estado, secretários, prefeito e grande multidão. Após o desembarque foi organizado um cortejo ao som hino belga e brasileiro, dirigindo-se os soberanos para o palácio do governo onde ficaram hospedados⁵³³. Em frente a estação formaram a Força Pública do Estado e o 3º batalhão da força federal.

Sobre as impressões da chegada dos reis na capital mineira é preciso ressaltar que a falta de jornais mineiros para fazer esta análise a prejudicou consideravelmente. As descrições são praticamente idênticas, pois, os jornais cariocas reproduzem as notícias enviadas pela Agencia Americana. As impressões se assemelham aquelas observadas no Rio de Janeiro, no entanto, cabe colocar uma pequena alusão às características do povo mineiro feita pelo jornal *A Pátria*. Ao elogiar as aclamações “memoráveis e entusiásticas” que receberam os soberanos em Minas, o jornal aponta ao mesmo tempo que o povo mineiro seria “esquivo a manifestações públicas”, no entanto, isso não impediu que manifestasse seu “carinho e de respeito aos gloriosos soberanos belgas”⁵³⁴. Os periódicos cariocas fariam também um esforço para identificar a relevância da visita dos soberanos a Minas Gerais, que pode ser encontrada, sobretudo em suas riquezas minerais.

O jornal *A Tribuna* aponta que os reis apreciarão em Minas Gerais “as belíssimas montanhas verdes de que a natureza dotou o solo brasileiro”; “os enormes campos” deliciando-se “a cada passo, dos lindos quadros panorâmicos, que Minas, o glorioso berço de Tiradentes sabe possuir”. É reconfortante, observa o jornal, “a hospitalidade gentil que o povo mineiro sabe dar” e em um “ato natural, rende homenagem a seus hospedes, levando a Suas Majestades uma prova do amor que cada peito brasileiro guarda pelo belga, (...) seus os magnânimos e heróicos reis da Bélgica”⁵³⁵.

⁵³² Idem.

⁵³³ *A Noite*. Rio de Janeiro; 02 de out. de 1920.

⁵³⁴ *A Pátria*. Rio de Janeiro; 03 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵³⁵ *A Tribuna*. Rio de Janeiro; 02 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

Em uma impressão geral sobre a viagem em Minas Gerais, o jornal *Correio da Manhã* ressalta que a viagem ao estado mineiro seria o momento em que soberanos aproveitariam para ver:

(...) a grandeza de um mundo novo, onde rebentam milagres de seiva e fatura todos os recursos virtuais da natureza. As vistas reais vão fixar-se em montanhas de ferro, incontrastáveis pela opulência com qualquer das da Europa que fizeram, com as jazidas de carvão, inferiores as nossas em numero, a emancipação industrial de tantas nações. Sua majestade verá o ouro apanhado facilmente nos cascalhos dos rios, e as cordilheiras de mármore, e um solo de aptidões formidáveis, estendido num cenário sem fim, que se oferece as mais estranhas culturas⁵³⁶.

O rei voltaria para Europa com ótimas impressões ao vislumbrar “um celeiro habilitado a suprir as deficiências da economia universal”, sendo que a situação de desequilíbrio que reinava na economia européia, favorecia ao Brasil, gerando uma oportunidade única que “não nos aparecerá duas vezes”, adverte o *Jornal do Comércio*⁵³⁷.

A questão da exploração do minério de ferro estava na ordem do dia, com a importância da indústria siderúrgica ressaltada na Grande Guerra⁵³⁸. Com relação a tal fato, a visita do rei Alberto consolidou a criação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, fruto de um consórcio com belga-luxemburguês e que consistiu na compra e ampliação de uma pequena usina já existente⁵³⁹.

Ainda em Minas, um episódio interessante chamaria a atenção dos jornais. Durante uma excursão em automóvel pelo interior mineiro, a rainha manifestou o desejo de conhecer o interior da casa mineira, entrou então, “inesperadamente”, na residência do coronel Joaquim José da Silva percorrendo todos os aposentos, servindo-se de um copo de leite e café⁵⁴⁰.

Enfim, sobre as aclamações em Minas Gerais, o jornal *A Tribuna* ressalta que passadas as manifestações mineiras, era a vez do próspero Estado de São Paulo receber os soberanos, e conclui que “S.Paulo saberá se colocar a altura de Minas, do Estado do Rio e do Distrito Federal”⁵⁴¹.

A análise da recepção em São Paulo tornou-se mais rica pela utilização de algumas edições dos jornais paulistas, inclusive de antes da chegada dos soberanos ao estado, incluídas no

⁵³⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 04 de out. de 1920.

⁵³⁷ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro; 02 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵³⁸ MOTTA, M. S. *A Nação faz 100 anos. A questão nacional no Centenário da Independência. Op. cit*

⁵³⁹ SILVA, L.O. A crise política no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do “caso da Itabira Iron”. In: LORENZO, H.C; COSTA, W.P.C.(org). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.p. 24.

⁵⁴⁰ *A Noite*. Rio de Janeiro; 04 de out. de 1920.

álbum da Agência Americana. Assim como a imprensa carioca, os jornais paulistas publicam grandes reportagens sobre os soberanos, sobre a Bélgica, não obstante, o que mais interessa é a possibilidade de acompanhar, as expectativas com a recepção, as especulações de como os soberanos deveriam ser recebidos e o que representava para aquela comunidade a visita, instigando sua definição.

Para o jornal *Correio Paulistano*, os soberanos não quiseram deixar a terra brasileira sem visitar São Paulo, “berço dos formadores da nossa civilização e da nossa nacionalidade, terra dos que, pelo seu arrojo, coragem e tenacidade, fizeram um povo e uma pátria, saúda ss.mm”⁵⁴². O jornal publica também em suas páginas um comunicado da municipalidade pedindo para que, tanto o comércio, quanto particulares providenciassem o embandeiramento de suas residências.

Após longa apresentação do rei, com detalhada biografia, a edição paulista do *Jornal do Commercio* coloca que São Paulo, “terra heróica das ‘bandeiras’, que sempre está ao lado das grandes causas”, orgulhosa de sua contribuição por seus recursos econômicos ao prestígio da pátria, saberá se manifestar, “nas ovações de sua população inteira como nas gentilezas e cortesia finíssima do seu Governo”⁵⁴³.

No dia 05 de outubro, já perto das oito horas da noite, os soberanos belgas finalmente chegam à Estação da Luz em São Paulo. Foram executados os hinos nacionais e formado o cortejo em direção a Chácara Carvalho onde ficaram hospedados.

Sobre a recepção, entusiásticas são impressões do jornal paulista *A Capital*:

Vibra de simpatia, de entusiasmo, e de desusada alegria a população paulista, com a mesma perseverança demonstrada pelos seus avós – os bandeirantes! (...) engalanando-se e vibrando de sincero afeto, transborda dessa afeição toda nossa, toda brasileira. (...) São Paulo recebeu-os numa estupenda apoteose em que a alma popular vibrou uníssona e comunicativa, se alastrando pela cidade no mais retumbante coro. (...) Esperava-se que assim fosse. Muito embora não houvesse a cidade sofrido reparos materiais que a regia presença determinava, ainda mesmo sem a ornamentação dos postes e combustores, a capital se engalanou com o jubilo sincero e respeitoso de seus habitantes. O rei Alberto levará nítida na memória a impressão dessa noite e terá ainda uma vez o testemunho de que a alma brasileira una e patriota se harmoniza divinamente com a sentença de seu estrelado pavilhão. No Brasil o soberano tem conhecido um povo só. Fortes e unidos, capazes, respeitadores e bons os brasileiros olharam o vulto dos heróis por um só prisma.⁵⁴⁴

⁵⁴¹ Ibidem; 05 de out. de 1920.

⁵⁴² *Correio Paulistano*. São Paulo; 05 de out. de 1920. In: Agência Americana. *Op. cit.*

⁵⁴³ *Jornal do Commercio*. São Paulo; 05 de out. de 1920. In: Agência Americana. *Op. cit.*

⁵⁴⁴ *A Capital*. São Paulo; 06 de out. de 1920. In: Agência Americana. *Op. cit.*

É marcante na citação acima a referência a ancestralidade bandeirante, distinguindo o povo paulista, ao mesmo tempo em que se procura incluí-lo a “alma brasileira” ao vibrar com a presença real, apesar da cerimônia não ter se revestido de elementos para provocar tal participação. Uma observação também colocada pelo *Jornal do Commercio*, segundo o qual a recepção na cidade preencheu as expectativas, mas “não as excedeu”. O fato da comitiva tomar autos fechados concorreu para uma diminuição na fascinação que o cortejo devia despertar, além do fato da iluminação das ruas por onde devia passar o cortejo não ter sido aumentada, faltando inclusive um ornamentação festiva⁵⁴⁵.

Mas a população teria oportunidade de saudar o rei durante seus passeios pela cidade, destruindo a “frieza que poderia empanar o brilho dos festejos com que S.Paulo os recebeu em seu território”⁵⁴⁶.

A “frieza” que poderia afetar a recepção paulista aparece também no *Jornal do Comércio*, representada na inclinação desta população de se mostrar “séria e retraída”:

Tínhamos razão quando, a propósito de receios que transpareciam em algumas folhas diárias de receber a população paulista com reservas os Soberanos belgas, atenta a sua índole, pouco propensa as expansões, séria e retraída, dizíamos que o fenômeno não se verificaria”. E de fato a culta e ilustre capital de um dos mais cultos e ilustres Estados da União soube demonstrar aos augustos itinerantes como fazia causa comum com os demais centros que visitaram, manifestando-lhes, pelas ovações das ruas como pelas gentilezas do Governo, a sua profunda simpatia e admiração⁵⁴⁷.

É perceptível que aclamar freneticamente o rei é uma característica que identifica essa população com o resto da nação, é uma causa comum, a qual nem a “frieza” poderia fazer frente.

Através dos jornais aqui citados, fica aparente que apenas tangenciamos uma questão muito mais ampla, ou seja, de que as recepções e viagens pelos estados brasileiros fazem aflorar certas imagens construídas destas localidades, mais ricas nesse sentido para São Paulo do que para Minas. Não fica claro, a princípio, se ocorrem comparações de um cunho mais crítico as grandes recepções nos principais estados brasileiros.

Entretanto, um artigo publicado pelo *Correio Paulistano* em 1921 torna difícil considerar-se que a visita dos reis pelo interior não incitou críticas à esta imagem de “nação unida” que a princípio vislumbramos. Segundo Goulart de Andrade, autor do artigo, durante a estadia dos soberanos na capital federal foi-lhe oferecido concertos, discursos e versos enquanto em São

⁵⁴⁵ *Jornal do Commercio*. São Paulo; 06 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵⁴⁶ *Correio Paulistano*. São Paulo; 07 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

Paulo foi mostrado ginásios, oficinas e maquinas. No Rio, o povo de madrugada ia para praia vê-lo nadar “descuidando prazenteiramente das tarefas diárias, retardando a hora dos afazeres”, enquanto em São Paulo “os transeuntes descobriram-no; paravam um momento mesmo”, mas logo aceleravam o passo, “a fim de recuperar o tempo perdido. Então a majestade não se conteve mais e falou; essa sim, era cidade de gente ocupada(...)”⁵⁴⁸.

Tal publicação, citada por Marly Motta em seu estudo sobre o centenário da Independência faz referência justamente a configuração de um regionalismo paulista baseado na legitimação da metrópole bandeirante como cabeça da nação, e na desqualificação do Rio de Janeiro, identificado como responsável pelo atraso, síntese dos males da República falida e corrupta⁵⁴⁹.

Uma comparação que pode ajudar nesse sentido está no *Jornal do Comércio*. Ao comentar a viagem dos soberanos ao interior do estado paulista, coberto de “soberbos cafezais que sempre maravilham estrangeiros”, onde podia se obter “a mais forte impressão (...) da riqueza nacional”, o jornal ressalta que, se por acaso, a rainha resolvesse, assim como na excursão no interior de Minas, entrar em uma casa para conhecer a família do interior, voltaria a Europa aconselhando a emigração para o estado:

De fato, o adiantado espírito do lavrador paulista depressa compreendeu a necessidade de instalar bem os seus trabalhadores. Eis porque as casas de residência dos colonos oferecem um aspecto tão agradável e próspero. E sem dúvida, alguém da comitiva de suas majestades aproveitará a ocasião para (...) falar-lhes que um dos maiores fazendeiros, senão o maior, fazendeiro de café de nome alemão foi colono, a que a sua filha mais velha hoje integrada a mais distinta sociedade paulista, ajudava o pai a cavar a terra. Assim, os augustos hóspedes terão nítida visão do futuro que aguarda aquelas famílias que suas majestades encontrarão a trabalhar nos cafezais de terra roxa⁵⁵⁰.

As palavras acima podem ser analisadas como uma tentativa de construir a imagem de São Paulo como o estado determinante para a nação, com sua riqueza representando o próprio futuro próspero da região, através da emigração, fato que impressionaria em muito os reais visitantes. Por outro lado, temos as impressões deixadas pelo *Correio da Manhã* sobre a visita da rainha a casa mineira:

⁵⁴⁷ *Jornal do Commercio*. São Paulo; 09 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵⁴⁸ Goulart de Andrade, Cá do Rio, *Correio Paulistano*. São Paulo, 18 de dez. de 1921. *Apud* MOTTA, M.S. *A Nação faz 100 anos. A questão nacional no Centenário da Independência Op. cit.*p. 96-97.

⁵⁴⁹ MOTTA, M.S. *Op.cit.*p.81.

⁵⁵⁰ *Jornal do Commercio*. São Paulo; 06 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

Nada nos pode ser mais grato do que a observação a atmosfera tranqüila, feita de virtudes domesticas e sentimentos de dadivosa hospitalidade, de um modesto casal, que não tivera tempo de se embandeirar e iluminar, ao lhe abrir as portas. O copo de leite e café de que a rainha Elisabeth se serviu naquela mesa tosca, foi de certo saboreado como um dos maiores encantos da viagem. Esse aspecto do Brasil é dos que não se esquecem nunca, e dos que mais nos honram⁵⁵¹.

É perceptível a alusão à características mais integradoras da nacionalidade, como a simplicidade, a hospitalidade, a modéstia, em contraste com a imagem da ‘casa paulista’, sinônimo de riqueza, de trabalho e de crescimento proporcionado pelos imigrantes. Essas diferentes impressões, não seriam, contudo, motivo para não consagrar ao brasileiro uma característica comum que seria, segundo *Correio Manhã* “a sua índole hospitaleira”. Mesmo que ainda fossem necessários “séculos de evolução, para se fixar entre nós, um tipo nacional, com traços comuns”, observa o jornal, tal característica estaria presente tanto no brasileiro do norte como no sul.

Enfim, após receber calorosamente os soberanos belgas, chegava a hora de entreter os convidados de honra.

3.5 - A Nação em Armas se apresenta ao rei.

Dentre as homenagens planejadas em honra aos reis belgas, os eventos militares ocupam um lugar privilegiado, especialmente se atentarmos para o fato de que se tratava de um Rei-Soldado, um herói militar consagrado nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial. A resistência belga a invasão alemã foi inúmeras vezes citada nos jornais como exemplo de patriotismo e louvor a pátria e a nação, tendo a sua frente um grande líder e soldado, o rei Alberto, que conjugava a visão de “homem de Estado e de profissional das armas”⁵⁵², e saberia avaliar melhor que um general a eficiência de um Exército⁵⁵³.

Era crucial que durante as homenagens aqui prestadas, pudéssemos apresentar um exército igualmente patriota, e acima de tudo moderno. Para a compreensão do papel dos militares na visita, e inclusive dos comentários que tal participação instiga, torna-se necessário atentar para alguns aspectos importantes como a série de mudanças pelas quais estava passando a instituição no momento da visita.

⁵⁵¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 05 de out. de 1920.

⁵⁵² *A Razão*. Rio de Janeiro; 23 de set. de 1920. In: Agência Americana. *Op. cit.*

⁵⁵³ *A Pátria*. Rio de Janeiro; 23 de set. de 1920. In: Agência Americana. *Op. cit.*

Ainda em maio de 1920, o *Jornal do Brasil* publica um artigo onde critica a falta de empenho do governo para aparelhar o Exército para a recepção. Tal fato consistia em um problema, pois, segundo o jornal, o país não possuía “um só regimento, uma só tropa, que, a feição dos outros países, se encarregue desses atos protocolares, que são a representação da força armada do país”. Não poderíamos deixar, observa o jornal, o nosso hóspede ser escoltado “pela pobreza de uniformes da nossa cavalaria atual”⁵⁵⁴.

Mas o Exército que se apresentaria ao rei seria outro.

A mudança no papel do Exército aparece claramente quando da proclamação da república. Apoiados na idéia do soldado-cidadão, inicialmente difundida por jornalistas republicanos, e consagrada no manifesto de Deodoro que declarava a necessidade de todo soldado ser um cidadão armado⁵⁵⁵. O soldado não seria mais um cidadão de segundo classe, assumiria sua cidadania plena, possibilitando a afirmação militar sobre a sociedade civil. Mas, o principal elemento deste conceito de povo armado, seria o serviço militar obrigatório, pois, facilitaria a expansão do papel dos militares na sociedade e na política brasileira⁵⁵⁶.

Um longo caminho ainda seria percorrido até que a questão do aperfeiçoamento do Exército, que sofria com problemas como suprimento dos estoques deficiente, salários atrasados e defasados, ficasse mais evidente. A questão era séria, sendo que o problema maior era a forma como era feito o recrutamento, ainda nos moldes de final do século XIX, o Exército incorporava em seus quadros os elementos mais desqualificados da sociedade, não gozando de respeito na mesma. Além disso, não havia meios para a expansão das forças em tempo de guerra. A única solução possível era o sorteio universal, fazer do Exército um centro de treinamento e transformar os recrutas inexperientes em verdadeiros soldados⁵⁵⁷.

A renovação veio através de Hermes da Fonseca. Em 1906, como ministro da guerra de Afonso Pena, Hermes implementa um programa para a modernização das escolas militares, baseados nos métodos de instrução europeus, com o objetivo de tornar a formação dos oficiais mais técnica e menos literária⁵⁵⁸. Mas a grande realização de Hermes seria, em 1908, com a

⁵⁵⁴ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 15 de maio de 1920.

⁵⁵⁵ CARVALHO, J.M. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: Forças Armadas e Política no Brasil. *Op.cit.* p. 38.

⁵⁵⁶ McCANN, F.D. *A Nação Armada. Ensaio sobre a História do Exército brasileiro*. Recife: ed. Guararapes, 1982, p. 16.

⁵⁵⁷ *Ibidem*, p.33.

⁵⁵⁸ NETO, M.D. “Influência Estrangeira e luta interna no exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, A(org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980.. *Op cit.* p 57. Sobre as reformas implementadas por Hermes da

aprovação da lei do sorteio, no entanto, uma longa campanha ainda seria necessária para colocá-la em prática.

O apoio da classe média e a pressão do governo conseguiram transformar o projeto em lei. Entretanto, a eleição de Hermes a presidência, e seu complicado governo, o afasta do programa de reformas; inclusive da questão do serviço militar obrigatório.

Neste sentido, os eventos internacionais dariam incentivos a mais para se pensar na implementação efetiva de um serviço militar obrigatório. Será um momento marcado por uma onda patriotismo crescente na classe média urbana, cujo porta voz principal será o intelectual Olavo Bilac. O principal problema brasileiro, identificado por Bilac, era a falta união, de disciplina e inspiração patriótica. A solução consistia na aplicação do serviço militar obrigatório, pois, o quartel transmite o sentido da hierarquia, de disciplina e do patriotismo. Isto demonstra a visão do Exército como grande responsável pela educação cívica do cidadão, sendo que a militarização da sociedade contribuiria para sua democratização e evitaria a formação de uma casta militar, surgindo a ‘nação armada’. Ao encarregar o Exército de uma “função pedagógica” para com sociedade, Bilac constrói uma visão do serviço militar que “pouco tem a ver com a defesa nacional, com o adestramento do cidadão no uso das armas, com sua educação no espírito marcial”⁵⁵⁹, ou seja, uma imagem descolada da profissionalização das forças armadas.

O apelo pela modernização e profissionalização do Exército veio diretamente de um grupo militar conhecido como Jovens Turcos, e de seu periódico *Defesa Nacional*, onde manifestaram seu inconformismo com a acomodação geral que impedia o Exército de se aperfeiçoar. O movimento colocava que a principal função do Exército estava na defesa externa, e para desempenhá-la era necessário a existência de uma força militar profissional, bem treinada, equipada e excluída das lutas políticas⁵⁶⁰. Outro ponto essencial era o recrutamento, a expansão de seu contingente ligava-se diretamente a aplicação do serviço militar obrigatório.

A campanha pela implementação do serviço militar obrigatório ganhou novos impulsos no desenrolar da Primeira Guerra, um bom exemplo é fundação da Liga de Defesa Nacional em 1916, cujo presidente era Olavo Bilac. A LDN recebeu suporte político e financeiro das classes

Fonseca ver também: BEATTIE, P. *The Tribute of Blood*. Durham, Duke University Press, 2000; e McCANN, F.D.

Op cit.

⁵⁵⁹ COELHO, E.C. *Em Busca da Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro:Record, 2000.*Op. cit.*p.78.

⁵⁶⁰ Idem.

urbanas, oficiais do exército e políticos. Bilac utilizou este posto de destaque para falar especialmente a juventude, e expandir a idéia da ‘nação em armas’.

Assim, sob a direção do General José Caetano de Faria, durante o governo de Venceslau Brás é realizado, em 1916, o primeiro sorteio. O objetivo do sorteio era formar uma reserva e alterar a composição socioeconômica dos soldados, incorporando extratos mais elevados da sociedade⁵⁶¹, no entanto, o sistema apresentou muitas falhas. Grande número dos convocados simplesmente não se apresentava⁵⁶².

Apesar das falhas, tais tentativas demonstraram a assimilação cada maior por parte da sociedade do importante papel do Exército na sua formação cívica.

Nos anos 20 é possível verificar a intensificação da profissionalização e modernização do Exército devido principalmente às campanhas públicas pelo serviço militar obrigatório aliado a Grande Guerra e a atividade dos jovens turcos, porém, “a única forma de resolver os problemas da organização era ‘importar’ instrutores estrangeiros”⁵⁶³.

À principio, a campanha dos jovens turcos se voltava para a vinda de uma missão alemã, no entanto, a derrota do exército alemão, demonstrou ser mais adequada a escolha da missão francesa. A contratação da missão seria efetivada pelo então Ministro da Guerra Pandiá Calógeras, um civil, nomeado pelo então presidente Epitácio Pessoa.

A nomeação de um civil não agradou muito aos militares, Epitácio Pessoa justificou a nomeação de civis para ambas as pastas da marinha e do exército por achar melhor manter os militares afastados da política⁵⁶⁴. A decisão acabou sendo aceita quando Calógeras demonstrou sua afinidade com os programas das reformas, sendo responsável pela consolidação da expansão numérica e espacial do Exército com um ambicioso programa de construções⁵⁶⁵.

Partidário das missões estrangeiras, Calógeras apóia a vinda da Missão Militar Francesa, que será um grande estímulo para modernização e aperfeiçoamento profissional do Exército.

A Missão francesa ficou encarregada de três diferentes cursos: o de Aperfeiçoamento de Oficiais, o do Estado – Maior e de Revisão do Estado Maior. Sua reabertura em 7 de abril de 1920 foi noticiada nos principais jornais cariocas, constituindo motivo de orgulho para todos os brasileiros. A manchete do *Correio da Manhã* fazia alusão a nova fase “na organização das

⁵⁶¹ McCANN, F.D. *Op cit.* p.43.

⁵⁶² Ibidem, p.47-8.

⁵⁶³ NETO, M.D. *Op cit.*p57.

⁵⁶⁴ GABAGILIA, L.P.R. *Op cit.*.

⁵⁶⁵ McCANN, F.D. *Op cit.* p 51-2.

nossas forças militares, efetivando a obra de instrução e preparo dos nossos oficiais”⁵⁶⁶ na qual entra o Exército com a inauguração da Escola do Estado Maior.

O Paiz publica artigos sobre o serviço militar, tomando como base o discurso feito pelo presidente Epitácio Pessoa na inauguração da EEM. O artigo ressalta que as forças armadas não precisavam apenas de uma modernização técnica, pois, também existiria a “questão política e social da educação das massas populares e das elites dirigentes”, com o objetivo de que “as primeiras possam constituir material de grandes reservas cuja realização deve formar a nação em armas e os segundos tenham a aptidão mental e o hábito de pensar militarmente”⁵⁶⁷.

Fica aparente a idéia do Exército como grande educador, formador da nação. O artigo aponta sua preocupação com o desinteresse pelas “coisas militares”, verificado na aversão da “mocidade em prestar o serviço militar e talvez ainda mais claramente nas inúmeras manifestações de um relativo efeminamento que hoje se observa entre número muito considerável de moços”. Esses moços, com seus hábitos de repouso e de prazer efeminado, podem ser corrigidos pela disciplina do serviço militar. O artigo conclui que não há explicação para a existência de tantos moços que ainda prestaram serviço militar, assim, “é necessário educar a população brasileira”,⁵⁶⁸ tanto as classes superiores como as massas populares.

Mesmo com toda propaganda, o serviço militar ainda é visto com uma certa distância pela maioria da população, sendo viva ainda a imagem negativa do Exército, como demonstra esta carta do general Candido Rodrigues, encarregado do alistamento militar no Distrito Federal sobre recrutamento e sorteio militar:

Para bem cumprir os meus sagrados deveres tenho lançado mão de todos os meios para esclarecer ao publico a natureza da lei e aos rapazes, em condições de serem alistados, tenho procurado explicar -lhes o meio mais brando e suave de servirem a Pátria (...) Muita gente tem horror a farda por supor que a caserna e um covil de perversos ou uma cabeça de porco. As mães brasileiras, com raríssimas exceções, ainda pensam assim. Na minha repartição tenho visto e ouvido de tudo.(...) Entram em geral, revoltadas contra a lei e revoltadas contra as injustiças dos homens. Como meu dever, procuro deitar água fria em todas as fervuras, e, quase, que sem exceção alguma, em geral saem convencidas da verdade e acompanhando os filhos a inspeção de saúde. A lógica é essa: abrandar os temperamentos, mas enviar tudo para os quartéis a cumprirem os seus deveres, como eu cumpri e estou cumprindo.⁵⁶⁹

⁵⁶⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 08 de abril de 1920.

⁵⁶⁷ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 10 de abril de 1920.

⁵⁶⁸ *Idem*.

⁵⁶⁹ *Ibidem*; 26 de maio de 1920.

A carta de Candido Rodrigues revela que era necessária toda uma campanha para tornar serviço militar mais atraente, principalmente para tornar o Exército uma instituição honrável.

Neste sentido, o artigo de Samuel de Oliveira publicado no *Correio da Manhã*⁵⁷⁰ identifica alguns dos problemas antigos do exercito, como os voluntários “escolhidos às cegas, oriundos da arraia miúda, do populacho, do refugio da sociedade, da ralé”. Era indispensável, “a bem da moralidade”, a “criação de um ambiente moral onde a alma do novo Exército pudesse respirar e viver como parcela da alma nacional”. Algumas providências deveriam ser tomadas para reverter essa situação, como a implementação de colocação de condições rigorosas para a aceitação de voluntários, fazendo-se inspeção física e moral, não se poderia ter “assassinos, viciados e desordeiros como defensores da pátria”. Os voluntários deveriam ser homens “capazes moralmente e fisicamente que por livre vontade venham prestar serviço”. Apesar de não defender a implementação do sorteio militar, Samuel de Oliveira aponta a importância de se alterar a imagem do Exército brasileiro

É perceptível o clima de entusiasmo que as reformas no Exército estavam provocando na sociedade, com a visita dos reis belgas, as demonstrações de simpatia pelos militares ficariam ainda maiores.

3.5.1 - Os militares na visita do reis belgas.

Além de fazer parte da comitiva brasileira que acompanharia os soberanos durante sua estada no Brasil, os militares atuaram na cerimônia da chegada dos soberanos e na Parada Militar; ambas de grande vulto e ampla participação popular.

Nos primeiros dias de setembro, o jornal *A Noite* começa a noticiar a movimentação das forças brasileiras, da 2ª e da 3ª regiões, respectivamente São Paulo e Minas Gerais, em direção a capital federal, o objetivo desta concentração, como colocado pelo Ministro da Guerra era dar “maior brilho possível” a Parada Militar⁵⁷¹. Nos dias seguintes o jornal descreve como serão dispostas as forças para a recepção dos reis; tropas do exército e da marinha formarão alas

⁵⁷⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 06 de julho de 1920.

⁵⁷¹ *A Noite*. Rio de Janeiro; 10 de set. de 1920.

durante todo o trajeto seguindo pelos reis, da Praça Mauá até o Guanabara⁵⁷², em um contingente de ao todo 12.200 homens⁵⁷³.

A atuação das forças militares no momento do desembarque dos reis é extremamente elogiado. O jornal *Correio da Manhã* coloca em forma de grande manchete “Deve-se em grande parte ao Exercito, a marinha e as sociedades de tiro o grande brilhantismo de que se revestiu ontem a recepção dos soberanos belgas”. Ao “garbo e disciplina com se apresentaram na formatura” deve-se o despertar “na massa popular de um contentamento e entusiasmo que sem exagero podemos chamar de indescritíveis”⁵⁷⁴.

A atuação do rei Alberto I na Primeira Guerra lhe valeu o apelido de rei-soldado, um militar experiente, herói de guerra, o qual as forças deveriam se empenhar ao máximo para homenagem. E, segundo o jornal foi o que ocorreu: “Alberto I só podia ver (...) o aprumo a destreza e o treinamento dos nossos guerreiros, evidenciado nas manobras prontas nas evoluções rápidas nas atitudes perfeitas a grandeza e a eficiência do nosso valor militar”.

As forças não impressionariam apenas ao rei, mas também a população:

Convém registrar o entusiasmo que despertou na multidão o garbo de todos os soldados entre os quais se destacaram os alunos da Escola Militar perfeitamente instruídos e admiravelmente treinados.(...)Formando a guarda de honra dos soberanos, os bravos rapazes provocaram de todos as vozes protestos de uma admiração indiscutivelmente justa⁵⁷⁵.

Tanto na chegada dos soberanos, quanto na Parada Militar, a Escola Militar seria a grande elogiada, arrancado palmas frenéticas da população:

Súbito num movimento de sensação se operou entre o povo. Era o continente da Escola Militar que passava com destino a praça Mauá marchando de modo impecável. A mocidade daquela escola marcial pelo seu porte pela sua seleção inflamou quantos a viram desfilar. E palmas entusiastas ecoaram durante longo tempo enchendo de justo orgulho os nossos jovens patricios. (...) O aspecto da praça por ocasião da chegada dos reis era maravilhoso. Os alunos da Escola Militar formados em linha no centro o esquadrão de cavalaria em uniforme de gala para a escolta real a distinção das pessoas que ali tiveram ingresso revestiam aquele local de rara imponência⁵⁷⁶.

Mas seria nas descrições da Parada Militar, realizada no campo de São Cristóvão no dia 22 de setembro, que a imprensa dispensaria os mais diversos e numerosos elogios para com a instituição militar.

⁵⁷² Ibidem, 16 de set. de 1920.

⁵⁷³ Ibidem, 17 de set. de 1920.

⁵⁷⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 20 de set. 1920.

⁵⁷⁵ Idem.

⁵⁷⁶ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

Ainda durante os preparativos para o evento, chamou atenção também do jornal *A Noite* a rígida disciplina com qual os soldados acompanharam o rei em seus preparativos para a cerimônia:

Digna de observação a atitude dos soldados no pátio interno do regimento, que acompanharam respeitosos o soberano como o povo o acompanha nas ruas e que ficaram formados em posição militar firmes e imóveis, clamor formidável retumbou nas ruas e envolveu o quartel quando o rei surgiu a cavalo aos olhos do povo⁵⁷⁷.

O jornal *A Noite* publica ainda uma grande foto do Campo de São Cristóvão visto do alto, e classifica a cerimônia como “Mais brilhante desfile realizado no nosso país”⁵⁷⁸.

O *Correio da Manhã* também é eloqüente ao analisar a cerimônia, segundo o jornal, “Nunca, sem exagero, uma parada entre nós se revestiu da grandiosidade e da imponência que em homenagem aos soberanos se realizou na Quinta da Boa Vista, assistida por uma considerável multidão”. O jornal demonstra também o caráter cívico e patriota das forças que se apresentaram: “O garbo a disciplina e o luzimento com que se apresentaram valeram pelo testemunho da dedicação e do patriotismo com que hoje se trabalha nas nossas unidades militares”⁵⁷⁹.

O Paiz traz uma redação mais dramática: “Não se pode traduzir nestas linhas fielmente, a magnífica impressão causada, ontem, pela apoteose militar aos augustos soberanos belgas”. Apontando também para o caráter memorável da cerimônia; “o povo afluiu de um modo extraordinário podendo-se dizer mesmo que não há memória de uma parada que se tenha realizado com tal imponência e com tão grande freqüência.(...)”⁵⁸⁰ A explicação para tão grande público era evidente:

(...) nosso povo já se interessa verdadeiramente pelo militarismo e sabe julgar com discernimento as manobras bem executadas; dai as constantes ovações que irrompiam de vez em quando, salientando-se as que foram feitas à passagem dos alunos da Escola Militar e Colégio Militar, 1.º Regimento de Cavalaria, 1.º Regimento de Artilharia Montada e a Reserva Naval.⁵⁸¹

Sobre a parada militar o *Jornal do Brasil* ressalta que as tropas, que formaram em revista e desfilaram em continência ao rei e a rainha, eram constituídas, com exceção da Escola Militar e

⁵⁷⁷ *A Noite*. Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920.

⁵⁷⁸ *Idem*.

⁵⁷⁹ *Idem*.

⁵⁸⁰ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 23 de set. de 1920.

⁵⁸¹ *Idem*.

da Marinha, de sorteados como pouco mais de seis meses de instrução, revelando o esforço e a capacidade do nosso brilhante corpo de oficiais⁵⁸².

Muito importante nesse sentido, era a opinião do soberano sobre o desfile das tropas brasileiras, e as vistas reais ficariam bem impressionadas. Nas palavras do rei nossas tropas eram o reflexo da grandeza do país e que nenhum exercito no mundo poderia se apresentar melhor aos olhos do povo e das autoridades militares⁵⁸³. A opinião do rei sobre os soldados brasileiros viria ainda publicada na primeira página do jornal *O Imparcial*: “Julga-se um país pelo seu exército; e o Brasil deve ser muito bem julgado”⁵⁸⁴.

As impressões sobre a parada militar no Rio de Janeiro são similares nos outros jornais cariocas. A manchete do jornal *A Razão* é enfática: “Diante do Rei –Herói a Nação armada. A imponente parada de ontem, foi a mais soberba afirmação da nossa capacidade militar”⁵⁸⁵. Segundo o jornal, o desfile das tropas brasileiras demonstrou a eficiência do exército, que poderia inclusive ter participado da guerra, caso os aliados necessitassem, e que as vistas reais já habituadas a “espetáculos dessa natureza, oferecidos pelas tropas dos países mais poderosos da Europa”⁵⁸⁶, puderam verificar como seria valorosa a cooperação brasileira nos campos de batalha da Europa.

O jornal defende ainda a realização das paradas militares como um meio eficaz de afirmar o valor militar do país, justificando seu argumento através do exército prussiano, que pelo costume de realizar frequentemente tais exercícios, recebeu o apelido “exércitos de parada”. Tal exército, observa o jornal, deu provas fulminantes de organização durante a guerra, assim para que o exército brasileiro não deixe de ser um “exército de parada” era necessário que suas tropas:

(...) cada vez mais se fortifiquem pela educação, pela disciplina, pelo aparelhamento e pela organização, aproveitando as mais adiantadas conquistas e as mais aperfeiçoadas invenções da arte e da indústria de guerra, afim de que possam inspirar sempre à Nação o sentimento de maior confiança, e aos outros povos o máximo respeito⁵⁸⁷.

⁵⁸² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 24 de set. de 1920.

⁵⁸³ *Ibidem*; 25 de set. de 1920.

⁵⁸⁴ *O Imparcial*. Rio de Janeiro; 28 de set. de 1920. *In*: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵⁸⁵ *A Razão*. Rio de Janeiro; 23 de set. de 1920. *In*: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵⁸⁶ *Idem*.

⁵⁸⁷ *Idem*.

Tal magnificência das tropas representava a “afirmação magnífica do Exército novo, formado pela execução do sorteio obrigatório, que nivela todas as classes ao serviço da nação”, transformando “cada soldado um profissional completo”⁵⁸⁸.

O exército prussiano também é tomado como exemplo pelo jornalista Ranulfo Bocaiúva Cunha em artigo publicado no jornal *A Notícia*, onde ressalta a importância da implementação do serviço militar obrigatório neste exército, contribuindo para sua profissionalização, e passando este a representar “mais que qualquer outra instituição, o próprio país de que fazia parte”. Com relação ao Brasil, o recrutamento dos soldados por modo do sorteio, encarnou o momento em que o exército brasileiro “começou a representar a nação em toda a sua plenitude”⁵⁸⁹.

Tal modificação que estaria ocorrendo graças ao sorteio militar, possibilitou que Alberto I vislumbrasse na Parada Militar “o grau de adiantamento material e mental do Brasil”, dando prova inclusive do grau de “civilidade a que já atingimos”. O desfile não apresentou “menor falha”, revelando que “as perspectivas estão abertas à expansão da Pátria Brasileira”⁵⁹⁰.

O aspecto interessante da Parada Militar é que reflete um momento especial do exército brasileiro, sua participação se estende também aos momentos de chegada e partida dos reis, onde as tropas formadas na avenida fizeram seu papel de conter o público, delimitar o espaço permitido à população. O jornal *A Pátria*, reserva duas páginas para o assunto logo após a partida dos reis, onde ressalta a impressionante atuação das tropas brasileiras, reformuladas por este novo sistema de ingresso.

Segundo o jornal, o exército do sorteio já estava se “dissolvendo na sociedade”, pois era rara a família que não tinha um parente ou amigo, “participando da grande escola de abnegação e patriotismo”. O Exército de há poucos anos, “anemiado, a desfalecer nas formaturas, sem a menor sombra de marcilidade, arrastando-se ao som de uns dobrados plangentes e mal tocados” havia ficado para trás, e em um curto espaço de tempo realizou-se “o milagre de uma verdadeira ressurreição”⁵⁹¹.

É importante ressaltar que o jornal atribui toda a competência e brilhantismo da atuação do exército aos “jovens oficiais”, ou seja, aos tenentes:

Esta verdade não nos cansaremos de repetir, de proclamar sempre que nos ofereça a oportunidade, porque assim faremos justiça ao que é nosso, genuinamente nosso, praticando o verdadeiro

⁵⁸⁸ Idem.

⁵⁸⁹ *A Notícia*. Rio de Janeiro; S/D. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵⁹⁰ Idem.

⁵⁹¹ *A Pátria*. Rio de Janeiro; 17 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

nacionalismo que entendemos que faz justiça ao que possuímos de bom e aponta o mau para que se corrija, mas que não vai dizer ao rei Alberto, num acesso de “engrossamento” incontido, que a instrução dos magníficos cadetes de realengo era ministrada por oficiais estrangeiros...⁵⁹²

O jornal faz referência provavelmente a atuação da Missão Francesa, no entanto, a visualiza a partir de um outro ângulo, não necessariamente positivo, onde as glórias pela reconstrução do Exército são atribuídas aos tenentes, considerados pelo jornal como um “exemplo que deveria ser imitado por quantos possuem uma parcela de responsabilidade no futuro da Pátria”⁵⁹³.

Os eventos militares não ficaram restritos ao Rio de Janeiro, no entanto, a capital federal foi o principal palco das forças militares brasileiras. As outras cidades, Belo Horizonte e São Paulo, contaram com desfiles Forças Policiais dos Estados. Em Belo Horizonte, o rei acompanhado do presidente Epitácio Pessoa, presidente do estado de Minas, Arthur Bernardes foram ao quartel da força pública da cidade assistindo aos exercícios do batalhão do grupo escolar.⁵⁹⁴ Já em São Paulo, após os vários exercícios realizados no pátio da Escola de Ginástica da Força Pública, os soberanos assistiram ao desfile de tropas que se realizou na Avenida Tiradentes, assistida por mais de 30.000 pessoas⁵⁹⁵.

Com a exposição feita acima, fica a impressão de que as forças brasileiras não decepcionaram a população e nem o rei, o espetáculo da formatura das tropas no primeiro dia dos soberanos no Brasil e a Parada Militar seriam motivo de orgulho, demonstrando uma nova relação da sociedade com o Exército, deveras diferente daquela vivenciada durante o século XIX. Todavia, alguns personagens não encontrariam espaço neste novo Exército, como por exemplo, os veteranos da Guerra do Paraguai, sua participação se resumiria praticamente, a enviar uma carta de saudação ao rei⁵⁹⁶.

⁵⁹² Idem.

⁵⁹³ Idem.

⁵⁹⁴ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 04 de out. de 1920.

⁵⁹⁵ *A Platéia*. São Paulo; 06 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁵⁹⁶ *Correio Paulistano*. São Paulo; 07 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

3.6 - Entre o mar e a montanha: o esporte pede passagem.

“Nunca se viu no Brasil tão intenso e tão geral movimento, não só de intensificação e melhoria dos esportes já existentes, como também da introdução de esportes novos...”⁵⁹⁷.

A citação acima faz referência ao ambiente do pós-guerra, onde é visível o crescimento do interesse pelos esportes com a multiplicação de modalidade, provas, clubes, atletas e espectadores, impulsionado também pelas conquistas internacionais, como por exemplo, a conquista de três medalhas nos Jogos Olímpicos de Antuérpia em 1920 pelos atiradores brasileiros e a vitória do time brasileiro no campeonato sul-americano de Futebol em 1919.

Um discurso apologético com relação às virtudes do esporte destaca o seu papel relevante no processo de formação da nação brasileira⁵⁹⁸, baseando-se nas teorias higiênicas que definiam a superioridade dos indivíduos adeptos do exercício físico sobre o grosso da população, há o desenvolvimento de novas práticas orientadas para a higienização do corpo e do indivíduo⁵⁹⁹. Os moços de “olheiras, magrinhos, escurinhos, pequeninhos, marchando dentro de enormes sobrecasacas e coroados de altíssimas cartolas”, citados por Luiz Edmundo⁶⁰⁰, são substituídos por um novo modelo de homem e novas preocupações com a estética corporal, tipos físicos fortes começam a ser lentamente valorizados⁶⁰¹.

Além da Parada Esportiva, cujo objetivo era justamente exibir o avanço do esporte ou da prática esportiva no Brasil, outros acontecimentos, que não constavam do programa oficial, provocariam comentários interessantes nos jornais, são eles: os banhos de mar em Copacabana e a excursão do rei Alberto na Floresta da Tijuca.

O interesse dos soberanos pelos esportes aparece em algumas de suas biografias, como neste artigo do jornal *A Platéia* de São Paulo, que descrevia o apreço do rei não somente por literatura e ciência, mas também pelos esportes, os quais praticava “com método e freqüência,

⁵⁹⁷ “O ano esportivo”, OESP, 1/1/1919, p.5. Apud SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. Op.cit. p. 43.

⁵⁹⁸ SANTOS, J.A. *Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1890-1947)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

⁵⁹⁹ PEREIRA, L.A.M *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.p. 43

⁶⁰⁰ EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal – vol.1, 2003.p.521.

⁶⁰¹ PEREIRA, L.A.M. Op.cit.p.48.

resultado de uma excelente educação física”⁶⁰². O jornal *A Pátria*, publica uma coluna intitulada “Alberto I íntimo”, onde oferece aos leitores notas de sua vida íntima. Assim durante sua juventude, além de um esplêndido mecânico, revelou-se também alpinista, “intrépido” cavalheiro, “yachtman”, e profundamente romântico⁶⁰³.

Segundo Laurita Pessoa, o programa dos soberanos teria sido montado de forma a deixá-los bastante tempo para seus “esportes e excursões favoritas”, especialmente o rei “que não prescindia deles”. Nesse sentido, durante sua permanência na cidade do Rio de Janeiro, o rei, e em vários momentos também a rainha, marcaram presença na praia de Copacabana. Os exercícios diários de natação de Alberto I nesta praia da zona sul da cidade atraíram a atenção geral, causando grande entusiasmo tanto na imprensa, quanto na população.

Mas, os banhos de mar não eram novidade no Rio de Janeiro. Tal hábito estaria já bastante difundido no quartel do final do século XIX, ganhando espaço devido as suas propriedades terapêuticas. O banho de mar aparece associado também à natação, à prática de exercícios físicos⁶⁰⁴, forma como era praticada pelo rei.

Laurita Pessoa faz uma breve descrição destes passeios, que começavam com o rei chegando na praia pela manhã bem cedo . Alberto I era um “nadador ousado e infatigável e não havia avisos de prudência que o impedissem de se afastar largamente da terra”. Frequentador do Posto 6 de Copacabana, o rei não tardou ser reconhecido pelos banhistas, e desde então “com o desembaraço próprio do carioca, nadadores e nadadoras anônimos se puseram a acompanhá-lo e competir com ele”⁶⁰⁵.

Os banhos do rei foram acompanhados de perto pela imprensa, que já separava uma coluna de suas reportagens diárias sobre a visita, para relatar o banho real.

Segundo o jornal *A Rua*, interesse do rei pela praia carioca surgiu quando da chegada no *S.Paulo*. Antes de ancorar, o couraçado brasileiro manobrou fora da barra, Alberto I, deslumbrado com a praia de Copacabana, manifestou o desejo de um dia tomar banho naquele trecho do litoral.⁶⁰⁶ Assim, no dia seguinte a sua chegada na cidade, em companhia do Dr. Pessoa de Queiroz, saiu bem cedo do Palácio Guanabara dirigindo-se ao elegante bairro. Em

⁶⁰² *A Platéia*. São Paulo; 05 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶⁰³ *A Pátria*. Rio de Janeiro; 19 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶⁰⁴ MELLO, V.A. *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

⁶⁰⁵ GABAGILIA, L.P.R. *Op. cit.* p.392.

⁶⁰⁶ *A Rua*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

Copacabana, trocou de roupa em um de seus palacetes do bairro, e quanto ao lugar da praia onde tomaria seu banho mar, recebeu as recomendações de um dos guardas do posto de salvamento para seguir para ao Posto 6, local conhecido como enseada da Igrejinha, onde o mar não oferecia perigo. O rei se dirigiu aquele local onde nadou “vigorosamente”, mostrando as suas ótimas qualidades de “sportman”. Um grupo de crianças o reconheceu e aclamando-o alegremente:

- “Viva o rei dos belgas! Viva o rei dos belgas!”⁶⁰⁷.

A notícia do banho de mar correu rapidamente, sendo “digna de registro na memória de todos quantos dela tiverem conhecimento”⁶⁰⁸, circulava já às 10 da manhã pela cidade. José do Patrocínio Filho, observa no editorial da revista *O Malho*, que o banho de mar do rei representou “o batismo público de sua popularidade no Rio. Foi aplaudido ao sair das ondas, aplausos que provinham do reconhecimento de um povo pela prova de confiança que lhe dava o rei-herói”⁶⁰⁹. Na revista *Fon-Fon!* a cidade representada pelas ondas de Copacabana e pelos morros se sentia honrada “por receber o rei, gritando Viva o Rei Alberto! Viva o Rei Alberto! Até os morros cochichavam entre si – Veja o rei que está tomando banho!”⁶¹⁰

Para o jornal *A Folha* o registro da notícia não estaria tanto pelo fato do rei ter se banhado, mas pelas circunstâncias que cercaram esse mesmo fato, ou seja, por se tratar de uma “louvável infração ao protocolo draconiano”⁶¹¹ que lhe fora imposto. O protocolo seria muito criticado, sendo que, os movimentos inesperados dos reis, principalmente Alberto I, dariam margem à construção da imagem de um rei popular extremamente admirado, os banhos de mar contribuiriam em muito nesse sentido, constituindo-se em um espetáculo aparte.

O tempo chuvoso dos dias seguintes não afastaria o rei dos seus banhos de mar⁶¹², seguido também pela rainha⁶¹³, constituindo-se em um momento em que poder-se-ia vislumbrar facilmente os soberanos, o que o tornava um divertimento bom e barato, como coloca *D. Quixote* na *Semana do Matuto*:

Se tudo mundo soubesse
Lá num fartava ninguém
Pois esse advertimento
Não custa nem um vintem,

⁶⁰⁷ Idem.

⁶⁰⁸ *A Folha*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. *In*: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶⁰⁹ *O Malho*. Rio de Janeiro; 02 de out. de 1920.

⁶¹⁰ *Fon-Fon!* Rio de Janeiro; 02 de out. de 1920.

⁶¹¹ *A Folha*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. *In*: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶¹² *A Noite*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920.

⁶¹³ *Ibidem*; 22 de set. de 1920.

E' mió do que os teatro
Cum tudo quanto elles tem,
Vale mais do que os cinema
E mais que os circo tombem !

Entonces, é brincadeira
Vê um rei tão importante
Chegá no meio do povo
Sem sordados adeante,
E tal e quá um rapaz
C'um arzinho de estudante,
Tomá seu banho na praia
Na vista dos passeiante?

(...)

O povo que tá oiando
Dá viva, faz gritaria,
Bate parma sastifeito,
Tudo com muita alegria;
O rei nada como um peixe,
É mesmo uma maravia,
E quem vê isto uma vez
Vórta p'ra vê todo dia!

Tem lá uns outro banhista
Que anda louco p'ra adulé,
E quando o rei entra n'agua
Elles tudo pega a entra,
E inté adonde o rei chega
Elles num póde chega.
Porque é tudo uns pateta
E nenhum sabe nadá.

P'ra amostrá esses chaleira
Que p'ra nadá num sou máo,
Eu quiz tombem pulá n'agua
P'ra dá nelles um quináo,
Porque já tenho nadado
Nos rio que não dá vão:
Mas a muié teve medo
Num me deixou, nem a páo!
(...)
Quando elle sahe do seu banho
Todos começa a gritá:
'Viva o rei !'e muitas moça
Dá fulô p'r'elle cheirá
Um home lhe bota em riba
A capa de generá,
E elle entra numa casa
P'ra vesti e se enxugá.⁶¹⁴

⁶¹⁴ D. *Quixote*. Rio de Janeiro; 29 de set. de 1920.

Observar o banho de mar do rei era um lazer gratuito, e na opinião do Matuto, melhor que teatro, cinema e até o circo, espetáculo que valia a pena voltar para assistir. No entanto, aos curiosos que todos os dias se dirigiam ao bairro para observar o banho real, avisa o *Correio da Manhã*, que “o rei constringe-se ao entrar e sair das ondas, sob os olhares dos que o contemplam”, no exercício de um esporte tão comum, assim muito gostaria que o deixassem banhar-se mais à vontade ⁶¹⁵.

Como ressaltou Paulo Francisco Baptista, o Brasil não se achava atrasado em relação aos modernos costumes balneários da Europa, as novas gerações começavam a aprender a nadar em piscinas, como as do Ginásio Anglo Brasileiro e do Fluminense Futebol Clube. Agremiações ligadas ao remo, como o Clube de Natação e Regatas, o Boqueirão do Passeio, o Internacional e outros, ensinavam e promoviam competições de natação ⁶¹⁶. Realmente, alguns episódios demonstram tal fato, no mais comentado, o rei teria sido desafiado por duas banhistas, que através do Dr. Pessoa de Queiroz pediram permissão para nadar ao seu lado. O rei aceitou o pedido e lá foram todos para o mar. As banhistas não conseguiram acompanhar o rei e acabaram adiando a saudável competição para outro dia ⁶¹⁷.

Poucos dias depois as duas banhistas, identificadas como Zoraida Cavalcanti e Angelina Cox, retornam a Copacabana propondo ao rei um novo desafio ao que este ponderou que naquele dia o mar estava perigoso e que seria melhor elas não lhe acompanharem ⁶¹⁸. Relatam os jornais que as “intrépidas banhistas” ⁶¹⁹ responderam que não se importavam, pois, estavam acostumadas a nadar ali desde criança. Iniciou-se então a pequena competição, sendo que em um dado momento o rei resolveu tomar a direção do Forte de Copacabana. As duas “sereias humanas” ⁶²⁰ acompanharam o rei em um audacioso “raid” ⁶²¹ até o Forte.

Outro ponto importante que deve ser ressaltado, é que os banhos de mar do rei em Copacabana voltaram as atenções para o bairro e também para o fato de que faltavam balneários na cidade, a observação foi feita pelo *Rio-Jornal*:

⁶¹⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 01 de out. de 1920.

⁶¹⁶ BATISTA, P. F. D. *Os banhos de mar em Copacabana e a visita do Rei Alberto*. Artigo inédito gentilmente cedido pelo autor.

⁶¹⁷ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro; 25 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶¹⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 27 de set. de 1920.

⁶¹⁹ *A Noite*. Rio de Janeiro. 26 de set. de 1920.

⁶²⁰ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 27 de set. de 1920.

⁶²¹ *Rio-Jornal*. Rio de Janeiro. 26 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

Quem ao entrar na barra de nossa baía, relancear pelo deslumbrante friso das praias que a orlam, imaginará, por certo que elas devam constituir uma das nossas mais carinhosas preocupações e que, por voltar do raiar do sol, muitas brasileiras, lindas e garrulas, corram pela areia e pelas ondas do mar. Imaginará também que, como nas cidades antigas, os balneários sejam aqui vários, excelentemente situados, centro principais das reuniões matutinas....Puro engano.⁶²²

Até o último de permanência no Brasil, Alberto I se dirigiu para Copacabana para tomar seu banho de mar, e até ⁶²³ mesmo durante a viagem a São Paulo, o rei não deixou de fazer seus exercícios de natação. A existência de uma piscina na fazenda de Guatapará, no interior de São Paulo, possibilitou que o rei se exercitasse todas as manhãs durante sua permanência naquele local ⁶²⁴.

Outra atividade física muito apreciada por este rei “sportman” era o alpinismo⁶²⁵. Assim, um outro recanto da cidade que muito o impressionou foi a Floresta da Tijuca. A excursão a Floresta estava marcada para o dia 24 de junho, junto com o almoço oferecido pela prefeitura, a chuva torrencial que caiu sobre a cidade provocou o seu adiamento para quando o tempo melhorasse. O rei, no entanto, não quis desistir do passeio empreendendo uma excursão a este recanto. Tal passeio do rei seria inclusive um teste de resistência tanto para sua comitiva quando para a imprensa.

A pequena comitiva de três carros partiu do Palácio Guanabara em direção a Tijuca, com breve parada no Hotel Itamaraty para o almoço. Os repórteres da *Gazeta de Notícias* que acompanhavam a comitiva observaram que na sala do hotel havia apenas um casal que “ao contrário do comum”, “não sentiu grandes emoções ao avistar o Rei”, que “como qualquer burguês” trajava um terno cinza escuro, com botinas amarelas e um chapéu verde. A chegada do rei foi uma surpresa para o hoteleiro e sua mulher, “que corriam de um lado para outro” para aprontar o cardápio real ⁶²⁶.

Terminado o almoço, seguiram todos para Tijuca. A comitiva parou por alguns minutos na Cascatinha a pedido do rei, depois tomou o caminho do Excelsior, mas os automóveis ficariam atolados no meio do caminho: “A terra molhada era indiferente à presença de um Rei. Ela venceu

⁶²² Idem.

⁶²³ *Jornal de Commercio*. Rio de Janeiro; 16 de out. de 1920.

⁶²⁴ *A Noite*. Rio de Janeiro; 10 de out. de 1920.

⁶²⁵ Na verdade, Alberto I faleceria em 1934 em um acidente durante a escalada de uns rochedos perto da cidade belga de Namur. Sobre suas realizações como alpinista ver: <http://www.king-albert-foundation.ch> Acesso em: 30 de janeiro de 2006

⁶²⁶ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro; 25 de set. de 1920. In: Agência Americana. *Op. cit*

a civilização, ali representada pelos 70 H.P de magnífico e silencioso motor a explosão”⁶²⁷ A solução foi descer e empurrar, contando com a ajuda inclusive de Alberto I. Visto que, mesmo assim, os autos não conseguiam vencer lama, decidiu-se mesmo ir a pé até o Excelsior.

Ao chegar próximo ao planalto do Excelsior, o rei avistou a sua direita muito alta e majestosa com ares de inacessível uma rocha e perguntou ao sr. Pessoa de Queiroz se era possível ir até lá. Conta o repórter da *Gazeta* que o secretário do presidente “empalideceu”, mas indagou o engenheiro municipal que acompanhava a comitiva se era possível tal empreitada, ao que este respondeu: “Ali não é possível, porque não há caminho. Mas há uma outra rocha mais elevada ainda, por aqui, à que, embora seja difícil e penoso, se pode ir. É o Pico da Tijuca, está situado a 1.021 metros de altitude”⁶²⁸. A excursão tomava aí novo rumo, Alberto I iria até o Pico da Tijuca. Como a chuva havia prejudicado as estradas, novamente o caminho teria que ser percorrido à pé, e logo que os automóveis pararam Alberto I “embrenhou-se por um atalho, desacompanhado, visando alcançar o caminho que leva ao cimo da grande e majestosa elevação. Dir-se-ia que aqueles sítios eram já familiares a sua majestade”⁶²⁹.

Durante o trajeto até o Pico ninguém conseguia acompanhar o rei, observaram os repórteres do *A Noite*, que o soberano ia na frente, marchando “sem temer as intempéries”, se distanciando de seus companheiros que iam ficando “pelo caminho, cansados, exaustos, desanimados”⁶³⁰. No topo chegaram apenas o soberano, os oficiais belgas, o Dr. Pessoa de Queiroz, o Dr. Faria Souto, o capitão Muller, o engenheiro Lacerda, dois agentes de polícia e a imprensa.

O soberano não conteve seu entusiasmo ao atingir o cume, com palavras de elogio para com a beleza da cidade, e os brasileiros deviam possuir um legítimo orgulho pela sua terra⁶³¹. Alberto I retornaria a Tijuca logo depois desta excursão, mas se contentaria por chegar apenas até o Excelsior, o passeio se estendeu pela região da zona da sul, sendo realizada inclusive inauguração da Avenida Niemayer⁶³². Em outro momento, já final do mês de setembro o rei expressaria de novo vontade de ir a Tijuca, com uma diferença, o passeio realizava-se à noite⁶³³.

⁶²⁷ Idem.

⁶²⁸ Idem.

⁶²⁹ *A Noite*. Rio de Janeiro. 24 de set. de 1920.

⁶³⁰ Idem.

⁶³¹ Idem.

⁶³² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 28 de set. de 1920.

⁶³³ *Ibidem*. 01 de out. de 1920; *Correio de Manhã*. Rio de Janeiro; 01 de out. de 1920.

Mas o apetite do rei por pequenas excursões não parou na Tijuca, durante a viagem de Teresópolis para Petrópolis, instigado pela “estranha força ascensional que parece dominá-lo irresistivelmente”⁶³⁴, teria manifestado interesse em escalar o Dedo de Deus.

Em artigo para o *Jornal do Brasil*, Brasílio Braga conta que os integrantes da comitiva, considerando o episódio da Tijuca, trataram de tirar da cabeça do rei tal idéia. O jornalista faz então um relato muito interessante de como teria ocorrido a primeira escalada do Pico:

(...) achando-se de passeio por Teresópolis alguns estrangeiros, de cuja nacionalidade não me recordo, aí souberam que o celebrado Dedo de Deus conservava ainda o seu vértice inviolado. Ninguém jamais lhe chegara ao cimo, nem estrangeiro, nem nacionais. Destes últimos não havia motivos para admirar, porque na sua indiferença pelas proezas ascensionais, nunca tinham feito tentativas sérias para atingir aquelas alturas, o que pareceu, como é de regra, aos viajantes estrangeiros, mais um sinal manifesto da inferioridade da nossa gente, corroída pela mestiçagem e amolentada pelo pernicioso ambiente intertropical. Resolveram, pois, dar um exemplo aos nossos molengos, (...) embrenharam-se na montanha, em cujo cimo desfraldariam a bandeira da sua terra.(...) Por fim, reapareceram os homens, de bandeira enrolada, e declararam catedraticamente que a empresa era irrealizável, (...). Entretanto, daí a dois dias, uma pessoa julgou divisar qualquer coisa de novo bem na ponta do Dedo de Deus; (...). Correu celebre a noticia, (...) o que lá estava era um bandeira: - era o auri-verde pendão esvoaçando galhofeiramente, como que a vaiar o malogro dos ascensionistas estrangeiros. Fora hasteada por alguns Jecas locais (...).Na volta, os bravos Jecas ainda contaram (...) que, empregando o material abandonado pelos monsieurs, tinham tornado mais fácil, daí por diante a escalada do Dedo de Deus. Mas, essa história não será narrada ao Rei Alberto, para não lhe estimular o apetite de subir.⁶³⁵

A citação é extensa, mas auxilia para pensar algumas questões, como por exemplo, que houve um momento dedicado a exibição do avanço esportivo, e não seria a natação, muito menos a prática do alpinismo que figurariam neste evento, mas sim, o futebol.

3.6.1 - A Parada esportiva

No dia 26 de setembro realizava-se no estádio do Fluminense, local onde a equipe brasileira de futebol conquistara o título sul-americano, a grande Parada Esportiva em honra aos soberanos belgas. Este não seria o único evento esportivo a integrar o programa das festas, o Grande Prêmio Rei Alberto I, realizado no hipódromo do Derby Club também com a presença dos soberanos, atraindo um público considerável. Contudo, a Parada Esportiva concentraria as principais atenções, merecendo várias linhas da imprensa.

⁶³⁴ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 30 de set. de 1920.

⁶³⁵ Idem.

O jornal *O Paiz* ressalta a importância do evento como expressão “do que representamos como cultura física, talento e energia de uma raça, que caminha impávida, para os destinos de uma finalidade de triunfos, ainda mal esboçados”⁶³⁶, representando neste sentido, o “mais apolíneo dos desfiles atléticos de que a história do nosso progresso em cultura física vai merecer a glória de inscrever”⁶³⁷.

Para o *Rio-Jornal* era um momento marcante onde colhíamos o fruto “de uma nova orientação educacional, aliada aos próprios esforços da juventude, já hoje fortificada” nas agremiações esportivas. A mocidade brasileira que se apresentava na Parada consistia na representação eloqüente da marcha para um “destino certo de aspirações grandiosas, de paz fecunda, de ordem e de progresso”, trabalho auxiliado “pelos centros de cultura física, disseminados já por todo o país, e dando, a cada hora, os resultados mais proveitosos”⁶³⁸.

Ainda segundo o jornal *O Paiz*, o evento representava “a apoteose da cultura física, da força educada, da vitalidade da gente moça da terra brasileira”, ou seja:

É o Brasil de amanhã, (...) de peito aberto e moço, mostrando nos braços os músculos educados, e no corpo o perfil esbelto da sadia robustez, (...) dirá sua majestade que somos um povo em evidente evolucionar esportivo e que o esporte entre nós já se tornou um ideal, senão uma religião, para qual toda a mocidade⁶³⁹.

As impressões acima, tanto do *O Paiz* quanto do *Rio-Jornal* ressaltam características presentes nos atletas que participariam do evento, no entanto, uma das características mais fortes da Parada Esportiva estava no fato de que dela participaram apenas os atletas dos clubes de futebol. Tal esporte experimentava um grande crescimento, neste momento, sendo que o número de jogadores pertencentes às ligas principais já chegava em 1920 a mais de 13 mil. Era o momento de popularização do esporte, de elemento de distinção transformava-se em prática admirada por todos, um grande fenômeno de massa⁶⁴⁰.

Os reis assistiram ao evento da tribuna de honra que se iniciou com a entrada no estádio de uma banda de clarins, seguiu-se o desfile com a entrada em campo das delegações dos filiados à liga, composta por mais 1.500 atletas. Para encerrar o evento ocorreu uma disputa entre um selecionado escolhido entre os times de futebol da zona sul, vestido com as cores da Bélgica contra um outro formado pelos times da zona norte que vestia uniforme da Liga Metropolitana.

⁶³⁶ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 24 de set. de 1920.

⁶³⁷ *Ibidem*. Rio de Janeiro; 25 de set. de 1920.

⁶³⁸ *Rio-Jornal*. Rio de Janeiro; 25 de set. de 1920. *In*: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶³⁹ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 26 de set. de 1920.

Leonardo Pereira observa algumas ambivalências presentes no evento, como por exemplo, o fato do desfile ser composto apenas pelos clubes da cidade do Rio de Janeiro, mas que nem por isso deixou de assumir o caráter de grande festa da nacionalidade, apresentando os atletas como representantes do avanço esportivo nacional, sendo perceptível uma suposta homogeneidade da “alma nacional”⁶⁴¹.

Além da imagem homogênea e coesa, Leonardo Pereira percebe também a articulação de identidades separando membros das diferentes associações esportivas da cidade em falanges claramente diferenciadas. Os clubes não filiados a Liga foram impedidos de participar do desfile, ou seja, embora se pretendesse simbolizar o desenvolvimento esportivo da nação, maior parte dos clubes cariocas não puderam se apresentar ao monarca. Essa lógica da exclusão poderia ser notada na própria partida de futebol, realizada após a parada, entre a Zona Sul e a Zona Norte da cidade, assim de um lado ficaram os jogadores do Botafogo, Fluminense e Flamengo e do outro Andaraí, Bangu, e Vila Isabel⁶⁴².

Um último ponto de diferenciação estaria no fato dos dirigentes da Liga excluírem os atletas de cor filiados aos clubes que participariam da parada esportiva. Tal boato, pouco noticiado, foi desmentido pelo vice-presidente da entidade Ferreira Viana. O episódio não seria novo, nem na visita nem no futebol. A popularização do esporte na década de 10 possibilitou que algumas restrições a participação de negros no esporte fossem derrubadas, contudo, na partida realizada após a parada, um jogador negro de destaque como Luis Antonio ficou na reserva do time da região norte. O perfil do time selecionado era então de jovens de traços finos e aparência elegante, quase todos sócios dos grandes clubes cariocas⁶⁴³, demonstrando o preconceito ainda existente com relação a participação de negros na prática do esporte.

Tantas clivagens não foram identificadas pelos jornais, as impressões do evento são bem elogiosas. Como observa o *Correio da Manhã*:

A majestosa reunião de sportsmen, verdadeiro acontecimento na história do Brasil esportivo alcançou sucesso esperado e provocou o desejado efeito. Brilhou todo o trabalho que tem tido os dirigentes do futebol carioca, que apareceu (...) forte, diante dos olhos daqueles que, conhecedores do “metier”, tiveram oportunidade de conhecer, também, a nossa organização e valor, e o trabalho que temos tido, no nosso aperfeiçoamento ginástico⁶⁴⁴.

⁶⁴⁰ PEREIRA, L.A.M. *Op.cit* p. 126.

⁶⁴¹ PEREIRA, L.A.M. *Op.cit.* p.157.

⁶⁴² Idem.

⁶⁴³ Idem.

⁶⁴⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 27 de set. de 1920.

A Parada Esportiva representou o desenvolvimento esportivo da nação, o futebol ocupou o papel principal. Sobre o ‘match’ de futebol, apontou o jornal *A Pátria* que devido a superioridade da zona ‘Sul’ formada pelos jogadores do Flamengo, Fluminense e Botafogo, já era esperada a vitória do combinado de jogadores⁶⁴⁵.

Cerca de vinte mil pessoas, “evidentemente entendidas no esporte”, ressalta o *Jornal do Comércio*, acompanharam os episódios da partida “football”, atraído não apenas pelo aparato da festa, mas também por tratar-se de uma multidão de “aficionados” no esporte. E até o rei mostrou-se torcedor, “em certas ocasiões perigosas, Sua Majestade, havendo descalçado as luvas, mas conservando-as entre os dedos, as torcia nervosamente”⁶⁴⁶.

Mas e os outros esportes? O jornal *O Paiz* ressalta esse aspecto ao que na Parada Esportiva, só tomaram parte os clubes de futebol, era necessário, não esquecer da contribuição que os esportes náuticos traziam para o desenvolvimento físico, além do fato de que era preciso que as novas gerações se habituassem ao mar.

A parada de ontem valeu pela prova mais impressionante da nossa evolução a esse respeito. E é por isso que se deve chamar a atenção dos nossos governantes, para que se integrem na compreensão dos verdadeiros interesses da nossa nacionalidade e prestem todo o seu concurso à obra, verdadeiramente patriótica, da educação física da nossa mocidade⁶⁴⁷.

Enfim, na exibição oficial do esporte brasileiro, o futebol foi o grande eleito, práticas esportivas mais antigas como as regatas, por exemplo, foram excluídas. A intenção era também imprimir um caráter de homogeneidade ao evento, uma característica notável não só na Parada Esportiva, mas também em outros eventos já observados da visita, como no público presente na recepção real. Por mais que a intenção dos organizadores da festa fosse pintar um retrato do país em sua harmonia e homogeneidade, a imagem final evidenciava que esse sentimento nacional era perpassado por antagonismos e diferenças.

⁶⁴⁵ *A Pátria*. Rio de Janeiro; 27 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁶⁴⁶ *Jornal do Comércio*. Edição da Tarde. Rio de Janeiro; S/D. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁶⁴⁷ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 27 de set. de 1920.

3.7 - Grandes festas para os reis.

Enquanto por aqui estiveram, Alberto I e Elisabeth não participaram somente de Paradas Militares, Esportivas, sessões de discursos, cortejos e banhos de mar. Diferentes refeições foram servidas aos soberanos, ao som de muita música, executada por uma orquestra formada com esse objetivo: entreter os reis durante suas refeições. Outros eventos também dariam aos reis a oportunidade de ouvir boa música, o Concerto no Municipal seria um deles, além dos suntuosos banquetes nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo.

Vários tipos de festas seriam também organizados para entreter os reais visitantes, como o Gardem Party realizado nos jardins do Palácio do Catete, as festas infantis em Belo Horizonte, São Paulo e no Rio de Janeiro, e o último evento que os reis participam: a Festa Veneziana na praia de Botafogo.

3.7.1 - Para o rei ouvir e saborear: *Papagaio Louro e feijoada.*

Nas reportagens diárias sobre a visita, além dos detalhes sobre as cerimônias realizadas no dia anterior, havia também uma pequena coluna dedicada a informar aos leitores qual havia sido o *menu* do almoço, e muitas vezes também do jantar, oferecido aos soberanos. Na maior parte das vezes tal menu vinha acompanhado do repertório musical executado durante as refeições. A observação de tais menus e programas musicais deu margem a comentários relativos ao que se incluía ou não em tais seleções.

Observando primeiramente os cardápios reais, vemos que na sua primeira refeição em terras brasileiras, os soberanos belgas apreciariam no jantar íntimo do Catete oferecido pelo presidente e sra Pessoa o seguinte menu: sopa de milho, roule de peixe, file mignon, legumes, aspargos, carne asada, galinha, salada e morangos para a sobremesa.⁶⁴⁸ Já no menu do banquete do gala realizado na noite seguinte também no Catete constavam três carnes diferentes: robalo, carneiro e peru, além de saladas, e no de São Paulo o prato principal era um *suprême* de Garoupa.

Ressaltar os menus reais adquire sentido se pensarmos que a cozinha pode ser operada como um forte referencial identitário, ao prato preparado é possível atribuir um significado especial. Mais que hábitos e comportamentos alimentares, as cozinhas implicam em formas de perceber e expressar um determinado “modo” ou “estilo” de vida que se quer particular a um

determinado grupo. Assim, o que é colocado no prato, mais que alimentar o corpo, alimenta uma certa forma de viver⁶⁴⁹.

Desta forma, noticia o *Jornal do Brasil* que o rei havia manifestado o desejo de saborear um prato que fosse “genuinamente nacional”, fato totalmente compreensível, observa o jornal, “dada a monotonia dos cardápios geralmente servidos nas mesas de luxo”. A alteração no cardápio estaria ligada a quebra dessa monotonia e não necessariamente a uma identidade. Atendendo então ao pedido do rei foi servida uma “suculenta feijoada à brasileira”, que contava com “nosso tradicional feijão preto”, as fatias de laranjas, com direito também ao lombo e a cabeça do porco, além da farinha de mandioca⁶⁵⁰. Sobre o episódio o *A Noite*⁶⁵¹ e a *Gazeta de Notícias*⁶⁵² acrescentam que não faltou nem o “paraty”, ou seja, a cachaça que geralmente acompanha o prato.

Segundo Maria Eunice Maciel a feijoada, ficou estabelecida como o prato nacional, o mais identitário de todos, porque existiria em todo o país, representaria no plano da comida a nacionalidade⁶⁵³.

No caso da visita, a feijoada seria responsável por abrir o cardápio para a entrada de outros pratos ditos “nacionais”, o próximo nesse caso saboreado pelos reis foi “camarão com chuchu”, e como noticiou o *Correio da Manhã*, o rei teria ficado “encantado com o legume”, e com as frutas nacionais, principalmente laranjas, maracujás e mamão⁶⁵⁴.

Os cardápios reais renderiam alguns comentários, como estes publicados na *Gazeta de Notícias*, colhidos em uma conversa durante a Parada Militar no Campo de São Cristóvão, a poucos passos do portão principal, junto ao tabuleiro de “Siá Henriqueta”, é que bem interessante. Segundo o jornal, um senhor alto falava numa roda quase exclusivamente composta por matronas: “- Afinal, isto é demais! Que se fale nos passeios dos Reis, vá; como passaram o dia, onde vão, vá. Mas, até publicar-se que S.M gostou de feijoada, feita pelo Hotel dos Estrangeiros!...”⁶⁵⁵.

⁶⁴⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 20 de out. de 1920.

⁶⁴⁹ MACIEL, M.E. Uma cozinha à brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 33, 2004.

⁶⁵⁰ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920.

⁶⁵¹ *A Noite*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920.

⁶⁵² *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶⁵³ MACIEL, M.E. *Op.cit*.

⁶⁵⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 23 de set. de 1920.

⁶⁵⁵ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro; 23 de set de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

Um das senhoras acrescentou que seu marido havia lhe dito há pouco que o rei havia almoçado naquele dia camarão com chuchu. “- Com certeza, amanhã publicarão isto”, observou o cavalheiro. Ouvindo a conversa “Siá Henriqueta” perguntou ao cavalheiro: “- Yôyô, sabe se S.M recebe presentes?”, o cavalheiro respondeu que era claro que sim. O jornal pausa o relato da conversa para fornecer alguns detalhes sobre “Siá Henriqueta”, descrita então como a viúva do crioulo Victorino dos Santos, responsável por enviar ao sr.J.J. Seabra uns legítimos pratos a moda da “Mulata Velha”, gabava-se de ser “fornecedor” do ministério. No Mercado Novo, sucedendo ao seu companheiro de tantos anos, “Siá Henriqueta” manteve as tradições da casa. Voltando ao dialogo, o cavalheiro indaga “Siá Henriqueta” porque queria saber se o rei recebia presentes, ao que esta responde:

- Yôyô acredita que um hotel com um nome estrangeiro, possa preparar uma comida às direitas, à moda da gente? Eu só queria poder mandar para o palácio uma “moqueca” ou um “vatapá” puxado à molho seco, molho de “castigo”, como Yôyô sabe. Então sim é que o “homem” ia ver o que era comer e pedir mais. E pouco se medava que os “jorná” falasse...⁶⁵⁶

A “moqueca” e o “vatapá” não integrariam os cardápios dos reis, vale ressaltar que o discurso na cozinha levanta a hipótese de que a inclusão de tais pratos implicaria em críticas da imprensa. Os menus seguiram então o costume colocar um prato nacional, nos almoços e jantares reais, assim, vemos surgir na mesa real “cozido à brasileira”⁶⁵⁷, “macuco a la brésilienne”⁶⁵⁸, “Língua do Rio Grande com feijão branco”⁶⁵⁹, “peixe ensopado a brasileira, boeuf, leitão assado”⁶⁶⁰.

Em São Paulo, continuou aqui o que se fez no Rio, oferecendo-se aos soberanos um prato nacional, sendo servido “paçoca com banana”,⁶⁶¹ “file de bijupirá ao molho branco”⁶⁶², “robaló a baiana”, “doces brasileiros”, “frutas nacionais” e “café”⁶⁶³.

Infelizmente, os menus publicados não oferecem detalhes sobre os pratos, o que confere alguns obstáculos a uma análise mais apurada, seria interessante poder pesquisar também os cardápios planejados, pelo menos no Rio de Janeiro, pelo senhor Elisario Silva do Hotel dos Estrangeiros, de onde eram fornecidas as refeições.

⁶⁵⁶ Idem.

⁶⁵⁷ *A Noite*. Rio de Janeiro; 25 de set. de 1920.

⁶⁵⁸ *A Razão*. Rio de Janeiro; 25 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶⁵⁹ *Rio-Jornal*. Rio de Janeiro; 26 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶⁶⁰ *Gazeta de Noticias*. Rio de Janeiro; 30 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶⁶¹ *Jornal do Commercio*. São Paulo; 07 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶⁶² *O Paiz*. Rio de Janeiro; 09 de out. de 1920.

⁶⁶³ *Jornal do Commercio*. São Paulo; 14 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

A seleção do repertório musical ganha maior enfoque, até porque é organizado um evento com intuito justamente de apresentar a música nacional ao rei, surgindo questões mais polêmicas neste sentido.

Para entreter os reis durante as refeições foi organizada uma orquestra dirigida pelo maestro Álvaro Pinto de Oliveira, e composta pelos músicos Efren Garbelotte, José russo, César Mendonça, Guweler Eduardo, Oswaldo Alloni, Pedro Viana, Ernani Amorim e José Corno.⁶⁶⁴ Nos documentos do Itamaraty não há referência, ao moldes do que ocorreu com a orquestra formada para tocar a bordo do *S.Paulo*, que tenha sido selecionada nos quadros do Instituto Nacional de Música, contudo, o repertório executado é marcado por nomes consagrados dessa instituição como Alberto Nepomuceno, Henrique Oswald e Carlos Gomes, o mesmo ocorrendo no repertório do banquete do Catete. Mas os nomes que mais marcavam os programas eram os dos compositores estrangeiros como Schubert, Mendelssohn, Tchaikovsky; Debussy, E.Grieg, Bizet, Mozart, Dvorak, Chopin, Wagner, Bach, Schumann, G.Karganoff e Beethoven.

A curiosidade da rainha levaria, no entanto, a inclusão de um outro tipo de música ao repertório. Assim, em meio a programa que incluía J.Brahms e Tchaikovsky, foi executado “Papagaio Louro”, número extra que fez sucesso estupendo⁶⁶⁵.

Mas, os reis teriam a princípio um momento apropriado para entrar em contato com a música brasileira. A apresentação dos *Oito Batutas* no almoço oferecido pela prefeitura na Mesa do Imperador. Quem eram os *Oito Batutas*?

A formação vem do Grupo do Caxangá, um bloco carnavalesco constituído pelos músicos Pixinguinha, João Pernambuco, Donga, Henrique Manuel de Souza, Nola, Caninha, Osmundo Pinto e Raul Palmieri⁶⁶⁶. Os músicos se apresentavam vestidos com trajes típicos do Nordeste, com um repertório composto por sambas, choros, toadas e valsas.

A apresentação do grupo formado por Donga no coreto do Tenentes do Diabo, durante o carnaval de 1919 chamou atenção do gerente do Cinema Palais, Isaac Frankel que procurava um conjunto para tocar na sala de espera do cinema, assim nascia os *Oito Batutas*. A partir de abril de 1919, o grupo passou a tocar no Cinema Palais, cinema grande e muito elegante do centro

⁶⁶⁴ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶⁶⁵ Idem.

⁶⁶⁶ CABRAL, S. *Pixinguinha. Vida e Obra*. Rio de Janeiro: Lumiar, 1997. p.37.

carioca. Segundo Sergio Cabral, Isaac Frankel revelou-se corajoso de enfrentar o preconceito racial próprio da camada que freqüentava o Palais, pois, o conjunto tinha quatro negros⁶⁶⁷.

A temporada no Palais recebeu elogios de jornalistas engajados em um movimento de caráter nacionalista liderado por escritores como Melo de Moraes Filho e Afonso Arinos, mas também causou muitos protestos, evidenciando a oscilação entre a aceitação e rejeição da música popular. Um grupo, que contava com quatro negros, cantava sambas, emboladas e outros ritmos populares, vestindo-se à moda sertaneja, apresentando-se num elegante cinema da capital federal poderia ser um incômodo.

Os *Batutas* receberam grande projeção, com convites para festas e espetáculos, recebendo ajuda também de Arnaldo Guinle que financiaria suas viagens pelo Brasil e no exterior. A recepção aparentemente positiva dos *Batutas* remete a um movimento de valorização da cultura popular por certos segmentos intelectuais e artísticos, que ocorre não apenas dentro, mas também fora do país, como ressalta Letícia Reis, um exemplo seria a vinda para o Brasil de artistas estrangeiros ávidos para conhecer as manifestações populares do Brasil em especial aquelas de raízes negras⁶⁶⁸.

Com relação à apresentação do grupo para os reis belgas, Letícia Reis observa que tal episódio revelou como a musicalidade representada pelo grupo servia para que as elites expressassem a imagem que queriam construir para o Brasil, ao evocarem uma brasilidade com a sua música. Um ponto importante que deve ser ressaltado está no fato de que Arnaldo Guinle, um dos grandes patrocinadores do conjunto fazer parte da comissão organizadora dos festejos para os reis.

Segundo o jornal *A Noite*, o evento oferecido pelo prefeito seria uma oportunidade dos soberanos apreciarem a música “regional brasileira”, executada pela “troupe” dos *Oito Batutas*. Durante o almoço, tal “conjunto musical nacional, em trajes característicos”, explica o jornal, executaria o seguinte programa:

Luar do Sertão (poesia de Catulo Cearense), por Octavio Vieira; Urubu (samba característico) de Alfredo Vianna; Na Coiéta (cateretê paulista), cantado por Octavio Vianna; Pelo telefone (famoso samba carnavalesco), de Ernesto Santos; do maestro Rezende; Pois é (Rolinha do Sertão), do maestro Rezende; Desafio paraibano entre Octavio Vianna e Carlos Lima, poesia de Catulo Cearense. A descrição do desafio é a seguinte: No sertão da Paraíba. Em casa de Maroca Trapiá há uma festança onde foram convidados os violeiros mais afamados daquele sertão; entre eles

⁶⁶⁷ Ibidem, p.45

⁶⁶⁸ REIS, L.V.S. “O que o rei não viu”: música popular e nacionalidade no Rio de Janeiro da Primeira República. In: *Estudos Afro-asiáticos* 2003-01-01.

encontram-se Bacatuba e Pedro Sabiá, que ali foram disputar uma flor que Jovita, a cabocla mais bonita daqueles sertões, oferece ao cantador que melhores versos lhe dissessem.⁶⁶⁹

A apresentação dos *Oito Batutas* causa algumas polêmicas, o jornal *O Paiz* é o primeiro a se manifestar. Em artigo intitulado “A arte nacional”⁶⁷⁰, o jornal considerava um absurdo a tentativa de ocultar os marinheiros negros, mas admitia que nem o que era inferior deveria ser mostrado. Tanto se criticou que as autoridades caíram no extremo oposto, ou seja, resolveram apresentar os *Oito Batutas* ao rei. Sobre o grupo coloca o jornal: “Não é que esses rapazes não possuam uma face curiosa das nossas músicas populares”, mas, se fosse o contrário, não se daria a conhecer a uma pessoa culta uma canção flamenga, um cantor popular para exteriorizar. Confia-se essa missão a um fino artista, cuja sensibilidade pode ser transmitida nos ouvidos educados sem a rudeza das vozes em estado natural.

O problema também estaria no repertório do evento, pois oferecer aos reis “um programa de cantigas, não só populares, mas até desgraçadas, como certos sambas carnavalescos, de uma chatice horrível” não parecia ser agradável, e nem útil.

Certamente que os nossos eminentes hóspedes não poderão dizer que essas cantigas são de uma monotonia quase dolorosa – pois vão pensar que esta é a expressão mais feliz do nosso *folk-lore*. Pelo contrário, é de esperar que eles educadamente, os achem muito interessantes e muito curiosas. Mas seria preferível que se confiasse a uma verdadeira orquestra a execução de música caracteristicamente brasileiras – e as temos tão belas! – e aí, como um número de curiosidade, poderiam aparecer, mas não como expoentes da arte nacional – os oito batutas...

O artigo do jornal é um bom exemplo de como os músicos não eruditos ainda eram vistos com desconfiança e pouca consideração pela elite. No entanto, outro personagem também não se conformou com a planejada apresentação dos Batutas para o rei: o “aplaudido *folk-loriste*” Catulo da Paixão Cearense. O músico enviou uma carta para o jornal *Gazeta de Notícias* onde comenta que no programa montado para os reis seriam executados dois números de sua autoria “Luar do Sertão” e “desafio de dois violeiros do norte”, lamentando que o rei fosse ouvir essas poesias misturadas com umas bobagens que vão figurar “como parte integrante do nosso “folk-lore”⁶⁷¹.

O ‘Luar do Sertão’ é uma poesia conhecida em todo o Brasil, observa Catulo, apreciada por intelectuais, pela “alma popular” e até por estrangeiros, sendo que os soberanos “desdenhariam de ouvi-la, se a ouvissem por lábios educados e almas de artistas”. Concordando com o artigo publicado no *O Paiz*, Catulo censura a idéia de fazer dos Batutas “os representantes

⁶⁶⁹ *A Noite*. Rio de Janeiro; 23 de set. de 1920.

⁶⁷⁰ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 24 de set. de 1920.

da nossa alma popular”, pois se o rei desejava conhecer “os nossos sertanejos e as canções da nossa gente, porque não me convidaram? Haverá no Brasil um homem que, nesse gênero, possa mais condignamente representá-lo?”⁶⁷²

A carta de Catulo demonstra a disputa por um lugar privilegiado de representante da música popular. No caso, se comparado aos *Batutas*, Catulo Paixão era um artista que já desfrutava de maior reconhecimento, em 1906 a convite de Alberto Nepomuceno, se apresentou no Instituto Nacional de Música e em 1914 no Palácio do Catete. Segundo Paulo Guérios, um músico não-erudito nos locais da elite não era algo freqüente e Catulo foi justamente um dos músicos responsáveis pela maior aceitação da música popular entre a elite, sendo convidado inclusive para tocar na casa do folclorista Melo de Moraes Filho.⁶⁷³

Resta ainda um ponto interessante a ser colocado, afinal, os *Batutas* tocaram ou não para os reis? O almoço da prefeitura foi transferido diversas vezes por causa da chuva, segundo os relatos, choveu na cidade do dia 20 ao dia 26, ou seja, toda a semana seguinte à chegada dos soberanos, atrasando a realização de vários eventos que constavam do programa oficial, como a Festa da Quinta da Boa Vista e a Festa Veneziana. No domingo (dia 27), quando finalmente o sol voltou a aparecer na cidade o almoço não pôde se realizar, pois, os soberanos, muito católicos, haviam reservado parte do dia para assistir a missa. As semanas seguintes estavam já preenchidas com as viagens para a região serrana do Estado do Rio, e também aos Estados de Minas Gerais e São Paulo. A única referência que encontrei de que os *Batutas* teriam se apresentado aos soberanos está no livro de Sérgio Cabral, onde este cita um panfleto de propaganda do grupo durante suas apresentações no Cassino Bangu no carnaval de 1921. No panfleto lia-se “espetáculos completos pela aplaudida trupe brasileira que tocou para o rei Alberto”⁶⁷⁴. Sem referências, no entanto, a quando tal evento teria se realizado.

O trabalho de Letícia Reis fornece algumas pistas neste sentido, o próprio título do artigo “O que o rei não viu” é inspirado em uma revista produzida em 1921 por Pixinguinha, China e Dias Pinto; uma gozação, segundo a autora, com a intenção das autoridades de causar uma boa impressão aos soberanos belgas com a limpeza da cidade e as diversas prisões efetuadas. A

⁶⁷¹ *Gazeta de Noticias*. Rio de Janeiro; 25 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶⁷² *Idem*.

⁶⁷³ GUÉRIOS, P.R. Heitor *Villa Lobos: o caminho sinuoso da predestinação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.53.

⁶⁷⁴ CABRAL. S. *Op.cit.* p.61.

própria autora não chega a afirmar que tal apresentação tenha ocorrido⁶⁷⁵. Contudo, o mais interessante nesse suposta apresentação dos *Batutas* é a sua capacidade de gerar polêmica e o próprio significado de ter sido o grupo incluído no programa.

Mas não apenas a apresentação dos *Batutas* renderia debates. O Concerto de Gala no Teatro Municipal, que ao englobar uma produção essencialmente do Instituto Nacional de Música poderia ser considerado mais aprazível aos ouvidos reais pelas elites, também não escapou às críticas.

As expectativas eram boas a principio, segundo o *Rio-Jornal*, o concerto representava um verdadeiro “acontecimento artístico-musical”, tendo em vista os elementos que nele tomarão parte e o cuidado com que foi organizado. Do programa constavam 120 professores de orquestra e 40 músicos das bandas marciais da Polícia e Corpo de Bombeiros. Consistindo em um momento especial onde os soberanos teriam a oportunidade de apreciar “o nosso desenvolvimento musical”, com o concurso da senhorita Maria do Carmo Monteiro da Silva, primeiro prêmio no Instituto Nacional de Música, onde foi também laureada com medalha de ouro, a talentosa “virtuose” teria a oportunidade de receber muitas palmas e entusiásticos aplausos “por todos quantos compreendem a boa música e os seus segredos divinos”.⁶⁷⁶

Programação do concerto:

1.^a parte

I – Hino belga e hino brasileiro. Instrumental de Elpídio Pereira. Orquestra alunos do INM.

II- Francisco Braga – Oração pela Pátria, versos de Luiz Guimarães Filho, solista Sra Herdt Iracema. Coro para vozes femininas 1os. Prêmios e alunos do INM.

III- 3^o ato “Calazar” de Elpídio Pereira; Regente: o autor.

2.^a parte

IV- Henrique Oswald – Bebe s’endort, berceuse por instrumento de arco. Regente: Francisco Braga.

V- a) A. Neponuceno – Anoitece, poesia de Adelina Lopes Vieira; b) Barroso Neto – Conseil pour l’homme, poesia do Comte d’Arschet, solista: Frederico do Nascimento Filho. Ao piano, prof., Ernani Braga.

VI – J. Octaviano – Duas danças.

Com moto, Animato de orquestra, Tempo I; II-Allegro. Regente o autor.

VII – Grieg – 1^o tempo do concerto para piano com acompanhamento de orquestra péla senhora Maria do Carmo Monteiro da Silva, discípula láurea do prof. H. Oswald. Regente: Francisco Braga.

3.^a parte

VIII – Vila - Lobos. A Guerra e a Vitória, poemas sinfônicos para orquestra. Regente o autor.⁶⁷⁷

⁶⁷⁵ REIS, L.V.S. *Op.cit.*

⁶⁷⁶ *Rio – Jornal*. Rio de Janeiro; 30 de set. de 1920. *In: Agencia Americana. Op. cit*

⁶⁷⁷ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 30 de set. de 1920.

A escolha dos artistas que iriam se apresentar receberia algumas críticas, de acordo com o jornal *A Noite*, circulavam nas rodas de professores e alunos do Instituto Nacional de Música, comentários sobre o fato de não serem convidados para essa audição músicos brasileiros que sobressaíram em apresentação no estabelecimento oficial de música da capital belga. Com relação ao programa, o jornal aponta que há deficiência de composições nacionais. “Parece assim, que não houve na organização dessa prova de exibição dos nossos artistas musicais o critério que era justo que fizesse sentir”⁶⁷⁸.

É visível a preocupação com o sucesso absoluto do evento, um momento crucial onde os reis iriam avaliar a música nacional, seu adiantamento, seria prudente, nesse caso, a escolha de artistas já laureados no exterior, especialmente na Bélgica.

Com programa ao programa do concerto, é interessante observar a inclusão de Villa Lobos. O músico tem sua primeira grande atuação em um concerto oficial organizado para a recepção de Eitácio Pessoa em 1919. Tal concerto era composto por três obras: *A Guerra*, *A Vitória* e *A Paz*. Estas três sinfonias foram encomendadas à músicos do Instituto Nacional de Música, sendo um deles Alberto Nepomuceno, que recusou o convite por estar em conflito com o seu organizador Abdon Milanez, chegando o convite então até Villa Lobos que ficou encarregado de compor *A Guerra*. Sua apresentação causou grande impacto no público, recebendo elogios calorosos. Incentivado pelo sucesso desta apresentação, Villa Lobos compõem as duas outras peças *A Vitória* e *A Paz*⁶⁷⁹.

Em entrevista para o jornal *A Noite*, Villa Lobos⁶⁸⁰ forneceu algumas explicações sobre as composições que iria apresentar no concerto. Na sinfonia *A Guerra* utiliza trechos musicais que usavam os batalhadores selvagens das margens do Reno, um motivo musical que desenvolveu sob um ambiente impressionista, num prisma inteiramente moderno. Em *A Vitória* inspirou-se nos artísticos toques das "cornet" antigas, que anunciavam as vitórias, glorificando os seus deuses entres danças campestres.

O jornalista pergunta a Villa-Lobos porque não seria executada a última da composição (*A Paz*) ao que o compositor explica que em conversa com o Eitácio Pessoa, o presidente ponderou que desejava aproveitar o concurso de outros compositores brasileiros, a fim de dar mais realce a festa. Encerrando a entrevista, o jornalista pergunta: - “E o que o maestro espera dos que vão

⁶⁷⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro; S/D. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶⁷⁹ GUÉRIOS, P.R. *Op.cit.* p.115.

⁶⁸⁰ *A Noite*. Rio de Janeiro; 30 de set. de 1920.

ouvi-lo?” Ao que Villa-Lobos responde: “Difícil responde-lo. No entanto, pela vitória que obtive na execução da minha primeira sinfonia (*A Guerra*), espero a paz com a segunda (*A Vitória*), assim como prevejo a minha independência, quando se executar a terceira sinfonia *A Paz*.”

Mas, Alberto I não ouviria o concerto até o final, resolveu ir embora antes. Em uma crítica bem humorada, Bastos Tigre explica a saída antecipada do rei:

O maestro Villa-Lobos fizera ouvir várias sinfonias futuristas, de arrancar o couro às caixas e aos bombos: havia dentro da música, orquestrados à maneira do século XXII p.C.(...) todos os rumores da selva tropical: córregos, urros de feras, (...) silvos de cobras, (...) nada faltava para dar ao auditório a impressão exata e precisa de uma floresta super-wagneriana. O rei ouviu com toda a atenção protocolar o sinfônico barulho e, ao chegar aos penúltimos acordes, voltou-se para o dr. Pessoa de Queiroz e indagou:

- Tem V. aí a sua baratinha?

- Tenho, majestade.

- Pois então vamos à Tijuca...ouvir música.

E lá se foi sua majestade ouvir a sinfonia autêntica da Cascatinha, dos grilos, e era já madrugada quando se recolheu ao Guanabara, a dormir, sem pesadelos musicais ⁶⁸¹.

Poucos foram os elogios ao concerto, o *Jornal do Comércio* colocou apenas que não foi executado o poema *A victoria*, por terem se retirado os soberanos e o sr Presidente, além do público resolveu também abandonar o teatro. ⁶⁸²

O jornal *A Tribuna* já é mais amigável, aponta que revestiu-se do maior brilho o concerto musical promovido pelo Instituto, apresentando o Teatro Municipal aspecto lindo, ocupado pelo que “há de mais distinto na sociedade carioca”. O diretor do Instituto, sr. Abdon Milanez, deveria estar “satisfeitíssimo com o sucesso obtido” ⁶⁸³. Provavelmente, sr. Milanez não ficaria “satisfeitíssimo” com inúmeras críticas ao concerto colocadas pelo jornal *A Noite*. Principalmente a apresentação de Villa Lobos, que há poucos dias era entrevistado pelo jornal, foi caracterizada como um “barulho infernal”, sendo que a platéia “desertou” ⁶⁸⁴ o teatro assim que os soberanos saíram.

Na avaliação de Augusto Lima, o concerto do Municipal consistiu em um “verdadeiro traumatismo da audição”, pois, a música “parecia especialmente organizada para contrariar as leis da acústica, da harmonia e do bom senso”. Compreensível era, então, a “fuga”⁶⁸⁵ do soberano belga para a Floresta de Tijuca.

⁶⁸¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 07 de out. de 1920.

⁶⁸² *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro; 01 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁶⁸³ *A Tribuna*. Rio de Janeiro; 01 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁶⁸⁴ *A Noite*. Rio de Janeiro; 01 de out. de 1920.

⁶⁸⁵ *Ibidem*. 16 de out. de 1920.

O Concerto de Gala no Municipal naufragou com a saída precoce do rei, o evento que vinha exaltado como o grande momento da música brasileira, recebeu poucas linhas da imprensa, e nas que lhe foram dirigidas, faltaram elogios e sobraram críticas. Já os *Batutas*, mesmo antes da apresentação já causavam polêmica, e o fato de não terem se apresentado aos soberanos não diminui o significado de sua inclusão no programa das homenagens, mesmo assim, uma pequena parte do repertório executado pela orquestra particular dos reis foi dedicado a música brasileira, talvez não a mais popular. Neste sentido, podemos dizer que o menu dos almoços e jantares tenha sido mais ‘democrático’ que o das músicas. Todavia, grandes eventos ainda estavam por vir, restavam ainda vários banquetes e festas.

3.7.2 – Banquetes e festas na ‘corte’ republicana.

O primeiro grande banquete e recepção realizado em honra aos reis belgas foram os do Palácio do Catete. Solenidade que levou aos salões do palácio “uma sociedade seleta”⁶⁸⁶, os convidados eram recebidos à porta do salão nobre por criados de libré, atravessando pausadamente o salão até os soberanos, saudando-os com as curvaturas e reverências do protocolo. Nas palavras de Laurita, o evento no Catete constituiu-se:

Uma festa memorável, caras bonitas, vestidos elegantes, jóias, casacas, uniformes, grande decoro e discreta alegria. Nessa noite, o Catete com os seus lustres de cristal, os seus dourados, as delicadas pinturas de seus tetos, os espelhos e brocadores do salão nobre, a fina decoração do salão pompeiano, do salão mourisco, da sala da Capela e do salão de música, nada tinha a desejar às mansões oficiais da Europa ⁶⁸⁷.

A própria Laurita, junto com seu pai o presidente Epitácio Pessoa, recebia os convidados e fazia as honras da casa “com a fidalguia que lhes é peculiar, tendo para cada um uma frase, uma palavra amável, pondo todos à vontade”. Mas, eram os soberanos os personagens principais do evento, “alvos da curiosidade geral, como é natural” ⁶⁸⁸.

O aspecto dos salões do Catete também é ressaltado pelo jornal *A Pátria*, “a majestade das decorações aliavam-se o número de convidados, a riqueza das “toilletes” a viveza dos uniformes

⁶⁸⁶ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁶⁸⁷ GABAGILIA, L.P.R. *Op. cit.* p.459

⁶⁸⁸ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920.

e a beleza das damas, todas levemente batidas pelos coloridos matizes dos focos elétricos e pelos reflexos multicores das facetas de cristal”⁶⁸⁹.

Os soberanos e sua comitiva foram recebidos pelos membros da casa civil e militar da presidência da República e apesar da chuva, havia grande multidão estacionada em frente ao palácio⁶⁹⁰.

No momento do brinde, o presidente Epitácio Pessoa, em um pequeno discurso fez referência às “aclamações entusiásticas com que a população dessa capital tem acolhido a honra dessa visita terá vossa majestade certamente sentido a vibração do nosso afeto e da nossa admiração”⁶⁹¹, desejando votos para a rápida restauração da Nação amiga.

Em resposta ao presidente, Alberto I apontou que a decoração sem igual, o entusiasmo da multidão, e as palavras de Epitácio, concorriam para que ele guardasse dessas festas “preciosas e imperecíveis recordações.” O rei fez referências também à viagem no *S.Paulo*, tecendo elogios aos oficiais e marinheiros “dessa soberba belonave” que “continuam dignamente as tradições de cinco séculos de ousados navegadores”⁶⁹².

Com relação ao Brasil, nação “impregnada de cultura latina”, o rei aponta que a “Bélgica acompanha com viva simpatia o desenvolvimento moral e político deste país intelectualmente tão próximo do seu pensamento.” Admirável era também, observa o rei, o patriotismo, a compreensão do direito, o esmero em busca da perfeição literária, a concepção da honra, a suprema cortesia, o espírito cavalheiresco brasileiros⁶⁹³.

O banquete no Catete aparece ainda no livro de memórias de Rodrigo Otávio. O subsecretário de Estado das Relações Exteriores relembra o evento associando-o às polêmicas condecorações distribuídas pelo rei Alberto.

Conta Rodrigo Otávio, que no dia do banquete do Catete, estava programada também a recepção aos membros do governo e das altas autoridades de Estado no Palácio Guanabara. Na recepção, à medida que eram feitas as apresentações, eram entregues aos convidados pequenos embrulhos e dentro deles vinham as tão polêmicas condecorações. A Rodrigo Otávio coube a Gran Cruz da Ordem de Leopoldo II⁶⁹⁴.

⁶⁸⁹ *A Pátria*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920. In: Agência Americana. *Op. cit.*

⁶⁹⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920.

⁶⁹¹ *Idem*.

⁶⁹² *Idem*.

⁶⁹³ *Idem*.

⁶⁹⁴ OTÁVIO, R. *Op. cit.* p. 217.

Sem estar ciente da proibição existente na Constituição brasileira sobre o uso das condecorações, rei Alberto I distribuiu vários “embrulhinhos” na recepção do Guanabara, com a intenção, segundo seu secretario Max Leo Gerard, de que os convidados utilizassem as condecorações no banquete que seria realizado à noite no Catete. Em conversa com Rodrigo Otavio, Gerard lhe informa que o rei ficaria satisfeito em ver-se cercado no banquete das “autoridades brasileiras ostentando condecorações belgas”. O caso tornou-se, nas palavras de Rodrigo Otavio, “embaraçoso”, afinal se o rei soubesse de tal proibição teria aguardado para entregar as condecorações perto de sua partida para Bélgica observa Gerard.

Para resolver a questão Rodrigo Otavio seguiu para o Catete, a solução do caso “embaraçoso” viria do presidente Epitácio Pessoa, que lhe daria as seguintes instruções:

- O senhor, do Itamaraty telefone a todas as pessoas que estão convidadas para o banquete desta noite e recebem condecorações do Rei Alberto, dizendo-lhes que venham com as respectivas insígnias. É um ato de cortesia para com o Rei, e, vindo todos, ver-se-á bem que houve um acordo e o caso perderá toda a importância⁶⁹⁵.

Sobre o episódio, o jornal *A Pátria* observou que enquanto o rei visitava o Monroe, a preocupação do presidente estava justamente nas condecorações, conversando sobre elas com o senador Azeredo, comenta: - “No banquete, os ministros que não quiserem usá-las que se escusem!” E de fato no banquete, observou o jornal, todas as autoridades ostentavam seus os “crachás”, salvo o sr. Alfredo Pinto, que logo depois do jantar “meteu a sua no bolso da casaca...”, já a Constituição, observou ironicamente o jornal, “espera a medalha da indiferença”⁶⁹⁶.

Segundo Rodrigo Otavio, o presidente do Supremo Tribunal, André Cavalcanti, e Antonio Azeredo, vice-presidente do Senado, não teriam colocado o ornamento. Já o Ministro da Fazenda Homero Batista, assim como Alfredo Pinto, também fora visto tirando o seu “crachá” e enfiando-o no bolso da calça, “satisfeito com essa resolução, sorria tranquilamente, como que aliviado de um grande peso.” Mas, seu irmão deputado Álvaro Batista, não perdô e discursando na Câmara colocou que o que “mais estranhara fora que também se revestisse daquelas insígnias aristocráticas o Sr. Homero Batista, em cuja firmeza de princípios ele pensava poder acreditar...”⁶⁹⁷

⁶⁹⁵ Ibidem. p.219.

⁶⁹⁶ *A Pátria*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁶⁹⁷ OTÁVIO, R. *Op. cit.* p.221.

A ampla utilização das condecorações distribuídas pelo rei, parecia não encontrar mais oposições, mesmo os mais intransigentes cederam, era o caso deputado Collares Moreira, vice-presidente da Câmara, observou o jornal *A Noite*. Collares Moreira, ao saber que o sr Bueno Brandão fora condecorado, entrou a discutir o fato, citando a Constituição “como donzela que há de ser imaculada”, observando também que havia muita gente aceitando as distinções e andando com elas publicamente. Nesse momento, relata o jornal entrou um enviado do rei Alberto I e entregou ao “escandalizado deputado” uma caixa. Ao abri-la, o Collares Moreira ficou “perturbado”, era uma condecoração. Indagado se aceitaria o presente, responde “muito deslumbrado”: “- Mas eu não posso recusar... Vocês compreendem... Como se pode rejeitar uma gentileza do nosso real hóspede?... Seria indelicado de minha parte...”⁶⁹⁸

Com o mesmo ímpeto que criticou o projeto de Celso Bayma sobre as condecorações, o jornal *O Paiz* critica em artigo irado a nova “moda”, que “se não é ser ostensivamente monarquista, é cair em delírio diante das coisas que lembram o passado regime, felizmente definitivamente passado”. As condecorações estavam encontrando então “um ambiente tão propício”, haja visto episódio observado pelo jornal no Teatro Municipal, em cuja sala encontrava-se mais “comendas que a antiga corte de Viena, que era uma das mais brilhantes por esse aspecto”⁶⁹⁹. Episódios como este, seriam impossíveis nos dez primeiros anos republicanos, conclui o jornal.

Outro exemplo foi a aprovação da lei revogando o banimento da família imperial, votada por parlamentares “comovidos até as lágrimas”, e a imprensa aproveitou “os momentos felizes” para compor “grinaldas de louro e entoar hinos de louvor pela gente que já se foi”⁷⁰⁰.

Em relação as condecorações, outro episódio interessante é relatado pelo *A Noite*. Uma tarde no Palácio Guanabara, os repórteres do jornal observaram que tanto os ministros e oficiais do Exército, como os criados mordomos e chauffeurs, “ostentavam ao peito botões heráldicos, comendas, medalhas, condecorações”. Os jornalistas comentam que começaram “a sentir como um peso incômodo, a falta de uma insígnia que nos enobrecesse, elevando-nos a esfera de fidalga distinção da nobre gente”. Contudo, no meio “de todas aquelas fardas e fraques floridos de condecorações” apareceu em seu uniforme de campanha sem uma “placa a orna-lhe o pano

⁶⁹⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro. 28 set. de 1920.

⁶⁹⁹ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 29 de set. de 1920.

⁷⁰⁰ Idem.

cinzento”, o rei Alberto. Enfim, no Palácio Guanabara os únicos sem medalhas eram os representantes do *A Noite* e sua majestade o rei Alberto I ⁷⁰¹.

O parque do Palácio do Catete seria ainda palco de outro evento luxuoso: o *Gardem Party*, na descrição de Laurita de Pessoa:

Foi uma espécie de conto de fadas. Mesinhas debaixo do arvoredado, bailados russos no gramado, um tablado para as danças modernas, e as velhas árvores fantásticamente carregadas de lanternas chinesas. Até os coqueiros do fundo do parque, perto do Flamengo, ostentavam ‘frutos’ nunca vistos que, no dia seguinte, causaram a admiração embasbacada de alguns turistas americanos. Terminada a festa, mas ainda aceso aquele bosque das mil e uma noites, abriram-se os portões ao povo que passou em grupos, até tarde, nas alamedas ⁷⁰².

A festa foi, segundo *A Notícia*, prova do bom gosto da senhora Epitácio Pessoa, bastaria para lhe conferir o título de “conhecedora da arte”. O jardim do Catete tinha o aspecto de um “jardim de sonho”, onde a “sociedade fina do Rio de Janeiro dava ali o seu tom de elegância”⁷⁰³.

Os banquetes de Minas Gerais e São Paulo não gerariam tanta polemica, mas assim como no Catete se encarregaram reunir o que esta sociedade tinha de mais seleta.

O banquete mineiro realizou-se no salão nobre da secretaria do interior. Destaque para os discursos de Arthur Bernardes e do Rei. Em seu discurso, o presidente do estado mineiro, Arthur Bernardes observou: “O Estado de Minas cumprirá com sincero prazer, parte que é da grande pátria brasileira, o que lhe indicar esse grande dever seu território é um dos mais vastos e mais ricos depósitos de materiais, cuja exploração coincide com os interesses de economia belga e a completa”⁷⁰⁴.

Ao discurso do presidente do Estado, o rei respondeu com as seguintes palavras:

Je saisis cette occasion pour remercier á nouveau Son Excellence le président de la République d’avoir bien voulu faire figurer au programme de notre voyage au Brésil une visite dans ce bel Etat de Minas Gerais. (...) Cette belle capitale, si heureusement située, tracée sur un plan harmonieux concu, qui sauvegarde ; pour l’avenir le plus éloigné, toutes les exigences des extensions possibles, ainsi que l’esthétique et l’hygiène.(...) Vous nous avez réservé hier soir l’incomparable et émouvant spectacle de la fête et le défilé de la jeunesse des écoles de Bello Horizonte⁷⁰⁵.

Já em São Paulo o banquete oferecido pelo governo do Estado foi realizado no Palácio dos Campos Elyseos. Presidente do Estado Washington Luis fez saudação aos reis, visita ao estado recebida com maior júbilo, rei agradeceu as palavras do presidente bebeu pela grandeza,

⁷⁰¹ *A Noite*. Rio de Janeiro; 02 de out. de 1920.

⁷⁰² GABAGILIA, L.P.R. *Op. cit.* p. 459-60.

⁷⁰³ *A Notícia*. Rio de Janeiro; 01 de out. de 1920. *In: Agencia Americana. Op. cit.*

⁷⁰⁴ *Ibidem*; 04 de out. de 1920. *In: Agencia Americana. Op. cit.*

prosperidade do Estado de S.Paulo. Orquestra maestro Brasílio Leal executou junto com Bizet, um maxixe do compositor paulista Belnácio Godinho.⁷⁰⁶

3.7.3 - As festas da municipalidade: a Festa Infantil e a Festa Veneziana.

As Festas da Quinta Boa Vista e Veneziana eram esperadas com grande ansiedade pela população, ambas organizadas pelo governo do Distrito Federal e marcadas para a última semana de setembro. No entanto, a programação dos reis sofreu uma séria de alterações, em grande parte, devido ao mau tempo, o que levou a sua reorganização e ao adiamento destas duas festas para os últimos dias da permanência dos reis no Brasil: 14 e 15 de outubro.

Enquanto acompanham a rotina dos reis, os jornais publicavam diariamente notas sobre a preparação dos eventos que ainda estavam por vir, dentre eles as duas festas municipais.

Nesse sentido, se a Festa Veneziana levantou algumas questões quando foi proposta, seria agora a vez da Festa Infantil na Quinta da Boa Vista ocupar esse espaço, recebendo atenção especial da imprensa. O *Jornal do Brasil* expressa sua opinião ao colocar que espera que não se repita nesta festa “a desordem comum nessas reuniões, em que a meninada é apenas um motivo decorativo”,⁷⁰⁷.

Sobre a organização do evento, o jornal *O Paiz* publica algumas cartas enviadas às professoras pela Instrução Municipal. Em uma delas é explicado resumidamente o programa da festa, os desfiles e cantos que seriam executados, sendo apontadas preocupações com a segurança das crianças: “Todas as escolas ficarão isoladas da multidão, perfeitamente acauteladas de natureza de confusões, dados os ajuntamentos do povo em festas dessa ordem, de sorte que não se verifique nenhum atropelo e fiquem as crianças cercadas de todos os cuidados”⁷⁰⁸.

A carta ainda coloca que o traje dos alunos será o mais simples possível, dado o “caráter democrático da festa”, os alunos receberão também merenda e refrescos. No dia seguinte o jornal publica outra notícia sobre “A Festa popular da Quinta da Boa Vista”, ressaltando que será a primeira festa do programa de “caráter eminentemente popular”, sendo franca a entrada no

⁷⁰⁵ Idem.

⁷⁰⁶ *Jornal do Commercio*. São Paulo; 07 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁰⁷ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 27 de set. de 1920.

⁷⁰⁸ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 24 de set. de 1920.

grande parque de S. Cristóvão. Apenas um trecho do parque seria restrito, esclarece o jornal, o destinado à festa protocolar, no entanto, tal recinto poderá “ser apreciado pelo grande público”⁷⁰⁹.

O jornal ressalta ainda que na festa “tomarão parte todas as crianças pobres ou não, sem distinção de cor ou classe”⁷¹⁰. A carta circular enviada pelo Diretor de Instrução as professoras fornece uma melhor noção do propósito da festa:

Sra professora – No desejo de festejarmos condignamente a excelsa e bondosa rainha dos belgas, digna da nossa simpatia e das nossas cordiais atenções, é do gosto do Sr. Prefeito reunir as crianças das escolas municipais, e com o seu concurso, gentil e delicado, empreender um brilho excepcional, de caráter puro e inocente, as nossas manifestações de agrado e de mimo (...).

Para o completo êxito (...), pede o sr prefeito que a senhora professora se esforce sinceramente junto a sua escola, preparando e animando os seus alunos para comparecerem a festa infantil, cuja realização terá lugar na Quinta da Boa Vista, na garantia de seu maior fausto graças ao número elevado e a alegria da criançada.

Em nome do sr prefeito, muito reconhecimento a senhora professora, por esse seu positivo e eficaz auxilio. Saudações – O diretor geral”⁷¹¹.

As professoras são então encarregadas de incentivar os alunos a participar do evento, afinal, quanto maior o número de crianças, maiores as chances de sucesso do evento. A festa aparece também, tanto nas cartas enviadas pela Instrução de Ensino, quanto no jornal como um evento “democrático e popular”, no entanto, a publicação de uma carta pelo jornal *A Noite* contrasta com esta caracterização do evento. A carta é de uma mãe cujos cinco filhos foram convocados para participar da festa. Segundo a mãe, seus filhos retornaram da escola com as seguintes instruções:

a) - No dia 11 próximo todos deverão estar as 10 horas na sede da escola, as meninas de vestidos brancos, meias brancas de cano alto e sapatos da mesma cor do vestido; os meninos de costume e chapéu de linho branco, botinas e meias pretas;

b) - Deverão levar flores;

c) - regressarão as 5 da tarde a mesma sede escolar⁷¹².

A mãe critica os custos das vestimentas exigidas e coloca que foi informada que 50% dos alunos não irão comparecer por falta de recursos dos pais para comprar o material. Outro ponto também não agrada a mãe, o horário “infeliz” marcado para o início da festa, devido ao grande calor da época. A mãe só não reclamou das flores que são pedidas aos alunos, segundo ela

⁷⁰⁹ Idem.

⁷¹⁰ Idem.

⁷¹¹ Ibidem; 25 de set. de 1920.

⁷¹² *A Noite*. Rio de Janeiro. 12 de set. de 1920.

“destino que lhes vão dar é justo, e gentil, e expressivo (...) por se endereçarem ao coração da rainha, da esposa e da mãe que mais sofreu na maior guerra que a historia registra”⁷¹³.

Chega afinal o dia marcado para a festa, sendo os seus primeiros momentos assim descritos pelo jornal *Correio da Manhã*:

Dia formoso, de muito sol, foi ao mesmo tempo, de calor causticante e insuportável, o que concorreu para que as milhares de crianças, que formavam parte na festa sofressem impiedosamente, passando horas de fome, de sede, desmaiando a forte radiação solar e desfalecendo de fraqueza. As pobres criancinhas, que compareceram à festa com o maior entusiasmo e sem a menor alimentação, estiveram completamente abandonadas da comissão organizadora do festival. Muito cedo, dirigiam-se as escolas para a Quinta. As respectivas diretoras, ingenuamente, acreditaram que as suas alunas teriam cuidados, carinho, e o conforto necessário; mas assim não aconteceu porque estiveram longo tempo (...) ao rigor do sol ⁷¹⁴.

O cenário, pouco animador, descrito pelo jornal, é agravado pela demora no início das festividades, que estavam marcadas para as 13 horas e só começaram às 14 horas e 30 minutos com a chegada dos soberanos belgas ao parque:

Então teve início o programa com o número da parada infantil e desfile, em que tomaram parte os alunos de diversos colégios (...). Passaram-se depois os reis dos Belgas para o grande pavilhão, armado ao lado da esplanada do Museu Nacional. Durante o tempo que os Augustos Soberanos permaneceram no Pavilhão receberam ambos inúmeros ramos de belas flores e lindas palmas arranjadas em grandes buquês. Terminado o desfile e o Cortejo Ginástico realizaram-se evoluções dos alunos municipais, que compunham simultaneamente, com as cores de suas vestes e movimentos, as bandeiras belga e brasileira, número esse que foi de um belo efeito ⁷¹⁵.

A descrição do *Jornal do Brasil* faz referência às duas primeiras partes do programa: A Parada Juvenil, com efetivo de 3.200 alunos de colégios federais e particulares e o Cortejo Ginástico com desfile de todas as escolas do município. Evoluções que, segundo *O Paiz*, teriam sido prejudicadas pelo rompimento dos cordões de isolamento pelo público ⁷¹⁶.

A parte seguinte do programa constituiu-se de um concerto instrumental sob a regência do maestro Francisco Braga, das bandas militares, com a execução do Hino Nacional Belga, trecho da ópera “O Guarany” de Carlos Gomes, marcha “Brasil” de Francisco Braga e o hino nacional brasileiro. A quarta parte do programa comportava um desfile náutico realizado nos lagos do parque pelos clubes Boqueirão, Natação Vasco da Gama, Botafogo, Internacional e São

⁷¹³ Idem

⁷¹⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 15 de out. de 1920.

⁷¹⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 15 de out. de 1920.

⁷¹⁶ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 15 de out. de 1920.

Cristóvão. A última parte do programa englobava sua parte dramática e literária, com a interpretação da peça “Aux temps de Le Roi Albert” de Rapahel Pinheiro, que acabou não sendo apresentada para o rei. Explica o jornal *O Paiz*, que às 16 horas, o rei Alberto e sua comitiva se retiraram da Quinta devido à temperatura elevada que provocou cansaço geral ⁷¹⁷.

Deixando a Quinta da Boa Vista, os soberanos se dirigiram ao Palácio Guanabara, onde o rei trocou suas vestimentas e partiu para Copacabana e seu habitual banho de mar ⁷¹⁸. Enquanto isso, na Quinta da Boa Vista, o chá reservado aos reis no pavilhão armado junto ao Museu Nacional foi invadido pela multidão, degenerando em um “pitoresco avança que nem os improérios dos garçons pouco delicados conseguiram evitar” ⁷¹⁹, com direito inclusive, observou *O Jornal*, “uma vez que era o povo quem pagava aquela festa e como não havia ordem de ser servir coisa alguma o melhor era cada um ir comendo o que encontrava” ⁷²⁰. Referências ao “avanço” no *lunch* também foram feitas pelo *Jornal do Brasil* considerado “escandaloso e censurável” ⁷²¹.

Com relação a Festa da Quinta Boa Vista, é possível observar, tomando como base o estudo de Hercidia Mara Facuri Coelho Lambert, que sua organização se assemelha as festas cívicas organizadas na Primeira República, com a inclusão de vários aspectos militares ao evento, como as bandas militares e, principalmente a Parada Infantil (primeira parte do evento) que se caracterizava por uma Brigada Escolar comandada por oficiais do Exército. Segundo Lambert, esta militarização do ritual nas festas republicanas pode ser observada como uma forma de legitimar o regime perante a população, ou seja, “a maneira encontrada para preencher o vazio deixado pela ausência do rei e da liturgia monárquica” ⁷²².

No entanto, a desorganização do evento deixaria impressões nada agradáveis na imprensa, sendo o jornal *A Noite* o mais enfático ao caracterizar o evento como “A Festa de tortura infantil”. Em sua descrição, o jornal coloca que não havia “buffet”, mas sim, “o sol, intenso como nunca a tostar aquelas carinhas rosadas”, os “refrescos prometidos, os sanduíches, os doces, tudo eram fantasias da Prefeitura!”. As escolas “erravam de um lado para o outro à procura de uma árvore, em meio a algazarra, figuravam carros da Assistência Municipal que iam e vinham

⁷¹⁷ Idem

⁷¹⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro; 14 de out. de 1920.

⁷¹⁹ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 15 de out. de 1920.

⁷²⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro; de 15 out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷²¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 15 de out. de 1920.

carregando crianças”⁷²³. O jornal também acusa o ministro da Guerra de ter impedido os fotógrafos de registrar as crianças desmaiadas devido ao forte calor.

Descreve, então, um quadro bem desanimador para a festa:

Os próprios guarda civis,(...) protestavam indignados contra a festa, contra a desumanidade de seus organizadores e a desordem de tudo. (...) Era, 2 e meia da tarde. Os reis ainda não haviam chegado, mas em todo o espaço povoado de crianças fatigadas se notava o aspecto de um fim de festa. As bandeiras de papel desfiadas pelo chão, os estandartes das escolas abandonados, e os pequeninos,(...), extenuados ao sol, sem ânimo, chorando ou reclamando água!⁷²⁴

No dia seguinte ao evento, o jornal continua com suas críticas, a festa teria se transformado em “um campo de batalha” de onde saíram vitoriosas “a fome, a sede, a fraqueza e o sol”. Segundo o jornal, haveria uma impressão de revolta pela “desumana desorganização” compartilhada pelos pais de família e professoras. Jornal ainda comenta o fato do Ministro da Guerra ter impedido que fossem tiradas as fotografias “da infância que tombava no campo como que fulminada”, o que caracterizava como “um atentado a liberdade de imprensa”, mas “com ou sem fotografias”, deve-se “evitar a reprodução dessa estúpida festa”⁷²⁵.

Para o jornal, torna-se então mister evitar a realização de festas como a da Quinta:

Os pais, levados pelo entusiasmo das crianças e, talvez, mais do que isso, pelas ordens das professoras, que as recebem por sua vez da Diretoria de Instrução e esta do prefeito, consentem facilmente que seus filhos vão figurar nessas formaturas, absolutamente impróprias com o nosso clima, e que quase sempre se realizam em tempo de calor. A de ontem foi a maior, a mais cruel, a mais ignóbil, mas outras se têm efetuado, em menor escala. (...) Não será arriscando a vida ou pelo menos a saúde de seus filhos que hão de incutir-lhes noções de civismo e de patriotismo. Recusem firmemente, se não quiserem ter na consciência o peso de uma tremenda responsabilidade⁷²⁶.

O interessante pedido do jornal aos pais revela um fato importante apontado por Lambert em seu trabalho. Tais cerimônias, festas cívicas, paradas ou desfiles necessitam da participação voluntária da sociedade, sendo que tal adesão não se faz de forma alienada⁷²⁷, aspectos interessantes podem demonstrar esse ponto, como o fato de algumas escolas terem deixado o evento antes da chegada do rei devido ao estado de saúde de alunos⁷²⁸. Voltando para o artigo do jornal *A Noite*, cerimônias desorganizadas como a da Quinta da Boa Vista não estimulariam nas

⁷²² LAMBERT, H.M.F.C. Festa e participação pOpular (São Paulo – início do século XX) In: História n.13, pp.121-29. 1994.p.123.

⁷²³ *A Noite*. Rio de Janeiro; de 14 out. de 1920.

⁷²⁴ Idem.

⁷²⁵ Ibidem; de 15 out. de 1920.

⁷²⁶ Idem.

⁷²⁷ LAMBERT, H.M.F.C. *Op.cit.* p.128.

⁷²⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro; de 14 out. de 1920.

crianças valores como “civismo” ou “patriotismo”, assim, seria aconselhável que os pais não permitissem mais a participação de seus filhos em tais eventos.

O jornal *Correio da Manhã* também ressaltou a festa como “um verdadeiro suplicio para as crianças que nela tomaram parte”, e ainda coloca uma nota que segundo o jornal “convêm registrar”. A Cruz Vermelha teria oferecido 60 enfermeiras para o serviço de assistência que foram recusadas pelos organizadores do evento “resultado foi o que se viu: a insuficiência dos serviços de assistência o que originou cenas deploráveis”⁷²⁹. Para o *Jornal do Brasil*, a festa que poderia ter sido “grandiosa, única mesmo”, com um programa “bem escolhido”, se tornou um martírio para as crianças⁷³⁰. O tom de crítica à festa é bem ameno no jornal *O Paiz*, que aponta apenas alguns aspectos negativos na organização, como o policiamento deficiente para o controle do público, no mais, para o jornal a festa “pelo cunho popular, deve ter calado profundamente ao espírito de suas majestades”⁷³¹.

A característica “popular” do evento, não foi, contudo, vista com bons olhos pelo A Pátria. Para o jornal, durante o evento predominou a anarquia “estabelecida pelos populares”. Nesse sentido, “A festa, que tinha o nome de infantil, foi mais popular por ter o povo invadido todas as dependências da Quinta, desrespeitando os cordões de isolamento dos guardas civis e a boa ordem que devia presidir à cerimônia”⁷³².

Já em Belo Horizonte e São Paulo as apresentações organizadas foram menores, no entanto mais bem sucedidas. Em Belo Horizonte na parada infantil realizada tomaram parte 6.000 alunos das escolas públicas da capital. Formando grupos e empunhando cada uma, um estandarte com os nomes das províncias belgas, as crianças entoaram hino belga⁷³³. Em São Paulo os soberanos visitaram a Escola Normal, visitaram as várias dependências da escola, assistindo as apresentações musicais de grande coro⁷³⁴.

Enfim, malfadada a tão esperada Festa da Quinta da Boa Vista, restava a Festa Veneziana. Além do desfile das embarcações decoradas, a festa contaria também, com uma orquestra proposta pelo maestro Mario Cardoso que se apresentaria em uma das varandas do Pavilhão de Regatas da Praia de Botafogo, de onde os reis apreciariam a festa. Do repertório constavam

⁷²⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 15 de out. de 1920.

⁷³⁰ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 15 de out. de 1920.

⁷³¹ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 15 de out. de 1920.

⁷³² *O Imparcial*. Rio de Janeiro; 15 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷³³ *O Paiz*. Rio de Janeiro. 04 de out. de 1920.

⁷³⁴ *Correio Paulistano*. São Paulo. 08 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

composições de Alberto Neponuceno, Carlos Gomes, Francisco Braga, Leopoldo Miguez e Henrique de Mesquita⁷³⁵.

As referências dos jornais à festa pintam um cenário espetaculoso. No programa anunciado pelo *O Paiz*, do início da festa, sinalizado pela explosão de um “morteiro de lágrimas verdes”, até o seu término com morteiros de grande efeito que explodiriam no céu da enseada, ao passo que, simultaneamente realizar-se-ia o desfile dos barcos decorados. Vultos luminosos alocados nos morros da Urca, Viúva e Pasmado complementariam o espetáculo pirotécnico. Terminado o desfile mais fogos de artifício seriam queimados um total de cem peças. O jornal *A Noite* ressalta a iluminação da enseada de Botafogo que “apresentará dos mais surpreendentes efeitos: a iluminação será profusa, quer no mar, quer em terra.”. O jornal fazia referência ao incremento na iluminação da Avenida Beira Mar, onde teriam sido colocadas 20.000 mil lâmpadas, além dos 30 refletores coloridos, modernos, de grande efeito⁷³⁶ alocados no alto do pavilhão de regatas. No mar, as embarcações da Marinha “Deodoro” e “República”, iluminados em seu contornos, irão projetar “seus refletores elétricos sobre as montanhas que circundam a baía”⁷³⁷, acompanhados por várias outras embarcações que obtiveram licença para ancorar na baía e também estarão iluminadas. Além da orquestra no Pavilhão de Regatas, também seriam instaladas na Avenida Beira Mar oito bandas de música⁷³⁸.

Constituíam-se a descrição de um espetáculo imperdível, ou como colocou o *Jornal do Brasil* “a nota mais elegante e atraente de todas as festas que se vem efetuando nesta Capital em homenagem aos augustos visitantes”⁷³⁹.

A impressão de que a Festa Veneziana seria um evento muito especial também aparece no jornal *Correio da Manhã*:

Vai ser de certo um espetáculo único; a praia de Botafogo já é uma das jóias mais lindas do Rio. Imagina-se agora o que não vai ser logo mais Botafogo coroadado de luzes. Raramente nesta capital se tem anunciado uma festa que prometa mais encantos que a de hoje. Rio com a maravilha das suas praias bordadas de palácios dá-se ares de uma cidade amada pelas águas. Se não tem os canais de Veneza, tem da velha cidade italiana o mesmo mar banhando-se de espumas. E tem, sobretudo esse perfume voluptuoso, que arrasta, como na flor do Adriático, todos os ares de felicidade. Ao Rio bem poderia ser aplicado o verso delicioso com que (...) celebrava Veneza – onde todos os seres sucumbem ao amor, todas as tardes...Os reis da Bélgica vão ter assim, ocasião

⁷³⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 23 de set. de 1920 e *O Paiz*. Rio de Janeiro; 24 de set. de 1920.

⁷³⁶ *A Noite*. Rio de Janeiro; de 14 out. de 1920.

⁷³⁷ *O Paiz*. Rio de Janeiro; de 14 out. de 1920.

⁷³⁸ *Idem*

⁷³⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; de 14 out. de 1920.

de conhecer a capital do Brasil sob um aspecto novo, de intensa alegria e extraordinária beleza. Festa organizada pelo Conselho a fim de dar a enseada um aspecto de sugestiva imponência, além da luz que ali foi distribuída fartamente também haverá inúmeros painéis de varias cores. A idéia desse divertimento não podia deixar de provocar, como realmente provocou, entusiasmo e alegria⁷⁴⁰.

Além das embarcações decoradas pelos cenógrafos cariocas também participariam do desfile marítimo embarcações das Sociedades de Regatas.

Assim, às vésperas da partida do rei para Bélgica, no dia 15 de outubro, se realizava na praia de Botafogo, a última festa do programa oficial em sua homenagem. Os bondes que se dirigiam para o bairro “iam apinhados de gente” (...) “nas plataformas, nos estribos, nos anteparos, e, até nos telhados!”, observa o *Correio da Manhã* que “O povo não cabia mais nos bondes que a Light previdentemente fazia correr, um sobre os outros, para o local da festa”⁷⁴¹.

A descrição do *Jornal do Brasil* é ainda mais enfática:

Todo o Rio acorreu a Botafogo, por terra e mar...morros que margeiam litoral ficaram atapetados de gente. (...) “A praia apresentava aspecto deslumbrante, destacando-se pela originalidade a belíssima iluminação dos canteiros que orlam as alamedas da Avenida Beira-Mar (...) a profusão de luzes em toda aquela zona davam ao conjunto um realce estranho, parecendo que era a própria alma do povo que se iluminava para que os nossos régios visitantes através dessa intensa claridade, vissem bem nítida gravadas no seu coração as suas imagens para nós tão caras”. (...) Às 21 horas, a multidão era numerosa e ninguém conseguia sequer mover-se. Cremos nunca ter visto nestes últimos tempos festa mais concorrida⁷⁴².

Com a chegada dos reis iniciou-se a festa, a primeira parte do cortejo marítimo, que estava reservado as Sociedades de Regatas, seria, no entanto, prejudicado por um temporal com ventos fortes que deixou agitado o mar. Muitas das embarcações foram prejudicadas, tendo como conseqüências enormes intervalos entre os desfiles. Segundo o jornal *A Noite*, o vendaval chegou a prejudicar também o desfile dos cortejos dos artistas, que desorganizado e diminuto só pôde se verificar quase de meia noite em diante quando reis e povo em geral estavam já cansados⁷⁴³. Para o *Jornal do Brasil* o vendaval não teria prejudicado totalmente os desfiles programados pelos cenógrafos sendo este de “grande êxito”⁷⁴⁴.

Os cortejos apresentados não variavam muito em seus temas. O primeiro cortejo, de Jayme Silva apresentou alegorias que representavam passagens históricas da guerra européia, evocando os feitos da Bélgica, principalmente os do rei Alberto e os do Brasil. O desfile

⁷⁴⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 15 de out. de 1920.

⁷⁴¹ *Ibidem*; 16 de out. de 1920.

⁷⁴² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 16 de out. de 1920.

⁷⁴³ *A Noite*. Rio de Janeiro; 16 de out. de 1920.

organizado por José Fiúza Guimarães apresentou homenagens a rainha e as Nações aliadas e o terceiro desfile executado por Ângelo Lazzary se destacou por um número de sucesso, um enorme coração abrindo-se apontando o retrato dos soberanos belgas, seguida por embarcações com temas marinhos representando sereias, cavalos-marinhos, peixes, conchas, perolas e gaiivotas.

Para jornal *O Paiz* a festa “teve, inegavelmente, um grande realce”, a multidão que assista ao evento “deu-lhe o calor e o entusiasmo que são imprescindíveis para o êxito dos festejos de caráter popular”⁷⁴⁵. A feição popular do evento também foi ressaltado pelo jornal *A Noite*, caracterizando a festa como “o número mais popular do programa”, apresentando aquele ponto da cidade um aspecto inédito: “Em terra muita gente, muitos veículos, muita luz, muita animação; no mar, embarcações miúdas e navios lindamente iluminados, fogos cambiantes, tudo, enfim, congregado para mais efeito do conjunto”⁷⁴⁶.

Sob as impressões *Gazeta de Notícias*, das festas organizadas foi a que se revestiu de maior brilhantismo, que assumiu o mais imponente aspecto, “não há quem conteste”, Conselho Municipal “está de parabéns pelo grande sucesso”⁷⁴⁷.

O registro mais interessante sobre a Festa Veneziana está no jornal *Correio da Manhã*, em uma pequena nota intitulada “Aspectos Carnavalescos”. Segundo o jornal, durante a Festa Veneziana, o povo carioca, que “descobre carnaval em tudo”, “teve a oportunidade de fazer de conta que estava na mais querida de suas festas”, pois, a multidão, tanto nos bondes “apinhados” que se dirigiam ao bairro, quanto nas embarcações e lanchas familiares ancoradas na baía, desandava a cantar as letras de maxixes populares como “Pé de Anjo” e “Papagaio Louro”. As músicas eram cantadas em voz alta por todos, para o jornal tinha-se a impressão de estar “em pleno delírio de uma terça feira gorda...”⁷⁴⁸.

Aspecto também observado no *O Jornal*:

Depois da meia hora, a avenida e as ruas próximas rumorejavam de gente ...passavam autos com senhoritas sentadas nas capotas, muitas cantavam e os cafés e bares, até então ocupados apenas pelos garçons, encheram-se com gente, esperando a vez a porta... Aquele buliço vinha lembrar,

⁷⁴⁴ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 16 de out. de 1920.

⁷⁴⁵ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 16 de out. de 1920.

⁷⁴⁶ *A Noite*. Rio de Janeiro; 16 de out. de 1920.

⁷⁴⁷ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro; 16 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁴⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 16 de out. de 1920.

instintivamente, as festas populares do carnaval, desse carnaval que é a paixão mais séria do carioca...Assim terminou a festa veneziana⁷⁴⁹.

As impressões apologéticas da festa não são unânimes. Em artigo para o jornal *A Noite*, Augusto Lima ressalta que a festa poderia ter sido brilhante, se fossem os longos intervalos entre os números e o desconforto dos convidados “que não tiveram onde sentar-se, e em grande parte preferiram retirar-se ou assistir ao fogo de artifício de fora dos palanques”. No entanto, ao fazer uma observação da visita como todo, o autor coloca que o Brasil pode “ufanar-se ao haver correspondido com hospitalidade regia a gentilíssima e cavalheiresca visita do grande rei Alberto e da sua graciosa consorte, a rainha Elisabeth”. Experiências desagradáveis, como Festa da Quinta da Boa vista não passariam de “sombras efêmeras” que seriam apagadas pela união das duas pátrias, Brasil e Bélgica, “indissolavelmente unidas depois da visita dos soberanos belgas”⁷⁵⁰.

3.8 - O Brasil rumo ao progresso na visita do rei Alberto: aspectos conclusivos.

Aceitei com viva gratidão o convite gentil de vosso eminente presidente, não só porque me daria o prazer de pagar a visita que ele nos fez em Bruxelas, como também o prazer de entrar em contato com uma nação cheia de ideal e de progresso, uma nação diante da qual se abrem perspectivas ilimitadas de prosperidade e de desenvolvimento em todos os domínios⁷⁵¹.

Este trecho do discurso de Alberto I na solenidade realizada no Palácio Monroe representa não somente os anseios do soberano com relação ao Brasil, mas também de toda uma sociedade, ou pelo de sua elite que via na visita do soberano uma oportunidade de exibição de sua mais alta cultura, progresso e civilização.

A visita do soberano ao Congresso Nacional representa o momento em que a elite política do país presta suas homenagens, onde discursos do presidente da Câmara dos Deputados, sr. Bueno Brandão, e do vice-presidente do senado, sr. Antonio Azeredo se encarregam de demonstrar aspectos dessa civilização. O deputado Bueno Brandão colocou em seu discurso que a Câmara não hesitou em declarar sua solidariedade a causa belga, já o senador Antonio Azeredo observou como a República brasileira sentia-se “feliz e orgulhosa” por hospedar o “soberano

⁷⁴⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro; 16 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁵⁰ *A Noite*. Rio de Janeiro; 16 de out. de 1920.

⁷⁵¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920.

democrata”, ao qual tanto o Brasil quanto o mundo devem agradecer “pelos serviços prestados a civilização e a humanidade⁷⁵² .

No discurso do rei são inúmeros os elogios ao progresso brasileiro, as suas instituições parlamentares adaptadas as necessidades da nação, cuja Constituição possibilitou completar progressiva e seguramente o destino natural de implementar a civilização. No aspecto econômico, os países se complementam, o Brasil com a matéria prima e a Bélgica com sua metalurgia, ressaltando a manutenção de um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de produtos primários. Nesse sentido, é compreensível a inclusão dos passeios as minas em Morro Velho, a fazenda de café em São Paulo, aspectos do progresso material do país, firmando sua imagem como grande exportador de matérias primas, e desta forma, parceiro ideal para a Bélgica.

É visível também o esforço para marcar a recepção no Rio de Janeiro como a grande recepção, como o momento grandioso onde se via o grande povo brasileiro unido, fato também observável nos outros estados, onde diferenças regionais seriam, à princípio “esquecidas”.

Nesse sentido, eventos que primam por ter atingido seu objetivo, como grandes símbolos dessa nação foram a Parada Militar e a Parada Esportiva, pelo seu gigantismo e caráter dito nacional. A primeira, por exemplo, traz à tona toda a questão do Exército, do sorteio militar enquanto a outra demonstra a importância do futebol, sendo que os outros esportes são deixados de lado. Esportes que já eram praticados há mais tempo, como as regatas. Tais eventos demonstram também a seleção operada na composição destas paradas, na militar ficam de fora os veteranos da Guerra do Paraguai, enquanto na esportiva os excluídos são os negros. Exclusões, contudo que não são expostas.

O aspecto que mais levanta críticas é o cultural, ao mesmo tempo em que serve para dar margem a uma cultura ainda subterrânea, mas que emergia em alguns pontos. A inclusão dos *Batutas* e a feijoada são alguns exemplos. Mas o momento marcado oficialmente para demonstrar a evolução cultural do país foi a recepção no Club dos Diários, promovida pelas Escolas Superiores e Institutos Literários e Científicos, presidida pelo sr. Ramiz de Galvão, reitor da recém criada Universidade do Rio de Janeiro, onde estavam presentes também os diretores da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica, da Faculdade de Direito, do Externato D.Pedro II, da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, do Instituto Histórico e Geográfico e Academia Brasileira de Letras.

⁷⁵² *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. ci*

O ‘tour’ dos soberanos pelas instituições brasileiras encarregadas de representar o seu progresso cultural e científico também incluiu visitas a Escola de Belas Artes, o IHGB, a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional, além do Instituto Oswaldo Cruz e Butantã.

A questão da identidade seria recorrente, tal aspecto pode ser percebido também nas festas. Nesse sentido, a Festa Infantil, além de popular era caracterizada como uma festa democrática, por conta da participação de alunos pobres e ricos, em um claro sentido de passar, principalmente ao público, uma imagem de sociedade igualitária e justa. Mas, falta organização à festa. Quando isso acontece o público passa dos seus “limites”, ele rompe o cordão de isolamento ou ataca os poucos lanches servidos no evento, em um espetáculo nada elegante. Um ponto interessante que a Festa da Infantil ressaltou está nas críticas à desorganização, sinal de que se exigia que se apresentasse uma sociedade mais civilizada, mais organizada aos grandes visitantes, e não crianças caindo desmaiadas e um público descontrolado.

A outra também popular Festa Veneziana, que não tinha um ritual tão marcado como a Festa Infantil, acaba se colocando como a festa que mais se identificou com a cidade do Rio de Janeiro, que mais ressaltou suas belezas. Talvez nesta festa fosse possível observar o “espectador deliciado”, caracterizado por Oscar Lopes, maravilhado, principalmente, com o espetáculo luminoso que se desenrolava em sua baía; ou poderíamos ver também público cantando seus maxixes populares, atribuindo outro ritual, outra característica àquela festa pensada para celebrar não apenas os nobres visitantes, mas a arte nacional materializada nos trabalhos dos cenógrafos dos clubes carnavalescos. A festa foi também aclamada por sua originalidade, por seu caráter inédito, que mesmo os ventos que aflagiram a baía naquela noite não poderiam levar.

Capítulo 4

Nas páginas da imprensa: construções em torno da visita.

4.1 - O jornalismo de última hora: a imprensa e a visita

*“Não há como fugir ao assunto que empolga a pena de todos os periodistas. Estas quatro semanas que estão a decorrer serão conhecidas como Era do Rei Alberto”*⁷⁵³.

As palavras acima podem parecer, à primeira vista, muito forçadas, contudo, é perceptível que, pelo menos os jornais cariocas, dedicaram diariamente várias páginas de suas edições, e até de suas segundas edições, para as publicações relativas à estadia dos soberanos belgas no Brasil. É importante ressaltar, no entanto, que durante as viagens dos soberanos, principalmente ao interior de São Paulo, tais reportagens diminuem um pouco, mas não deixam de ser publicadas, mesmo que sejam pequenos relatos sobre o transcorrer da viagem.

Não apenas a imprensa carioca, mas também de outros estados se ocuparam de registrar o evento, a imprensa carioca noticia, por exemplo, que jornais do Pará, Santa Catarina⁷⁵⁴, Recife e Paraíba⁷⁵⁵ também estavam acompanhando o evento.

A imprensa belga também participou desse registro, haja visto que envia ao Brasil vários jornalistas com o objetivo de fazer essa cobertura. Os jornais cariocas fazem algumas referências ao material que estava sendo publicado na Bélgica, onde apontam que os jornais belgas estavam publicando notícias detalhadas sobre a visita, com comentários lisonjeiros para com as manifestações populares⁷⁵⁶. Tal material, de alta relevância para este estudo, ainda não recebeu uma análise mais profunda, até pela dificuldade de acesso a estes jornais.

Voltando para a imprensa carioca, no primeiro capítulo deste estudo foi realizado um mapeamento desta imprensa com o objetivo de pensar suas principais características, bem como quem estava publicando em suas páginas. Agora, após uma incursão pelos vários eventos da visita, observamos ser possível discutir qual o papel da imprensa na visita, ou melhor, qual o papel que ela mesma se atribui.

⁷⁵³ *A Notícia*. Rio de Janeiro; S/D. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁵⁴ *A Razão*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁵⁵ *A Rua*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁵⁶ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920.

Nesse sentido, é aparente a difícil relação da imprensa, não apenas com os organizadores do evento, mas com as autoridades em geral. O *Jornal do Brasil* é o primeiro a expor sua crítica colocando que as “autoridades superiores por motivos que ignoramos não têm correspondido de modo cavalheiresco a imprensa”⁷⁵⁷. Já o jornal *A Pátria* reclama da falta de um espaço reservado para os jornalistas no Palácio Guanabara, e que era “desordenada e descortês” a forma com que os jornalistas eram tratados ⁷⁵⁸. Não havia nem mesmo no Palácio Guanabara, uma mesa onde os jornalistas pudessem “rabiscar algumas linhas”, critica o jornal *A Razão*, tal esquecimento representava o “menosprezo a uma classe que em toda a parte do mundo culto merece atenções”. Se a situação não fosse corrigida, as autoridades estariam provando não dar “importância aos representantes da imprensa carioca, dando assim péssimo sinal de cortesia e polidez num momento em que se refinam como cavalheiros para agradar aos reis dos belgas!...” ⁷⁵⁹.

Alguns eventos seriam ainda mais emblemáticos nesse sentido, como por exemplo, a recepção na Legação da Bélgica oferecida pelos soberanos aos membros da colônia belga. Antes do início do evento, o representante belga, sr. Scheneider, contrariado com a presença imprensa, proíbe a entrada de seus representantes na Legação, sob a alegação de que eles não tinha nada pra fazer ali, a não ser “gener le Roi...” ⁷⁶⁰, ou seja, incomodar o rei. Ao comentar o caso o jornal *A Razão* coloca que a imprensa “no cumprimento sagrado do seu dever profissional, aliás, dos mais nobres”, ou seja, na “obtenção de notas, no encargo de servir ao público” foi escorraçada da Legação ⁷⁶¹.

O protocolo também é encarado como um obstáculo para a cobertura do evento, já no primeiro dia da visita, o *Jornal do Brasil* reclama de não conseguir falar diretamente com o rei, devido “aos rigores do protocolo”, procura assim, o Conde d'Outremont que afirmou que SS.MM. estavam encantados com a cortesia do povo brasileiro, que a toda hora e por todos os meios os cercam de carinho, honrados com as mais requintadas manifestações de estima ⁷⁶².

Mas existiriam vários tipos de protocolo. Segundo o *A Noite*, havia de um lado o Protocolo com P grande, “entidade sisuda, séria, de cartola e luva branca, irrepreensível, mas amável”, e do outro o “protocolozinho”, organizado no Catete, “com ou sem o concurso dos

⁷⁵⁷ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 24 de set. de 1920.

⁷⁵⁸ *A Pátria*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁵⁹ *A Razão* Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁶⁰ *A Notícia*. Rio de Janeiro; 23 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁶¹ *A Razão*. Rio de Janeiro; 24 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁶² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 23 de set. de 1920.

meninos do Itamaraty”, com o objetivo de reger os passos dos reais hóspedes, e afastar deles a imprensa, “que andou escorraçada de todas as festas regias e não chegou junto ao rei Alberto a não ser quando o Catete ficava de lado”. Esse “protocolozinho” durante a viagem a São Paulo “foi para as profundas dos infernos”, pois, em todas as festas, passeios e banquetes oficiais oferecidos aos soberanos, os representantes da imprensa paulista tiveram seu lugar bem próximo dos reis. No entanto, era bem capaz, observa o jornal, do “protocolozinho” renascer quando soberanos voltassem para o Rio⁷⁶³.

O tratamento dado a imprensa em Minas Gerais também foi elogiado. Sobre isso o jornal *O Paiz* coloca que governo de Minas criou para a imprensa local, com respeito ao serviço de informações sobre a regia visita, facilidades bem maiores que as verificadas no Rio de Janeiro⁷⁶⁴, incluindo no andar térreo do Palácio da Liberdade, onde os soberanos ficaram hospedados, uma sala reservada pra os representantes da imprensa⁷⁶⁵.

Não seria esta a opinião do jornal paulista *A Platéia*, que coloca que à ultima hora os representantes da imprensa foram informados de que não havia lugar para eles no carro especial onde embarcaram as pessoas que foram receber na fronteira do Estado os soberanos belgas. “A questão é toda moral. A imprensa devia esperar alguma coisa mais delicada. E porque assim é, devemos deixar o fato consignado aqui.”⁷⁶⁶

É interessante ressaltar algumas críticas feitas pela própria imprensa a forma como ela estava registrando a visita. Observa a revista *D.Quixote*, que além do protocolo, restavam ainda “dois eternos inimigos das celebridades: a kodak e o repórter”. O rei não podia nem tomar “seu higiênico banho de mar sem que as folhas proclamem à cidade e os telégrafos participem ao mundo: -‘O rei tomou banho! E fez mais, acrescentam minuciosos, depois do banho, enxugou-se, vestiu-se e tomou café!’”. Indignada a revista coloca: “O rei tomou café, como qualquer mortal!”⁷⁶⁷

A revista critica a imprensa em geral, colocando que não há nada que o rei faça que “a trombeta da publicidade não sobre logo para os quatro cantos da cidade o sucedido.” E para

⁷⁶³ *A Noite*. Rio de Janeiro; 13 de out. de 1920.

⁷⁶⁴ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 03 de out. de 1920.

⁷⁶⁵ *Ibidem*; 04 de out. de 1920.

⁷⁶⁶ *A Platéia*. São Paulo; 01 de out. de 1920. *In*: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁶⁷ *D.Quixote*. Rio de Janeiro; 29 de set. de 1920.

ilustrar melhor a situação, publica uma interessante comédia francesa chamada 'Le roi s'en-nuie':

O rei de uma macacolândia qualquer, resolveu certa vez fazer uma visita oficial á França. Entre os jornais parisienses havia um de idéias monarquistas, que pormenorizava tim-tim por tim-tim os atos do soberano.

E uma bela manhã, nos seus luxuosos aposentos, dispôs-se o rei a ouvir do secretario o que a seu respeito dizia a folha predileta.

- 'Sua Majestade levantou-se hoje um pouco incomodada.

A's oito horas Sua Majestade, a conselho de um médico, resolveu tomar um laxativo. A's 10 horas mais ou menos, Sua Majestade sentiu os primeiros ef....'

Neste ponto o rei interrompeu o secretário perguntando, com o rubor nas faces.

- Diga-me lá: esse jornal é ilustrado ?⁷⁶⁸

Como obsersou também o jornal *A Rua* o excesso de minúcia não trazia nenhuma vantagem ao noticiário, causando também aborrecimentos, ao constranger o rei em ter sua a liberdade cerceada, ao saber que todos os seus gestos eram registrados:

No prurido de exibição informativa tudo isto devia ser evitado certo de que, quem assim procedesse prestaria um serviço ao grande rei belga. Ainda ontem o operador cinematografo que, desde Bruxelas acompanha S.M, registrou que só se tem trabalhado nas festas e recepções oficiais, pois foi o próprio rei quem determinou que se não ocupasse de sua vida na intimidade. Ora, sabendo-se ser este o desejo de nosso hóspede ilustre, por que não satisfazê-lo? ⁷⁶⁹

Sobre as noticias minuciosas publicas pela imprensa, Bastos Tigres publica alguns versos, em uma crítica bem humorada intitulada “Um Rei cativo”:

O ser-se homem notável é de certo
A amolação maior que há nesta vida;
O mundo inteiro vive de olho aberto
E orelha apercebida,
Para ver o que faz
Para ouvir o que diz
O pobre herói, o celebre infeliz
Nem um momento tem o misero de paz!
Todo mundo se julga no direito
De ser fiscal de todos os seus atos,
De examinar-lhe a mesa e o leito,
O chapéu, as camisas, os sapatos.
(...)
Acompanha-o a imprensa, hora a hora,
Registrando-lhe a vida passo a passo,

⁷⁶⁸ Idem.

⁷⁶⁹ *A Rua*. Rio de Janeiro; 25 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

Desde que o herói do leito se põe fora,
Tal se um minuto ou menos de demora
Fosse a harmonia perturbar do espaço.
E, na ânsia justa de informar o povo,
Que em troca do seu vil tostão que paga,
A todo instante indaga
"Que e que o rei fez de novo"
A imprensa ao papel triste se sujeita
De andar a farejar a copa e cozinha,
Mexeriqueira, a espreita.
Como uma besta ou uma vizinha.
- A que horas levantou-se hoje o monarca?
Calçou chinelas? Escovou os dentes?
Do seu pó dentifrício qual a marca?
Será a mesma que usavam seus parentes?
Quando o rei acordou inda era escuro?
Em quanto tempo se vestiu? Atentos
Os repórteres indagam, sonolentos,
Com receio do furo.

(...)

Colegas jornalistas, outro emprego
Dêem ao tempo precioso!
Deixem o rei gozar, calmo, em sossego,
Nossas florestas, nosso céu...chuvoso
Coisa e, certo, que dói
A sua alma de herói
Ter, como premio de seu grande heroísmo,
No Rio de Janeiro
O duro cativo
Da imprensa, além do oficialismo!
O Alberto, em suma e um ótimo rapaz.
Se ele tão bravo foi durante a guerra,
Vindo as férias gozar em nossa terra,
Justo e deixá-lo em paz.

Pois não vejo motivo
Porque, tendo ele a pátria libertado,
Venha aqui ao Brasil, martirizado,
Do governo e da imprensa, ser cativo!

Ou eu, em caso extremo,
(...)
Irei pedir ao Tribunal Supremo
Um habeas-corpus para o rei Alberto.

D.Xiquete ⁷⁷⁰

⁷⁷⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 26 de set. de 1920.

Apesar de todo oficialismo, protocolo, e perseguição da imprensa com relação ao rei, este convocou todos os seus representantes para uma recepção no Palácio Guanabara, onde se dirigiu um por um aos jornalistas apresentados por Raul Pederneiras presidente da Associação de Imprensa⁷⁷¹.

Para a *Gazeta de Notícias*, este foi o momento em que, pela primeira vez, o rei entrou em contato “com os representantes mais diretos da opinião popular”. O rei acentuou a consideração que em toda parte os homens de estado devem a influência da imprensa, “como genuína expressão que ela é da vontade coletiva, e por isso orientadora efetiva das Nações.” Expressiu suas palavras de gratidão “aos órgãos legítimos do sentimento popular que aqui no Brasil pugnaram, durante os tormentosos dias da conflagração européia, pela causa da Bélgica”⁷⁷². Aproveitou também a oportunidade para lhes pedir que servissem de interpretes em nome da rainha e do seu e tornar conhecido de todo o povo, de modo geral os seus sentimentos de inesquecível e profundo reconhecimento.

É perceptível que a imprensa reserva a si mesmo um lugar muito importante neste evento. No cumprimento do “sagrado dever” de informar o público, o protocolo é um dos obstáculos que tem que enfrentar, compreendem-se desta forma as inúmeras críticas que atrai, sendo visto como um dos aspectos negativos da organização do evento. Interessantes ainda, são as próprias críticas que desfere contra a sua atuação dentro do evento. Mas, afinal, o rei é uma celebridade, há nesse sentido, uma demanda, há um público querendo saber o que ele faz. E se muitas vezes os jornais se detêm descrendo seus hábitos simples, é porque são justamente esses movimentos que o aproximam do público, que o tornam um personagem com o qual se pode identificar. Seria muito difícil conseguir, como propôs o humorista Bastos Tigres, um *habeas corpus* para o rei.

⁷⁷¹ *A Folha*. Rio de Janeiro; 27 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁷² *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro; 28 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

4.2 - A ‘fabricação’ de um rei popular.

O Rei chegou...
Chegou, viu... e gostou, que principesca
E realmente real, foi a festança,
Com champagne a granel, farto papança
E muita coisa alegre e pitoresca.
Há de, portanto, o Rei ter na lembrança
Por muito tempo a vida 'nababesca'
Da gente do Brasil, cavalheiresca,
E que hoje em dia nada na... 'abastança'.
Esse maldito, horrível Protocolo
E' que tudo estragou, que o Rei-soldado,
Que tanto honrar nos veio e ao nosso solo,
Logo mostrou não ser de pataratas,
Deixando a todos nós mais que provado
Que os reis é que são hoje os democratas !

Telles de Meirelles ⁷⁷³

Nas falas dos marinheiros colhidas no cais da Praça Mauá foi possível vislumbrar alguns aspectos que seriam ressaltados sobre o personagem do soberano belga. É o momento onde o lado informal desse personagem é altamente explorado, suas ações que por ventura fugissem um pouco do esperado, ou do protocolar são superestimadas criando a imagem de um rei mais “brasileiro”, um personagem popular, adorado e admirado por todos.

As palavras acima podem ser visualizadas no texto publicado pelo *A Noite* logo após a chegada do rei. Segundo o jornal, como havia pouco tempo da permanência dos reais hóspedes na cidade, não tinha como “satisfazer a curiosidade pública tratando dos hábitos, fantasias e predileções dos nossos hospedes”, mas garantia que assim que a sucessão das festas do programa oficial e os dias permitissem, iria “frisar esta ou aquela nota de maior curiosidade”⁷⁷⁴. No ato de frisar esta ou aquela nota, traduziram os movimentos do rei de acordo com uma imagem que procuraram construir.

Assim, logo no primeiro dia dos reis na capital federal os soberanos saem à noite para um ligeiro passeio de automóvel na Avenida Rio Branco. Ao lado da figura do rei-herói democrata constrói-se aos poucos a do soberano “pouco dado ao protocolo”, que o abandona

⁷⁷³ *D. Quixote*. Rio de Janeiro; 29 de set. de 1920.

⁷⁷⁴ *A Noite*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

voluntariamente e passeia “como qualquer burguês, sem fazer-se acompanhar de guardas de honras”⁷⁷⁵.

No dia seguinte pela manhã, o passeio do soberano à pé pelas ruas do centro carioca, aliado ao banho de mar em Copacabana fazem as manchetes dos jornais.

Na descrição feita pelo *Jornal do Brasil*, acompanhado de Barros Moreira e do Capitão Silva Pessoa, o rei saltou do carro no obelisco na Avenida Rio Branco descendo até a Rua São José, quando foi reconhecido pelo povo. Ao chegar à Rua do Ouvidor, o trânsito já se achava interrompido, tal a massa que o aguardava, o rei atravessou com dificuldade a multidão chegando a Primeiro de Março, percorreu a Rua do Rosário, onde seguiu até a Igreja da Candelária que visitou⁷⁷⁶.

Pela altura da Galeria Cruzeiro, “pessoas que não reparavam naquilo, caminhavam já quase ao lado da augusta pessoa do maior dos belgas”, e o Rei, vinha sorrindo “sem medidas de protocolo, a tirar o chapéu mole, de abas largas aos que o saúdam, desde o cidadão que traga um cartola igual a do Sr. Julio Rodrigues, ao pobre diabo de chapéu de palha...”⁷⁷⁷.

O propósito do passeio do rei, segundo o *Rio – Jornal*, era justamente “conhecer a vida da cidade perdendo-se ao meio de sua população”, assim, com um traje cinzento escuro e um chapéu de feltro, entrou num café da Avenida, e ocupou uma das mesas,⁷⁷⁸ “como qualquer um de nós”, observa o *Correio da Manhã*, apresentando a elegância fina e discreta de um *gentleman* pediu uma xícara de café, “com a modéstia e a discrição do mais simples cidadão brasileiro, tomara, como qualquer carioca, a sua xícara de café das 11 horas...”⁷⁷⁹

Como já foi descrito, o soberano belga “andou por toda parte”, foi até no beco da Candelária e quando esteve por lá, um “ponto predileto de nossos vendedores de bilhete de loterias”, pôde ouvir seus gritos anunciando o jogo do dia: “É o 22, o final da cobra! Fica, freguês! (...) É o camelo e o jacaré, é o 15, por 900 réis! É o último, quem quer!”⁷⁸⁰

O jornal *A Tribuna* não esconde sua decepção com o fato do rei ter presenciado “coisas tão feias”, se não fossem tomadas algumas providências “veremos sua majestade a subir as escadinhas do morro do Castelo, a galgar as ribanceiras da Favela ou a passear pelo Mercado

⁷⁷⁵ *O Imparcial*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁷⁶ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920.

⁷⁷⁷ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁷⁸ *Rio-Jornal*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁷⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920.

⁷⁸⁰ *A Tribuna*. Rio de Janeiro. S/D. In: Agencia Americana. *Op. cit*

Novo”. O prefeito tinha que tomar uma atitude. Colocar as fitinhas, escudos, lâmpadas elétricas nos pontos mais afastados cidade, seria uma opção já que o rei prefere esses lugares mais sossegados onde pode descansar, pois, se sente “constrangido por aquela pose toda que não se adapta a seu espírito democrata”, quer ficar no meio do povo, “não dentro de palácios e automóveis”⁷⁸¹. O rei não quer mais saber de protocolo, conclui categoricamente o jornal.

A informalidade do rei se estende pelo resto da viagem. Em Teresópolis, por exemplo, circulou “com a cômoda tranqüilidade de um simples mortal sem coroa nem glória”⁷⁸² pela cidade, e em Ribeirão Preto, sem observância absolutamente nenhuma ao protocolo, fez uma visita inesperada, vindo da fazenda em Guatapar a fim de conhecer a cidade⁷⁸³.

Outro aspecto do comportamento do rei que servirá de base para construção de sua imagem informal, são os banhos diários em Copacabana. Tal fato foi trabalhado em outro momento deste estudo, onde ficou claro que a novidade não estava no banho de mar em si, mas na figura do rei. Contudo, essa mistura do banho de mar com o protocolo vai mais além, inspirando artigos como o publicado na *Gazeta de Notícias* onde os exercícios matinais de natação do rei são apresentados como “um pequeno gesto”, mas que eram suficientes “para definir um caráter, e despertar, em favor de um homem público, simpatias gerais as mais rápidas e profundas”⁷⁸⁴.

A crença geral, baseada nos “exemplos da aristocracia de certos grandes homens indígenas,” era de que o rei preso pelo protocolo “se conservaria nas alturas inacessíveis do seu palácio”. Na opinião do jornal, o episódio estava longe de ser insignificante: “a simplicidade de bonomia que o rei assim revelou, (...) pode ser aproveitada como lição para ensino de muitos republicanos, fundamentalmente democratas, que insistam em aumentar a distancia que os separa do resto da espécie humana...”⁷⁸⁵. O banho de mar adquiriu nas páginas do periódico um significado muito maior, símbolo de um soberano que soube captar a admiração do povo.

Segundo *O Malho*, o protocolo “ficou em maus lenois” quando o rei saiu pela manhã para tomar banho na praia de Copacabana, “afrontando calmamente o mar irado com a maestria

⁷⁸¹ Idem.

⁷⁸² *A Noite*. Rio de Janeiro; 29 de set. de 1920.

⁷⁸³ *Correio Paulistano*. São Paulo; 14 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁸⁴ *Gazeta de Noticias*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁸⁵ Idem.

do melhor dos nadadores”. O protocolo foi “por água abaixo, deixando a nadar a figura máscula e elegante do Rei Alberto que assim tão profundamente confraterniza com o povo!”⁷⁸⁶

O rei simplesmente não teria resistido à manha luminosa daquele dia, “Copacabana estava linda. A praia convidava...”, assim “sorratamente”, deixou o Guanabara em direção ao bairro. Segundo o jornal *A Notícia*, o povo nas imediações “estava estupefato” e correu a verificar o “espetáculo encantador” do régio banhista em seus exercícios de natação⁷⁸⁷.

O descaso pelo protocolo atribuído ao rei ganha popularidade na imprensa, sendo representado inclusive em algumas caricaturas, como nesta de Jefferson, publicada na *D.Quixote* onde o protocolo é personificado, estando sempre perto do rei:

Os comemorativos (casal na rua).

- E o homem que vinha perto do rei, quem seria?
- De certo era o tal Protocolo de quem falam tanto.⁷⁸⁸

A caricatura “Le Roi S’Amuse”⁷⁸⁹ de Yantok publicada na *D.Quixote* ridiculariza o protocolo que não consegue acompanhar o rei durante seus passeios, subindo morros, nadando em Copacabana, ‘fazendo avenida’ ou lendo a revista *D.Quixote* em um café com os pés em cima da mesa. Neste mesmo número, a revista publica um editorial com título sugestivo de “Larguem o Rei!”⁷⁹⁰, no qual coloca que há duas pessoas nesta cidade que ela realmente não invejava: o rei Alberto e o dr. Barros Moreira.

O dr. Barros Moreira porque teria que acompanhar o rei em seus passeios, porém “o rei com seu metro e oitenta e nove de altura, tem pernas de um metro e vinte dois, utilizáveis para marcha”; coitado do dr. Barros Moreira, lamenta a revista, tem que fazer um esforço fora do comum para acompanhar o rei.

E o rei Alberto? Bom, este escolheu o Brasil para passar suas merecidas férias, “à sombra das palmeiras brasílicas”, numa terra sem cerimônia, encontrou aqui exatamente o contrário do que imaginava, ou seja, “o nosso velho Protocolo, barbado e rabujento, (...) aborrecendo aos reis, ao presidente e a todo o mundo”. Mas, o rei é um verdadeiro herói, observa a revista, resiste ao

⁷⁸⁶ *O Malho*. Rio de Janeiro; 25 de set. de 1920.

⁷⁸⁷ *A Notícia*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁸⁸ *Idem*.

⁷⁸⁹ *D.Quixote*. Rio de Janeiro; 29 de set. de 1920.

⁷⁹⁰ *Idem*.

protocolo “dando-lhe um heróico ponta-pé com as suas botas de alpinista, lavando-se do bolor protocolar nas águas salitrosas de Copacabana”⁷⁹¹.

A revista *O Malho* elogia a grande atividade física e mental do rei, “movendo-se sem cessar por toda a parte e a despeito dos intempéries” e o compara com os políticos brasileiros, que “não fazem metade do que podiam fazer, daí a grande soma de inconvenientes de que sofre o povo as conseqüências”.⁷⁹²

O comportamento do rei dá margem a essa construção, no entanto, ela vai além, e incita questionamentos sobre os próprios governantes. O artigo da *Gazeta de Noticias* é emblemático nesse sentido, intitulado “O Presidente Alberto e o Rei Epitácio...”⁷⁹³ inicia apontando que foi preciso um rei legítimo vir ao Brasil para que na “nossa República de trinta anos” começássemos a compreender a democracia, e que para “pastorear povos” é muito mais eficiente simples e justo, misturar-se com ele do que isolar-se em um “palácio d’altos muros intransponíveis e d’ali mandar como mandavam os barões feudais...”

Em poucas horas de permanência na capital, o rei Alberto conseguiu mostrar à nossa gente “educada no regime republicano” aquilo que ela jamais viu “desde o dia em que despachamos barra a fora o Sr. D.Pedro II”, ou seja, o fato do cidadão ocupar a função de diretor dos negócios de um país não o inibe de continuar com seus hábitos individuais, e andar “como outro qualquer mortal” pelas ruas.

D. Pedro II, assim o praticou durante cinquenta anos do seu reinado e dessa pratica nada resultou de desagradável à sua augusta pessoa, antes os humildes com ela lucraram, porque as suas queixas, (...) facilmente chegavam ao poder supremo para serem atendidas como a justiça mandava. As portas do Paço de S.Cristóvão estiveram sempre abertas para os que queriam falar ao monarca. E ele descia do seu trono e vinha para os meios populares e conversava com um escravo com a mesma atenção com que discutia com um conselheiro de Estado. Fizemos a República...Acabou tudo!O Presidente saído do povo, eleito pelo povo, trancava-se na torre de marfim do Poder, de onde ninguém se aproximava, e o povo só o via de fugida, em carros de luxo, cercado de tropas, como uma divindade temerosa e intangível⁷⁹⁴.

Vários pontos podem ser identificados na citação acima, como por exemplo, a simpatia pela figura de D.Pedro II, o que traz à tona a questão de que as críticas não se dirigiam ao regime em si, mas na forma como era conduzido, na ausência de uma identidade com aqueles que

⁷⁹¹ Idem.

⁷⁹² *O Malho*. Rio de Janeiro; 02 de out. de 1920.

⁷⁹³ *Gazeta de Noticias*. Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁷⁹⁴ Idem.

passaram a governar, faltando ao estado republicano os elementos integrativos que possuía o estado monárquico⁷⁹⁵.

Nesse sentido, a única exceção teria sido Floriano Peixoto que “andava de bonde” e percorria a cidade “sem aparatos”, como fazia Pedro II. Seus sucessores foram “requintando em aristocracia”, ao ponto do governo de Epitácio Pessoa ser caracterizado por um protocolo que “deixa a perder de vista, em matéria de severidade e rigidez, aos das mais rigorosas e protocolares cortes da Europa”⁷⁹⁶.

Em críticas mais duras, a *Gazeta de Notícias* continua o artigo questionando porque não se via o presidente a “correr as avenidas, como um de nós”, e porque era tão difícil falar ao chefe da Nação, a impressão que se tinha era que para o presidente “seria uma diminuição para o prestígio do cargo descer do Catete e confundir-se com a ralé que o elegeu e que lhe paga os impostos”. Assim, com relação a viagem dos soberanos belgas, o Catete teria se entregado a “inglória tarefa” de organizar um protocolo com o objetivo de evitar qualquer contato direto do rei com o povo brasileiro. O palácio Guanabara, com “sua guarda pretoriana, era uma prisão”, o rei só conheceria “as pessoas epitacianas”, “a corte do Catete”, na qual não havia lugar nem para Ruy Barbosa.

Mas o rei, logo começou a “debater-se para se liberar dessa teia ridícula em que o envolvia a suprema vaidade *gaffense* do Presidente”, vai a Copacabana, atravessa quase desacompanhado as ruas da cidade, “contente de ser, no Brasil, um cidadão como nós.” Desta forma, como não ser seduzido pela “bonomia” e pela “simplicidade” desse rei, quando se observava Epitácio Pessoa “transformado num senhor onipotente a nos impor a sua vontade soberana e a fugir da prática dessas salutares normas democráticas que o Rei Alberto nos veio ensinar?”. A resposta viria em um trocadilho interessante:

(...) o povo desta Capital, na sua ingenuidade, na força coletiva dos seus sentimentos, vendo de um lado o protocolo epitaciano, severo e medieval, e de outro a fascinante bondade desse Rei que se sente feliz em andar ombro a ombro com a gente que passa; de um lado o Sr. Epitácio Pessoa, aristocrata e autoritário; do outro Alberto I, bom cidadão que quer ser igual a nós todos; o povo do Rio de Janeiro chegou a esta expressão magnífica de verdade, que ontem andava em todas as bocas: O Presidente Alberto... O Rei Epitácio...Mas não é assim mesmo?⁷⁹⁷

⁷⁹⁵ CARVALHO, J.C. *Os bestializados*. *Op.cit.* p.155.

⁷⁹⁶ Idem.

⁷⁹⁷ Idem.

A comparação suscita ainda charges como a de Storni publicada na revista *O Malho* intitulada a “Presidência da República Brasileira... ‘Errata’”. A caricatura representa Epitácio Pessoa como se fosse um rei, adornado de jóias, com coroa e cetro, junto do rei Alberto representado de uma forma simples e humilde. Na legenda lê-se: “De como se deduz que quem devia ser o Presidente era o Rei, e... vice e versa”⁷⁹⁸.

Outro artigo sobre o mesmo tema pode ser encontrado no jornal *A Razão*, sob o título de “A realeza da República e democracia da Realeza...” que relata um comentário feito por um popular durante a Parada Militar realizada no Campo de São Cristóvão. No comentário este observa que honrando o Brasil com a sua visita, Alberto I estava fazendo a mais linda e a mais profícua das propagandas do regime que a sua realeza encarnava. Em sua impressão sobre o comentário o jornal coloca que:

Infelizmente, não chegaram aos reais ouvidos do sr. Epitácio Pessoa as sensatas palavras que aqui registramos. E elas têm um delicioso sabor, no momento mesmo em que o maior dos reis se mostra mais democrata que o presidente da República, que, pela índole do seu povo, pela letra e pelo espírito da sua Constituição, deveria ser, em todas as manifestações da sua soberania, a mais democrática das Repúblicas!⁷⁹⁹

A questão estaria também no fato de que o regime monárquico havia deixado uma imagem positiva, como observa Mario Rodrigues em artigo publicado no *Correio da Manhã*, assim, “ninguém aqui supôs encontrar em Alberto I aquela imagem antiga de reis e imperadores”. A visão que se tinha do soberano não poderia ser outra senão aquela “permitida por uma reminiscência benigna - a de Pedro II, despido de vaidades, simples e generoso, acessível e terno, alma de republicano, cheia de luz e povoada de abelhas. Eis a visão positiva dos regimes dinásticos, afeiçoada a nossa memória”⁸⁰⁰.

Para o colunista Oscar Lopes do jornal *O Paiz* a questão era mais simples: a população encontrava-se embriagada “pelo estonteante perfume da realeza”⁸⁰¹ que desde a chegada dos reis impregnava a cidade.

Os reais hóspedes, com sua simplicidade, romperam com o protocolo rigoroso que os envolvia, arruinando qualquer idéia “de separação entre o povo brasileiro e os seus visitantes régios”, daí que vem essa “grande perturbação trazida à atmosfera que respiramos”.

⁷⁹⁸ *O Malho*. Rio de Janeiro; 02 de out. de 1920.

⁷⁹⁹ *A Razão*. Rio de Janeiro; 23 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁸⁰⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 25 de set. de 1920.

⁸⁰¹ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 26 de set. de 1920.

Tal “perturbação” seria fruto justamente da conduta dificilmente compatível com os hábitos das democracias que levam não apenas os atuais governantes, mas também seus sucessores, ao “alheamento e separação” com relação a população.

O povo, do qual ele saiu, só o vê oficialmente (...) nunca mais, durante todo o tempo da investidura, tem a satisfação de cruzar com ele nas ruas e por toda a parte encontrá-lo, como a um igual, desfrutando as alegrias dos seus semelhantes⁸⁰².

Oscar Lopes aponta, assim como o artigo da *Gazeta de Notícias*, uma exceção a este caso: Floriano Peixoto. O fato era que o trono não privava os soberanos de demonstrar seu amor ao mar e a natação, “rompendo em fortes braçadas as luminosas águas verdes de Copacabana”, sua curiosidade pela cozinha brasileira, comendo chuchu e bacalhau, e sua adoração pelo campo e pela montanha, galgando os altos morros da formosa Tijuca, mostravam-se “como qualquer mortal”. Tais proezas impressionavam “a grande criança que é o povo”, levando-lhe a boca uma água que poderia ser “perigosa”, se não fosse “ingênuas”:

Da comparação inevitável entre os que vêm governando, tão glacialmente austeros nos seus hábitos, e os que de cabeça coroada governam uma ilustre nação européia, resulta, no mínimo, o desejo de experimentar os encantos da democracia verdadeira, ainda que sob outro nome de forma política. É por tudo isso que todos nós estamos sob impressão de uma embriaguez de realeza, quando, positivamente, o que nos perturba é um perfume de democracia, que os reis nos deram a respirar⁸⁰³.

Assim, o tal perfume que estaria embriagando a todos era, na verdade, o “perfume da democracia”.

As distâncias entre aqueles que governam e os governados continuam sendo tema das revistas, que em um tom irônico, aponta da “ignorância” do presidente com relação a costumes bem populares, como nesta prosa publicada na *D. Quixote* contando o episódio da famosa feijoada saboreada pelo soberano:

Feijoada real.

Rei Alberto sabe viajar, não se contenta em ver as coisas do país por alto, procura penetrar nos hábitos, assimilar-se ao povo que visita, assim desejou experimentar uma feijoada com o respectivo paraty, em homenagem a culinária nacional. Eпитácio mesmo assombrado com esta extravagância tão fora do protocolo cedeu mandando preparar o prato. A vista do prato de onde subia um quente perfume brasileiro, as narinas de Sua Majestade deveriam ter arfado de puro gozo. E o rei já se preparava para o ataque, quando lhe aproximou um criado equilibrando sobre a bandeja de ouro um fino cálice de cristal cheio de um líquido transparente.

- Pronto, paraty.

Tio Pita levantou-se rubro de cólera com os olhos a saltarem-lhe das órbitas e dirigindo-se ao criado expediu.

⁸⁰² Idem.

⁸⁰³ Idem.

- Dobre a língua, maroto! Para ti não, para Sua Majestade é que é, ‘seu’ atrevido...⁸⁰⁴

Com relação a Epitácio Pessoa, relata o *Correio da Manhã*, que o presidente recebeu recepção calorosa em São Paulo, resultado da orientação sadia do seu governo, observou o jornal⁸⁰⁵. Mas, de volta a capital federal, nem um só viva teria sido erguido ao presidente, apesar de sua popularidade tão propalada “por uma certa imprensa”, apontou o jornal *A Razão*, e explica que “o povo na sua alta sabedoria, não tendo interesses inconfessáveis as sabe valorizar o mérito e aclamar os que fazem jus a tal”⁸⁰⁶.

No meio de críticas ao protocolo, depreciações do regime republicano e seus dirigentes sobressai o artigo de Antonio Leão Velloso no *Correio da Manhã*, com um título que a principio engana os olhos “Os inimigos do protocolo”⁸⁰⁷.

Para o jornalista, o acolhimento tanto popular quanto oficial parecia bem satisfatório, mas alguns “patrícios” andavam maldizendo do governo, com críticas ao protocolo oficial. Na opinião destes críticos, diz Velloso, o protocolo deveria ser dispensado, e recebido o rei sem cerimônias, à vontade, ou “segundo o costume da roça”, além do mais, o soberano estaria “aborrecido e farto de pompas”. Tanto o rei queria libertar-se do protocolo, que foi tomar banho de mar, aproveitando também para passear na avenida, a conclusão dos críticos foi logo de que seria oportuno desorganizar o protocolo. O governo deveria abrir mão de tudo que organizara para a real recepção, e dar aos soberanos “o tratamento comum devido a todos os burgueses.”

Não compreendem os críticos, explica Velloso, que não havia outra coisa a fazer, senão cercar as pessoas reais de todas as obrigações do protocolo, os reis é que poderiam dispensá-lo, e assim ocorreu. O rei Alberto “como todo homem bem nascido, tem os seus músculos educados e gosta de exercitá-los”, ao conhecer Copacabana, desejou como “os demais mortais conhecedores da magnífica praia (...) banhar-se em suas águas”.

A que conclusão chegaram os críticos? Que “sua majestade é inimiga do protocolo, e estava fugindo ao programa que as autoridades da República lhe organizaram”. Mas onde estavam a incompatibilidade entre protocolo e água salgada, pergunta Velloso.

As próprias fugas do rei ao protocolo, indo banhar-se em Copacabana ou tomar sua xícara de café no São Paulo, são do programa de todas as recepções reais. Nada mais natural do que um monarca desejar esses momentos de liberdade, em que respire e folgue como os outros homens. Não seria,

⁸⁰⁴ *D. Quixote*. Rio de Janeiro; 29 de set. de 1920.

⁸⁰⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 10 de out. de 1920.

⁸⁰⁶ *A Razão*. Rio de Janeiro. 16 de out. de 1920. In: Agência Americana. *Op. cit*

⁸⁰⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 27 de set. de 1920.

porém, admissível, que, pela circunstância do nosso ilustre hóspede estimar parecer-se com os demais mortais nós o igualássemos a ele. Os inimigos do protocolo, que de resto lhe querem tanto mal quanto eu que estou agora defendendo, devem compreender isso perfeitamente. Uma senhora, a quem dirigamos, chapéu na mão pode ordenar que nos cubramos, nós é que não deveremos cumprimentá-la com o chapéu na cabeça. Este chapéu na mão, que constitui uma regra da boa polidez, do protocolo da civilidade, em mais ampla e elevada escala, quando se trata das relações entre um país e um soberano estrangeiro assume proporções que as pessoas inadvertidas parecem exibições faustosas, mas que constituem elementares deveres de cortesia nas relações internacionais⁸⁰⁸.

Mas a quebra de protocolo tem um significado que vai muito além, considerando as características expostas, ela promove a solidariedade, como observou Roberto DaMatta, ainda mais em eventos marcados pelo formalismo e pela ordem, onde o povo participa como assistente, separado das autoridades⁸⁰⁹. Nesse sentido, construções feitas, por exemplo, pela revista *D.Quixote*, ao comentar o episódio em que o rei saboreou um pouco de ‘paraty’, ganham maior amplitude. Segundo a revista, o rei “tomou a ‘branquinha’” e até consta que repetiu, para o rei virar brasileiro faltaria apenas “jogar no bicho, ouvir o Catulo recitar o *Marroeiro*, dançar um tango do Eduardo Souto e perguntar a um civil se ‘sabe com quem está falando’”.⁸¹⁰

Enfim, tais relatos demonstram uma tendência a ‘abrasileirar’ o rei, trazendo este herói para o cotidiano da cidade e dos costumes brasileiros que em muito se confundem com os cariocas. É o rei que come feijoada, bebe cachaça e joga no bicho, entre outros costumes populares, numa tentativa de aferir algum valor positivo a esses hábitos populares.

4.2.1 - Os populares e os soberanos.

Era interessante apreciar a manifestação espontânea e sincera de toda a massa que enchia a Avenida, através dos comentários. Ouvimos uma frase ingênua e simples, de um popular, mas que sintetiza todo o contentamento do povo:
- O povo gostou mesmo do Rei⁸¹¹.

Muito se colocou aqui sobre os soberanos, especialmente o rei Alberto, seria possível trabalhar com a recepção dessa imagem construída? Nesse sentido, há uma dificuldade de observar as resposta da população à visita, pois, suas representações também são construídas, em

⁸⁰⁸ Idem.

⁸⁰⁹ DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

⁸¹⁰ *D. Quixote*. Rio de Janeiro; 29 de set. de 1920.

uma abordagem na qual surge um povo que tem consciência de seu dever cívico, um povo que sabe reconhecer um herói, uma figura que merece ser aclamada, com exceção da Festa da Quinta Boa Vista, a imagem construída foi bem positiva. A massa popular se comportava como uma família civilizada⁸¹². Nesse sentido, procurei observar algumas reações individuais que são destacadas pela imprensa, ou seja, distinguir algumas “faces na multidão”⁸¹³.

Nesse sentido, o jornal *Gazeta de Notícia* traz impressões interessantes, em artigo intitulado “Enquanto o Rei passeia...Entre os comentários, a saudação sincera do povo”⁸¹⁴, onde publica várias cenas e diálogos que teriam ocorrido no centro da cidade durante o passeio inesperado do rei, no intuito de demonstrar o que “a gente do povo” pensava desse passeio do rei.

Vários vendedores de jornais, entre eles o Thomé, foram dos primeiros a correrem para a esquina da rua S.José. O Thomé, que é um crioulo espigado, ia, talvez, com os outros, sem saber bem porque corria. De repente, porém, um dos seus companheiros sacudiu-o:

- Olha o Rei, Thomé. Pará!

O jornaleiro parou, de olhos arregalados, de beijo caído. Saiu-lhe a primeira frase que lhe acudiu ao lábio:

- Eta, batuta!

E com os que seguiam ao lado do soberano e dos seus companheiros, o Thomé foi dos mais entusiasmados⁸¹⁵.

Assim como Thomé, vários transeuntes ao perceber que por ali passava o rei Alberto o seguiram pelas ruas do centro. Na esquina da Avenida Rio Branco com Rua da Assembléia formou-se um verdadeiro um rebuliço, e nas porta dos cinemas aglomeravam-se várias pessoas. E o rei continuava seu caminho, passando em meio a vendedores de “inteiros” e “gasparinhos”:

- É pra hoje! Aqui está o número da sorte!

- São Paulo! 40 contos! Quem quer o último?

- É o 7429! Quem quer?

O Fonseca, com o seu inseparável charuto, do alto das suas finas e longas pernas, foi o primeiro que deu o grito:

- Olha o Rei! Viva a Bélgica! Viva o Rei da Bélgica!

Palmas estrugiram, enquanto Sua Majestade contornava um carinho de mão que atravancava mais ainda aquela já por natureza atravancada viela. Vivas se ouviram. E o José, um velho filho da Galliza que ali mourejava todo santo dia como carregador, após tirar a sua “boina” numa saudação, virou-se para os que passavam:

- “Que lo leve Dios, caramba! Este é de los buenos! Dos que mandan, pero van tambien”...⁸¹⁶

⁸¹¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

⁸¹² CAUFIELD, S. *Op.cit.* p.126.

⁸¹³ BURKE, P. *Op.cit.* p.177.

⁸¹⁴ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920. *In: Agencia Americana. Op. cit*

⁸¹⁵ *Idem.*

O imigrante espanhol não seria o único a expressar sua admiração pelo rei, possível de se ver na conversa de um motorneiro com um soldado da polícia:

- A gente até gosta de fazer continências a um homem assim.
- Duas vezes tirei eu o bonet para ele – respondeu vitorioso o motorneiro⁸¹⁷.

Os jornalistas se aproximam do motorneiro e perguntam o que este achou do rei, ao que este responde:

- Que havia de parecer, senhor? Isso mesmo. Um homem direito, “democrata”, que a gente está vendo logo que sabe ser amigo do seu amigo. De gente assim é que o mundo “precisa” depois dessa “hecatombea” que vem de atravessar. Com este vê-se logo que tudo é tão bom como tão bom. Onde souber que o Rei Alberto vai aparecer, estou aí firme para dar viva! Só se estiver de “pao”!⁸¹⁸

Do motorneiro para dois carregadores, os “ecos” do passeio do rei pelo centro da cidade continuam:

A porta de uma casa comercial, um carregador esforçava-se para colocar um volume num carinho de mão. Outro gritou-lhe enquanto corria:

- Deixa lá isso, ó José. Vem daí. Olha o Rei!
- Espera um pouco....
- Qual espera, homem! Atira isso para o diabo. Olha que a um Rei não apanhamos por cá todos os dias! E ao demais um Rei que o sabe ser...
- Viva o Rei! Viva o Rei!

O grande monarca, sorrindo de chapéu na mão, agradecia, passando entre alas de populares. Até subir para o seu automóvel. O carro rodou entre aclamações. E o José, voltando para o seu carrinho, vinha entusiasmado:

- Isto é que é homem! Dê-me um rei assim, que salto-lhe aos vivas a toda hora!⁸¹⁹

Ao final do relato, coloca o jornal que o povo foi se dissolvendo aos poucos, satisfeito por ver o rei “sem regras protocolares, o grande amigo do povo da cidade...”⁸²⁰.

Para colher as impressões populares, o jornal *Correio da Manhã* optou por entrevistar o porteiro do Palácio Guanabara, “o velho Salvador” que “também tem a sua história”. O porteiro do Palácio deu sua entrevista, mas pediu ao jornal para que não o trouxesse em evidência: -

⁸¹⁶ Idem.

⁸¹⁷ Idem.

⁸¹⁸ Idem.

⁸¹⁹ Idem.

⁸²⁰ Idem.

“Tenho no meu passado, os meus serviços prestados a alguns homens ilustres e não quero que se suponha que preciso de cortejar a popularidade”, explicava o porteiro.

Como era funcionário antigo, vinha do Itamaraty, Salvador fornece primeiramente algumas impressões do Barão Rio Branco, um homem simples, mas que segundo o porteiro, fazia questão das exigências do protocolo, tinha método pra tudo, até para “rasgar um papel”. Já o presidente Epitácio, observa Salvador, tem muita energia e tem excelente coração, e ainda uma “enorme capacidade de trabalho, e quem o acompanhasse tinha que servir de verdade”.

Por último, mas não menos importante, Salvador revelou suas impressões do rei:

Simpático, traços de coragem de aço, estando sempre à vontade, dentro ou fora do protocolo. Eu estou radiante com a imensa honra de ver um rei glorioso, que é um exemplo vivo de cavalheirismo e heroísmo. Deus o conserve e a sua majestade a rainha por muitos anos, para a felicidade de seu povo e admiração do mundo inteiro. Não desejo mais nada do que encerrar aqui minha carreira ⁸²¹.

Mas a última declaração é a mais interessante, Salvador pediu discrição aos jornalistas, declarando com uma certa imperiosidade que talvez não fosse conveniente a historia incomodar-se com ele. “Preferia ficar no seu canto”.

Em outra entrevista, os jornalistas do *Correio da Manhã* procuram a *housekeeper* do Palacete Mackenzie, onde o rei trocava de roupa todas as manhãs antes e depois de seu exercício de natação em Copacabana. A empregada do sr. Mackenzie, exprimiu em sua simplicidade, a “natureza do sentimento popular”: - “O rei, disse ela, é um homem tão delicado, tão simples. Não tem nada diferente dos outros homens...Até parece o sr. Mackenzie...” ⁸²².

Ainda em Copacabana, as professoras públicas Paulina Gonçalves Pinheiro e Hylda Thomé Cordeiro, dirigiram-se ao rei e entregaram-lhe umas flores, além de um retrato aquarela do soberano para este assinar. No entanto, o rei já tinha resolvido, ressalta o jornal *A Notícia*, que não iria autografar nenhum retrato a óleo em aquarela, a insistência das professoras teve resultados, levaram para casa os retratos do soberano devidamente assinados ⁸²³.

Mesma sorte não teria o capitão da Brigada Policial que se dirigiu ao Palácio Guanabara também com um pedido, chegando na portaria indagou ao guarda:

- A condensa de Chiriny ta aí?
- Como ? indaga o porteiro

⁸²¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920.

⁸²² *Idem*.

⁸²³ *A Notícia*. Rio de Janeiro; 14 de out. de 1920. *In: Agencia Americana. Op. cit*

- A Condessa
- Ah! A sra condessa de Caraman Chimay..
- Sim senhor
- O que deseja? Pergunta o porteiro
- Tenho duas cartas. Uma quero que manda a condessa e outra entregarei depois que for recebido⁸²⁴.

O porteiro entrega a carta apresentando o capitão a condessa ao sr. Pessoa de Queiroz, mais tarde se soube que o oficial da Brigada queria chegar até a rainha para arranjar com ela a reintegração de um emprego dos Correios e que a carta apresentando o oficial a sra condessa de Caraman era de um padre.

Com ou sem carta, tudo se tentou para chegar perto dos soberanos, até se apresentar como “nobre”, o *Jornal do Brasil* relata um episódio interessante ocorrido durante o encontro do rei com os representantes da imprensa. Em um dado momento, uma senhora, vestida com sobriedade aproximou-se do mordomo do Palácio e entregou o seu cartão onde lia-se “Arquiduquesa Freire Wurtemberg”. A nobre visitante esclareceu que vinha visitar a rainha, o contínuo ponderou que a rainha não estava presente, não sendo por isso possível atende-la, esta, contudo não se conformou, queria falar com o rei então. O mordomo explicou que o rei recebia naquele momento os diretores dos jornais do Rio, e não podia atender. A arquiduquesa protestou, era viúva do Príncipe de Wurtemberg, prima de Eduardo VII e condecorada por quase todos os governos monárquicos europeus, inclusive por Leopoldo I e II da Bélgica, aquilo era uma “descortesia a uma alta representante da dinastia inglesa”. Acrescenta também que havia sido recebida “por todos os monarcas que nos têm visitado”, um fato curioso considerando que o rei Alberto era o primeiro a visitar o Brasil. Depois de falar por cerca de meia aos ouvidos dos jornalistas do *Jornal do Brasil*, “pobre maníaca”, como foi descrita pelo jornal se retirou, mas não sem antes conseguir a promessa formal dos jornalistas de que protestariam contra a desconsideração de era alvo, e “sob os olhares piedoso de quantos a ouviram, deixou o Guanabara, rumo à cidade, a pseudo arquiduquesa M.Freire de Wurtemberg”.⁸²⁵

Também estive no Palácio para ver o rei, um veterano da Guerra do Paraguai, o sargento voluntário Theodoro Gomes de Azevedo. O veterano encontrou com o rei na gare da Central do Brasil quando os soberanos retornavam de sua viagem a Minas e São Paulo. O velho sargento “coberto de medalhas” e “rosto enrugado cheio de cicatrizes” teria despertado a atenção do rei,

⁸²⁴ Idem.

⁸²⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 28 de set. de 1920.

que rendeu ao veterano um aperto de mão e um convite para que fosse ao Palácio Guanabara. Assim, convidado pelo rei apareceu no Guanabara o sargento, ostentando no peito sua cinco medalhas, explica o *A Noite*. O veterano, “venerado ancião, relíquia do nosso passado histórico”, foi recebido, no entanto, com a “maior falta de gentileza” pelos funcionários do Guanabara. Ao ser perguntado pelo representante do *A Noite* qual era a causa de sua visita, o veterano relembra o encontro com o rei na Central do Brasil, onde foi convidado para ir ao palácio, momento em que um policial que ouvia a conversa se manifestou:

- “Você vai pedir alguma coisa ao rei?” Ao que o veterano responde: -“Nada! Então eu seria capaz de pedir alguma coisa ao rei? S.M é um herói, e como guerreiro, o admiro”⁸²⁶.

Os jornalistas procuram alguém para dar informações ao que todos respondiam que o rei estava com o tempo lotado. Um agente de polícia aconselhou o inválido a retirar-se, pois, provavelmente não veria o rei. “O glorioso sargento, porém, permaneceu no palácio, esperando que o rei, ao passar, o reconheça”⁸²⁷. Tanto o *A Noite* quanto o *Correio da Manhã*⁸²⁸ terminam seu relato com o sargento na porta do palácio esperando o rei, segundo o *A Notícia* ele teria afinal sido recebido pelo rei⁸²⁹.

A exposição destes vários episódios teve o intuito de demonstrar uma participação da população na visita que não fosse aquela do público civilizado, ciente da importância de sua participação. São inúmeras as formas, as táticas que traçam para poder chegar perto desse personagem, desde segui-lo nas ruas centros até acompanhá-lo em seu banho de mar como as duas senhoritas. Outra opção era esperar até que o rei aparecesse nos portões do Guanabara ou até mesmo se passar por Duquesa, por que não? Todas seriam táticas válidas para aclamar o tão celebre e popular rei belga.

4.3 - O encontro do rei Alberto com Rui Barbosa.

Não apenas ao rei se voltariam as manifestações populares, também seriam reservadas a Rui Barbosa, aclamações entusiásticas, preenchendo este personagem um vácuo identificado pelos jornais nas homenagens prestadas aos reis.

⁸²⁶ *A Noite*. Rio de Janeiro; 15 de out. de 1920.

⁸²⁷ *Idem*.

⁸²⁸ *Idem*; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 16 de out. de 1920.

Sobre Ruy Barbosa, é interessante ressaltar que após ter sido acusado, durante sua atuação no Ministério da Fazenda do Governo Provisório, de ser desonesto na sua conduta de homem público⁸³⁰, conseguiu melhorar sua imagem devido à sua atuação como representante do Brasil na Conferência de Paz em Haia, o que lhe valeu o apelido de ‘Águia de Haia’⁸³¹. O sucesso de Ruy Barbosa no exterior valeu-lhe uma enorme popularidade no Brasil e assim como Alberto Santos Dumont figuraria como exemplo do brasileiro astuto, valente, engenhoso; ambos seriam símbolos da civilização e do progresso brasileiro no exterior⁸³².

Assim, conta o *Jornal do Brasil* que durante a visita do rei ao Congresso Nacional, este teria manifestado o desejo de conhecer Ruy Barbosa, perguntando se o senador estava presente. O presidente da Câmara lhe informou que Ruy Barbosa encontrava-se muito doente e que havia viajado para Palmyra para se recuperar. O rei belga não podia esquecer o “grande brasileiro”, e afinal conclui o jornal “Não podia, nem esqueceu”⁸³³.

Sobre a partida de Ruy Barbosa para Palmyra, logo no dia da chegada do rei ao Rio de Janeiro, o jornal *Correio da Manhã* coloca que um grupo de fiéis brasileiros acorreu a Central às 6 da manhã para exprimir ao grande brasileiro os votos pelo seu restabelecimento e regresso breve; “Homens humildes, modestos operários paravam a defrontá-lo”, nos impulsos de “uma idolatria jamais alcançada entre nós por nenhuma outra individualidade”. O fato dos soberanos seguirem para Minas Gerais forneceu esperanças para um possível encontro. “É de supor que sua majestade encontre um meio de se libertar da escravidão do protocolo”, e procure Ruy Barbosa no Hotel de Convalescentes onde se recupera de suas ininterruptas “vigílias de meio século em prol da liberdade e da justiça (...) E assim Alberto I se integrara por completo no coração do nosso povo”⁸³⁴.

Sobre a possibilidade da realização do encontro em Minas Gerais, em artigo para o *Correio da Manhã*, Mario Rodrigues comenta: “Que quadro magnífico”, o encontro destes dois vultos no abrigo do coração mineiro, Alberto I e o “semi-divino” Ruy Barbosa⁸³⁵.

Logo após chegada do rei, Ruy Barbosa envia carta saudando-o. Em resposta, o rei demonstra desejo de encontrá-lo. Este, no entanto, coloca ser muito difícil devido seu estado de

⁸²⁹ *A Notícia*. Rio de Janeiro; 15 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁸³⁰ FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p 404.

⁸³¹ OCTAVIO, R. *Op.cit.* p.311.

⁸³² FREYRE, G. *Op cit.* p. 416.

⁸³³ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920.

⁸³⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 21 de set. de 1920.

saúde, realizar nova viagem, assim que reis voltassem das excursões ao interior do Brasil iria visitá-los⁸³⁶. Não é visível nenhuma ação do governo no sentido de efetuar tal encontro ou de oficializar tal imagem de Rui Barbosa durante o evento.

Em outras correspondências trocadas é levantada a hipótese de Rui Barbosa ir ao encontro do rei quando de sua passagem por Palmyra em direção a Belo Horizonte, novamente devido ao estado de saúde do mesmo o encontro é adiado realizando-se mesmo após a chegada dos soberanos ao Rio, no penúltimo dia de sua estadia no Brasil⁸³⁷.

Na tentativa de realizar o encontro entre o soberano belga e Rui Barbosa, alunos das Escolas Superiores do Brasil se organizam no intuito de promover uma homenagem ao soberano, onde teria a palavra o senador baiano⁸³⁸. No entanto, por falta de tempo os reis declinaram o convite para a homenagem que lhe pretendiam tributar os estudantes.

Sobre a não realização da manifestação acadêmica, o jornal *A Noite* manifesta o seu desgosto, tecendo ainda comentários bem críticos com relação a exclusão de Rui Barbosa das festas. Observa que as vésperas da partida para Palmyra, chegou a sua residência um cartão num envelope. Era um convite para recepção no Palácio dirigido a todos os senadores, a todos os deputados, a todos os representantes do mundo oficial. Esse convite não chegou a ser entregue a Rui Barbosa que no momento repousava para poder empreender a viagem que a sua convalescença exigia. Querendo justificar-se da conduta que tivera, o governo lembrou-se do convite - circular enviado a Rui Barbosa⁸³⁹.

Em artigo intitulado “O Rei e o Ruy”, o jornal *A Notícia* também aponta que a opinião pública estranhou que o nome de Rui Barbosa não figurasse no “protocolo”, tal fato foi interpretado como “uma afronta desfeitoso do governo”, o qual teria se justificado alegando ter enviado convite ao conselheiro, mesmo sabendo que o estado do saúde de mesmo não lhe permitiria estar no Rio para as festas em homenagem aos soberanos⁸⁴⁰.

No dia 14 de outubro Rui Barbosa finalmente retorna ao Rio de Janeiro, a saída de Palmyra, ao longo da via férrea cada estação o povo esperava “o grande cidadão”⁸⁴¹.

⁸³⁵ *Ibidem*; 26 de set. de 1920.

⁸³⁶ *Ibidem*; 23 de set. de 1920.

⁸³⁷ *A Pátria*. Rio de Janeiro; 04 de out. de 1920. *In*: Agencia Americana. *Op. cit*

⁸³⁸ *O Imparcial*. Rio de Janeiro; 27 de set. de 1920. *In*: Agencia Americana. *Op. cit*

⁸³⁹ *A Noite*. Rio de Janeiro; 07 de out. de 1920.

⁸⁴⁰ *A Notícia*. Rio de Janeiro; S/D. *In*: Agencia Americana. *Op. cit*

⁸⁴¹ *A Noite*. Rio de Janeiro; 14 de out. de 1920.

Sobre chegada de Rui Barbosa na capital federal, a manchete do *A Noite* é sugestiva: “Afastado dos abismos da política, mas confortado pelo povo!”⁸⁴². O encontro do conselheiro com o soberano significava “o verdadeiro expressivo voto de boas vindas dado pelo nosso povo, mas ainda não transmitido aos soberanos belgas de maneira comovida e eloqüente”. Na estação central, além da multidão, encontrava-se também uma comissão de 21 deputados representando membros dos Estados e do Distrito Federal para dar boas vindas. O requerimento para a formação da comissão veio do deputado Mauricio de Lacerda, a Câmara aprovou com manifestações de simpatia a proposta, no entanto, ‘leader’ da maioria sr. Carlos Campos tentou alterar a proposta alegando embaraços com relação a escolha do representante paraibano. O deputado Mauricio de Lacerda não esmoreceu, queria um deputado da Paraíba e lá foi o deputado Cunha Lima representando o estado do presidente Epitácio.

O jornal *A Noite* é o que mais se empenha em noticiar a chegada de Rui Barbosa, publicando uma segunda edição dedicada a chegada. O jornal inicia a matéria assinalando que “qualquer espírito” se desorienta porque não compreende como Rui Barbosa, à hora em que se pretende como principio de programa governamental “isolá-lo da República” tanto se haja entranhado no coração do povo.

Foram naturais as grandes apoteoses que o eminente baiano recebeu em outras épocas, quando entrava nesta capital de volta do estrangeiro (...). Agora, porém, quando tudo é calmo aparentemente (...) quando a tensão pública converge para as figuras reais que nos visitam, quando em suma nenhuma onda de paixões perturba a alma coletiva, e no ambiente sem vibração não se nota nenhuma efervescência de idéias políticas, é realmente edificante que Ruy Barbosa (...) seja alvo de uma manifestação tão extraordinária como a de hoje, e de onde se ausentou por completo qualquer elemento do governo, onde não se ouviu o som de uma banda de música, nem (...) cordões de isolamento, (...) sequer as facilidades vulgares de transito não quis estabelecer a polícia. (...)Um brasileiro que assim desembarca na capital do país, pode ser isolado da República, porém, nunca do Brasil que fervorosamente o aclama, elevando-o as culminâncias de ídolo⁸⁴³.

Ao chegar na Central, Rui Barbosa foi cumprimentado pelo deputado Mauricio de Lacerda em nome da comissão da Câmara, sendo proferido ainda discurso do acadêmico Fina Sobrinho, onde é colocado como “a alma da pátria”, o “único homem capaz de falar ao rei Alberto em nome da mocidade liberal, em nome do Brasil de amanhã”⁸⁴⁴, seria desejo de todos ver o rei dos belgas finalmente se encontrando com Ruy Barbosa, um data que nunca desaparecerá da história das nações, assim como o encontro de D.Pedro II com Victor Hugo.

⁸⁴² Ibidem; 13 de out. de 1920.

⁸⁴³ Ibidem. Segunda edição.

⁸⁴⁴ Idem.

“O proscrito está nos braços da mocidade, está nos braços do povo e em breve com estes ao lado dos soberanos! Essa proscrição não foi consentida!”, exclama Fina Sobrinha, caracterizando a proscrição como um “atentado à vontade do povo!”

O discurso de Fina Sobrinho foi seguido de palavras proferidas pelo poeta Salomão Jorge, em cuja fala merece destaque pequeno trecho onde coloca:

Assim que SS.MM, os nobres reis dos belgas vos contemplarem, poderão dizer: Quando vimos a iluminação feérica da avenida Rio Branco, as árvores poéticas de Petrópolis, as ruas bem talhadas de Belo Horizonte, a estação da Luz de S.Paulo, as suntuosidades dos salões do Guanabara, não vimos o Brasil; vimo-lo, no entanto, em sua expressão mais nítida, ao contemplar a figura majestosa do maior dos filhos que é também um dos interpretes mais valoroso monumento da liberdade verdadeira. Salve Ruy Barbosa!⁸⁴⁵

O Brasil é identificado pelo poeta na figura de Rui Barbosa, “alma da pátria”. Em resposta aos discursos pronunciados Rui Barbosa coloca que a pátria se revela no povo brasileiro, “sem formalismos e sem exclusões”, “unida e grande”⁸⁴⁶.

À saída da estação, não havia policiamento, observou o jornal *A Noite*, apenas um guarda civil, formando “espontaneamente” um cordão de isolamento em volta de Ruy Barbosa, “onde corria o sangue de um sem número de corações anônimos”, Ruy chegou ao carro “não por uma deliberação fria da polícia, mas pelo próprio delírio popular”⁸⁴⁷. O carro fez-se acompanhar por uma multidão, um fato interessante é que sabendo da intenção do cortejo de passar em frente ao palácio do Catete foram colocadas em frente ao palácio forças de polícia enquanto contingente de cavalaria estacionava no largo da Glória, préstito acabou seguindo pela Avenida Beira-Mar.

O encontro realizou-se no penúltimo dia de estadia dos no Palácio Guanabara, onde Ruy Barbosa se juntou aos soberanos para o almoço. E que caracterizado como acontecimento histórico no Guanabara pelo jornal *O Imparcial*, o encontro da “majestade do gênio” com o Rei-Herói.⁸⁴⁸

Durante o almoço, Rui Barbosa conversou sobre assuntos de ordem geral, a aproximação da Bélgica e do Brasil, e lamentou que reis não tivessem conhecido em sua viagem a Minas as cidades de Juiz de Fora e Palmyra, cidades industriais onde existem além das fabricas laticínios, as de produtos químicos, de meias e de carbureto de cálcio. O rei elogiou a fina sensibilidade e delicadeza de qualidades morais do povo brasileiro e Rui agradeceu, dizendo ter o povo brasileiro

⁸⁴⁵ Idem.

⁸⁴⁶ Idem.

⁸⁴⁷ Idem.

o instinto das boas causas, percepção dos grandes merecimentos e a simpatia para com as nações verdadeiramente úteis a humanidade⁸⁴⁹.

Nesse sentido, o retorno de Rui Barbosa para o Rio de Janeiro e seu encontro com o rei Alberto assume um significado maior. Rui Barbosa aparece como o grande herói brasileiro, há a projeção de uma identidade neste personagem, que não acontece com presidente Epitácio Pessoa, e nem com outras autoridades civis ou militares. Os personagens que sofrem uma inflexão positiva são aqueles que já são objeto de uma construção popular, como D. Pedro II ou Floriano Peixoto, bem como o próprio Rui Barbosa.

4.4 - O Brasil na bagagem: a memória da visita

Após quase um mês de banquetes, paradas e recepções os reis belgas, acompanhados do príncipe Leopoldo e comitiva embarcam de volta para a Bélgica, no cais da Praça Mauá no dia 16 de outubro.

Sobre as manifestações de despedida aos soberanos, as impressões na imprensa são positivas, repetem-se as aclamações calorosas, as demonstrações francas do povo. São poucas as menções ao tão odiado protocolo. O jornal *A Razão* coloca que apesar do protocolo os reis tiveram noção “perfeita da grandiosidade de nossa admiração”, puderam vislumbrar o “grande futuro que aguarda o Brasil”⁸⁵⁰. Para a *Gazeta de Notícias*, as manifestações da alma popular, “muito tocantes e expressivas”⁸⁵¹, foram melhores que as protocolares.

As revistas têm apelo mais crítico. O título do editorial da revista *D. Quixote* é sugestivo: “Ajuste de contas”⁸⁵² onde começa arguindo Epitácio sobre o protocolo:

Para que, diabo, arranjou V. um protocolo tão idiota? Porque fez todo o possível para circunscrever o rei no círculo estreito do protocolo? Porque o cercou de uma camarilha que em nada representa a mentalidade brasileira?⁸⁵³

A revista *O Malho* também critica o “formalismo presidencial do epitacismo” que quase asfixiou o soberano, separando-o do contato “do povo, em geral, e da elegante e digna sociedade, em particular, a camaradagem do filho dos condes de Flandres.” Ou seja, “filou-o do primeiro ao

⁸⁴⁸ *O Imparcial*. Rio de Janeiro. 16 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁸⁴⁹ *A Razão*. Rio de Janeiro; 16 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁸⁵⁰ *Ibidem*; 17 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁸⁵¹ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro; 17 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit*

⁸⁵² *D. Quixote*. Rio de Janeiro. 20 de out. de 1920.

último dia!”⁸⁵⁴. Conclui a revista que o presidente, apelidado de D. Pita I “arrastado por obsessões irreversíveis acabará proclamando-se, a 15 de novembro de 1922, Imperador do Divino Espírito Santo, se antes não fizer publicar uma bula, pelas colunas do ‘Diário Oficial’ reconhecendo-se Papa para todos os efeitos.” Junto ao editorial vê-se a caricatura de Epitácio com cetro e cora e a seguinte legenda: “O Rei que ficou”⁸⁵⁵.

O editorial da revista é sugestivo, pois, quais seriam as impressões da visita? Segundo o *Correio da Manhã*, ficaria “gravada na retina” a imagem do rei democrata. O jornal elogia também a organização do evento, pois, o governo recebeu os soberanos “de forma distinta” não os “encurralando na artificialidade do convencionalismo”⁸⁵⁶. Segundo o *Jornal do Brasil*, os soberanos conquistaram os brasileiros pelas maneiras democráticas, não foram aqui “simples ‘touristes’ desejosos de ver coisas novas só para fugir da monotonia”⁸⁵⁷, suas impressões iriam ajudar a dissolver a “nuvem de lendas que deformam o Brasil”⁸⁵⁸, observa *O Paiz*.

Resta um ponto interessante a ser respondido, o que ficaria na lembrança dos soberanos? A mensagem de despedida de Alberto I fornece algumas pistas:

É sob a impressão ainda recente das manifestações calorosas em meio das quais acabo de deixar o Rio de Janeiro que dirijo por intermédio de v.ex. às autoridades, à população da Capital Federal e à dos Estados que visitei, assim como a todo Brasil, a expressão do meu imenso reconhecimento. Durante as quatro semanas que passei na bela pátria de v.ex. impressionou-me de modo mais agradável a forma delicada da hospitalidade brasileira e não pude conter a minha admiração pela obra do passado, pela atividade do presente e pelo porvir ilimitado desse país⁸⁵⁹.

A música brasileira ficaria nas lembranças, principalmente da rainha que manifestaria o desejo de ouvir artistas brasileiros na interpretação de músicas nacionais, incumbindo sr. Barros Moreira de organizar na Bélgica um concerto para público seletivo não muito numeroso que o aplaudiu calorosamente⁸⁶⁰. Contudo, na obra sobre Orestes Barbosa, Carlos Didier observa que, mais que a música, dois “artigos nacionais” que muito impressionaram os soberanos foram os urubus e as pernas das mulheres brasileiras⁸⁶¹.

⁸⁵³ Idem.

⁸⁵⁴ *O Malho*. Rio de Janeiro; 30 de out. de 1920.

⁸⁵⁵ Idem.

⁸⁵⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 17 de out. de 1920.

⁸⁵⁷ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 17 de out. de 1920.

⁸⁵⁸ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 17 de out. de 1920.

⁸⁵⁹ *A Pátria*. Rio de Janeiro; 17 de out. de 1920. In: Agência Americana. *Op. cit*

⁸⁶⁰ Carta de Barros Moreira a Azevedo Marques. 30-05-1921. In: *Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas. Op.cit.*

⁸⁶¹ DIDIER, C. *Op. cit.* p. 157.

Na bagagem dos reis, além do casal de urubus, seguiram exemplares de palmeiras oferecidas por Carlos Sampaio e diversas aves que foram enviadas pela empresa Jardim Zoológico, ocupando o convés do *S.Paulo*⁸⁶². Boa parte da bagagem real também era composta de inúmeros álbuns que foram produzidos e presenteados aos soberanos como lembrança da visita. Vários já foram mencionados como os *álbuns da Agencia Americana*, o *álbum Bélgica-Brasil*, o *álbum da Cidade do Rio de Janeiro*. Os reis foram presenteados ainda com um *álbum de fotografias* oferecido por Kfuri, fotógrafo do *A Noite* e que compreendia fotos da chegada até partida dos reis para Minas, além de vistas de aeroplanos. De São Paulo os soberanos receberam um *álbum musical* com composições do maestro João Gomes de Araújo, professor do Conservatório de São Paulo⁸⁶³, além de um álbum sobre o Estado de São Paulo, com fotos do Museu do Ipiranga, e panoramas de São Paulo e Santos⁸⁶⁴.

Além dos álbuns, preciosas coleções também foram presenteadas aos soberanos como a do Museu Nacional, com itens das seções de Antropologia e Etnografia composta por artefatos de índios brasileiros; peças cerâmicas, machados e ornamentos; da seção de Zoologia foi enviada uma coleção de moluscos e outros invertebrados do Brasil; completando o presente do Museu, foi anexado também um livro com autografo de D.Pedro II⁸⁶⁵. Outra coleção também extremamente rica é ofertada pela Comissão Rondon composta de artefatos indígenas dos povos Aymores e Guarany, um estojo contendo 200 fotografias, 31 volumes de publicações encadernadas sobre os trabalhos da Comissão e dois quadros de borboletas do sertão de Mato Grosso⁸⁶⁶.

Os marcos da visita na capital federal são fixados em Copacabana, lugar dos tão famosos banhos de mar do rei, que não estava incluído no programa. A Rua Valadares, ligando Copacabana a Ipanema, recebe o nome de Avenida Rainha Elisabeth em homenagem a soberana belga e no Largo do Poeta, situado no cruzamento desta avenida com a Rua Conselheiro Lafaiete, encontra-se também o busto de bronze em homenagem ao Rei Alberto.

⁸⁶² *O Paiz*. Rio de Janeiro. 19 de out. de 1920.

⁸⁶³ *A Platéia*. São Paulo. 07 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁸⁶⁴ *Jornal do Commercio*. São Paulo. 06 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁸⁶⁵ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro; 14 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁸⁶⁶ *O Imparcial*. Rio de Janeiro; 17 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

Considerações Finais.

Uma das dificuldades que me deparei ao iniciar este estudo estava no grande volume de fontes, principalmente proveniente da imprensa. Desta forma, muitas questões tiveram que ser postas de lado, como a análise das inúmeras fotografias publicadas, principalmente nas revistas ilustradas. Outro ponto que ficou carente de um olhar mais apurado, e que foi apenas tangenciado por este estudo, compreende as viagens dos soberanos pelo interior do Brasil, pois, a documentação oficial fica mais restrita à organização das festas na capital federal, além da não inclusão de jornais de outros estados no estudo, com exceção dos jornais paulistas que constam dos álbuns da Agência Americana.

É perceptível que uma análise mais aprofundada revelou a magnitude do evento e o quanto um estudo desse porte ainda se mostrou pequeno para dar conta de um objeto tão rico. O estudo está longe de ter esgotado o assunto, restando analisar toda a documentação existente na Bélgica, e nos estados visitados pelos reis. Existem, inclusive, filmagens da visita, com imagens da recepção no Rio de Janeiro, da Parada Militar, da Parada Esportiva, que foram inclusive, exibidos nos cinemas cariocas, no dia seguinte praticamente a realização desses eventos. Provavelmente existem também filmes belgas, pois, havia na comitiva dos reis dois sargentos encarregados justamente de filmar a viagem dos soberanos.

Apesar destas limitações, este estudo tornou possível vislumbrar uma série de questões interessantes. São inúmeras as análises de festas, mas praticamente inexistentes na historiografia brasileira as que dêem conta das visitas de grandes personalidades ao país. A visita belga, nesse sentido, era tratada como algo pontual, recebendo pouca atenção por parte dos pesquisadores, uma orientação altamente desproporcional à quantidade de material produzido sobre ela. Ao realizar um mergulho profundo nesse material, foi possível vislumbrar uma série de questões latentes na sociedade brasileira da década de 20 que emergem atreladas a este evento.

As tensões sobressaem logo ao se pensar a preparação deste evento, ou seja, nos parâmetros que iriam guiar essa construção, várias disputas são percebidas entre os atores presentes nesse processo, além do próprio presidente Epitácio Pessoa, vemos o Ministério das Relações Exteriores, respondendo as críticas freqüentes da imprensa. O papel da imprensa nesse sentido mostrou-se deveras importante, com sua 'vigilância crítica' acompanhou não só os preparativos, mas toda a visita, publicando reportagens detalhadas sobre a estadia dos soberanos.

Essa saturação de notícias sobre o evento propiciou que este trabalho pudesse realizar uma ‘descrição densa’ da visita belga, mapeando suas principais características.

Nesse sentido, ao se observar sua preparação, vemos que as festas protocolares e pomposas seriam criticadas, a indicação era apresentar eventos simples e modestos, atendendo ao gosto do rei, e a certas características ditas ‘nacionais’. Assim, a originalidade dos festejos estaria em passar uma imagem verdadeira da nação, sem imitações. Ressaltar tais aspectos implicava discutir boatos polêmicos, como a exclusão dos marinheiros negros da guarnição do couraçado brasileiro, ou a inclusão de um carnaval nos festejos oficiais. Ao mesmo tempo que se procura incluir uma parte da população nestes festejos, exclui-se por outro. Um ponto que devia ser ressaltado era a natureza brasileira, em tom bem ufanista, principalmente suas riquezas naturais que apontavam os caminhos grandiosos a serem trilhados pela nação. O ideal de simplicidade não se aplica mais, é ressaltada a opulência das montanhas de ferro, das grandes plantações de café e de uma capital federal modernizada e civilizada.

Organizados os programas era preciso observar que um ponto importante para o seu sucesso estava na adesão do público, devidamente controlado. Desta forma, nas recepções e em outros grandes eventos o comportamento exemplar desse público seria uma prova da compreensão pelo mesmo de seu significado, ao respeitar seus limites de participação.

Uma vez que fica claro o esforço para mostrar algo harmônico aos visitantes, a Parada Militar, com a apresentação da Nação armada, é eleita como um desses grandes momentos, imbuídos de um caráter cívico e patriota. Esse Exército novo e modernizado inspira a confiança à Nação. Entretanto, não seria o único. A Parada Esportiva também se encarregou dessa função ao associar o desenvolvimento esportivo da nação, a um esporte que iria aos poucos adquirir esse aspecto identitário: o futebol. Assim como nos vários banquetes e festas o intuito era a passar a imagem de um país civilizado, unido, ciente de seu grande futuro, existindo, no entanto, várias ‘fissuras’ nessa imagem, algumas ficam à mostra, outras não.

Afinal, seriam os relatos de *uma república em festa...*

Bibliografia.

I – Fontes Primárias.

Arquivo 'Visita dos Reis da Bélgica'. Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty. L206 maço 3594.

Ofícios da Legação Brasileira em Bruxelas. Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty Estante 205, prateleira um, volume 06.

Arquivo Rui Barbosa. Série Correspondência Geral. Arquivo Histórico da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Arquivo 'Recortes de Jornais'. Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Periódicos:

Jornais:

CORREIO DA MANHÃ Rio de Janeiro, 1920.

JORNAL DO BRASIL Rio de Janeiro, 1920.

A NOITE Rio de Janeiro, 1920.

O PAIZ Rio de Janeiro, 1920.

Revistas:

REVISTA CARETA. Rio de Janeiro, 1920.

REVISTA D. QUIXOTE. Rio de Janeiro, 1920.

REVISTA FON-FON! Rio de Janeiro, 1920.

REVISTA O MALHO. Rio de Janeiro, 1920.

Publicações:

Agencia Americana. *Telegramas e noticias sobre a visita de S. S. M. M. es reis dos Belgas ao Brasil, publicadas em setembro de 1920, sendo Presidente da Republica e Exme. Snr. Dr. Epitácio Pessoa. Homenagem da Agencia Americana.* Rio de Janeiro: 1920.

Relatório de 01 de maio de 1920 a 30 de abril de 1921. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty.

I - Livros e artigos:

ABREU, A.A. (et. ali). *Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro pós –1930*. 2.ª ed. Vol IV. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

AZEVEDO, A. N. *Da monarquia à república: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese de Doutorado, Departamento de Letras, PUC-Rio, 1996.

_____. “A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana”. In: *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.º 10, maio-agosto 2003.

BAHIA, J. *Jornal, História e técnica. As técnicas do jornalismo*. São Paulo: ed. Ática, 1990.

_____. *Jornal, História e técnica. História da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*. Ed. Germape, s/d.

BEATTIE, P. *The Tribute of Blood*. Durham, Duke University Press, 2000.

BRETAS, M.L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BROCA, B. *A vida literária no Brasil – 1900*. 5.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005.

BUENO, C. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BURKE, P. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

CABRAL, S. *Pixinguinha. Vida e Obra*. Rio de Janeiro: Lumiar, 1997.

CARONE, E. *A primeira república (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975

CARVALHO, J.C. *Os bestializados*. 3.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *A formação das almas*. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASTRO, F.M de O. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

CAUFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

COELHO, E.C. *Em Busca da Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro:Record, 2000.

COSTA, E.V. *Da monarquia à República. Momentos decisivos*. 7^a.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, M.C.P. *Ecos da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6^a ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIDIER, C. *Orestes Barbosa. Repórter, cronista e poeta*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2^a ed. 4^ovol. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3^a ed. Rev. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, B.(org). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*. Vol. 2. Tomo III – Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977.

FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.1)

FERREIRA, M.M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.6, n,11, 1993.p.9-23.

FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. 5^aed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GABAGILIA, L.P.R. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. São Paulo: José Olympio

GARAMBONE, S. *A primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GARCIA, E.V. “A diplomacia dos armamentos em Santiago: o Brasil e a conferência Pan-Americana de 1923”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, n.o. 46, pp 175-200, 2005.

GERSON, B. *História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil*. 5^a ed. Rio de Janeiro: Lacerda ed., 2000.

GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBBSAWN, E. J.; RANGER, T. (org.) *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

- IGLESIAS, F. *Trajatória política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- JANCSÓ, I; KANTOR, I. (org). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.
- JANOTTI, M. L. M. *Os subversivos da república*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- KESSEL, C. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.
- _____. “Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922”. *Estudos Históricos, Arte e História*, n.30, 2002/2.
- LAMBERT, H.M.F.C. Festa e participação popular (São Paulo – início do século XX) *In: História* n.13, pp.121-29. 1994
- LE GOFF, J. et al. *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, S/d.
- LESSA, R. *Invenção republicana*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- LOPES, A. H.(Org.). *Entre Europa e África: a invasão do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000
- LUSTOSA, I. *Histórias de Presidentes - a República no Catete*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Fundação Casa de Rui Barbosa/Vozes, 1989.
- _____. *Brasil pelo método confuso - humor e boemia em Mendes Fradique*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- MACHADO, M. C. T. (Org.); PACHECO, Cardoso Heloisa Helena (Org.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. 1. ed. Uberlândia: Edufu, 2005.
- MACIEL, M.E. Uma cozinha à brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 33, 2004.
- McCANN, F.D. *A Nação Armada. Ensaio sobre a História do Exército brasileiro*. Recife: ed. Guararapes, 1982.
- MADEIRA, B.C. *Medalhas e Condecorações*. Minas Gerais: Irmão Gino, 1999.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MOTA, M. S. *A Nação faz 100 anos. A questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992.
- NEDELL, J. *Belle époque tropical*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1993.
- OCTAVIO, R. *Minhas Memórias dos Outros*. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1935.

OLIVEIRA, L.L. *As festas que a República manda guardar. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p.172-189.

_____ *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____ (org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PEREIRA, L.A.M *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PESSOA, E. *Pela Verdade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

PINTO, S.C.S. *Elites Políticas e o Jogo de Poder na Cidade do Rio de Janeiro (1909-1922)*. Rio de Janeiro: Tese Doutorado UFRJ/IFCS, 2002.

RADFORTH, I. *Royal Spectable: the 1860 visit of the Prince of Wales to Canada and the Unites States*. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

REIS, L.V.S. “O que o rei não viu”: música popular e nacionalidade no Rio de Janeiro da Primeira República. *In: Estudos Afro-asiáticos*, 2003-01-01.

RODRIGUES, J.P.C. de S. *A Dança das Cadeiras. Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Ed. UNICAMP, Cecult, 2001.

ROUQUIÉ, A(org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980.

SALIBA, E. T. *Raízes do riso: a representação humorística na História brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANDES, N.F. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiana: Ed.da UFG: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SANTOS, J.A. *Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1890-1947)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

SCHORSKE, C. E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____ *Viena fin de siecle* . Campinas: Cia das Letras/Ed. Unicamp, 1988.

SCHWARCZ, L.M. *As barbas do imperador: D.Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____ “Espetáculo da miscigenação”. *Estudos Avançados* 8 (20), 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a17.pdf>

SEVCENCKO, N. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____ *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 4.^a edição, 1995.

SILVA, E. A República comemora o Império: Um aspecto político-ideológico da crise dos anos 20. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, RJ, v.1, n.º 2, p.104, jan/abr.1986.

_____ *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, M. T. B.; OLIVEIRA FILHO, Arthur L. de. *Pixinguinha, filho de Ogum bexiguento*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

SODRE, N.W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SUSSEKIND, F. *Cinematografo de Letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.15, n.44 outubro 2000

VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996

VISCARDI, C.M.R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do 'café com leite'*. Belo Horizonte: C/A, 2001.

WANDERLEY, M.R. *JUBILEU NACIONAL: A Comemoração do Quadricentenário do Descobrimento do Brasil e a Refundação da Identidade Nacional (1900)*. UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciência Sociais – Departamento de História (dissertação de Mestrado). 1998.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)